



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO
ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE
RESISTÊNCIA**

NANASHARA D'ÁVILA SANCHES

ORIENTADOR – Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

Porto Alegre, 2021.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO
ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE
RESISTÊNCIA**

NANASHARA D ÁVILA SANCHES

ORIENTADOR: Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares

BANDA EXAMINADORA

Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior

Prof^a. Dr^a. Vanessa Marx

Prof. Dr. Mário Leal Lahorgue

Tese de Doutorado apresentada como
requisito parcial para obtenção do Título
de Doutora em Geografia.

Porto Alegre, 2021.

CIP - Catalogação na Publicação

Sanches, Nanashara D'Ávila
Programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) -
UFRGS / Nanashara D'Ávila Sanches. -- 2021.
303 f.
Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Territórios de Resistência. 2. Movimento Social.
3. Luta por Moradia. 4. Ocupações. 5. Políticas
Públicas. I. Rodrigues Soares, Paulo Roberto, orient.
II. Título.

AGRADECIMENTOS

A realização desta tese só foi possível graças às famílias que se organizaram no Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), movimento social que foi uma escola para mim. Fazer parte deste Movimento mudou minha vida e concepção de mundo. Vi que é possível construir uma nova sociedade a partir da conscientização e do trabalho de base com nosso povo. Sou imensamente grata por ter sido convidada para participar deste Movimento e tudo que ele representa.

Faltariam páginas para nominar cada um e cada uma que contribuiu com essa tese e toda a história que resulta nesta escrita.

Buscando sintetizar, agradeço às gerações passadas. A todos e todas que lutaram por justiça social em nosso país.

Agradeço também àqueles e àquelas que me abraçaram, me confortaram, me encorajaram em momentos de dúvida e angústia.

Companheiros e companheiras, camaradas, familiares, amigos, vocês fazem parte de um sonho pela nossa liberdade. Obrigada por tudo.

Às gerações futuras, que buscarão ler e compreender nossa sociedade, que seguirão os exemplos de luta e resistência do presente: coragem.

O futuro lhes pertence.



*“Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.*

*Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em férvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.*

*Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.*

*E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome”.*

Liberdade

Carlos Marighella, 1939.

RESUMO

Esta tese apresenta algumas reflexões e proposições relativas à formação de territórios de resistência que surgem através das ações dos movimentos sociais, em especial daqueles que lutam por moradia. Buscamos compreender o papel que os movimentos sociais podem exercer para a construção de cidades onde a participação popular seja prioridade, partindo da análise da natureza e de seus métodos de lutas por políticas públicas de habitação, bem como pelo acesso e uso do espaço urbano. Para isso, analisamos a construção de quatro ocupações realizadas no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre/RS - Brasil, a citar: Assentamento Utopia e Luta, Ocupação Saraí, Ocupação Mulheres Mirabal e Ocupação Lanceiros Negros. Para a elaboração desta tese, o método baseou-se tanto no campo teórico, através de levantamento bibliográfico sobre o processo de urbanização brasileiro e a produção de habitação popular, assim como no campo empírico, a partir da participação efetiva em um movimento social, além da coleta e sistematização de entrevistas com moradores e lideranças de movimentos sociais. A partir destas informações, buscamos entender a evolução e a espacialidade das ocupações que, ao se consolidarem, podem se transformar em territórios de resistência ao modelo hegemônico imposto no espaço urbano. O conceito de território de resistência elaborado para esta tese baseia-se no conceito de territórios em resistência de Raúl Zibechi, concebido pelo autor a partir da análise de experiências em bairros periféricos de diversas metrópoles latino-americanas. Como suporte também foram utilizados os conceitos de verticalidades e horizontalidades de Milton Santos, assim como trabalhos elaborados por Clóvis Moura, ao analisar os quilombos como a negação da sociedade latifundiária-escravista brasileira; e o trabalho de Adilson Crepalde sobre o significado simbólico de existência relativos aos territórios indígenas. Isso foi relacionado aos conceitos de território, territorialização e (re)territorialização de Rogério Haesbaert. Além disso, a base metodológica deste trabalho assenta-se sobre a Teoria Crítica e a pesquisa-ação, servindo de suporte para melhor compreender os principais entraves e paradigmas que impulsionam ou inviabilizam a plena efetivação do direito que a população brasileira tem à moradia e à cidade.

Palavras-chave: territórios de resistência, movimento social, luta por moradia, ocupações, políticas públicas.

ABSTRACT

This thesis presents some reflections and propositions related to the formation of territories of resistance that arise through the actions of social movements, especially those that fight for housing. Through this thesis we want to comprehend the role that social movements play in the construction of cities where popular participation is a priority, starting from the analysis of the nature and its methods of struggles for public housing policies, as well as for the access and use of urban space. For this, we analyzed the construction of four occupations located in the Historical City Center of Porto Alegre/RS - Brazil, to mention: Assentamento Utopia e Luta, Ocupação Saraí, Ocupação Mulheres Mirabal e Ocupação Lanceiros Negros. For the elaboration of this thesis, the method was based both in the theoretical field, through bibliographic survey on the Brazilian urbanization process and the production of popular housing, as well as in the empirical field, from the participation in a social movement, in addition to the collection and systematizing of interviews with residents and leaders of social movements. From this information, we seek to understand the evolution and spatiality of occupations that, once are consolidated can be transformed into territories of resistance from the hegemonic model that is imposed in urban spaces. The concept of territories of resistance elaborated for this thesis is based on the concept of territories in resistance created by Raúl Zibechi through experiences in poor regions in Latin-American metropolises. As a support we also used the concepts of verticality and horizontality created by Milton Santos, as well as the work elaborated by Clóvis Moura, analyzing the quilombos as a confrontation to the big landowners and slavery Brazilian society; and the work of Adilson Crepalde about the symbolical meaning on indigenous territories. We related that to the concepts of territory, territorialization and (re) territorialization created by Rogeio Haesbaert. Besides that, the methodological bases of this thesis relies upon the Critical Theory and the Research-Action-Participant as the support to understand the main obstacles and paradigms that make the full right of the population to housing and the city unfeasible or possible.

Keywords: territories of resistance, social movements, housing struggle, occupation, public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das ocupações organizadas por movimentos sociais	11
Figura 2- Aglomerados subnormais (2010) e Áreas de Interesse Social (2020) - Porto Alegre/RS.....	79
Figura 3 - Remoções de Porto Alegre – 1960 a 2015	88
Figura 4 - Ocupação 20 de Novembro no edifício da Rua Caldas Júnior esquina com a Avenida Mauá, Porto Alegre, MNLM	108
Figura 5 - Oficinas e feiras realizadas na Mirabal	113
Figura 6 – I Festival da Mirabal	113
Figura 7 - Militantes e Apoiadoras na Casa de Referência Mulheres Mirabal	116
Figura 8 - Reuniões e atividades culturais nos núcleos do MLB em Porto Alegre ..	119
Figura 9 - Biblioteca, creche e refeitório comunitário dentro da Ocupação Lanceiros Negros.....	123
Figura 10 - Algumas atividades políticas e culturais realizadas na Ocupação Lanceiros Negros	124
Figura 11 - Panfleto da Central de Serviços Lanceiros Negros.....	125
Figura 12 - Momentos iniciais da reintegração de posse do prédio da Ocupação Lanceiros Negros	133
Figura 13 - Truculência e uso de força policial para retirada de manifestantes em frente ao prédio da Ocupação Lanceiros Negros	134
Figura 14 - Duas das seis prisões arbitrárias realizadas na reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros	135
Figura 15 - Momentos da retirada do portão de acesso ao prédio da Ocupação e entrada dos policiais.....	136
Figura 16 – Refeitório, creche, atividade cultural e ato na Ocupação Lanceiros Negros Vivem.....	140
Figura 17 - Atividades realizadas na ocupação do DEMHAB em julho de 2016	163

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Aglomerados subnormais em Porto Alegre/RS em 2010	75
Mapa 2 - Áreas de Interesse Social de Porto Alegre/RS em 2020.....	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada em relação ao total de empregados, por aglomerados subnormais e outras áreas, segundo dados de Brasil e Grandes Regiões.....	73
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: - Perfil dos moradores de ocupações entrevistados por ordem de idade	144
--	-----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Contraste entre cidade “legal” e cidade “ilegal” com Morro da Cruz ao fundo	74
Fotografia 2 – Ocupação 2 de Junho na Avenida Borges de Medeiros, n° 992.	91
Fotografia 3 – Assentamento Urbano Utopia e Luta na Avenida Borges de Medeiros, n° 719, 727 e 731	93
Fotografia 4 - Ocupação Saraí na Avenida Caldas Júnior, esquina com Avenida Mauá	94
Fotografia 5 - Ocupação 20 de Novembro na esquina da Rua Barros Cassal e Avenida Farrapos.....	94
Fotografia 6 - Ocupação Lanceiros Negros, nas esquinas das Ruas General Câmara e Andrade Neves.....	95
Fotografia 7 - Ocupação Lanceiros Negros Vivem, na Rua dos Andradas, n° 885. .	96
Fotografia 8 - Ocupação Mulheres Mirabal na Rua Duque de Caxias, n° 380.	97
Fotografia 9 - Prédio da Casa de Referência Mulheres Mirabal na Rua Souza Reis, n° 132.....	98

Fotografia 10 - Ocupação do prédio hoje onde se localiza o Assentamento Urbano Utopia e Luta.....	103
Fotografia 11 - Espaço Cultural do Assentamento Utopia e Luta.....	106
Fotografia 12 - Terraço do Assentamento Utopia e Luta.....	106
Fotografia 13 – Show de Lucas Rubira, o “Carro Chefe” e banda em atividade realizada na Campanha Defesa Pública da Saraí.....	109
Fotografia 14 - Primeiras horas da Ocupação Lanceiros Negros.....	120
Fotografia 15 - Assembleia na Ocupação Lanceiros Negros	122
Fotografia 16 - Parte do aparato policial na tentativa de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros em 23 de maio de 2016	130
Fotografia 17 - Manifestantes e apoiadores da Ocupação Lanceiros Negros em frente à ocupação em 23 de maio de 2016	131
Fotografia 18 - Moradora da Ocupação Lanceiros Negra após despejo	137
Fotografia 19 - Ato em solidariedade às famílias despejadas da Ocupação Lanceiros Negros.....	138
Fotografia 20 - Prédio da Ocupação Lanceiros Negros Vivem.....	139
Fotografia 21 - Ato dos movimentos sociais de luta por moradia no Dia Internacional do Habitat de 2015	161
Fotografia 22 - Ato dos movimentos sociais de luta por moradia no Dia Internacional do Habitat de 2019	162

LISTA DE SIGLAS

Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Áreas de Interesse Social (AEIS)
Assembleia Nacional Constituinte (ANC)
Banco Nacional de Habitação (BNH)
Batalhão de Operações Especiais (BOPE)
Câmara Brasileira das Indústrias da Construção Civil (CBIC)
Central dos Movimentos Populares (CMP)
Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRMVAM)
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)
Comissão Pastoral da Terra (CPT),
Comunidades Eclesiais de Base (CEB)
Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM)
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
Delegacia da Mulher (DEAM)
Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB)
Federação Internacional de Futebol (FIFA)
Fórum Estadual de Reforma Urbana – RS (FERU-RS)
Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)
Frente de Luta por Moradia (FLM)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)
Fundo Monetário Internacional (FMI)
Governança Solidária Local (GSL)
Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE)
Grupo de Trabalho (GT)
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (IDEA)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)
Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB)
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)
Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)
Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)
Movimento Nacional de População de Rua (MNPR)
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
Ocupação Lanceiros Negros (OLN)
Orçamento Participativo (OP)
Organização das Nações Unidas (ONU)
Organização dos Estados Americanos (OEA)
Organizações Não Governamentais (ONGs)
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
Partido dos Trabalhadores (PT)

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)
 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
 Programa de Aceleração de Crescimento (PAC)
 Programa de Arrendamento Residencial (PAR)
 Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)
 Projeto de Lei (PL)
 Projeto Integrado da Entrada da Cidade (PIEC)
 Projetos de Emenda Constitucionais (PEC)
 Projetos Integrado Socioambiental (PISA)
 Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE)
 Regiões Metropolitanas (RMs)
 Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (SECOVI)
 Sindicato das Indústrias da Construção Civil de São Paulo (SINDUSCON)
 Sistema Financeiro de Habitação (SFH);
 Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade (TFP)
 União dos Movimentos de Moradia (UMM)
 União Nacional de Moradia Popular (UNMP)
 Unidade Popular pelo Socialismo (UP)
 Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas.....	194
Anexo 2 – Modelo de Termo de Consentimento	195
Anexo 3 - Projeto Casa de Acolhimento “Lanceiros Negros”	196
Anexo 4 - Projeto para Criação da creche "Valdete Guerra" na Ocupação Lanceiros Negros.....	203
Anexo 5 - Petição de Solicitação de Medida Cautelar.....	205
Anexo 6 - Entrevistas realizadas com moradores e coordenadores de ocupações organizadas por movimentos sociais no bairro Centro Histórico - Porto Alegre/RS:	245
Anexo 7 - Termos de Consentimento Assinados	283

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA E LOCALIZAÇÃO.....	8
1.2 PORTO ALEGRE/RS: UMA CIDADE EM DISPUTA.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS.....	17
2.1 Sobre o conceito de função social da propriedade: histórico e apontamentos.....	17
2.2 Sobre a formação da cidade e o projeto neoliberal estratégico.....	24
2.3 Sobre agentes sociais e espaciais e um breve histórico da produção de habitação popular no Brasil.....	33
2.4 Sobre Projetos de cidade e formação de Territórios de Resistência.....	49
2.5 Objetivos da Pesquisa.....	56
2.6 Metodologia de Pesquisa.....	57
3. PROJETO ESTRATÉGICO NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO POPULAR NO CENTRO DE PORTO ALEGRE/RS: ENTRE O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL.....	63
3.1. O Direito à Cidade e os Aglomerados Subnormais em Porto Alegre/RS.....	69
3.2 A Questão Habitacional no Brasil.....	81
3.3 A Questão Habitacional em Porto Alegre.....	84
3.4 As Ocupações de prédios abandonados: uma proposta popular de reforma urbana.....	99
3.5 O Assentamento Urbano Utopia e Luta.....	103
3.6 A Ocupação Saraí.....	107
3.7 A Ocupação Mulheres Mirabal.....	109
4. A OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS.....	117
4.1 Histórico do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas e da Ocupação Lanceiros Negros.....	117

4.2 Os Conflitos Territoriais Urbanos e a judicialização da Política Habitacional: Reflexões a partir do despejo da Ocupação Lanceiros Negros.....	126
4.3 A Ocupação renasce e os Lanceiros Negros mostram que ainda vivem	138
5. O OLHAR DOS OCUPANTES (ENTREVISTAS)	143
6. SOBRE AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTENCIA	170
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
EPÍLOGO (E A PANDEMIA)	181
REFERÊNCIAS	184
ANEXOS	194

1. INTRODUÇÃO

Cabe aos pesquisadores da Geografia Urbana estudar as ocupações de luta por moradia? Buscamos, através desta tese, responder que “sim”. Estudar, de uma forma geral, as ocupações organizadas, abre um novo leque de possibilidades dentro do nosso campo de pesquisas. Através deste tipo de estudo, conseguimos dar enfoque às relações sociais de produção do espaço que surgem a partir dos movimentos sociais. Conseguimos, também, pensar em alternativas e métodos de produção do espaço e de habitação popular.

De fato, quando buscamos artigos sobre o problema da moradia no Brasil, não encontramos, ainda, uma grande quantidade de materiais sobre as ocupações urbanas do início deste século. A maioria dos autores que tratam do tema debruça-se sobre as políticas governamentais de habitação. Contudo, torna-se cada vez mais importante compreender como a população se organiza para combater a falta de moradia.

No Brasil e no mundo, o número de pessoas que passam a morar em favelas e assentamentos precários multiplica-se anualmente, fazendo com que o direito de viver e estar em uma moradia digna na cidade e no campo seja, ainda, uma realidade distante para milhões de pessoas. Em nosso país, isto é consequência direta da expropriação da terra e dos direitos dos trabalhadores, processo que teve início ainda no período colonial e que, como explica Karl Marx em “A chamada Acumulação Primitiva” d’O Capital (1867), sustentará o desenvolvimento do sistema capitalista através da servilidade da massa de trabalhadores, obrigados a vender sua mão-de-obra na falta de outro tipo de sustento.

Tal processo alicerça a relação entre terra e poder (via propriedade privada), algo que irá, até a atualidade, regular as relações sociais de produção e a consequente produção social do espaço urbano e rural.

De forma geral, a economia brasileira sempre esteve na periferia do sistema capitalista, relação que se aprofunda em períodos pós-crise, independente da riqueza gerada em nosso País. No período recente, a implementação de um projeto neoliberal estratégico demonstra qual papel o Estado brasileiro exerce no sistema capitalista: de entrega de riquezas naturais, de exportador de produtos primários e de dependência financeira.

De acordo com Robert Brenner (1998), o projeto estratégico neoliberal combina a abertura das economias regionais para deslocamento global de capital e mercadorias, com a destruição das proteções trabalhistas conquistadas a duras penas ao longo do século XX. Sua implementação exige a cooperação de agentes sociais e espaciais nas instâncias locais e regionais.

Neste cenário, o Brasil insere-se em uma das regiões mundiais na qual o projeto neoliberal estratégico se instalou tendo o mercado imobiliário como um de seus principais alicerces. De forma geral, a América Latina, em especial o Brasil, tornou-se um ponto de referência para investimentos imobiliários. Como afirma Carlos de Mattos (2015), as grandes áreas urbanas passaram a se articular em uma rede mundial de cidades. Com a falência do Estado de bem-estar social e do modo de produção keynesiano-fordista, o mercado foi buscar nas áreas dominadas pela produção estatal, uma fonte de investimentos. Assim, a moradia passou a ser alvo do mercado global. Mercantilizada, a produção de habitação teria impulso a partir de subsídios públicos, mas com produção e financeirização privadas. Tudo isso foi realizado a partir da propagação de parcerias público-privadas, algo que mudou drasticamente o perfil das cidades latino-americanas, principalmente no início dos anos 2000.

A lógica da reprodução de capital intrínseca ao projeto neoliberal ficou mais evidente no Brasil a partir dos investimentos públicos feitos em parceria com o setor privado nos megaeventos ocorridos no país: a Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) realizada em 2014 e as Olimpíadas de 2016. As consequências da realização destes eventos reforçaram protestos em diversas cidades no ano de 2013. Tais protestos apontaram uma série de violações que estavam ocorrendo no espaço urbano brasileiro, principalmente

relacionadas à mobilidade urbana, aos despejos, ao uso, custo e ocupação do solo urbano e aos problemas decorrentes da crise econômica de 2008.

Apesar dos avanços relacionados à organização das cidades ocorridos no Brasil a partir da Constituição de 1988 (que apresentou dois capítulos destinados à organização espacial das cidades); além da promulgação do Estatuto das Cidades em 2001; a criação do Ministério das Cidades e das Conferências das Cidades; a volta de investimentos em políticas públicas de moradia, entre outros, o planejamento urbano das metrópoles brasileiras seguiu os ditames do mercado imobiliário.

Assim, a moradia, direito garantido constitucionalmente e cuja importância é sinalizada em diversos pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário, é, em realidade, uma mercadoria. Acessá-la segue sendo algo restrito para uma parte da sociedade brasileira. Para milhares de brasileiros sobram apenas as bordas das cidades, áreas que, em grande parte, não recebem serviços de abastecimento de água e luz, além de carecerem de esgotamento sanitário. São locais cujos ocupantes não têm títulos de propriedade, apesar de nelas viverem e trabalharem. São as áreas ocupadas.

Nosso país é repleto de histórias sobre estas ocupações, consequência direta das políticas públicas no processo de urbanização brasileiro. No início do século XX, os projetos de embelezamento e viários provocaram a expulsão de diversas comunidades dos principais centros urbanos brasileiros. Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), o processo de periferização só aumentou e percebemos que, neste início de século, o problema persiste.

A questão da moradia no Brasil divide opiniões e comportamentos, exprime ideologias de classes distintas e o próprio mecanismo de acumulação e reprodução de capital, mas é inegável percebermos que é um problema de grandes proporções.

Sendo o Estado o responsável pela resolução deste problema através da garantia da moradia como direito, vemos que sua atuação como instituição permite que adotemos o conceito de Estado elaborado por Friedrich Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de 1884, Estado este que não é neutro, tem caráter de classe e, por isso, atua em prol da manutenção da elite, de forma mercadológica, seletiva e, por isso, falha.

Isto fica nítido quando analisamos as respostas institucionais dadas às ocupações irregulares realizadas por pessoas vulneráveis em contraposição ao tratamento dado aos ricos donos de empreiteiras e construtoras, que também ocupam para construção de condomínios fechados para as classes média e alta ou de *shoppings centers*. Não é coincidência que reintegrações de posse violentas ocorram somente nas ocupações realizadas por pessoas em situação de vulnerabilidade.

Também fica nítido o papel do Estado capitalista ao analisarmos na paisagem a formação de duas cidades, em um mesmo município. As metrópoles abrigam “ilhas de riqueza” (JANOSCHKA, 2002) que reproduzem cidades desenvolvidas. São parcelas da cidade destinadas a um número reduzido e limitado de pessoas. Esta construção social depende da formação de uma “outra” cidade dentro do mesmo espaço urbano, uma cidade periférica, onde mora grande parte da população. São bolsões de trabalhadores mal remunerados, responsáveis pela construção e manutenção dos serviços essenciais da cidade. Quem mora nessas áreas gasta mais e perde mais tempo para se locomover, tem pouco acesso a diversos serviços públicos e convivem, lado a lado, com condomínios de luxo, além-muros.

A formação dessa outra cidade foi intensificada por um intenso processo de periferização e teve como consequência, a formação de associações e movimentos sociais de luta por moradia que vêm reivindicando o direito à cidade – aquele apontado por Henri Lefebvre (1968) como direito à vida urbana, transformada, renovada. Reivindicam também morar nos centros urbanos, disputam a centralidade da cidade. E o fazem a partir da ocupação de prédios públicos e privados que não cumprem a função social da propriedade, conceito que exige melhor e maior formulação, algo que será abordado nesta tese.

Além de buscarmos compreender como e por que estas ocupações ocorrem, abordaremos questões relacionadas à política econômica implementada no Brasil após a crise iniciada nos Estados Unidos da América em 2008. Tal política foi calcada na produção massiva de infraestrutura (energética, logística, urbana). Já em curto prazo, essa política demonstrou-se danosa para a organização do espaço urbano não só no Brasil como em outros países do mundo que, da mesma forma, apostaram na produção em massa,

sem o devido planejamento e controle de impactos. Consequência direta deste processo observada nas metrópoles foi o aumento do preço da terra urbanizada e o preço de terra (até então) não urbanizada, nas bordas municipais. Isto tem agravado os conflitos por posse de terra de uma forma geral. Aumenta também a disputa por espaços centrais nas metrópoles, a partir da atuação de diversos agentes sociais que tem projetos urbanos opostos. Se por um lado, agentes ligados ao poder institucional flexibilizam leis e autorizam despejos, de outro, a população civil organizada em movimentos sociais ocupa prédios e terrenos urbanos vazios, reafirmando a necessidade de uma ampla participação popular não só na construção das cidades, mas também em seu planejamento. Ao ocupar, (re)encontram nos centros urbanos, um local de atuação e reivindicação.

No início do século, as populações pobres foram retiradas dos centros, mas não esqueceram que é neles que estão a materialização do poder. São nos centros urbanos que encontramos ainda a maioria das referências de serviços, os pontos de debate e protestos, o olhar da mídia.

Mesmo com o aumento crescente da repressão aos movimentos sociais e suas lideranças via Lei 13.260/2016 (conhecida como Lei Anti-terrorismo), e sua intensificação após o golpe de 2016, as ocupações nos centros urbanos ainda existem e têm levado o olhar acadêmico a investigar as experiências e propostas que por seus participantes e respectivos movimentos são elaboradas.

Em Porto Alegre, historicamente a produção de habitação popular passou por três grandes momentos políticos e econômicos nos últimos 30 anos: democracia participativa (1989-2004), democracia liberal (2005-2016) e ultraliberal, a partir de 2017 (SIQUEIRA, 2019). Na década de 1980, a produção de moradia e o planejamento urbano como um todo sofreu influência do programa denominado Orçamento Participativo (OP). Nesta época, as aglomerações subnormais passaram a receber mais recursos, garantindo acesso à luz e água, além de calçamento para uma grande parte da população de Porto Alegre.

Contudo, a virada do século e o fim do caráter democrático do OP relegaram à população carente de Porto Alegre um abandono generalizado,

com o investimento decrescente em habitação popular, em parte, decorrente do aumento da influência das empresas privadas no planejamento urbano municipal.

Dada a importância do tema e para compreender como este processo vem ocorrendo no centro da cidade de Porto Alegre, analisaremos a formação, construção e os participantes de quatro ocupações de luta por moradia organizadas por diferentes movimentos sociais. São elas: Ocupação Saraí, Assentamento Utopia e Luta e a Ocupação Lanceiros Negros.

Neste trabalho, a Ocupação Lanceiros Negros se torna central para a compreensão da organização e manutenção de uma ocupação de luta por moradia, um vez que a autora desta tese lá viveu e participou ativamente da organização das famílias e da ocupação como um todo.

Além destas ocupações, também trataremos da Ocupação Mulheres Mirabal que nasceu no centro da cidade de Porto Alegre e se estabeleceu como um espaço de acolhimento e abrigo de mulheres vítimas de violência.

A partir da análise das relações que existem entre essas ocupações, buscamos contribuir com a definição do conceito de Território de Resistência abordado por outros autores e trazido aqui como forma de compreender como podem se formar territórios de resistência não só nas periferias e em áreas rurais, mas também em áreas centrais, urbanas.

Assim, pretendemos entender qual papel estas ocupações exercem no tecido urbano, especificamente no centro de Porto Alegre, analisando a apropriação espacial e formação de uma territorialidade relacional construída pelos ocupantes.

Este trabalho também tem como objetivo compreender porque estas ocupações se formam no espaço urbano, através da análise do processo de urbanização brasileiro.

Para tanto, serão apresentados seis capítulos além dos introdutórios e de considerações finais, que serviram como base para a produção da tese. São eles: Fundamentação Teórica e Procedimentos Operacionais, no qual abordamos os conceitos de função social e de projeto neoliberal, além de revisar os principais autores que percebem movimento social como categoria

para análise de agentes sociais e espaciais e, ainda, analisaremos o que se acumulou na academia sobre o conceito de territórios de resistência. Este primeiro capítulo também apresenta os métodos utilizados para analisar e coletar dados para esta tese. Em seguida, trazemos um capítulo sobre projeto estratégico neoliberal e as políticas de habitação popular no centro de Porto Alegre, fazendo um apanhado histórico sobre a produção habitacional no Brasil e em Porto Alegre, principalmente a produção de habitação popular e a formação de aglomerados subnormais e ocupações de prédios abandonados. Neste capítulo, serão analisadas as experiências das ocupações realizadas no centro de Porto Alegre por movimentos sociais de luta por moradia. Dedicamos um capítulo só para tratar da Ocupação Lanceiros Negros no qual resgatamos o histórico do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que construiu a Ocupação Lanceiros Negros, assim como outras ocupações Brasil afora. Também suscitamos o debate sobre a judicialização da Política Habitacional no Brasil, reflexões que surgiram após as tentativas e, finalmente, o despejo violento das famílias da Ocupação. Além disso, fizemos um capítulo dedicado às entrevistas dos moradores e lideranças dos movimentos sociais das ocupações no centro de Porto Alegre, intitulado “O olhar dos ocupantes (Entrevistas)”. Por fim, buscamos relacionar todos os temas tratados nos capítulos anteriores e as entrevistas ao conceito de Território de Resistência, compreendendo as especificidades do processo de ocupação de prédios nos centros urbanos e utilização de tal conceito para estes casos.

Também buscamos sintetizar e rever alguns conceitos da Geografia que podem ser utilizados em estudos como este. Dentre estes conceitos estão: os conceitos de evento, verticalidades e horizontalidades postulados por Milton Santos ao longo de sua vida; os conceitos de segregação espacial e residencial; os conceitos de agentes sociais e espaciais, em particular o Estado capitalista e os movimentos sociais; e os conceitos de território, territorialidade, multiterritorialidade e territórios de resistência.

Ademais, esta tese só se tornou possível em função da participação e envolvimento da autora no processo de construção da Ocupação Lanceiros Negros, algo que possibilitou a produção de um texto que une formação e atuação para a compreensão de como ocorre o processo de urbanização

brasileiro nos tempos atuais. É também um aporte a diversos movimentos sociais para que busquem, através de relações de fortalecimento, a consolidação de espaços e territórios de emancipação e resistência.

Por fim, torna-se importantíssimo ressaltar que a elaboração e produção desta tese iniciou-se em 2016, ano marcado por uma profunda crise política em nosso país que desencadeou no processo de golpe e impedimento da presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente em 2014. Seu impedimento de governar teve como consequência a aceleração da implementação de um projeto político e econômico de retirada de direitos e a precarização da vida dos trabalhadores como um todo. Tais retiradas vieram acompanhadas também pelo aumento do discurso de ódio contra os mais pobres, do discurso do medo, da ameaça. Isto tem causado um refluxo das forças progressistas e de diversos movimentos sociais. Por outro lado, reforça a convicção de movimentos revolucionários que buscam, através do trabalho de base, conscientizar e educar a população para que esta sinta-se força ativa na construção de seu destino enquanto comunidade. Neste sentido, as ocupações de luta por moradia tornam-se verdadeiras escolas que visam emancipar. São escolas sem quadros verdes, nem mesas e com uma única grande turma representando milhares de sem-teto que perderam o medo e que, através da reivindicação por direitos, renovam esperanças.

1.1 Problema de Pesquisa e Localização

Esta tese tem como problema central a falta de acesso à moradia no Brasil. A principal pergunta que buscamos responder é: Como a população civil se organiza para garantir seu direito à moradia digna?

Para respondê-la, daremos enfoque às diferentes propostas de planejamento urbano criadas através de políticas públicas habitacionais que têm sido adotadas no Brasil – e que, no entanto, não resolveram a crise habitacional que afeta principalmente os mais pobres – e aquelas concebidas pelos movimentos sociais.

Sobre as questões que nos são colocadas para compreender tal tema, podemos destacar:

- Como a questão da moradia é tratada no sistema capitalista?
- Qual papel os movimentos sociais exercem neste sistema?
- Quais formas de resistências são construídas nos centros urbanos que foram e são capazes de garantir o direito à cidade, aos equipamentos públicos localizados nos centros?

Este último quesito é o mais importante. A partir dele buscaremos analisar as formas de resistência e de retorno das populações pobres aos centros através da organização dos movimentos sociais, assim como aprofundar o conceito de territórios de resistência no estudo da Geografia.

Se levarmos em consideração o que Friedrich Engels escreveu em 1848 em “Sobre a questão da Habitação” veremos que, no sistema capitalista, garantir moradia digna para toda a população é impossível. Há um limite social imposto pelo mercado para que, de fato, o problema habitacional seja resolvido. Não há regulação entre o mercado de trabalho e o mercado imobiliário. Àqueles que recebem pouco pelo seu trabalho são relegadas à parte “ilegal” da cidade, às áreas íngremes, verdes, nascentes, perigosas para a população, de baixo ou nenhum custo. A estes são relegados também os cômodos ou pequenas casas de aluguel.

Ao observarmos a malha urbana das principais metrópoles brasileiras, constatamos que há, gradualmente, em direção às periferias, a degradação das condições habitacionais. Tal observação, só não se torna regra porque existem e resistem populações vulneráveis incrustadas em centros urbanos. Assim, lado a lado, centros econômicos e cortiços, mansões e favelas materializam a realidade desigual do país.

As origens da habitação social no Brasil surgem a partir do crescimento instantâneo das cidades e, também, a partir da atuação do Estado capitalista, da forma como este gerencia e regula a infraestrutura urbana. Isto traz consequências não só para a organização e o planejamento urbano, mas para a população como um todo. Também influenciam nas normas e decisões jurídicas e legislativas.

A intervenção estatal sobre o problema habitacional surgiu em meados do século passado exatamente pela falta de capacidade do setor privado e do mercado rentista para resolver a situação. Assim, de tempos em tempos, o Estado brasileiro se coloca como agente direto de urbanização via programas habitacionais.

No início do século XXI, o Estado brasileiro, principalmente pós-crise de 2008 – que “chega” ao país em 2009 –, assume a responsabilidade de financiar moradia popular sob forte influência do setor privado¹. Em pouco tempo, o setor privado passou a dominar serviços estratégicos da cidade, a exemplo da privatização de setores de distribuição de energia e saneamento básico.

E isso não é novidade na história da urbanização do país.

De forma geral, nossa história é marcada pela desigualdade econômica materializada no espaço urbano, algo que atualmente garante às elites uma apropriação privilegiada dos investimentos públicos e áreas com melhor estrutura, dentro das cidades.

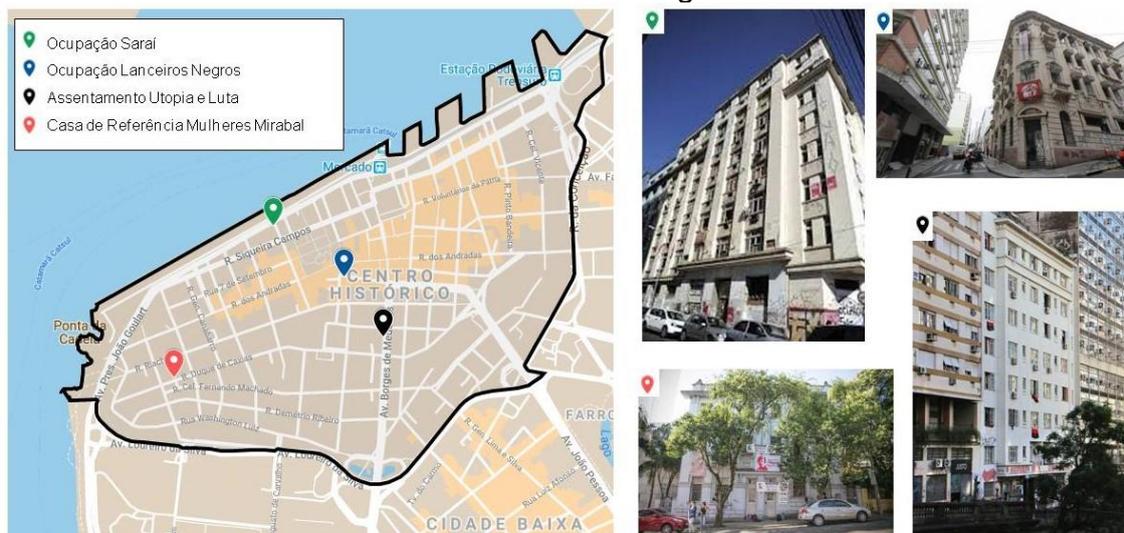
Contudo, os cortiços, casas de cômodos, hotéis-cortiços e cortiços-pátio (BONDUKI, 1998), exemplos de moradias criadas às pressas em São Paulo para abrigar operários e trabalhadores, se mantêm nos centros urbanos ainda hoje. Falta de acesso a equipamentos públicos e transporte de qualidade nas periferias, menor renda, combinados com fatores de risco ambiental, à vida e à saúde fazem com que milhares de pessoas procurem os centros urbanos para morar, ou nele estar, mesmo que em situação de rua.

Configuram hoje habitações populares nos centros as pensões, cortiços, hospedarias e, também, as ocupações de luta por moradia. Em Porto Alegre, cinco ocupações destacaram-se como modelos de habitação popular: a Ocupação 2 de Junho, a Ocupação Saraí, o Assentamento Urbano Utopia e Luta e a Ocupação Lanceiros Negros. Temos ainda a Ocupação Mulheres Mirabal, realizada em 2016 no centro de Porto Alegre.

¹ A troca de governo via golpe midiático e parlamentar em 2016 marca a mudança deste cenário, com intensificação de medidas de austeridade, causando cortes de financiamento em áreas sociais de habitação, saúde e educação e aumento do desemprego.

Neste trabalho, estudaremos as ocupações localizadas no bairro Centro Histórico² de Porto Alegre e que são organizadas por movimentos sociais. São elas: Ocupação Saraí, o Assentamento Urbano Utopia e Luta, a Ocupação Lanceiros Negros e a Ocupação Mulheres Mirabal. Estas ocupações estão representadas na Figura 1.

Figura 1 - Localização das ocupações organizadas por movimentos sociais – centro de Porto Alegre:



Fonte: GoogleMaps. Elaborado por: Nanashara D'Ávila Sanches e Fabiana Rauber Sirangelo.

Essas ocupações demonstram a existência de um evento relativamente recente nas metrópoles mundiais. No Brasil, São Paulo é um grande exemplo de ocupações organizadas na sua área central (centro tradicional). Tal feito tem, entre outras consequências, evidenciado a organização da população civil que, sem ter seus direitos atendidos de forma plena, desenvolveram uma estratégia consequente de reivindicação. Tomam para si a decisão de garantir aquilo que não é atendido pelo Estado.

O que se coloca em questão é a importância que hoje os movimentos sociais e as ocupações têm na efetivação de leis, além de evidenciarem uma

² Esta denominação da área central da cidade foi oficializada pela Lei Municipal nº 10.364/2008. Segundo o ObservaPOA o Centro Histórico possui 39.154 habitantes (2,78% da população do município). Sua área é de 2,39 km² (0,50% da área do município), sendo sua densidade demográfica de 16.382,43 habitantes por km². Os dados são relativos ao Censo de 2010 (IBGE).

das principais contradições que existe no sistema capitalista: a apropriação privada dos bens produzidos socialmente, regra concernente a todas as mercadorias, incluindo habitação.

Uma grande luta marca o século XX com promulgações de constituições e tratados em prol da humanidade. No século XXI, a grande questão colocada é a efetivação destas constituições e tratados.

Para garantir isto, movimentos sociais têm posto em evidência suas pautas, materializando (nos centros e nas periferias) a precariedade das condições de vida nas cidades e o fazem através da interlocução entre setores progressistas e democráticos dispostos a questionar os ditames do sistema capitalista.

Como resistem e existem no centro urbano de Porto Alegre, como se relacionam com demais setores e como formam territórios de resistência é o que procuramos descobrir.

1.2 Porto Alegre/RS: Uma Cidade em Disputa

Para compreendermos melhor as características atuais da metrópole de Porto Alegre optamos por dar ênfase para os acontecimentos que ocorrem a partir de 1989, ano em que ocorreu a divulgação das medidas criadas no Consenso de Washington, evento que determinou a atual economia de todas as regiões do mundo, assim como da cidade de Porto Alegre.

No período que precedeu o Consenso, Porto Alegre e sua administração ficou relegada ao partido ligado aos militares. Importante ressaltar que durante a ditadura militar do Brasil, os partidos políticos foram extintos. Contudo, para manter uma aparente sensação de representação política, dois partidos foram criados: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), comandado pelos militares e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição no qual agrupavam-se diversas correntes de cunho legalista.

De 1964 a 1975, quatro prefeitos da ARENA administraram a prefeitura de Porto Alegre. No mesmo período, um prefeito do MDB foi eleito. Todos foram eleitos através do voto indireto.

Foi somente em 1986 que Porto Alegre teve novamente um prefeito eleito através do voto direto, tendo Alceu Collares (Partido Democrático Trabalhista - PDT) como representante. Em 1989, Olívio Dutra (Partido dos Trabalhadores – PT) venceu as eleições abrindo o caminho para uma administração petista que durou até o ano de 2005. Neste período de dezesseis anos, os governos locais do Partido dos Trabalhadores conseguiram pôr em prática diversas medidas progressistas, mesmo com as dificuldades impostas pelas administrações anteriores, como falta de recursos. Lembramos que na década de 1980 o Brasil e outros países da América Latina passaram pela “década perdida” como ficou conhecida pelos principais meios de comunicação, marcada por uma grave crise econômica.

A chegada do PT na Prefeitura de Porto Alegre é conhecida como o início do período da “administração popular” (LAHORGUE, 2004). Neste momento, em Porto Alegre ocorreu o aumento, de forma expressiva, de taxas de pavimentação, das redes de esgoto pluvial e de distribuição de água e construção de escolas municipais. De fato, a nova forma de distribuir os recursos, muito mais interligada aos interesses da população mais pobre da cidade, ocorreu devido à criação do Orçamento Participativo (OP), método que se demonstrou benéfico, mas que paulatinamente foi cooptado por setores da elite porto-alegrense, especialmente no período pós administração popular.

Após tal período, a administração de Porto Alegre passou a estar sob influência de projetos políticos de partidos favoráveis à austeridade de gastos voltados às áreas sociais, imprescindíveis para as populações mais pobres da cidade.

Em 2005, José Fogaça (na época do chamado Partido Movimento Democrático do Brasil – PMDB, hoje MDB) assumiu a prefeitura e implementou um novo programa participativo, o Governança Solidária Local (GSL) que, ao longo do tempo, causou a desarticulação das regiões do OP (FERREIRA, 2007).

Em 2010, José Fogaça renunciou ao cargo de prefeito para concorrer ao governo estadual, fazendo com que o vice-prefeito, José Fortunati (PDT), assumisse o cargo. Nas eleições de 2013, Fortunati é eleito como prefeito e seu mandato vai até o ano de 2017.

Sob sua administração, Porto Alegre passou a ser palco de uma constante pressão para privatizar serviços, além de ver aprovada a terceirização de diversas categorias, algo aprofundado por seu sucessor, Nelson Marchezan Júnior (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), eleito em 2017.

Com Marchezan Júnior na Prefeitura de Porto Alegre, diversas manobras políticas e orçamentárias fizeram com que ocorresse uma grande desarticulação dos atores democráticos da cidade como os Conselhos Municipais, especificamente a partir do Decreto Nº 20.013/2018 que modificou drasticamente o funcionamento Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental (SIQUEIRA, 2019).

A administração sob Marchezan Júnior foi marcada pela canalização de recursos públicos para a iniciativa privada através de parcerias, concessões e contratos, algo possível devido a outra marca desta administração: o “discurso do déficit” público e da eficiência privada.

Um das principais características de Marchezan Júnior, a exemplo de tantos outros prefeitos que representam as elites locais, é a constante afirmação de que o município está devendo. Segundo o prefeito, “faz mais de 20 anos que Porto Alegre não paga suas contas em dia” (MENEGETTI, 2019), algo contrariado por estudo apresentado em 2020 pela Organização Não-Governamental (ONG) Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre (IDEA) intitulado “A verdade sobre as finanças da Prefeitura de Porto Alegre”. O estudo foi realizado com base em dados relativos ao período de 2004 a 2019 e fornecidos pela própria Prefeitura através dos portais de transparência municipais. De acordo com o documento “a Prefeitura de Porto Alegre teve déficit orçamentário em apenas três anos: em 2004, 2012 e 2013. Nos demais anos, a Prefeitura teve superávits orçamentários” (IDEA, 2020, p.6).

Apesar dos superávits orçamentários, Porto Alegre passou de cidade modelo para a cidade do descaso. De uma forma geral, a organização econômica da cidade e seus representantes administrativos não barraram ou, até, intensificaram processos de exclusão e de desigualdade socioeconômica em Porto Alegre.

De acordo com o relatório “Desenvolvimento Humano para Além das Médias” produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Porto Alegre é a cidade brasileira com maior desigualdade socioeconômica entre brancos e pretos. Tal desigualdade é representada através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), medida classificatória que atribui valores relativos a três aspectos municipais: renda, educação e longevidade. Tais valores são agrupados por meio de uma média geométrica, resultando em um único valor que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo a 1, melhor é a qualidade de vida em um determinado município.

De acordo com o relatório, em 2017 o IDHM da população negra em Porto Alegre era de 0,705, enquanto o da população branca era de 0,833, uma diferença de 18,2%; diferença maior que a média nacional, que também é alta, de 14,42%. Isto evidencia que a população negra tem menos acesso a serviços de educação e saúde, e ainda, recebem salários menores.

Se realizarmos uma análise histórica do IDHM de Porto Alegre, veremos que este passou de 0,660 em 1991 para 0,744 em 2000 e, após, para 0,805 em 2010. Neste período, o aspecto que apresentou maior desenvolvimento foi Educação, seguido por Longevidade e por Renda (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 2013). É um crescimento constante que, contudo, não corresponde a um padrão para toda a cidade. E é aí que a segregação torna-se evidente, para além da paisagem.

Tais índices correspondem a dois movimentos que ocorrem em Porto Alegre: a) um que se dá a partir da década de 1990, e principalmente em 2000, com o deslocamento de parte da elite de Porto Alegre, do centro da cidade para a Zona Sul. Tal dinâmica corresponde a maior influência da especulação imobiliária e da flexibilização do Plano Diretor de Porto Alegre que, a partir de 1999, abriu novas possibilidades de negócios e construções, ameaçando áreas de preservação e de nascentes; e b) um movimento que corresponde à

segregação residencial, que propicia a separação das diferentes classes sociais no espaço urbano.

Para além disto, atualmente a cidade apresenta características resultantes de um mesmo movimento contemporâneo. Segundo Fedozzi e Soares (2015), a cidade de Porto Alegre apresenta uma (re)ocupação de áreas centrais, (re)valorizadas pelo mercado imobiliário e pelas elites. Concomitantemente, há uma expulsão dos pobres para territórios cada vez mais periféricos.

Este é um movimento recorrente que aconteceu primeiramente no final do séc. XIX e início do século XX (ver subcapítulo 3.3) e volta a ocorrer principalmente no início do século, fazendo com que em 2020, a cidade ainda esteja em disputa. O Centro Histórico de Porto Alegre segue valorizado e concentrando serviços e o olhar de milhares de pessoas que o habitam, o ocupam, o constroem, o compram e o vendem.

Contudo, mesmo com o passar do tempo e sendo Porto Alegre uma cidade de vanguarda, artística e politicamente, nossa cidade não rompeu com as heranças de administrações retrógradas, nem as do tempo colonial. O preconceito, o racismo e a segregação ainda demarcam o território urbano e as políticas públicas como um todo. E é para ir contra esta evolução às avessas que muitos se organizam, buscando formas populares e coletivas de resistência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

2.1 Sobre o conceito de função social da propriedade: histórico e apontamentos

A questão da falta de habitação na cidade é bastante discutida nos meios políticos, nas ciências sociais e no meio jurídico. Contudo, embora o crescimento das cidades seja notório e ocorra concomitante à existência de grandes parcelas de solo urbano sem uso, a função social da propriedade e a função social da cidade parecem passar despercebidas das decisões judiciais que tratam de conflitos sociais relacionados à propriedade privada, seja em casos específicos ou em casos mais gerais, que envolvem a municipalidade.

De fato, o poder sobre a propriedade de forma privada tem características que desconsideram por completo a função social da propriedade. Em parte, isto ocorre devido porque função social e propriedade, vistos de formas separadas, podem formar um par antagônico no sistema capitalista.

A origem da propriedade privada, principalmente no que concerne à terra, é antiga e demarca uma ruptura nas relações sociais e econômicas da humanidade. Muito tempo depois surgiu o conceito e a necessidade de se postular a função social da propriedade, mas podem esses conceitos estarem unidos?

Desde a Grécia clássica, o exercício da cidadania estava atrelado à propriedade privada, mais especificamente ao total de terras que um cidadão possuía. As conquistas territoriais do Império Romano e a gerência dos povos colonizados nos demonstra que “território/propriedade passaria a ser o referencial de poder e exercício de autoridade do Estado” (LEAL, 1998). Assim, o arcabouço constitucional que se constituiu com o tempo colocou o território como a grande referência de Estado, servindo de medida e limite da autoridade do governo (HAURIUO, 1990).

Foi somente na Idade Média que os juristas começaram a definir a propriedade a partir do direito de uso e fruto dado ao seu proprietário, buscando instituir regras e diretrizes. Até então, os romanos ensaiaram formas de propriedade privada que evoluíram para a concentração de poder a partir do domínio sobre a propriedade. Com as invasões bárbaras e o contato com outros povos, têm-se conhecimento sobre outras formas de propriedade, a citar:

(1) A comunal, como sobrevivência da antiga *mark* germânica³; (2) a alodial, considerada como livre; (3) a beneficiária, surgida da concessão feita pelos reis ou pelos nobres ou por estes aos plebeus; (4) a censual, modalidade intermediária entre a beneficiária e a servil, que implicava a fruição dos imóveis mediante o pagamento de valores determinados e; (5) a servil, atribuída aos servos que possuíam a terra, porém se mantinham ligados a ela como acessórios (LEAL, 1998, p. 43).

Apesar do fim do Império, as leis que regulavam as terras através do direito romano permaneceram, dando fim a outros tipos de posse sobre a propriedade.

O desenvolvimento econômico observado nos séculos XI e XII passariam a mudar as relações de trabalho e a produtividade, o que resultaria na ideia de propriedade produtiva, base do crescimento econômico e das trocas comerciais. Esta será a sustentação da propriedade industrial da Idade Moderna, que se unirá à propriedade imobiliária da atualidade, ambas de caráter estritamente individual, utilizadas para servir como capital e para gerar mais capital.

No Brasil, a propriedade privada da terra foi instituída pela “Lei de Terras” de 1850 (Lei 601/1850). Tal lei desvincula o direito de acesso à terra da condição de sua ocupação. Este foi um marco decisivo para que a terra tivesse condição ampla de mercadoria e, ainda, pertencente a um proprietário, ou seja, privada (ROLNIK, 1997).

No Brasil, o reconhecimento jurídico na propriedade privada apareceu no Código Civil de 1916, cujo artigo 524 trazia que “a lei assegura ao

³ Áreas que, na Idade Média, se emanciparam do sistema feudal, governando-se de forma autônoma. São decorrentes da ocupação de tribos germânicas em territórios localizados na Alemanha, norte da Holanda e Dinamarca. São áreas consideradas livres (MOREIRA E SOUZA, 2010).

proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-las do poder de quem quer que injustamente os possua” (BRASIL, 1916, s/p.).

De acordo com Gonçalves (2003), o princípio da função social da propriedade só surgiu no início do século XX através dos postulados de Léon Duguit (jurista francês especializado na teoria do Direito Público) que defendia o cumprimento da missão social no exercício de qualquer direito subjetivo. Tal ideia passou a influenciar as leis brasileiras quase um século depois de seu surgimento.

O avanço das teorias jurídicas e a necessidade de regulamentar o solo percebem hoje o indivíduo detentor de terras como um meio para cumprir, através dela, uma função para a si ou para a cidade. Ao mesmo tempo, a propriedade segue sendo sinônimo de ganhos econômicos. Por esta lógica, parece-nos ser abuso de direito uma pessoa ter uma propriedade, mas não usufruir de todas as possibilidades econômicas ou sociais que dela possam surgir, ou seja, o não uso da terra não poderia ser uma forma de exercício de propriedade. Assim, a função social surge como uma garantia de que uma propriedade será utilizada para cumprir determinado fim. É o que está no papel, mas a realidade de nosso país torna o cumprimento da função social da propriedade algo distante.

O advento da função social da propriedade surgiu no Brasil ainda no período de abertura democrática, nas décadas de 1980 e 1990. À época, a sociedade brasileira buscava romper com o período autoritário da ditadura militar, período que aumentou significativamente a concentração de terras e de renda. Foi na abertura democrática que setores sociais até então excluídos do processo político tiveram voz, após anos de luta pelo fim do regime militar, algo que custou a vida de milhares de brasileiros.

Tal luta resultou na convocação da Constituinte de 1986. A Constituinte tinha como tarefas:

- 1) a de criar condições jurídicas para a estabilização política dos órgãos oficiais de representação popular tradicionais, mediante a formulação de um regramento capaz de assegurar a governabilidade de um regime mais aberto e efetivamente representativo da maior parte quantitativa da população; 2) estabelecer os paradigmas regulatórios à promoção ordenada e controlada de mudanças socioeconômicas em meio a uma sociedade caracterizada pelas

contradições de suas estruturas de riqueza e poder (LEAL, 1998, p.98)

Através dela, elementos como liberdade, pluralidade e um grande rol de direitos deveriam ser garantidos pelo Estado. Todavia, o que ocorre na prática é que a Constituinte promulgou que a República brasileira é um Estado democrático de direito, mas não atinge a todos de forma plural e igualitária. O Estado democrático de direito surge a partir da afirmação da cidadania como um de seus fundamentos, mas sem isso, sem cumprir para todos o direito ao exercício da cidadania e a dignidade humana, o Estado tornar-se uma força subjugadora.

A Constituição, de uma forma geral, é um pacto de poder e “aponta tanto para o sentido normativo quanto para a função constituinte de poder” (NEVES, 1994, p.55). Esta perspectiva corresponde ao Estado burguês de direito, garantindo a liberdade burguesa e a divisão de poderes que tornem possível o exercício desta liberdade, limitada para a grande maioria da população. De fato, a promulgação da Constituição não modificou as relações de poder existentes dentro do Estado. Pelo contrário, reforçou os poderes do Estado cujo alicerce se encontra relacionado aos interesses específicos da burguesia. Até o Estatuto das Cidades (Lei 10.257 de 2001) segue esta lógica. São postulados que abrem caminhos para o ordenamento urbano, para a melhoria da vida nas cidades (e no campo), mas dentro dos limites da ordem vigente, da produção e reprodução de capital, sem alterar as bases sociais que promovem a desigualdade socioeconômica em nosso país.

Giza-se que o Estatuto das Cidades surgiu como Projeto de Lei (PL) em 1989, apresentado pelo senador Pompeu de Souza do PSDB logo após a vitória dos movimentos populares de garantir na Constituição os artigos 182 e 183, que tratam da política urbana e introduzem a função social da cidade como garantia de bem-estar aos seus habitantes (BRASIL, 1988).

Foi nesta época que surgiu o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), mais precisamente em 1987, que tinha como principal objetivo pressionar o Congresso Nacional para regulamentar o capítulo da política urbana, o que daria início à uma profunda reforma urbana no país. O Fórum, formado por movimentos populares, ONGs, instituições de pesquisa e

associações de classe, se consolidou a partir da influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidades com forte protagonismo nas lutas no campo e que, através da teologia da libertação, passaram a unificar as lutas urbanas pontuais que existiam no país na década de 1970. A partir de então, o FNRU passou a crescer, sendo um importante fórum de pesquisa e articulações regionais, nacionais e internacionais.

Na década de 1990, foi realizada uma campanha contra a efetivação do Estatuto que regulamenta os artigos 182 e 183. Esta campanha foi articulada pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Administração de Imóveis (SECOVI), pela Câmara Brasileira das Indústrias da Construção Civil (CBIC), Sindicato das Indústrias da Construção Civil de São Paulo (SINDUSCON) e pela Sociedade Brasileira Tradição, Família e Propriedade (TFP) que argumentavam que o direito à propriedade era absoluto (SILVA, 2003).

Após mais de onze anos de tramitação, o Estatuto das Cidades foi aprovado, mas ainda assim, é pouco utilizado. Em verdade, muitas leis ficam apenas no papel, tornam-se letra morta, por não atenderem às prerrogativas da classe dominante. Por isto que nosso Estado não conseguiu pôr em prática uma reforma agrária ou urbana que garantissem acesso à terra a todos os brasileiros. Estas são reformas de caráter revolucionário. Alteram relações de poder e colocam o exercício da cidadania em um patamar real, com todas as consequências que isso traz como: maior participação popular nas esferas econômicas e políticas, descentralização do poder e dos meios de produção, entre outros.

Há tempos o Estado se mostra ineficiente em garantir direitos básicos, mínimos, fundamentais (apresentados em 78 incisos no Artigo 5º da Constituição). O faz, em verdade, de forma seletiva. Garante o direito à propriedade, mas nega o direito à prerrogativa de atendimento à função social, seja ela ambiental, educacional, de moradia, dentre todos os tipos de função social passíveis de serem ordenadas via plano diretor.

Sob a perspectiva de um Estado ditado pelas regras do neoliberalismo, no Brasil, surgem Projetos de Emenda Constitucionais (precisamente a PEC 80 apresentada pelo filho do presidente autoritário, Jair Bolsonaro, o deputado federal Flávio Bolsonaro) que buscam retirar da Constituição de 1988 o inciso

que atribui função social à propriedade, mesmo que esta não seja totalmente cumprida.

Ao retirar do Estado a responsabilidade de garantir a função social da propriedade, emendas como esta reforçam a atuação de grandes incorporadoras e inclusive de organizações criminosas, já atuantes em grandes territórios do nosso País.

A função social da propriedade é um grande avanço, assim como o Estatuto das Cidades. Mas é um conceito em disputa. Ambos, são postulados característicos de um momento histórico que tinha como principal motor a tentativa de conciliar a propriedade vista como meio econômico e a propriedade vista como meio necessário à vida. Nesta balança, nos parece pesar mais a propriedade voltada para o desenvolvimento econômico, nem que para isso se tenha como consequência a humilhação e a morte. É sobre essa premissa que a PEC de Flávio Bolsonaro se sustenta, na prioridade econômica. A função social da propriedade e o Estatuto das Cidades visam também conciliar vontades distintas de classes sociais antagônicas, algo que não ocorreu. Novamente, a balança parece pender para o lado mais poderoso, em meio a conflitos fundiários. Pende para o lado do proprietário, da especulação imobiliária.

Desta forma, tais postulados se demonstram frágeis. Talvez, se forem de fato efetivados, principalmente aqueles artigos do Estatuto relacionados ao bem da coletividade, podem se criar as condições para que a população passe a defendê-los, para além de uma parte de juristas e dos movimentos sociais. Ademais, há um grande investimento público, ou seja, um investimento de toda sociedade para que determinadas localidades da cidade tenham uma boa estrutura. Por que, então, um proprietário tem o direito de manter, em um bairro com boa estrutura, um edifício fechado ou um terreno abandonado? As decisões de reintegração de posse de prédios públicos e privados analisados ao longo desta tese demonstram ser esta a realidade: o proprietário mantém sua propriedade como bem entender. Vazia, abandonada, sem reformas, sem pagar tributos, podendo causar danos a pessoas e à cidade.

Em verdade, a efetivação da função social da propriedade e do Estatuto das Cidades como um todo dependem da efetivação de um outro tipo de

propriedade que não a privada. Um tipo de propriedade avançada, absoluta apenas se coletiva. Também serão passíveis de efetivação se o poder de decisão sobre a terra não estiver atribuído a rentistas e representantes de classe como os sindicatos patronais citados anteriormente, que defendem a propriedade privada acima de tudo.

Para além disto, é necessário que o Estado, como um todo, na sua divisão de poderes, coloque o acesso à terra como prerrogativa ao cumprimento do direito à moradia (e, também, à alimentação, se pensarmos para além das fronteiras urbanas). Isto aponta para pensarmos uma nova Constituição, de carácter popular e baseada nas necessidades daqueles que nunca vislumbraram o Estado democrático de direito.

Para além das leis que, como vimos, já encontram grandes entraves para sua efetivação, é necessário que a população de uma forma geral defenda a construção de uma cidade democrática, e por consequência, sua função social. Isso deve passar por um debate que questione as estruturas de poder em nosso país e no mundo. Se no Brasil a propriedade privada se mostra como um entrave ao desenvolvimento das cidades, ela deverá ser questionada.

O processo reivindicatório que culmina com uma proposta de reforma urbana para o Brasil, que deve surgir dos movimentos populares, precisa ater-se em compreender a lógica que sustenta a propriedade privada, e questioná-la. Se queremos falar de democracia, precisamos falar em democratização da propriedade da terra. Isso é fundamental e passa por diversas diretrizes do Estatuto das Cidades, como a desapropriação de áreas privadas que sejam de interesse social.

Será difícil cumprir um regramento progressivo relativo ao planejamento urbano enquanto a propriedade privada guiar as decisões políticas e jurídicas como um todo. Ultrapassar essas limitações exige que olhemos a raiz do problema: as bases do sistema capitalista.

2.2 Sobre a formação da cidade e o projeto neoliberal estratégico

O primeiro eixo de conceitos que será utilizado neste trabalho nos permitirá vislumbrar algumas facetas do capitalismo e do projeto neoliberal estratégico implementado no mundo, assim como algumas formas de resistência a eles. Para tanto, buscamos compreender a relação existente entre produção habitacional e o processo de urbanização.

De acordo com David Harvey (2016), para além da produção habitacional, todo o processo de urbanização está atrelado ao excedente de capital desde os primórdios do sistema de acumulação capitalista⁴. Em verdade, as cidades, ainda na Idade Média, passam a ser a materialização da acumulação primitiva do capital, seu *lócus* de sustentação, como afirma Paul Singer (1977):

Pode-se interpretar, deste modo, o surgimento do capitalismo no seio da sociedade feudal, sua longa luta para se desenvolver e o seu triunfo final como uma etapa histórica do desenvolvimento das forças produtivas urbanas. O capitalismo surge na cidade, no centro dinâmico de uma economia urbana, que lentamente se reconstitui na Europa, a partir do século XIII (SINGER, 1977, p.22).

No decorrer da Idade Média, a produção comercial passou a encontrar nos lares dos artesãos, o local para a produção de mercadorias. Até então, este processo ocorria fora das cidades e tornou-se a base para a concentração do comércio além dos feudos. Em pouco tempo, esta dinâmica resultou no aumento do comércio e na decorrente acumulação de capital, assim como na evolução das técnicas de produção e conseqüentemente, na Revolução Industrial. Esta, já em solo urbano, tinha características que indicavam e reforçavam uma nova divisão do trabalho e o surgimento de classes

⁴ Em 2011, David Harvey confessou que só começou a ler as obras de Karl Marx aos 35 anos de idade (HARVEY, 2011, p. 13). A partir daí, o autor passou a escrever diversas obras na qual se destaca *Os Limites do Capital* (2013). Neste livro, Harvey busca relacionar os preceitos d'O Capital com a produção do espaço. Ao lermos tal livro e, segundo Karl Marx (1867), a base econômica do capitalismo é a expropriação de terra. A partir daí, a produção do campesinato foi alterada, como se observa nos séculos XV e XVI na Europa, através do cercamento de terras comunais. A dissolução feudal culminou na formação de uma massa de trabalhadores que foram encontrar na venda de sua mão-de-obra na cidade, para as fábricas e logo indústrias, a única forma de subsistência. A formação destas cidades já absorvia capital excedente provindo da expropriação de terra do campo.

antagônicas, hierarquizadas: a burguesia, nesta fase, os donos de fábricas, ou seja, dona dos meios de produção; e o proletariado, responsável pela fabricação de mercadorias.

Já neste período, a formação, o desenvolvimento e o planejamento das cidades estavam voltados para a continuidade do processo produtivo capitalista, para o comércio de tudo, inclusive do solo. A formação das cidades permitiu que os trabalhadores estivessem próximos aos locais de produção e, ainda, próximos aos locais de compra e venda de mão de obra e mercadorias. Esta lógica da reprodução de capital e de produção espacial é inerente a este sistema, estão intrinsecamente ligados e se perpetuam até os dias atuais.

Ademais, a acumulação de capital e seu excedente geram uma necessidade de investimentos, de rentabilidade – com crises cíclicas durante todo o processo – e encontra na produção imobiliária uma alternativa para seu reinvestimento.

Contudo, a intensificação deste processo teve início com a desregulamentação do sistema financeiro ocorrido na segunda metade da década de 1980, processo impulsionado pela implementação do projeto neoliberal estratégico em diversos países, de forma diferenciada. O período liberal que o antecede no Ocidente foi marcado pela baixa rentabilidade das indústrias de produção massiva. Para contornar a situação, as potências econômicas mundiais passaram a defender o projeto neoliberal estratégico, comprometido com a abertura de mercados competitivos e o fim da regulação estatal.

Os autores Theodore, Peck e Brenner (2009) analisam a implementação do neoliberalismo a partir da reestruturação das cidades, consequência direta de uma das premissas de tal projeto: o desmantelamento das políticas sociais, além da ofensiva contra o trabalho organizado e da intensificação da competição por investimentos entre localidades. Para eles:

Las ciudades definen algunos de los espacios en que echa raíces el neoliberalismo, un proyecto geográficamente variable, pero interconectado translocalmente. Es también en el ámbito urbano donde se da el reiterado fracaso de las políticas neoliberales y algunas esporádicas resistencias a ellas, con lo que también se hacen visibles ciertos límites potenciales del proyecto neoliberal (THEODORE; PECK, e BRENNER, 2009. p. 3)

De fato, o neoliberalismo se apresenta como a autorregulação dos mercados a partir da menor atuação possível do Estado. Contudo, seus efeitos demonstram que, na prática, para sua implementação, o neoliberalismo tem intensificado drasticamente a pobreza, além de impor novas formas de polarização social e aumentar as desigualdades do desenvolvimento espacial.

Ao longo de sua implementação mundial, o neoliberalismo “evoluiu” de uma forma de regulação dirigida pelo mercado e orientada para estimular o crescimento econômico, para uma forma de oposição a fracassos governamentais e contradições políticas a ele inerentes, abrindo espaço para o surgimento de um neoliberalismo cada vez mais dependente do Estado e dos recursos por ele gerenciados, vide, por exemplo, a injeção do Banco Central Americano de mais de 7 trilhões de dólares aos 6 maiores bancos privados daquele país após a crise imobiliária americana (Bancos..., 2011 *apud* SOUZA, 2018).

Atualmente, nas políticas urbanas, o projeto neoliberal estratégico, via suas agências reguladoras (como o Fundo Monetário Internacional – FMI, por exemplo), visa administrar os espaços da cidade tanto para o crescimento econômico orientado pelo e para o mercado, como para o controle das populações vulneráveis. Faz isso a partir de reformas institucionais que promovem o aniquilamento de programas de base comunitária e de iniciativas que o Estado cumpre com dificuldades (ou não cumpre de nenhuma forma), passando as responsabilidades estatais para a iniciativa privada (nacional ou transnacional).

A implementação do projeto neoliberal nas cidades brasileiras ocorreu a partir da década de 1990, quando houve uma maior inserção da iniciativa privada na produção e gestão urbanas. A autora Ângela Maria Gordilho Souza (2008) analisa tal processo, observando a ação corporativa procedendo através de:

[...] consórcios de grandes empresas atuando em todo o processo, desde as definições dos projetos, implantação e gestão dos serviços e equipamentos coletivos, em circuitos fechados, sem a necessária discussão pública mais ampla, confrontando-se, assim, aos direitos e obrigatoriedade da participação e inclusão social, legisladas pelo Estatuto da Cidade, em prol dos interesses coletivos (SOUZA, 2008, p. 246).

Como resultado, a implementação do projeto neoliberal estratégico trouxe, como em outros países e como apontado por Theodore; Peck, e Brenner (*op. cit.*), diversos problemas, entre eles o congelamento das políticas públicas voltadas à diminuição da desigualdade social, a densificação das ocupações periféricas já consolidadas e o surgimento de novas, a precarização da vida como um todo nas áreas periféricas e o fortalecimento das redes de tráfico de drogas e igrejas evangélicas, além do aumento da violência.

De acordo com Luiz César de Queiroz Ribeiro (2020), no Brasil, a implementação do plano neoliberal estratégico ainda está em curso, sendo o golpe institucional de 2016 um marco para uma inflexão ultraliberal presente, fenômeno que retoma de forma ainda mais radical os princípios do ciclo neoliberal de 1990, e isso se materializa no espaço urbano. Após o golpe, a desregulamentação estatal ocorreu de forma mais acentuada e violenta, alterando os modelos de governança urbana, algo que fortaleceu o projeto de cidades competitivas-empendedoras, e a desarticulação do sistema de proteção e seguridade social (RIBEIRO, 2020).

Dialeticamente, em oposição a este movimento, ressurgem pautas e organizações, movimentos sociais se colocam como protagonistas de resistência e articulam diversas formas de lutas reivindicatórias. As ocupações são uma forma destas lutas reivindicatórias. Através delas, a população civil organizada busca o direito à cidade e sua apropriação, algo “bem distinto do direito à propriedade” como nos lembra Lefebvre (1991[1968], p. 135).

Existem, contudo, e na maioria dos casos, ocupações espontâneas. Elas ocorrem a partir da abertura de novos empreendimentos e pontos de acesso no espaço urbano. Surgem também a partir da ampliação desorganizada da cidade, da necessidade e tornam-se, através do esforço individual e coletivo, uma forma de política pública de habitação à margem do Estado. Muitas delas se consolidam com o tempo.

Consolidam-se também aquelas ocupações planejadas pelo Estado a partir de remoções.

São desses bairros e ocupações que nascem associações de moradores e de mães. E são desses bairros que surgem lideranças e participantes de movimentos sociais.

Associações e movimentos sociais têm como objetivo organizar a população para atuar em prol de questões como falta d'água, de luz, transporte, posto de saúde, escola, entre outros. Fazem isso a partir de reuniões e assembleias, abaixo-assinados, protestos, audiências públicas, enfim, elaboram métodos para pressionar o ente público.

Neste sentido, as ocupações são uma estratégia mais radical de pressão. Ocupar é um evento que questiona a propriedade privada.

Com o tempo, os métodos e lutas criados nas ocupações espontâneas culminaram com o surgimento de ocupações organizadas por movimentos sociais. Estas ocupações reforçam o caráter reivindicatório da luta por moradia. A partir delas, a saída do grupo de ocupantes de uma determinada propriedade depende do alcance de uma demanda.

Para além disto, ocupar pode trazer à tona uma pauta, colocá-la “na ordem do dia”, gerar um debate amplo e conscientizar milhares acerca de um problema específico. Esta é a intencionalidade da ocupação: evidenciar um problema. No caso das ocupações urbanas em áreas centrais organizadas por movimentos sociais, evidenciar o problema estrutural de falta de moradia digna e a possibilidade de destinação de prédios abandonados para habitação.

De fato, a ocupação é um evento que busca produzir e reproduzir uma projeção de sociedade e de espaço geográfico, aqui visto como “uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida” (SANTOS, 1982, p.15), além de ser uma projeção do que se quer, para o futuro, de uma sociedade. Acerca dos eventos, Milton Santos (1996) aponta que:

Um evento é resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio preexistente. Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há evento, não antes (SANTOS, 1996, p.95).

A ação de ocupar é resultado de um processo histórico que se materializa. Aqui, trata-se do processo de déficit habitacional (número de famílias que vivem em condições de moradia precárias), associado à intenção de evidenciar a existência de dezenas de prédios abandonados nos centros urbanos, assim como terrenos vazios nos bairros mais periféricos.

Ademais, a ação de ocupar será mais eficaz quão mais adequado for o objeto. Neste caso, a ocupação nasce em função da falta do objeto habitação digna para os trabalhadores e, para realizá-la, busca-se na cidade um local adequado para tanto. É um evento histórico individual e, também, coletivo, que supõe a ação humana. Aqui, evento e ação são sinônimos e geram uma força que pode impulsionar a realização de mais ocupações.

Estes eventos tornam-se exemplo e criam as condições subjetivas de novas possibilidades de organização. Isto vai depender da amplitude e da duração do evento “ocupar”. Dependerá também do nível de organização e de incidência do evento. Em termos geográficos, a escala de incidência do evento refere-se à noção da área de ocorrência, precisamente no centro da cidade, local de passagem de todos e moradia de alguns.

Contudo, representa, solidariamente, um problema urbano mundial, ampliando a importância e, paralelamente, a incidência do evento. Milton Santos (*op. cit.*) fala em dois tipos de solidariedade passíveis de um evento histórico:

O primeiro tem como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum. No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenômeno (SANTOS, 1996, p.152).

A partir desta premissa, podemos dizer que o evento “ocupar” é local, tratado no âmbito da municipalidade a partir de agentes diversos. Porém, torna-se um fenômeno na medida em que impulsiona uma mudança e restringe outros eventos, como o do abandono de um local, ou o desuso de áreas, prédios e terrenos. Assim, concomitante à ocupação, existe um “movimento de uma totalidade superior à do lugar que se instalam” (SANTOS, *op. cit.* p.152). Este movimento pode ser relacionado à implementação do neoliberalismo nas cidades, processo que tem promovido o abandono de patrimônios públicos ou privados como medida de um projeto político voltado para o mercado imobiliário. Neste quesito, observamos que o abandono de locais ou até de

regiões podem gerar uma desvalorização durante um período e, posteriormente, uma (re)valorização via processo de gentrificação, para termos um exemplo.

O evento “ocupar” reconsidera a constituição passada e presente de um lugar e revê a evolução concomitante de diversos lugares similares. Tal evento pode, ainda, questionar os processos de formação de um local e da sociedade que o criou. Para o autor, “vem daí o papel central que a noção do evento pode representar na contribuição da Geografia à formulação de uma teoria social.” (SANTOS, 1996, p.155).

De fato, apesar da finitude do evento “ocupar”, sua intenção permanece no tempo e no espaço e pode servir como base para a compreensão da construção do espaço geográfico no que tange o seu passado, assim como sua construção futura dentro de novas e outras possibilidades.

Para nós, isto só é possível através de uma análise baseada em uma teoria urbana crítica, uma vez que a (re)construção contínua do espaço urbano deve ser analisada a partir de um caráter ideológico e político mediado e resultante de relações de poder criadas historicamente. É a partir de um olhar crítico a estas relações que torna-se possível uma outra forma de urbanização.

Historicamente, o termo Teoria Crítica surgiu com Max Horkheimer em 1937 na obra “*Traditional and Critical Theory*”. Ao longo dos anos, o conceito foi aprimorado por Theodor Adorno, Herbert Marcuse e por Jürgen Habermas. Neste contexto, destaca-se a obra “Homem Unidimensional” de 1964, escrito por Herbert Marcuse, na qual o autor defende uma teoria crítica à sociedade capitalista e suas contradições, percebendo tal sociedade como um todo que agrupa diversos tipos de relações. Sua relevância dá-se exatamente por pontuar que a Teoria Crítica não é um método pronto a ser replicado. Inclusive, é este o ponto de inflexão da Teoria Crítica em relação às demais: sua aplicação consiste na apreensão das práticas como instrumento de análise e conhecimento. E estas práticas são muitas, variadas e estão também no plano do devir, possibilitando a emancipação através da experiência, do erro, do acerto e do novo. Sua superação como teoria ocorre quando esta torna-se obsoleta, uma vez que praticada. Na verdade, tal teoria só pode ser superada

na prática e a partir da negação de uma teoria urbana dominante, o que inclui uma urbanização tecnocrática, de padrão mercadológico.

Sobre estas bases que conferimos o caráter emancipatório das experiências geradas a partir de ocupações, aqui vistas como *práxis* que nega as imposições do projeto neoliberal estratégico voltado para as cidades.

A imposição da construção urbana neoliberal busca sufocar o que surge a partir da coletividade, do popular.

O que a história recente de nosso país demonstra é que até as políticas públicas de habitação foram influenciadas pela lógica mercadológica e pelos agentes sociais que garantem a implementação do neoliberalismo nos países periféricos. Ao mesmo tempo, a implementação do neoliberalismo gesta as condições para seu questionamento, evidenciado nas ocupações de luta por moradia (e outras formas de protesto e resistência).

Embora nem todas as ocupações tenham como objetivo questionar a imposição neoliberal, quem ocupa compreende que existe uma estrutura que, de diversas formas, o deixa sem moradia ou em uma moradia que deveria ser melhor, assim como toda a sua condição de vida e de sua família. A tomada de um terreno ou prédio por famílias carentes e de forma organizada, em um local central da cidade confronta o fluxo imposto aos mais pobres, questiona a propriedade privada sem função social e transforma-se em um evento local que pode ter maiores dimensões, que pode ensinar como viver a partir de novos horizontes.

Estes eventos podem romper com a segregação espacial urbana, neste caso, a segregação residencial que caracteriza as cidades brasileiras.

Ao pensarmos em segregação espacial urbana, encontramos autores que, baseados na teoria marxista, veem a produção do espaço geográfico a partir de uma organização voltada para a acumulação e reprodução de capital e que tem por fim e estratégia aumentar a exploração da força de trabalho, valorizar capital e garantir o domínio social para sua continuidade como sistema econômico.

Em um sistema dividido em classes de possuidores e não-possuidores dos meios de produção, e por consequência, possuidores e não-possuidores das terras, a organização espacial revela a exclusão. A organização espacial é,

na verdade, fruto de um sistema socioeconômico excludente que resulta em diversas formas de segregação.

No que tange à segregação espacial, esta, dialeticamente, reflete a desigualdade social, ao mesmo tempo em que produz desigualdade.

Em 1999, Zygmunt Bauman, na obra “Globalização: consequências humanas” apresentou o conceito de “confinamento espacial” no qual grupos economicamente distintos são separados, o que acarreta a invisibilidade dos mais carentes. Para Bauman (1999, p. 114), “o isolamento e a função essencial da separação espacial é reduzir, diminuir e comprimir a visão do outro”, algo recorrente no planejamento urbano moderno que amplia as periferias – espaço que logo tornou-se palco de disputas com os condomínios fechados construídos para os ricos. A solução para tal problema deu-se através de um método arcaico de “distanciamento”: a construção de muros. Na mesma linha de Bauman, Loïc Wacquant (1995, 2004 e 2008), apresenta diversos estudos sobre a formação de guetos, talvez a maior e mais cruel expressão da existência da segregação residencial.

A segregação residencial nas grandes cidades contemporâneas revela o racismo e o preconceito observados na vontade de impedir a convivência com os segmentos excluídos da sociedade. É este processo que empurra os trabalhadores que ganham menores salários para áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos. Este processo também mantém em uma espécie de confinamento ricos e pobres, destinados a utilizar determinados lugares das cidades.

Bauman ainda aponta que “os de baixo volta e meia são expulsos do lugar de que gostariam de ficar. Se eles não se retiram, o lugar muitas vezes é puxado como um tapete sob seus pés” (BAUMAN, 1999, p. 95), sem poder de decisão, sem negociação, são levados através da dinâmica que garante os interesses da classe dominante.

Ao serem expulsos do lugar em que gostariam de ficar, passam a ocupar parcelas desvalorizadas do solo urbano, espaços que passam a agregar pessoas vindas de diversas localidades, que não de criar um sentimento de pertencimento ao longo de gerações, mas que, em um primeiro momento,

avistam conflitos e a aglomeração sem planejamento, em um local carente de serviços públicos básicos.

Neste sentido, o Estado se mostra como um agente da segregação residencial, ora expulsando via planejamento urbano os mais pobres dos centros urbanos (através de despejos e remoções), ora através da decisão política e econômica de não atender às demandas dos bairros carentes, investindo apenas nas áreas onde moram pessoas com maior poder aquisitivo, algo que fortalece a especulação imobiliária. Assim, o Estado tem sido um agente social primordial que garante a segregação espacial e residencial. Assim como o Estado, outros agentes sociais conformam o espaço urbano, podendo aumentar ou diminuir processos espaciais como a segregação residencial.

Para compreendermos como ocorre esta influência, torna-se importante analisar os agentes sociais que produzem e se relacionam nas cidades, suas prerrogativas e inserções, dando enfoque àqueles que atuam diretamente na conformação do espaço: os agentes espaciais.

2.3 Sobre agentes sociais e espaciais e um breve histórico da produção de habitação popular no Brasil

Para compreendermos como ocorre a produção habitacional no Brasil, assim como a implementação do projeto neoliberal em nossas cidades, analisaremos as ações de alguns agentes sociais específicos.

A produção das cidades é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias. Os agentes sociais materializam no espaço social – aqui visto como aquele apresentado por Lefebvre (1976) como *lócus* da reprodução das relações sociais de produção – suas estratégias e interesses. Estes agentes podem ser os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, os movimentos sociais, a Igreja e/ou os grupos sociais excluídos (CORREA, 2011).

O estudo sobre agentes sociais teve início no campo da Sociologia, sendo abordado na obra “Economia e Sociedade”, de Max Weber (1921). Para o autor, a ação social é algo orientado por agentes dotados de finalidades, guiados por valores. Ele pontua que:

Para outros fins de conhecimento (por exemplo, jurídicos) ou para finalidades práticas, por outro lado, pode ser conveniente e mesmo inevitável tratar de determinadas formações sociais (Estado, cooperativa, sociedade por ações, fundação) como se fossem indivíduos (por ex., como se fossem detentores de direitos e deveres ou como agentes em ações juridicamente relevantes) (WEBER, 2000, p. 9).

Na Geografia, foi David Harvey que uniu o conhecimento sobre agentes sociais à produção habitacional ao tratar de atores do mercado da moradia. Estes determinam os diferentes valores de uso e valores de troca sobre a moradia e o solo urbano. Para Harvey (1973), os atores do mercado da moradia podem ser subdivididos em seis grupos: usuários da moradia, corretores de imóveis, proprietários – os rentistas e que alugam peças, apartamentos e casas –, os incorporadores e a totalidade da indústria da construção habitacional, as instituições financeiras e, por último, as instituições governamentais. Estes se relacionam de forma desigual ao atuarem na conformação do uso do solo urbano, gerando disputas territoriais.

Em poucos anos, os estudos da Geografia incorporaram o conceito de agentes em diversas análises espaciais. Primeiramente, surgiu o conceito de agentes da paisagem urbana, cunhado por J. W. R. Whitehand (1992) no livro “*The Making of Urban Landscape*”. Para o autor, a paisagem é resultado das ações, e seus consequentes conflitos, entre proprietários, promotores, construtores e arquitetos.

Por influência do livro “A produção do Espaço” de Henri Lefebvre (1974), muitos geógrafos passaram a analisar os agentes da produção do espaço, ou agentes modeladores ou espaciais, sem deixar, porém, de tratar de atores e agentes sociais.

Uma abordagem mais completa sobre agentes sociais foi apresentada em 2011 por Pedro de Almeida Vasconcelos no artigo “A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: avanço ou recuo?” no qual o autor propõe analisar as relações sociais a partir de 20 agentes sociais:

1) Agentes vistos como indivíduos, como famílias ou ainda como grupos ou movimentos sociais; 2) Agentes vistos como empresas, associações ou outras instituições coletivas (com contratos, normas); 3) Agentes privados ou públicos (limites do privado, papel normativo e outros do público); 4) Agentes legais ou ilegais, formais ou informais (Direito, regulamentação); 5) Agentes hegemônicos ou dominantes, ou dominados (poder, economia, cultura); 6) Agentes visíveis ou invisíveis (decisões tomadas por agentes do mercado financeiro, por ex.); 7) Agentes imóveis ou móveis (ex. mobilidade de empresários, dos residentes); 8) Agentes examinados segundo suas ações locais, regionais, nacionais ou globais (escala); 9) Agentes centrais ou periféricos (em diferentes escalas); 10) Agentes internos e externos à cidade (decisões locais ou externas); 11) Agentes revolucionários ou reformistas; 12) Agentes transformadores ou conservadores na cidade (defensores do patrimônio, por ex.), 13) Agentes ativos ou passivos (cidadania, participação política); 14) Agentes estáveis ou efêmeros (Igreja, organizadores de eventos); 15) Agentes difusores ou receptores (da técnica, da cultura etc.); 16) Agentes articulados ou desarticulados (noção de redes); 17) Agentes unifuncionais ou plurifuncionais; 18) Agentes sociais, culturais, econômicos, políticos; 19) Agentes religiosos ou seculares; 20) Agentes atuais ou pretéritos (VASCONCELOS, 2011, p.91-92).

Ao longo dos anos, a categorização de agentes tem possibilitado uma melhor compreensão quanto às diferentes intencionalidades que permeiam a produção do espaço. De fato, nem todos os agentes sociais cumprem um papel de agente direto na produção do espaço, ou seja, nem todo agente social é um agente espacial.

Para este trabalho nos atentaremos à influência de dois agentes espaciais cujas ações têm relação direta com a produção de moradia. São eles: o Estado e movimentos sociais (assim como os indivíduos que neles se organizam).

Quanto ao Estado, utilizaremos o conceito aprimorado por Engels na sua mais popular obra: “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” de 1884. Para ele – e para a teoria marxista – o Estado é o produto do antagonismo de classes, aparecendo no período histórico em que torna-se impossível conciliar as diferentes classes que compõem a sociedade. Ao mesmo tempo que a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis, ele é detentor de um aparato desenvolvido para sua manutenção. Para Engels:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, “a realidade da Ideia moral”, “a imagem e a realidade da Razão” como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de

que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagonicas, com interesses econômicos contrários, não se entredevorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2012 [1884], p.213).

Ao longo da história, o Estado apresentou-se como um órgão de dominação de classe, submetendo uma classe por outra e amortecendo suas contradições. De fato, a criação do Estado legaliza e regulamenta a submissão de uma classe por outra.

Ao contrário do que ocorria na organização patriarcal das tribos ou clãs, o Estado primeiramente surgiu através da divisão dos territórios e, conseqüentemente, daqueles que os habitavam. A partir daí, as decisões coletivas antes tomadas pelos homens dos clãs foi gradualmente substituída pela instituição do Estado.

Para além disto, o Estado se apresenta como uma instituição pública que organiza as forças armadas e todo o aparato policial a elas relacionadas (prisões, instituições coercitivas). Esta separação entre força coercitiva estatal (armada) e sociedade (desarmada) é essencial para o controle de uma sociedade dividida em classes (LÊNIN, 1917).

Tal fator é evidenciado quando percebemos que há o aumento de investimento em força coercitiva e militar em momentos em que as contradições do capitalismo ficam mais evidentes e há um nível mais elevado da luta de classes, com a organização de protestos e outros tipos de luta por reivindicações. No período recente, vimos o aumento de gastos militares aumentar devido à crise econômica e política que afetou diversos países.

No plano econômico, para a implementação do neoliberalismo estratégico, os Estados capitalistas participaram ativamente da abertura dos mercados comerciais e financeiros. De acordo com Karl Marx e Friedrich Engels "o moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa" (MARX & ENGELS, 1848, p.69). Através desta perspectiva, todas as decisões que envolvem a ação do Estado capitalista, suas políticas públicas e econômicas, não entram em

confronto com as aspirações da classe dominante. Ao contrário, o Estado capitalista se coloca como um articulador de demandas, mantendo como primordial as relações entre aqueles que detêm poder econômico.

Ao tratarmos da atuação do Estado perante o problema da moradia no Brasil, utilizamos como referência pesquisas de autoras de diferentes áreas do conhecimento como Ermínia Maricato, Maria Beatriz Cruz Rufino e Lúcia Zanin Shimbo, professoras Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e Mariana de Azevedo Barreto Fix, professora no Instituto de Economia da Unicamp. As autoras abordam diferentes aspectos sobre a produção do espaço e habitacional atual, mas convergem quando se trata do plano de fundo que acompanha tal produção: a influência da financeirização do mercado imobiliário na produção habitacional.

Para entendermos como ocorre e evoluiu a produção habitacional popular no Brasil, utilizamos os estudos de Nabil Bonduki (1998) que fez um apanhado histórico no livro “Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria”.

Ao lermos tal obra, percebemos que os problemas habitacionais no Brasil não iniciaram a partir da financeirização do mercado imobiliário. Durante muitos anos, mas, principalmente, a partir da década de 1960, a política habitacional brasileira esteve atrelada aos ditames do mercado.

No que concerne à produção de habitação social, estas passam a ser consideradas problemáticas no final do século XIX. Neste período, ocorreu uma expansão econômica no país associada à adoção da mão de obra assalariada na produção. Conseqüentemente, as cidades se expandiram de forma desordenada com a produção de casas de baixo custo, com ligações de água e esgoto precárias. Tal processo ocasionou epidemias, voltando o olhar público para problemas relacionados à saúde da população.

Podemos dizer que neste período ocorreu a primeira crise habitacional nas principais cidades do país. Foi neste período que ocorreram os primeiros indícios de segregação espacial e residencial. Os efeitos desta crise urbana não foram sentidos da mesma forma por toda população, ocorrendo expansão de rede de água, esgoto e eletricidade apenas em algumas áreas privilegiadas das cidades.

Para além de serviços, estas áreas privilegiadas foram planejadas sob forte influência da visão de cidade moderna europeia, algo comprovado através das referências bibliográficas sobre a época. Quando buscamos documentos históricos de tal período, temos dificuldade em encontrar relatos sobre o cotidiano nos bairros pobres. Temos muito mais dificuldade em encontrar mapas destes bairros. Os poucos documentos e relatos da época encontrados sobre a vida nos bairros proletários são impregnados de uma visão elitista.

Tal visão compactua com a adoção de uma política de despejos compulsórios, em especial em bairros que se encontravam em áreas estratégicas para logística e/ou centrais. À época, o discurso de higienização dava aval perante a opinião pública para a tomada de decisões administrativas que eram, por muitas vezes, desumanas, como a queima de casas, além dos despejos.

Muitos trabalhadores buscavam os cortiços e as hospedarias para se estabelecer. Também era comum a utilização de terrenos que já continham prédios e casas para a construção de pequenas peças. Estes tipos de moradia popular persistiram com o passar do tempo em diferentes áreas da cidade.

No período da Primeira República (1889-1930), o Estado, de cunho liberal, buscava intervir o menos possível na esfera privada, o que agravava os problemas habitacionais nas cidades brasileiras.

Foi só no final década de 1910 que a população passou a reivindicar, através de protestos e mobilizações, o planejamento do espaço urbano dada a insuficiência dos serviços geridos pelas empresas privadas de luz, saneamento e transporte. Como resposta, o Estado passou a atuar em três frentes:

(...) através “do controle sanitário das habitações; a da legislação e códigos de posturas; da participação em obras de saneamento e baixadas, além da urbanização da área central; e da implantação de rede de água e esgoto.” (BONDUKI, 1998, p. 29).

Neste período, a principal forma de habitação dos trabalhadores ocorria através do aluguel. Foi também neste período que iniciou a produção rentista da moradia popular e aumentou a influência dos rentistas sobre as decisões estatais. Isto muda durante a ditadura Vargas (1930-45), momento em que a política nacional-desenvolvimentista abriu espaço para uma visão diferenciada sobre a questão habitacional, seguindo os debates internacionais sobre o tema.

De fato, em meados do século XX, a moradia de uma forma geral passou a ser vista como primordial para a reprodução da força de trabalho e do próprio capital que logo se abriria para a produção voltada para o consumo. Também, a moradia unifamiliar ou individual seria imposta, se sobrepondo a um tipo de habitação coletiva, vista como perigosa por fortalecer as relações sociais como um todo.

No mundo, a ascensão do socialismo abriu caminho para uma maior intervenção do Estado na esfera privada, nos países capitalistas. No Brasil, isso acarretou na decisão de congelar o preço de todos os aluguéis através da Lei do Inquilinato, que entrou em vigor em 1942 e perdurou até 1964. A Lei do Inquilinato surgiu em meio a uma segunda crise habitacional, influenciada pelos problemas econômicos mundiais decorrentes da Segunda Guerra Mundial. Tal Lei possibilitou que ocorresse a ampliação do número de casas próprias entre os trabalhadores. Obviamente, foi uma lei muito criticada pela elite, dada a restrição que impunha sobre os direitos à propriedade privada.

Ao final do Estado Novo (1946) havia condições para a formulação de um programa habitacional para o país dada a existência de agências federais voltadas para isto, além de recursos voltados para habitação que foram gradativamente acumulados nos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Na prática, estes recursos foram destinados às incorporadoras via concessão de crédito e acarretou no aumento de construções comerciais e residenciais, além de fomentar a verticalização e especulação imobiliária. E ainda, estas incorporadoras passaram a investir na compra de terrenos, tornando-se grandes detentoras de terra urbanizada.

Além de construções residenciais destinadas a obtenção da casa própria, diversos conjuntos habitacionais de aluguel foram criados via IAPs. fazendo com que o Estado também se tornasse um rentista, combinando “um programa de habitação social com uma forma de investimento das reservas previdenciárias.” (BONDUKI, *op.cit.* p.107).

Nas periferias, a transformação de parcelas de solo rural em urbano e o autoempredimento de casas populares ocorria sob olhar benevolente do poder público e jurídico. Tais casas eram a alternativa que a população trabalhadora encontrava frente aos cortiços (VIANA, 1942, p. 133). Este

processo fará com que, em 1942, a existência de favelas no Brasil passe a ser oficial.

Com a imposição da Ditadura Militar de 1964, diversos aspectos da vida da população pioraram no país. No que concerne à habitação, os anos 1960 foram marcados pela atuação do setor privado na construção de unidades habitacionais a partir de uma grande leva de recursos públicos, não resolvendo, contudo, o problema habitacional no país.

Na década de 1980, ocorreu o congelamento do financiamento de habitação social e uma verdadeira interrupção das políticas públicas habitacionais, fazendo com que a base de construção de habitação social fosse definida pelo “trinômio casa própria, loteamento-periférico, autoconstrução.” (BONDUKI, 2004, p.12).

Neste período, as críticas à ação do governo ditatorial militar abriram espaço para o surgimento de propostas vindas a partir de intelectuais, urbanistas e movimentos sociais, calcadas no desenvolvimento sustentável “buscando romper a ideia de crescimento e progresso a qualquer custo, que predomina desde o período getulista.” (BONDUKI, *op.cit.*, p.321). Apesar destes esforços, na década de 1990 ocorreu a ampliação do poder do setor privado na produção habitacional. O que se colocava em prática eram as políticas desenvolvimentistas e neoliberais, tratando a questão da moradia a partir das tendências e exigências de mercado interno e, após, da economia internacional.

Na primeira década do século XXI, observou-se em diversas regiões do globo o aumento da produção imobiliária, assim como a valorização dos agentes de construção. Com isto, intensificaram-se os problemas relacionados à moradia com proporções nunca vistas antes na história.

Se nas décadas de 1960 e 1970 as periferias eram o local onde vivia a camada social espoliada de direitos, também chamadas de espaços de espoliação urbana, como definiu Kowarick (1979), local onde o Estado pouco atuava a não ser para a construção massiva de habitação padronizada como ocorria durante a Ditadura Militar, nas décadas de 1980 e 1990 a periferia será a maior expressão da urbanização extensiva que, ao incorporar áreas rurais, formaram as regiões metropolitanas deste século, caracterizadas pela

formação de favelas e ocupações informais mediante o processo de hiperperiferização (TORRES & MARQUES, 2001).

No Brasil do século XXI, essas periferias passam por um novo processo de expansão impulsionada pelas políticas públicas de moradia em grande parte construídas pela iniciativa privada, gerando novas desigualdades e intensificando a segregação residencial.

Neste início de século, grande aporte de investimento público foi direcionado para a construção habitacional, tendo como base (salvo algumas exceções) a padronização da construção, geração de economia de escala e procura de terrenos baratos. A busca por terrenos baratos colocou em evidência áreas relegadas do planejamento urbano – a periferia – onde concentram-se grandes glebas de terrenos baratos. Na nova dinâmica de reprodução de capital financeiro, essas áreas passam não só a ser atrativas, mas com o tempo, mais caras, como aborda Rufino (2016), ao analisar o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV):

Quando se analisa a localização da produção dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas, verifica-se a predominância da localização dos empreendimentos fora dos municípios-polo, mostrando a desarticulação do Programa com a concentração dos déficits e políticas habitacionais locais. Embora no Brasil praticamente não exista planejamento na esfera metropolitana, o Programa legitimou a metropolização do déficit, permitindo que os empreendimentos fossem implementados nos municípios mais distantes do núcleo, assegurando maiores ganhos ao setor privado (...) Embora existam particularidades regionais, um dos resultados claros do Programa é o esgarçamento das periferias, consolidando o alargamento e a metropolização da produção imobiliária, disseminando a valorização imobiliária em áreas que até então não haviam sido objeto de investimentos imobiliários (RUFINO, 2016).

O poder que tal produção gerou para o setor privado foi observado por diversos autores, assim como a mudança estrutural decorrente que houve no espaço urbano de uma forma geral, em especial nas periferias.

A partir deste apanhado histórico da produção habitacional no país, fica nítido que a atuação do Estado brasileiro sempre favoreceu o setor privado “resultando num longo processo de canalização de recursos públicos e semipúblicos para esse setor.” (SHIMBO, 2010).

Em verdade, já na fase de elaboração do PMCMV, o poder privado – representando por empreendedores, construtoras e empresários do setor –

teve grande influência. À época de sua criação, a crise econômica iniciada nos Estados Unidos varria o mundo. Como resposta à crise, o Programa foi lançado estrategicamente recuperando o setor da construção (FIX, 2011).

Isto não seria o problema. A construção é um dos pilares que sustentam a economia mundial. Além disso, a criação de programas habitacionais é essencial para garantir o acesso a direitos sociais. Contudo, se estes programas são criados sob a lógica de políticas neoliberais, a garantia de direitos é relegada. O neoliberalismo percebe o espaço urbano como uma mercadoria⁵ de grande valor. Cada local ou propriedade é único e por isso é, em si, um monopólio. Essa diferenciação assegura que um aumento do valor da propriedade seja garantido ao seu dono como o resultado de um aparato econômico e jurídico. As consequências destas “regras” do mercado para a conformação do espaço urbano são diferentes para as classes sociais que compõem a sociedade. Para os donos de construtoras e empreiteiras, a consequência é lucro e fortalecimento do segmento no mercado imobiliário. Para os mais pobres, essas “regras” significam insegurança de posse e despejos, insegurança alimentar, falta de acesso a serviços de saúde e educação, entre muitos outros, como aborda Ermínia Maricato (2001). De fato, a percepção da cidade como uma mercadoria tem implicações que vão contra a formação de cidades em que elementos como déficit habitacional e pobreza sejam eliminados.

Pela perspectiva estrutural, os pactos internacionais eximem-se em resolver tal problema, mantendo a relação entre moradia e mercadoria. A “Nova Agenda Urbana” aprovada pela Conferência das Nações Unidas sobre a Moradia e o Desenvolvimento Urbano Sustentável (UNITED NATIONS, 2016), desenvolvida em Quito no ano de 2016 foi aprovada por líderes e representantes de diversos países (inclusive o Brasil) tendo como objetivo fomentar o cumprimento da função social e ecológica da terra, alcançar progressivamente a plena realização do direito a uma moradia adequada como

⁵ O método materialista histórico e dialético permitiu compreender o processo que torna o espaço uma mercadoria, assimilando a produção do espaço como consequência da produção social capitalista. A produção do espaço se insere na lógica da produção capitalista que transforma toda produção em mercadoria, fazendo das cidades e dos projetos urbanos alvo de lucros.

elemento integrante do direito universal, a qualidade de vida adequada, sem discriminação, assim como garantir o acesso universal à água potável e ao saneamento básico, além do acesso a todos os bens públicos e serviços de qualidade em esferas como a segurança alimentar e de nutrição, a saúde, a educação, as infraestruturas de mobilidade e transporte, a energia, a qualidade do ar e meios de vida.

Estes são apenas alguns dos objetivos da “Nova Agenda Urbana” que parte do pressuposto que é nas cidades que se concentram os grandes contingentes populacionais e que são nelas que ocorrem diversos processos de exclusão e violência derivados diretamente do problema de acesso à terra e à habitação.

Contudo, a “Nova Agenda” não traz os caminhos que devem ser percorridos para alcançar estes objetivos. Nos questionamos, como poderemos alcançar os objetivos da Nova Agenda Mundial num sistema em que o mercado está acima de todos os preceitos que garantem o direito à vida e tudo que é necessário para que ela ocorra de forma plena? Há outras formas de atuação do Estado e da sociedade civil para que as cidades sejam espaços realmente democráticos?

O documento “Nova agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação”, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2018 buscou problematizar alguns elementos da “Nova Agenda Urbana”, apresentando um panorama a partir da realidade das cidades brasileiras. Ao analisar a expansão das cidades e suas consequências na atualidade, encontramos desafios, principalmente no que se refere à ocupação de áreas distantes dos centros urbanos, processo que tem se prestado à especulação imobiliária. De acordo com o documento do Ipea:

(...) áreas menos providas em infraestrutura e serviços – muitas vezes em áreas classificadas como rurais em zonas de expansão urbana – são ocupadas de forma a produzir pressões para a expansão dos serviços públicos e o posterior incremento no valor dos lotes urbanos (Ipea, 2018, p.59).

É importante analisarmos o quanto a forma atual de implementar política habitacional e da ocupação desorganizada do solo urbano têm sido benéficas ou não para a conformação do espaço urbano e, ainda, se contribuem para as

reformulações necessárias para melhoria tanto das políticas, como da questão da moradia como um todo.

Ao tratarmos do planejamento urbano visando a construção de uma cidade sem exclusão e desigualdade torna-se necessário, em um primeiro momento aumentar a atuação dos agentes sociais que constroem as cidades e nelas habitam, ou seja, dos trabalhadores e movimentos sociais. Em termos comparativos, nos arriscamos em defender o fortalecimento das ações coletivas da população civil organizada que se demonstram mais eficientes economicamente que a produção desordenada e privada da cidade, assim como, se mostram mais eficientes que projetos estatais de habitação que fortalecem a classe dominante. Nos parece que o grande desafio é garantir moradia digna para toda a população sem fortalecer o mercado imobiliário, e barrando a segregação residencial.

Nesse sentido, as leis brasileiras e diversos estudos demonstram o grande esforço que tem sido feito por uma grande parcela da população e por alguns gestores para avançar neste quesito. A elaboração do Estatuto das Cidades (Lei 10.257 de 2001) trouxe diversos mecanismos para melhorar o planejamento urbano, mas também abriu espaço para a atuação de empresas privadas na formação das cidades. Dentre tais mecanismos, podemos citar:

- A elaboração do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) progressivo, ou seja, a cobrança compatível com o valor, com a localização e o uso do imóvel ou compatível à capacidade contributiva individual;
- Consórcios urbanos entre prefeituras e empresas privadas;
- A institucionalização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas de Interesse Social (AEIS), voltadas para a construção de habitação popular e regularização fundiária;
- A outorga onerosa do direito de construir – instrumento de gestão e financiamento territorial que ocasiona na cobrança (ou retorno) dos investimentos públicos feitos em uma área pública àquele que constrói, fazendo uso adicional do solo urbano em áreas bem desenvolvidas da cidade, ou seja, áreas valorizadas;

- Promoção da regularização fundiária das áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda;
- Capacitação voltada à humanização dos servidores e gestores.

Temos ainda a possibilidade da execução de leis municipais que visem o parcelamento, a construção e a utilização compulsórios, além da desapropriação como forma de pagamento de títulos em áreas abandonadas entre outros. Contudo, apesar dessas regulamentações do Estatuto das Cidades estes instrumentos são, ainda, pouco utilizados com exceção aos consórcios urbanos, estes sim cada vez mais comuns.

De forma geral, a execução do planejamento urbano e dos planos diretores encontra diversos empecilhos (de ordem local, nacional e internacional) quando se trata de repensar a cidade. Encontramos ainda mais empecilhos quando buscamos produzir um planejamento urbano voltado para as populações mais carentes que estão à margem do sistema capitalista.

Há uma máxima popular no campo da atuação de luta por moradia que frisa “Não é possível nascermos nesse mundo, mas não termos o direito de nele morar” e isto se relaciona a todo o processo de formação das cidades.

A expansão territorial do capitalismo, em uma escala local, deflagra um movimento cruel de expulsão contínua da população pobre de todos os lugares onde ela consegue se firmar por determinado tempo. As populações carentes são expulsas dos centros urbanos quando a burguesia faz um movimento de retorno de investimentos nestas áreas. São expulsas das bordas das cidades para áreas cada vez mais longínquas do centro, o que contribui para o processo de metropolização, passando a disputar terrenos sem infraestrutura, muitas vezes de características rurais, com empreiteiras que se encarregam de construir nestas áreas condomínios de luxo para a classe média e alta, assim como condomínios populares provenientes de políticas e recursos públicos.

Como consequência, diversos movimentos sociais se desenvolveram e passaram a conceber espaços de reivindicação e de garantia de direitos – as ocupações – a partir das necessidades e da disposição da população. Assim, criaram condições de questionar a ordem vigente de produção do espaço urbano.

De acordo com Scherer-Warren (1987), o termo movimento social foi introduzido pela Sociologia no final do século XIX por Lorenz Von Stein, que buscava compreender as origens do movimento proletário francês. Ainda de acordo com a autora, o termo seria estudado pela Escola de Chicago cujos autores defendiam que os movimentos sociais resultavam do conflito de realidades, materializados nas ações coletivas, consequência direta da mudança do comportamento dos indivíduos organizados. Na década de 1960, em meio a um cenário a (re)ascensão de diversas organizações políticas no mundo, o debate acerca dos movimentos sociais ressurgiu, abrindo espaço para conceber os movimentos sociais a partir de duas teorias: a Teoria de Mobilização de Recursos e a Teoria de Mobilização Política. A primeira descrevia os movimentos como massas dotadas de racionalidade, dando menos importância para os estudos relacionados ao comportamento dos indivíduos organizados. A segunda teoria, de Mobilização Política, busca unir o entendimento sobre os fatores econômicos que impulsionam os movimentos sociais, assim como as ideias, simbologias e práticas de resistência em relação à sociedade e ao Estado.

Dentre diversos autores, Manuel Castells trouxe diversas contribuições para o estudo de movimentos sociais, principalmente ao construir um arcabouço teórico baseado no conceito de Movimentos Sociais Urbanos. Para o autor, os movimentos são:

Sistema de práticas resultado da articulação de uma conjuntura do sistema de agentes urbanos e das outras práticas sociais, de forma que seu desenvolvimento tende objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de forças na luta de classes, quer dizer, em última instância, no poder do Estado (CASTELLS, 2000, p. 377).

No mesmo sentido, Eder Sader (1988) aponta que os movimentos sociais, no decorrer do processo histórico, criam novos métodos, fruto da necessidade de renovação das lutas e dos sujeitos no espaço urbano.

Por esta perspectiva, podemos dizer que o movimento social resulta de uma dada combinação estrutural, de questionamento, acumulando matizes políticas, sociais e culturais. Seu oposto é representado pela política vigente

que tem por intuito manter a ordem estabelecida para a estrutura urbana atual, ou seja, o Estado capitalista e todas as suas instituições.

No Brasil, as lutas populares organizadas ganharam força na década de 1970. Sobre a época, encontramos referências bibliográficas relacionadas à cidade de São Paulo e a luta contra os despejos, contra o aumento abusivo das taxas de luz e água, assim como contra os abusos dos rentistas e intermediários do mercado do aluguel, além da luta por regulamentação de loteamentos no início da década de 1980 (KOWARICK, 1988). O período de redemocratização leva a um novo ciclo de movimentos e lutas, mais centrados na organização de setores socialmente excluídos (GOHN, 1997).

Em poucos anos, lutas isoladas passaram a ter articulação regional e nacional fazendo com que surgissem movimentos sociais de luta por moradia principalmente nas décadas de 1980 e 1990, período marcado por uma proeminente luta social em diversas categorias e segmentos populacionais. Citamos aqui os principais movimentos e articulações criadas a partir da luta por moradia:

- Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) – fundada em 1982;
- Movimento Nacional pela Reforma Urbana – fundado em 1985;
- Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) – fundado em 1990;
- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) – fundado em 1997;
- Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) – fundado em 1999.

Do final da década de 1980 até os dias atuais, a história do movimento popular de luta por moradia é marcada pela formação de uniões de movimentos sociais como ocorre com o surgimento da União dos Movimentos de Moradia (UMM) em 1987, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), constituída juridicamente em 1991, Central dos Movimentos Populares (CMP) e

União Nacional de Moradia Popular (UNMP) criadas em 1993, além da Frente de Luta por Moradia (FLM) de 2004.

Estas organizações nasceram principalmente por impulso da formação da Constituinte de 1988 e o fim da Ditadura Militar no Brasil. À época, surgiu o Fórum Nacional de Reforma Urbana, importante articulação de movimentos sociais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades profissionais e de pesquisa que visa debater e formular políticas voltadas ao direito à cidade.

A conformação destes múltiplos movimentos ocorre em detrimento de diferentes pensamentos, ações, métodos e estratégias, mas trazem entre si elementos comuns, dando um novo padrão para a *práxis* coletiva e se colocando como agentes sociais propositivos, espaciais e políticos, revalorizando o cotidiano das lutas populares.

De fato, estes movimentos passaram a organizar famílias que participam do processo de formação espacial nos bairros formados a partir de mutirões nos loteamentos populares das periferias urbanas.

Como agentes sociais, além de organizarem famílias, denunciam os conflitos que envolvem o direito à moradia e o Estado, assim como o direito à moradia no centro das cidades.

Ao longo dos anos, esses movimentos sociais, em conflito com o Estado, desenvolveram um conjunto de práticas no qual podemos destacar: a ocupação de terrenos e prédios abandonados públicos e privados, a participação em espaços institucionalizados e relacionados ao tema da moradia, a luta por moradia nos centros urbanos e a construção de moradia e equipamentos públicos (como creches e cozinhas coletivas) através de mutirões autogestionários.

A maioria deles segue ou é influenciado por um programa político mais ou menos radical, podendo estar em “lados opostos” frente ao projeto de cidade programado e o tipo de relação que cada movimento acredita ser passível de ser mantida com o poder público.

Ademais, as avaliações conjunturais dos movimentos sociais fazem com que surjam dilemas quanto às formas de ações a serem adotadas. Contudo, independente da conjuntura, as ocupações são ações disruptivas (CARDOSO, 1983; 1987) e que, por confrontar a propriedade privada, geram riscos, fator

que pode aumentar a coesão do grupo ocupante ou enfraquecê-lo. Por isso, o programa político e a ideologia que cada movimento social defende são muito importantes para ultrapassar o risco, o medo.

As ocupações podem ser vistas como uma forma de escola de formação social. Nelas, se formam muitas lideranças que aprendem, através da prática, a forma de atuação dos demais agentes sociais e espaciais. Estes agentes podem operar através da violência, do preconceito, da criminalização ou da solidariedade e do diálogo.

Comparativamente, os movimentos sociais buscam criar relações de solidariedade entre outros movimentos. Buscam ainda o diálogo com os agentes públicos. Por outro lado, o Estado majoritariamente age com violência com os movimentos sociais e as famílias que se organizam neles.

Olhando para trás, o Estado parece alternar entre fases de construção habitacional pública e fases de total corte de investimentos neste setor. Como resposta, os movimentos sociais têm aumentado sua capacidade de organização e seus métodos de reivindicação, podendo formar, para além das ocupações, territórios de resistência que questionam o sistema vigente e criam novas formas de relações territoriais.

2.4 Sobre Projetos de cidade e formação de Territórios de Resistência

Falar sobre formas de resistência e de luta por moradia não é somente falar sobre os fatores que permeiam o problema da habitação. Por trás dos métodos de reivindicação de direitos relacionados à habitação – e à cidade – existem diferentes projetos de cidade.

Ao longo do tempo, as diversas intencionalidades que serviram como base para a formulação de diferentes projetos de cidade foram ganhando ou perdendo força. Muitos destes projetos foram destruídos. Ou quase destruídos. Outros foram executados e tiveram consequências para milhares de pessoas. Como lembra Roberto Lobato Correa (2016), estes projetos fazem parte da

prática espacial em um tempo histórico e refletem a luta de classes que existe no espaço urbano.

Analisando projetos de cidade divergentes, percebemos a disputa que envolve a classe dominante e aqueles que constroem a cidade com suas próprias mãos. No espaço e na história, isto remonta ainda aos tempos das colonizações, quando os projetos de cidade eram impostos, de fora (e de cima) para dentro do país.

Por isto, buscaremos aqui relacionar os projetos que surgem “de cima”, a partir das demandas do mercado financeiro e imobiliário, às verticalidades, conceito desenvolvido por Milton Santos (1996), como formas hierárquicas de produção onde sobressaem-se as normas imbuídas de poder e informações privilegiadas, externas, impostas. Concomitantemente, relacionaremos o surgimento das formas de resistência e cooperação local às horizontalidades, também abordadas por Milton Santos (*op.cit*). As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o *lócus* do fortalecimento, da reconstrução dos laços de solidariedade e do cotidiano compartilhado na luta pela sobrevivência (SANCHES, 2016).

Estas forças ora atuam juntas, ora são antagônicas e produzem efeitos diversos na produção do espaço urbano, principalmente ao concretizarem ou impossibilitarem determinado projeto urbano. É um processo dialético que envolve relações de poder e apontam possibilidades outras, principalmente, quando buscamos observar as relações civis que nascem e decorrem neste processo de produção do espaço urbano.

É sob esta perspectiva que buscamos apresentar os projetos construídos e postos em prática por movimentos sociais e seus componentes a partir da ocupação de prédios no centro de Porto Alegre. Estes são projetos únicos, verdadeiras exceções de habitações geridas de forma coletiva. Contudo, denotam uma outra forma de organização social e de produção espacial e, ainda, reafirmam conjuntamente a outras lutas por terra (seja rural ou urbanizada) que a “tomada” de terra (e de território) é hoje a principal forma de luta pela reivindicação não só de direitos e de sobrevivência, mas da própria existência.

Sob este viés, Adilson Crepalde (2014) apresenta um complexo estudo

sobre o significado simbólico dos territórios indígenas. Faz isso ao pesquisar aspectos culturais do processo de significação linguística dos indígenas Kaiowá do estado do Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil. Para o autor, a relação dos indígenas Kaiowá com o território “é condição de pertencimento e fulcro de um jeito de ser que dá sentido ao mundo de maneira diferente de outros modos de ser.” (CREPALDE, 2014, p. 20). Os “outros modos de ser” diferenciam-se tanto de outras comunidades indígenas como do sistema social vigente. O autor aborda ainda que, para os Kaiowá, “o espaço faz parte da construção de um modo de ser que parte do pressuposto da indissociabilidade entre o ser humano e o meio ambiente.” (Ibid, p.20). Assim, percebe-se que entre povos originários e, de uma forma indireta, para alguns grupo sociais, existe uma relação intrínseca entre estar em um território e existira através de um modo de vida único.

Neste sentido, buscamos também no processo de resistência territorial dos povos afro-descendentes do Brasil elementos que, assim como os povos originários, retomem a vinculação histórica baseada na relação entre existência e território construída no Brasil.

De acordo com Clóvis Moura (2001), a formação dos quilombos era consequência direta do sentimento de resistência e rebeldia dos escravizados. Tal sentimento, coletivizado, deu origem a esta forma de “unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração de valores sociais e culturais” (MOURA, 2001, p.103) tornado-se a negação da sociedade latifundiário-escravista. Ao analisar as relações que se formavam nos quilombos, Clóvis Moura conclui que a hierarquização que existia nesses territórios limitava-se à necessidade de defender aquilo que os movia: o desejo por liberdade. É somente no quilombo que negros e negras conquistam o que reconhecemos como cidadania. Se opondo ao sistema vigente, o quilombola produzia de forma comunitária para consumo interno e através da policultura; e mantinha relações conflituosas com os representantes do latifúndio escravista. Não podendo arrendar terras, alugá-las ou comprá-las, as relações quilombolas com o território só poderiam ocorrer através da desapropriação e da ocupação. “A terra, o espaço quilombola, é um reduto livre que também nega o sistema de propriedade escravista.” (MOURA, 2001,

p. 108).

A continuidade deste processo gerou impactos na forma como encontramos, hoje, meios de resistir.

O conceito de quilombagem abarca o processo radical de crítica e ruptura ao sistema vigente através do desgaste permanente dos valores sociais, econômicos e culturais que oprimem. Tal processo contínuo e permanente pode ser caracterizado como uma forma revolucionária de resistência, exatamente porque busca desgastar permanentemente a estabilidade do sistema colonial na sua base, ou seja, no modo de produção, de escravagista para comunitária.

Na atualidade, a relação entre existência e território ocorre de forma expressiva nas lutas por terra, no campo ou urbanizada.

Não se busca aqui traçar um paralelo direto entre as relações coloniais e as relações capitalistas. O que buscamos compreender são as formas territoriais de resistência que herdamos e ressignificamos na atualidade.

É na história que encontramos exemplos que impulsionaram mudanças concretas e que possibilitaram que outros tipos de relações pudessem surgir na sociedade e desta com os territórios.

Trazendo o debate para a atualidade, pontuamos o seguinte: para que estes outros modos de vida possam existir, de outra forma, atual, concomitante e crítico ao modo de vida hegemônico, as lutas dos movimentos sociais denotam uma necessidade de democratização real do espaço urbano e da participação ativa da população nas decisões pertinentes à organização das cidades (e do campo) e, por isso, serão aqui analisadas como territórios de resistência.

Este é um conceito novo na Geografia, mas que sintetiza um longo debate sobre formas de resistência e, conseqüentemente, a territorialização da resistência, sua localização e construção. No livro "*Territorios en resistencia – Cartografía política de las periferias urbanas latino-americanas*", o autor Raúl Zibechi (2009), após conhecer diversos bairros latino-americanos, aponta para as periferias como locais aonde o Estado não chega (ou chega através de seu poder militar), como territórios em/de resistência, quando afirma:

Lo que aprendí [junto a los colectivos que tuve la posibilidad de visitar en múltiples rincones de América Latina] me reafirmó en la convicción de que, en América Latina, al calor de las resistencias de los de abajo, se han ido conformando 'territorios otros', diferentes a los del capital y de las multinacionales, que nacen, crecen y se expanden en múltiples espacios de nuestras sociedades (ZIBECHI 2009, p. 5).

O debate sobre a formação destes outros territórios, contudo, não deve se concentrar na análise das periferias ou do campo. Ao buscarem o centro da cidade exatamente para colocar em voga a necessidade de mudança da ordem urbana vigente, assim como de organização – também necessária – a partir do poder popular, essas ocupações confrontam o poder hegemônico, exatamente por estarem no centro e o disputarem.

Certamente, o local de origem dessas pessoas é a periferia ou outra cidade ou, inclusive, outro estado. Mas foi no centro de Porto Alegre que essas ocupações se fortaleceram a ponto de (re)mobilizar o debate local e nacional quanto à falta de moradia digna. Assim, ao fazerem este movimento em direção à área central da cidade dão visibilidade inclusive aos problemas que aparentemente estão na periferia, mas que, em verdade, demarcam todo um município. O valor material deste espaço de centralidade da cidade é fruto do valor simbólico e socioeconômico que envolve os centros urbanos de cidades de tamanhos variados. O centro surge de um afastamento imposto. Este afastamento envolve a disputa por controle de tempo e custo de deslocamento humano (VILLAÇA, 1998). No centro, a proximidade com os órgãos públicos facilita estrategicamente as reivindicações dos movimentos que organizam estas ocupações. A Ocupação Lanceiros Negros (OLN), por exemplo, ficava a alguns metros do Palácio Piratini, reduto do governador e do Governo do Rio Grande do Sul, proprietário do prédio ocupado. Se, por estarem na periferia, antes não eram vistos ou ouvidos, no centro fizeram com que a moradia fosse pauta dos debates e de decisões públicas.

E, exatamente, pela OLN não ser um caso isolado, por existirem mais ocupações próximas, é que nos propomos a defender que elas, as ocupações no centro de Porto Alegre, formam uma territorialidade própria, que coexistem com tantas outras no centro de Porto Alegre. Para tanto, tomamos como pressuposto que território e territorialidade são conceitos intrínsecos, como afirma Haesbaert (2011):

Território, visto por muitos numa perspectiva política ou mesmo cultural, é focado aqui numa perspectiva geográfica, intrinsecamente integradora, que vê a territorialização como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos. Cada um de nós necessita, como um recurso 'básico', territorializar-se (HAESBAERT 2011, p. 16).

Territorializar-se, pensando nas ocupações localizadas no centro de Porto Alegre, significa criar laços entre ocupantes e entre esses com o bairro e seus serviços, assim como relações de cooperação. E estas relações podem ocorrer tanto entre as ocupações quanto aos equipamentos públicos de saúde e educação que estão localizados no centro, assim como a fonte de renda da maioria dos ocupantes, que ocorre em atividades como a venda de mercadorias no mercado informal (feita pelos chamados “camelôs”), de artesanato (indígena), coleta e reciclagem de materiais, entre outros.

Para compreender este processo de territorialização, buscamos observar como uma multiterritorialidade, que se dá ora através de relações de cooperação e resistência, ora através de relações de repressão e subordinação, pode constituir um território de resistência. Novamente, Haesbaert (*op. cit*) nos auxiliará, ao postular que:

A exclusão aviltante ou as inclusões extremamente precárias a que as relações capitalistas relegaram a maior parte da humanidade faz com que muitos, no lugar de partilharem múltiplos territórios, vaguem em busca de um, o mais elementar território da sobrevivência cotidiana. Assim, os múltiplos territórios que nos envolvem incluem esses territórios precários que abrigam sem-tetos, sem-terras, a os tantos grupos minoritários que parecem não ter lugar numa desordem de “aglomerados humanos” que, em meio a tantas redes, cada vez mais estigmatiza e separa. Assim, o sonho da multiterritorialidade generalizada, dos 'territórios-rede' a conectar a humanidade inteira, parte, antes de mais nada, da territorialidade mínima, abrigo e aconchego, condição indispensável para, ao mesmo tempo, estimular a individualidade e promover o convívio solidário das multiplicidades - de todos e de cada um de nós (HAESBAERT 2011, p. 17).

A busca por uma territorialização, ainda que precária, é o mínimo para que ocorra a vida social, a troca, a existência. O que muda, no caso das ocupações centrais, é a localização dos sem-teto, que saem dos aglomerados subnormais para estarem na área central, tirando a multiterritorialidade existente no espaço urbano da invisibilidade ao vermos aqueles, outrora

excluídos, de perto, em um bairro de classes média e alta. As ocupações centrais colocam a multiterritorialidade em evidência. Também colocam em evidência o papel central do território como uma ferramenta de poder, no momento que aqueles que são desterritorializados agem, utilizando desta ferramenta de poder, o território, para (re)territorializarem-se (HAESBAERT 2014).

Ademais, utilizamos trabalhos, livros e pesquisas que dão aporte para o estudo de nosso objeto: a ocupação como meio de formação de territórios de resistência. Para tanto, foram imprescindíveis a tese de dissertação de Leda Velloso Buonfiglio (2007), na qual aborda o resgate do centro de Porto Alegre através da formação da Ocupação Utopia e Luta; o trabalho de Vanessa Marx (2016), professora de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul intitulado “Democratização do Espaço Público, ativismo urbano e ocupações na cidade de Porto Alegre”, onde relata os principais aspectos da Ocupação Saraí, além de livros, publicações, entrevistas e matérias que tratam das ocupações estudadas.

A partir destes trabalhos, obtivemos o histórico dos movimentos sociais e das ocupações realizadas nos últimos 33 anos no centro de Porto Alegre. As ocupações de luta por moradia não nasceram no centro da cidade, mas ao longo do tempo e pela influência de debates internacionais, passaram a disputar a centralidade e, ainda, resgatar o centro de Porto Alegre.

Tal resgate surgiu através da mudança na dinâmica das cidades que ocorre a partir de 1950. A popularização dos carros, a busca por uma maior conexão com a natureza e a transferência de atividades típicas dos centros para outros pontos da cidade (SOJA, 1993; ROCA, 2005; *apud* BUONFIGLIO, 2007) fazem com que ocorra um abandono seletivo dos centros urbanos. Este panorama muda no início do século e, em Porto Alegre, o centro passa a ser buscado por empreendimentos comerciais e por famílias sem-teto.

Isto faz com que surjam ocupações marcantes no centro de Porto Alegre, exatamente entre 1999 e 2005. A partir daí, há um intervalo de ativismo no centro da cidade, algo que retorna em 2015 impulsionada pela realização de megaeventos no Brasil (MARX, 2016).

Os movimentos que constroem tais ocupações no centro de Porto Alegre passaram a criar laços, realizando atividades conjuntas, especialmente nas datas que marcam a luta por moradia, como o 5 de outubro (Dia Mundial do Habitat) e perante lutas mais abrangentes, por educação, saúde, previdência, entre outros. Estes movimentos também dialogam ao fazerem parte de meios institucionalizados, algo que trataremos no capítulo 4, 5 e 6.

2.5 Objetivos da Pesquisa

Esta tese tem como objetivo geral analisar a ocorrência da formação de um território de resistência a partir de ocupações de moradia realizadas no centro de Porto Alegre.

Especificamente buscamos:

- Compreender por que estas ocupações se formam no espaço urbano, através da análise do processo de urbanização brasileiro;
- Descobrir como se formaram, quem são as pessoas que as constroem e como vivem nas ocupações;
- Analisar a apropriação espacial e formação de uma territorialidade construída pelos ocupantes;
- A partir das análises e comparações referentes às ocupações no centro de Porto Alegre, contribuir para a definição do conceito de *territórios de resistência*;
- Contribuir para o debate acerca do planejamento urbano e da produção habitacional no Brasil.

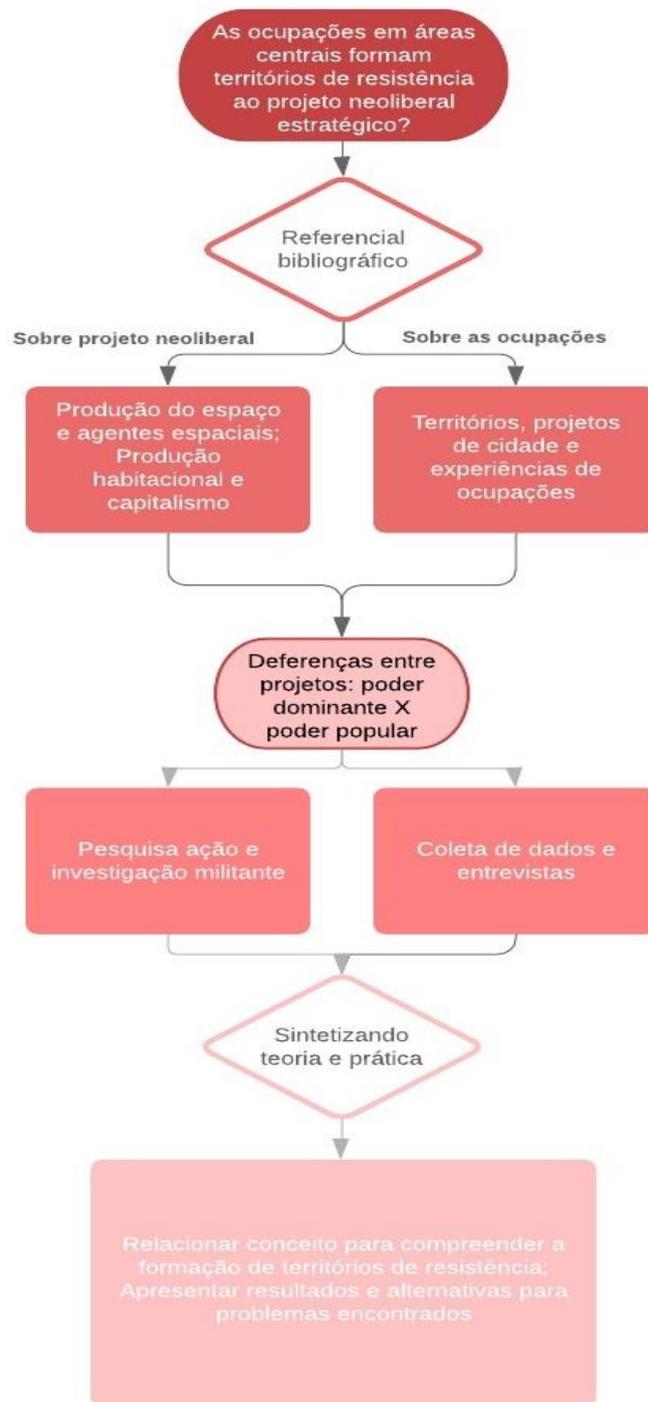
2.6 Metodologia de Pesquisa

Para a produção desta tese, organizamos nosso tempo para cumprir três etapas. A primeira consistiu na pesquisa bibliográfica referente ao processo de produção do espaço urbano brasileiro e as influências do plano estratégico neoliberal que recaem sobre tal processo. A partir daí, buscamos conceitos da Geografia e das ciências sociais que serviram de apoio. Também nesta primeira etapa, buscamos compreender quais são os agentes sociais e espaciais que estão intrinsecamente associados à produção habitacional.

A segunda etapa foi referente às saídas de campo e realização de entrevistas com moradores de ocupações e dirigentes de movimentos sociais de luta por moradia.

A terceira etapa está relacionada à produção da tese, na qual passamos a sintetizar as pesquisas bibliográficas e todas as informações obtidas através da pesquisa, das saídas de campo e das entrevistas. Como guia, produzimos o Fluxograma 1.

Fluxograma 1 - Metodologia de pesquisa para desenvolvimento da tese "AS OCUPAÇÕES NO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA":



Fonte: Fluxograma produzido para este trabalho pela autora, 2020.

A partir dos preceitos da teoria urbana crítica, buscamos desenvolver uma tese que possibilite não só a compreensão da importância das ocupações de luta por moradia, mas que também possibilite que novas ocupações sejam realizadas, assim como novos métodos de luta. Para tanto, tornou-se necessário caracterizar o centro de Porto Alegre, entendendo que o centro urbano é um dos principais espaços de materialização do planejamento urbano mundial em relação direta e ao mesmo antagônica com tudo que não é o centro da cidade.

Ademais, escrever sobre ocupações tem importância essencial para a continuidade daquilo que acredito e me dedico que é a atuação através do conhecimento como geógrafa e professora de Geografia, unindo *práxis* e ciência. Fui moradora da OLN e fui uma das coordenadoras nacionais do movimento que a organizou, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Esta participação fez com que a metodologia para a realização desta pesquisa envolvesse tanto ação como participação militante.

Dentre as possibilidades metodológicas que podem auxiliar na produção de uma tese com este caráter, surgem algumas possibilidades. Uma já utilizada em outros trabalhos que desenvolvemos, como a pesquisa-ação, e outra, a investigação militante.

Ao procurarmos na bibliografia referente ao tema, encontraremos a origem da pesquisa-ação no questionário desenvolvido por Karl Marx em 1880⁶ na França, em publicação intitulada “Enquete Operária” que tinha objetivo pedagógico e revolucionário. Através da enquete os operários percebiam seu papel imprescindível dentro da fábrica e da sociedade.

Elucidar, provocar, emancipar são algumas das razões pelo qual a pesquisa-ação ocorre. A pesquisa-ação é uma importante metodologia utilizada

⁶ É possível encontrar mais sobre o questionário de Karl Marx no livro de Michael Thiollent: “Crítica metodológica, investigação social e enquete operária”. São Paulo: Polis, 1982. p. 249-256; e também no artigo “Trabalho, saúde e formação política na Enquete Operária de Marx” de Júlio César Lopardo Alves e José Marçal Jackson Filho publicado na Revista Trabalho, educação e saúde. vol.15, no.1 Rio de Janeiro jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tes/v15n1/1678-1007-tes-1981-7746-sol00044.pdf>.

nas ciências sociais tanto para mobilizar movimentos de massa, quanto para que cada vez mais pessoas atuem através da pesquisa voltada à prática, seja acadêmica ou não. O mais importante referente a este método está na prática que deve ser inerente ao tipo de pesquisa que envolve um grupo de pessoas, comunidades.

Um autor que desvenda as possibilidades geradas pela pesquisa-ação e como fazê-la é Fals Borda (2010). A base dos artigos e livros deste autor consiste na interminável resposta ao seguinte questionamento: Como investigar a sociedade para transformá-la? Respondendo a esta pergunta, Borda (*op. cit*) desenvolveu o Modelo de Investigação Militante (2011) a partir de trabalhos realizados na América Latina. Para ele, a Investigação Militante ocorre a partir do envolvimento completo do pesquisador com o método e o problema da pesquisa. A investigação não pode ser exercida por um pesquisador não-militante, porque é mediante a militância posta em prática que o pesquisador chega no núcleo do problema.

Isto dialoga com os preceitos da pesquisa-ação, cujos principais autores (TRIPP, 2005; THIOLENT, 1986) reforçam a necessidade de a pesquisa-ação ter como objetivo a resolução prática dos problemas, além da colaboração entre pesquisados e pesquisadores. Contudo, a Investigação Militante vai além, exigindo a compreensão prática do problema e uma dedicação política e ideológica com o objeto de pesquisa e para além do objeto. É uma metodologia que vem sendo desenvolvida a partir de estudos sobre movimentos sociais que é o que ocorre com a presente tese.

A diferença entre pesquisa-ação e pesquisa militante não é o envolvimento com o tema, requisito básico para ambas, nem a necessidade de criar vínculos horizontais entre pesquisador e pesquisado, mas sim o grau de participação do pesquisador, que neste caso atuou para a formação de uma das ocupações estudadas (a Ocupação Lanceiros Negros e Lanceiros Negros Vivem), assim como a presença desta pesquisadora em todos os eventos que permeiam a citada Ocupação como: relações com outras ocupações, atividades políticas, educacionais e culturais internas e externas à Ocupação, reuniões com entes públicos, entre outros.

Sobre a Investigação Militante, Bringel & Varella (2016) apontam que:

Esta é entendida como um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores, comunidades organizadas, movimentos sociais e organizações políticas, em espaços formais ou não de ensino, de pesquisa e de extensão. Referida modalidade de pesquisa está presente de maneira contínua na América Latina, possuindo, em suas variadas configurações geográficas e históricas, diferentes contornos, matrizes político-ideológicas, contextos de ação e possibilidades (2016, p.474).

A escolha por esta metodologia parte da história que envolve o próprio início da Ocupação Lanceiros Negros, resultante de um importante trabalho de base realizado em diversos bairros periféricos da cidade de Porto Alegre. Este trabalho consistia em reuniões semanais tendo como principal tema os problemas que perpassavam o cotidiano daqueles que participavam da reunião. Obviamente, todos os problemas apontavam para a questão da habitação: aluguel, despejo, falta de equipamentos públicos de saúde, educação e lazer, falta de luz e saneamento. O objetivo das reuniões era estimular a compreensão quanto aos problemas que existiam nos bairros, além de organizar famílias para que entrassem em um processo de luta, de reivindicação, o que seria permitido através da tomada, da ocupação de um prédio. Este tipo de envolvimento e participação são exemplos que possibilitam que compreendamos melhor o que é a Investigação Militante.

A realização de ocupações é uma sabedoria intrínseca daqueles que moram nas periferias. Neste quesito, grupos específicos das comunidades nas quais trabalhávamos traziam saberes que não são colocados no mundo acadêmico, e que contribuem muito para o fortalecimento de um movimento social e na criação de mais saberes. Por isso, foi a partir dessa metodologia que conseguimos sintetizar os principais problemas encontrados nas comunidades e construir um espaço de luta por moradia, como a Ocupação Lanceiros Negros.

Na segunda fase deste trabalho coletamos dados e realizamos entrevistas com moradores de ocupações e coordenadores de movimentos de luta por moradia. Neste momento, bibliografias que tratavam do tema nos auxiliaram, assim como a realização de trabalhos de campo com objetivo de conhecer e fotografar as ocupações estudadas.

Também foram realizadas entrevistas semi-diretivas, buscando assimilar e sintetizar opiniões quanto à realização das ocupações e a importância deste processo tanto para a cidade quanto para ocupantes. A partir das entrevistas e relatos, buscamos descobrir as origens das pessoas que moram nas ocupações, tanto origem de classe como de formação, nascimento e crescimento destes indivíduos, seus históricos de vida e a razão que os levou a entrar em um movimento social e/ou morar em uma ocupação. O principal objetivo das entrevistas consiste em compreender o que mudou na vida destas pessoas após morarem em uma ocupação. Foi a partir destas entrevistas que conseguimos relacionar comparativamente a forma como os ocupantes vivem em diferentes ocupações, como elas se adaptaram ao centro da cidade utilizando equipamentos públicos de saúde e educação, além de averiguar se há relações entre os moradores das diferentes ocupações localizadas no centro da cidade.

Por fim, sintetizamos os dados e relatos obtidos para avaliar a existência e formação de um território de resistência no centro da cidade de Porto Alegre a partir das relações entre as ocupações. Essas relações podem existir a partir de contatos e pautas comuns, assim como o uso dos mesmos equipamentos públicos. Podem ter relação também a partir da transitoriedade entre ocupantes que podem vir a morar ou abrigar-se em outra ocupação, ou ainda a partir da participação de ocupantes e movimentos em fóruns e coletivos que dialoguem em torno da pauta da habitação.

3. PROJETO ESTRATÉGICO NEOLIBERAL E AS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO POPULAR NO CENTRO DE PORTO ALEGRE/RS: ENTRE O ESTADO E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL⁷

A disputa por regiões centrais nas metrópoles é recorrente no processo de urbanização brasileiro e deve ser analisada a partir dos aspectos políticos, econômicos e ideológicos de nossa sociedade (VILLAÇA, 2011). Historicamente, os centros urbanos foram, durante décadas, áreas de concentração das classes de mais alta renda. Com o tempo, outras regiões privilegiadas das cidades passaram a ser alvo de investimentos imobiliários. Contudo, pontuamos que em Porto Alegre observa-se que ocorre, principalmente no início do século XXI, um grande aporte de recursos destinado para a revitalização da região central da cidade, tendência observada em outras metrópoles brasileiras nos últimos anos.

De forma geral, a história da urbanização brasileira foi marcada por diferentes projetos de planejamento implementados nos centros de metópoles que tiveram consequências para as populações locais. Independentemente do planejamento técnico adotado, diversos agentes espaciais atuaram na aplicação de diferentes projetos urbanos. As tipologias que classificam e caracterizam tais agentes foram analisadas por diversos autores e autoras da Geografia, mas neste capítulo daremos enfoque a duas categorias: os movimentos sociais, agentes relativamente novos na história do processo de produção do espaço urbano brasileiro e o Estado, que gerencia os recursos públicos voltados às políticas habitacionais.

Indissociavelmente, agentes sociais e processos sociais materializam as particularidades inerentes ao período histórico no qual estão inseridos (CORREA, 2011). Para analisar o quadro atual e a função destes agentes sociais utilizamos inicialmente os estudos de Eder Sader (1988) que investigou as características dos movimentos sociais a partir da década de 1970. O autor

⁷ Baseado em artigo apresentado no XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017. O artigo foi modificado e ampliado para a sua incorporação nesta tese.

percebe na ação dos movimentos sociais, novos padrões de contestação coletiva e os vê como consequência direta da emergência por novos sujeitos políticos no cenário urbano. Tais movimentos revalorizaram a ideologia das classes populares que é, mormente, influenciada pelos ditames do sistema capitalista.

Por outro lado, o Estado centraliza o poder de decisão frente os diferentes interesses e consequentes conflitos relacionados ao mercado financeiro e à especulação imobiliária. Ele estabelece o marco jurídico (leis, regras, normas) de produção e uso do espaço, taxa a propriedade fundiária, o uso da terra e as atividades produtivas. A ação do Estado reflete e condiciona a segregação residencial no espaço urbano, uma vez que este é proprietário de terras urbanizadas e rurais que poderão ser negociadas com outros agentes.

Com a implementação do projeto neoliberal estratégico e a intensificação do poder do capital financeiro, o Estado passa a atuar cada vez mais com o setor privado, absorvendo os problemas do mercado.

Diferentemente da dinâmica do capital industrial, o capital financeiro demanda uma reprodução instantânea e isto ocorre principalmente a partir da apropriação de fundos e recursos do Estado, ou seja, dos trabalhadores e contribuintes. Também faz parte da lógica do capital financeiro a transferência de crises e o deslocamento de problemas estruturais como forma de garantir a hegemonia econômica de determinados países. A crise econômica global que teve início em 2008, analisada por David Harvey em “O Enigma do Capital” (2011) demonstra esta dinâmica. No Brasil, isto fica evidente se analisarmos os cenários pré e pós crise de 2008. Tal crise está intrinsecamente ligada à produção habitacional.

De forma geral, as crises econômicas e cíclicas inerentes ao sistema capitalista estão relacionadas à superacumulação de capital e à produção industrial anárquica voltada para o lucro e a consequente superprodução de mercadorias (MARX, 1867). Como resultado, temos excedente de força de trabalho (exército industrial de reserva), taxas decrescentes de juros e, por fim, rendas em declínio. Para manter-se, o sistema capitalista busca resoluções cruéis para que a produção e reprodução de capital volte a ocorrer de modo ampliado e faz isto através da desvalorização do capital, destruição do valor de

uma determinada porção de capital em circulação para renovar seu curso. Na prática, tais decisões buscam um ajuste que “divida” o problema com os trabalhadores, que passam a encontrar maior dificuldade para obter emprego, alimentos, lazer.

Contudo, em momentos de pré-crise de superacumulação de capital, ocorre a demanda por grandes investimentos de capital excedente. No início deste século o setor imobiliário se mostrou como um grande e promissor receptor dos excedentes financeiros acumulados na última década do século XX. Este tipo de investimento envolve algumas peculiaridades. Trata-se de investimento em capital fixo, de projetos a longo prazo que envolvem muitos recursos. Neste sentido, o capital tentará fazer uma espécie de ajuste entre tempo e espaço, buscando garantir retorno rápido, apesar do tempo despendido para construir um prédio residencial, por exemplo. Uma grande quantidade de capital tem de ser transferida para o financiamento da produção de um prédio e, dada as condições de concorrência, é importante que ele seja construído e que seus apartamentos sejam vendidos o mais rápido possível. Para que toda esta engrenagem funcione de forma eficiente, é necessário que exista um sistema de crédito avançado, capaz de encurtar ganhos através de juros cobrados sobre adiantamento de vendas. É uma forma de simular a venda rápida de mercadorias de alto valor.

Mas esta equação não tem resultados precisos. Pelo contrário, os riscos deste tipo de investimentos são grandes (HARVEY, 2013). Pela lógica, quanto mais recursos forem investidos neste segmento – da construção e, em especial, de moradia –, há mais chances destes recursos não retornarem graças ao excesso de oferta que inviabiliza o retorno deste capital fictício. Sobram habitações e faltam compradores. Quando isto ocorre, as instituições de crédito também são prejudicadas, tendo menores chances de repassar os gastos (voltados à concessão de crédito) via hipotécas ou empréstimos.

Em 2008, os efeitos desta dinâmica foram devastadores. Nos Estados Unidos e na Europa (em especial em Portugal, Espanha e Grécia) a precarização da vida dos trabalhadores de uma forma geral ocorreu rapidamente. Especialmente, vimos como consequências o surgimento de prédios vazios e inacabados. No plano econômico, vimos a estagnação dos

mecanismos de financiamento que contaminam toda a rede de circulação de capital – mercadorias que não são pagas, dividendos –, fundos de construção quebraram, tendo seus títulos compartilhados com outras instituições que, por sua vez, transferiram riscos de crédito sobre a forma de “ativos tóxicos”⁸.

Importante frisar que, no Brasil, a crise financeira de 2008 desencadeou a aprovação de uma política econômica habitacional que buscou frear os efeitos globais da crise. O surgimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) reaqueceu a economia, encontrando no mercado imobiliário e, principalmente, na produção imobiliária, uma forma de diminuir a recessão econômica que se aproximava. Neste sentido, como revela Raquel Rolnik no livro “A Guerra dos Lugares” de 2015, o PMCMV passou de pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas (que iriam falir) à política habitacional nacional. Tal medida pode ser considerada uma estratégia bem-sucedida se levarmos em consideração o efeito contracíclico do programa sobre a indústria da construção civil.

Contudo, a lógica que implica a transferência dos riscos de investimentos para as instituições públicas e mantém os lucros para os agentes privados não se diferenciou dos modelos adotados nos Estados Unidos e Europa, tendo como consequência o agravamento da segregação habitacional recorrente nas cidades brasileiras, vide a continuidade do déficit habitacional, o aumento dos preços dos aluguéis, entre outros.

Assim, fica nítido que a solução criada para dar vazão à superacumulação de capital através do sistema de crédito foi o início de uma

⁸ Tal termo tornou-se familiar com a crise financeira de 2008, sendo aplicado à titularização de créditos hipotecários, permitindo aos bancos vender os empréstimos concedidos por si. É o caso dos CDS (*credit default swaps*), que são contratos de seguro em que o vendedor se compromete a indenizar o comprador de todo o valor da dívida que não venha a ser paga. Com o colapso do setor imobiliário e milhares de dívidas não-pagas, o sistema financeiro viu-se repleto de ativos que nada valiam. Em setembro de 2008, o Banco Lehman Brothers, um dos principais vendedores de títulos hipotecários, faliu. Vários bancos e instituições financeiras foram posteriormente nacionalizados para evitar o colapso do sistema financeiro norte-americano. O mesmo receio levou a semelhantes intervenções em outros países. Os ativos tóxicos explicam assim a transmissão da crise norte-americana ao sistema financeiro mundial. Atingindo inicialmente os bancos que tinham promovido o crédito hipotecário de alto risco nos EUA, a crise acabou por se propagar às sociedades financeiras que tinham assumido o risco deste crédito, levando consigo todas aquelas que detinham as suas ações. O sistema financeiro no seu conjunto acabou por ser arrastado, afetando a capacidade da economia mundial, resultando na mais grave recessão econômica desde a crise de 1929 (SANTOS, s/a.)

das maiores crises econômicas da história do capitalismo. E, por ser uma solução baseada em grandes investimentos em capital fixo, influenciou na flexibilização de planos diretores, na construção desordenada, em problemas relacionados à mobilidade, enfim, ocasionou diversos problemas espaciais, além dos econômicos (e políticos).

E ainda, para que isso tudo fosse possível, foi necessário investir em uma mercadoria muito especial: terra. Esta é uma mercadoria especial por não ser ela fruto do trabalho humano. Seu valor é resultado de uma ficção, acrescida pelas construções nela realizadas, assim como sua localização e demais características. Em verdade, a atribuição de seu valor se dará a partir da especulação de futuros ganhos que possam através dela existir, e isso é essencial para que o projeto estratégico neoliberal ocorra no espaço urbano das metrópoles mundiais.

Ademais, a abertura de mercados e o crescimento de investimentos na área da produção habitacional depende da atuação de agentes locais, seja implementando o projeto neoliberal de urbanização, seja questionando-o. É necessário compreender este processo.

Para tanto, buscamos comparar a atuação dos movimentos sociais no que concerne à aplicação de políticas públicas de habitação, e a atuação do Estado e seus respectivos agentes, responsáveis pelo provimento e aplicação de políticas públicas.

Esta análise comparativa traz como premissa que as disputas territoriais pelos centros urbanos envolvem classes socioeconômicas distintas que em casos extraordinários conseguem atuar conjuntamente para melhor solucionar conflitos urbanos.

Se de um lado, carecem ações estatais que dêem resolução ao déficit habitacional nas metrópoles, por outro, os movimentos sociais buscam, através da organização da sociedade civil resolver, de forma imediata, tal questão através da ocupação de prédios e terrenos públicos ou privados que não cumprem função social.

Embora a promulgação do Estatuto das Cidades (Lei Federal Nº 10.257 de 2011) completar mais de quinze anos no Brasil, a função social da propriedade ainda é um fator negligenciado pelos agentes jurídicos e órgãos de

segurança. Daí decorrem a remoção de diversas ocupações irregulares, assim como a criminalização dos movimentos sociais.

Ao ocuparem equipamentos urbanos sem função social, a população civil organizada coloca em cheque um planejamento urbano que relega à propriedade privada da terra um poder de decisão excessivo.

De forma geral, as organizações e movimentos sociais tem levado o olhar acadêmico a compreender melhor as experiências e propostas trazidas pelos movimentos. Para compreender como isso ocorre em Porto Alegre, analisaremos as ocupações Saraí, Utopia e Luta, Mulheres Mirabal e, em especial, a Ocupação Lanceiros Negros, todas localizadas no centro da cidade. Estas são ocupações que além de darem função social a prédios vazios, resgataram diversas pessoas que encontravam-se em situação de exclusão, sem acesso à moradia e a equipamentos urbanos tão bons quanto os que existem concentrados no centro da cidade.

A Ocupação Lanceiros Negros (OLN) destaca-se por apresentar um novo projeto de habitação solidária, equipamento que não existe em Porto Alegre. No início de 2016, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), responsável pela organização da OLN apresentou, em conjunto com as famílias da Ocupação e entidades acadêmicas, o projeto “Casa de Acolhimento Lanceiros Negros” (ANEXO 3), um local que serviria a famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade e que, na Casa de Acolhimento teriam acesso à moradia e a diversos equipamentos para que seu resgate social pudesse ocorrer de forma plena. Era isto que na prática acontecia na OLN. No prédio em que viviam, os moradores da OLN mantinham uma cozinha coletiva, um refeitório, uma biblioteca, uma creche e lavanderias comunitárias, além de uma central de serviços, forma de cooperativa para geração de renda.

Esta é uma das ocupações do centro de Porto Alegre que demonstra o poder de organização da sociedade civil em garantir direitos e resulta de uma longa jornada de lutas populares que ocorreram nos centros das cidades brasileiras, lutas de sobrevivência e de resistência a diversas imposições conservadoras e reacionárias.

3.1. O Direito à Cidade e os Aglomerados Subnormais em Porto Alegre/RS⁹

O conceito de Direito à Cidade vem ganhando cada vez mais espaço no debate acadêmico e em todos os setores institucionais relacionados ao planejamento urbano. O termo surgiu no livro “O Direito à Cidade” de Henri Lefebvre (1968). Na obra, o autor avalia o fim da vida comunitária na cidade como fruto da produção industrial e do planejamento positivista. Ele ainda apresentou a necessidade de se criarem novas formas de relações comunitárias menos alienantes, que tivessem como pressuposto a construção de laços e o alcance de uma vida plena no espaço urbano.

O que Lefebvre observava em 1960 ganhou força no século XXI, visto as diversas formas de organização civil que surgiram e que buscam o resgate ou a conquista de direitos fundamentais que devem ser usufruídos nas cidades. Contudo, o termo Direito à Cidade tem sido utilizado de forma banal e, com o passar dos anos, acabou por ser ressignificado e apropriado por diferentes agentes sociais, muitos deles com visões acríticas da sociedade capitalista.

De fato, algumas interpretações do conceito têm limitado seu potencial e sua capacidade de promover uma mudança no modelo de produção e gestão das cidades (ROLNIK; GARCIA-CHUECA, 2019). Para resgatar o potencial emancipatório do conceito, é importante pontuarmos nossa visão de Direito à Cidade.

Rolnik & Garcia-Chueca (*op.cit*), apontam a necessidade de questionarmos o atrelamento do conceito de Direito à Cidade ao discurso hegemônico liberal e neoliberal, de defesa, mesmo que velada, do direito à propriedade privada.

Para ocorrer de fato uma mudança na produção das cidades será necessário romper com a lógica individual e mercadológica da cidade e da propriedade.

⁹ Baseado em artigo apresentado no XII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2017. O artigo foi modificado e ampliado para a sua incorporação nesta tese.

Também se torna necessário questionar tal conceito se utilizado para justificar os projetos atuais de cidade que têm sido difundidos nas últimas décadas. Estes projetos têm gerado cidades de muros materiais e simbólicos (CALDEIRA, 2007). Nas grandes cidades, a maioria das pessoas vive de forma alienada, vigiada e influenciadas por uma ideologia individualista, fatores que permitem a manutenção do *status quo* e do sistema capitalista. Estes projetos envolvem grandes obras que só surgem como alternativa de investimentos de capital excedente, em detrimento de obras necessárias para a população.

Por isto, afirmamos que o conceito de Direito à Cidade é um conceito revolucionário, que busca alterar radicalmente as relações sociais, a produção e a organização urbanas.

Para nós, uma das formas de novo tipo de organização urbana surge com as ocupações habitacionais nos centros urbanos, que preconizam a necessidade de vivermos de forma plena e comunitária, e que questionam a propriedade privada. Contudo, romper com esta lógica exige compreendermos como a propriedade ganhou os contornos que tem hoje, e que são imprescindíveis para produção espacial no Brasil.

De uma forma geral, a privatização de terras no Brasil teve início com a Lei de Terras de 1850. Tal lei, além de tornar a terra uma mercadoria, desvinculou seu acesso a partir de seu uso, delimitando a obtenção de terra a quem tinha poder aquisitivo para tanto. Assim, quem não tinha a posse de seu terreno estava o ocupando ou invadindo. Este fator segue delineando a produção do espaço. Nas cidades e metrópoles, a mercantilização da terra teve como consequência a formação de espaços urbanos fragmentados e segregados.

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que em 2010, mais de 11,5 milhões de brasileiros viviam em ocupações nos chamados Aglomerados Subnormais (IBGE, 2010). Em termos comparativos, 11 milhões de pessoas equivalem à população nacional da Bolívia. Apenas em São Paulo, são mais de dois milhões de pessoas nesta situação, o equivalente à população inteira da cidade de Paris. Se considerarmos outros tipos de assentamentos precários como cortiços, loteamentos sem infraestrutura, áreas de risco ambiental e conjuntos

habitacionais degradados, este número é muito maior. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) apontou que 27,5% (ou 18,3 milhões dos 68 milhões) de domicílios permanentes apresentavam alguma carência de infraestrutura básica – água encanada, conexão à rede de esgoto e coleta de lixo (IBGE, 2015).

Tal panorama não está estanque, varia conforme a situação econômica local e mundial. Também não é somente um fenômeno brasileiro. De forma geral, nestas áreas estão concentradas as populações mais carentes. São milhões de pessoas desempregadas, que trabalham em empregos de baixa remuneração, de forma autônoma ou informal. São famílias que têm maior dificuldade de acesso ao saneamento básico e à saúde. Não tem, portanto, direito à cidade, aos serviços que esta dispõe ou deveria dispor.

Assim, podemos dizer que as políticas públicas habitacionais não conseguiram resolver o problema da moradia no Brasil, nem garantem ainda o direito à cidade.

A normativa de construção de moradia em massa nas periferias intensificou a periferização. Com isto, as metrópoles incharam, as distâncias aumentaram e a demanda por serviços públicos não conseguiu acompanhar o crescimento metropolitano. Não à toa, as cidades que mais crescem são as cidades médias, que tem até 50.000 habitantes. Tal crescimento está atrelado à busca por melhores condições de vida, mas também ao aumento da borda dos municípios que concentram serviços relacionados à tecnologia. São municípios em formação, com preços de terra mais baixos. Também são municípios que, no processo de conurbação intra-metropolitana, passaram a concentrar periferias em territórios que há pouco tempo eram considerados rurais. Não raro, nestas áreas de conurbação existem milhares de ocupações irregulares.

Atualmente, as ocupações irregulares são analisadas através do termo Aglomerado Subnormal, que designa áreas com mais de 51 unidades habitacionais sem título de propriedade e com ao menos uma destas características:

- Irregularidade das vias de circulação;

- Irregularidade do tamanho e forma dos lotes;
- Carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

São favelas, vilas e ocupações irregulares que, dependendo do processo de urbanização de cada metrópole, alastraram-se mais ou menos nas periferias.

Para quantificar tal fenômeno, o IBGE realiza estudos voltados para o tema da moradia, analisando aspectos destes aglomerados, que englobam todos os terrenos que não possuem registro de compra e venda no mercado formal.

Os Aglomerados Subnormais concentram-se nas áreas que, historicamente, configuram os centros de geração econômica do País ou de expansão da fronteira agrícola. São nas regiões sudeste e centro-oeste que estão mais de 80% dos 15.868 aglomerados subnormais que existiam no Brasil em 2010. A formação destes setores no espaço urbano está ligada a uma série de fatores como especulação imobiliária, periferização da população mais pobre, aumento metropolitano desordenado e falta de coesão política entre as esferas federal, estadual e municipal.

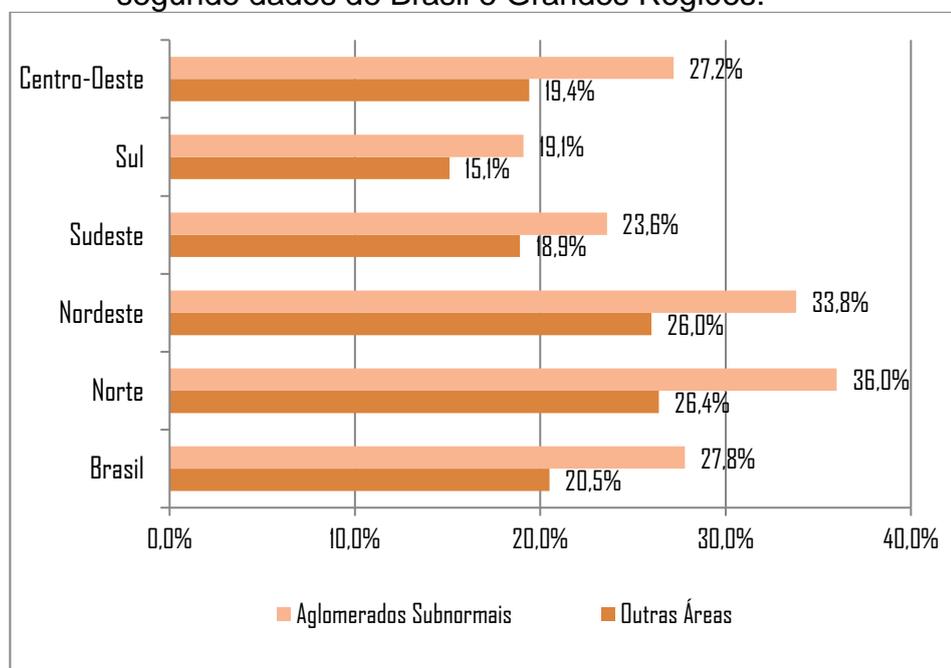
É importante ressaltar que a grande maioria dos Aglomerados Subnormais se encontra nas Regiões Metropolitanas (RMs) ou em Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE) – mais de 59% dos aglomerados subnormais estão concentrados nas RMs de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador e Recife, tornando-se um problema conjunto que envolve diversos municípios.

Tal aspecto demonstra a necessidade do planejamento metropolitano, já que envolve planejamento estrutural e de transporte que devem atender à demanda regional.

Além da falta de estrutura para condições de vida dignas, há uma estreita relação entre a formação de Aglomerados Subnormais e desemprego. A partir do Censo de 2010 do IBGE, dados comparativos demonstraram que a

proporção de pessoas sem carteira assinada concentra-se nestas áreas (Gráfico 01).

Gráfico 01 - Proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada em relação ao total de empregados, por aglomerados subnormais e outras áreas, segundo dados de Brasil e Grandes Regiões:



Fonte: Censo IBGE, 2010.

Dialeticamente, estes dados indicam que o aumento do desemprego e da falta de geração de renda de uma forma geral aumentam o número de ocupações irregulares. Sem condições de pagar aluguel, essas pessoas passam a ocupar áreas sem regularização fundiária. Os dados indicam ainda que a concentração de pessoas sem carteira assinada em termos comparativos entre Aglomerados Subnormais e demais áreas do espaço urbano estão nas regiões Norte e Nordeste. Nas regiões Sul e Sudeste há menor disparidade na localização de desempregados, mais diluídos na malha urbana. Este aspecto questiona o estigma sobre aqueles que ocupam terrenos e demonstra que, mesmo com carteira assinada, milhares de pessoas só conseguem manter-se em áreas precárias das cidades, principalmente em torno de polos industriais, regiões de forte atração populacional.

Para sanar seu problema de habitação, as populações mais carentes ocupam, de forma organizada ou espontânea, áreas localizadas nas bordas municipais. E isto é um fato histórico. Em Porto Alegre, grande parte dos bairros periféricos é formada por aglomerações subnormais. São geralmente bairros mais novos. Exemplo disto é o bairro Lomba do Pinheiro. Há também bairros mais antigos que se consolidaram após longos processos de regularização fundiária, como o bairro Morro da Cruz (Fotografia 1).

Fotografia 1 - Contraste entre cidade “legal” e cidade “ilegal” com Morro da Cruz ao fundo:

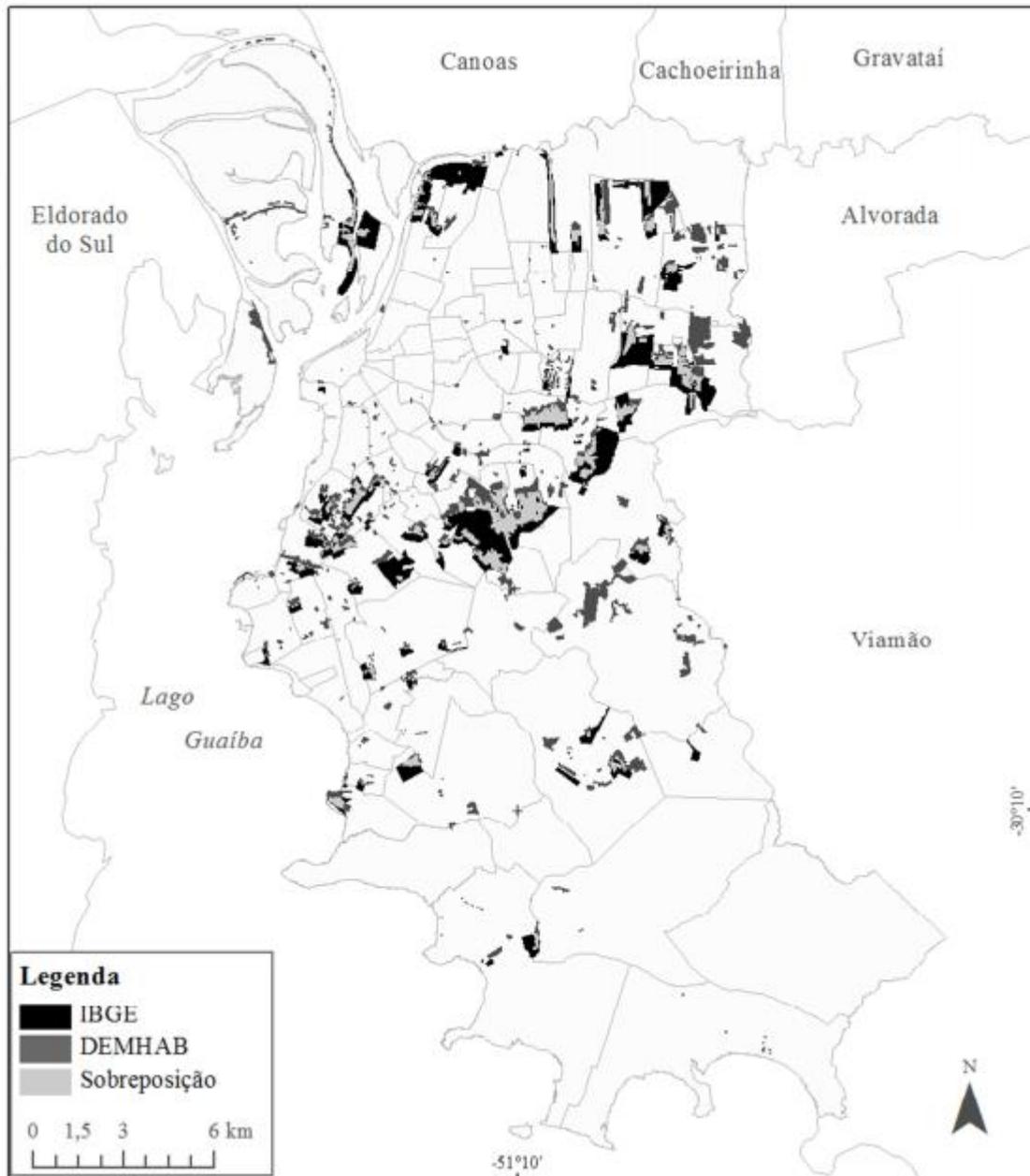


Fonte: <https://www.skyscrapercity.com/threads/contraste-entre-favelas-zonas-ricas-nas-cidades-brasileiras.737956/page-11#post-79927716>
Autor desconhecido, 2016.

Estes bairros formados por aglomerações subnormais seguem crescendo, principalmente em áreas mais íngremes, ainda sem regularização, sem acesso a saneamento e luz.

O Mapa 1 mostra a localização dos aglomerados subnormais em Porto Alegre a partir de dados do IBGE (2010) e do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB, 2008). São as áreas pretas e cinzas, localizadas principalmente às margens do município e em antigos vazios urbanos (áreas públicas ou privadas ociosas).

Mapa 1 - Aglomerados subnormais em Porto Alegre/RS em 2010:



Fonte: Censo do IBGE (2010) e DEMHAB (2008). Produzido por: Mariana Pessoa, 2015.

À época, os dados do IBGE traziam a existência de 108 aglomerados subnormais em Porto Alegre. Os dados do DEMHAB apontavam a existência de 488 aglomerados. A discrepância entre os dados pode estar relacionada às diferentes metodologias adotadas pelo DEHMAB e IBGE. O primeiro visava contabilizar todos os aglomerados subnormais. O Segundo, contabiliza aglomerados com 51 habitações ou mais.

De acordo com DEMHAB, 289 mil pessoas residiam em áreas ocupadas, o equivalente a 20,7% da população de Porto Alegre. Estes dados

devem ser atualizados para percebermos a tendência de aumento, estagnação ou diminuição destes setores. Mesmo assim, eles já indicam que há uma grande quantidade de pessoas que passam pelo mesmo problema em Porto Alegre e que procuram áreas cada vez mais distantes para habitar. Muitas vezes, estas áreas são protegidas ambientalmente ou são áreas de risco, com probabilidade de deslizamentos que podem causar danos materiais ou até a morte (SANCHES, 2010).

Os dados de 2010 do IBGE apontavam que 63,2% dos domicílios particulares localizados em aglomerados subnormais estavam em Unidades de Conservação, 6% estão sobre rios, córregos, lagos ou sobre o mar e 5,7% estão em praias e dunas, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano:



Fonte: Censo IBGE, 2010.

É necessário consultar mais bibliografias para compreender a relação que estas comunidades têm com o meio ambiente nestas áreas de

conservação, mas a grande questão que se coloca é que as áreas que estão “sobrando” no espaço urbano são áreas inabitáveis, porém, habitadas. Em parte, populações que ocupam rios e lagos dependem da localização de suas habitações para geração de renda. São pescadores e indígenas que, historicamente, habitam estas áreas sem prejudicar o meio ambiente, inclusive, defendendo esses locais contra a poluição relacionada à produção industrial e mineradora. Porém, existem populações que hoje habitam áreas de conservação, beira de rios e lagos que correm risco de vida.

Há um arcabouço jurídico que instrui juízes e juízas a reconsiderarem a situação da população carente que está ocupando áreas de risco públicas, privadas, unidades de conservação, entre outros. O Estatuto das Cidades (2010) prima por um planejamento urbano que considere os aspectos humanos e ambientais de uma cidade, visando a diminuição da desigualdade socioespacial. Conceber a cidade com todos os seus elementos consta nos Planos Diretores que são aprovados, nas últimas instâncias, pelo poder municipal (vereadores e prefeito). Para exemplificar a dinâmica que cerca o tema, em Porto Alegre, o debate sobre ocupações irregulares levou à Câmara de Vereadores um projeto de lei que marcava 53 áreas como Áreas de Interesse Social (AEIS). O projeto foi aprovado na Câmara de Vereadores, mas barrado pelo Prefeito e, voltando à Câmara, foi aprovado novamente, causando o afastamento do Prefeito eleito no momento, José Fortunati, de seu partido, que não o apoiou. Um ano após o projeto ser suspenso pela Justiça, ele voltou à Câmara com diversas modificações. Ao invés de 53 áreas, o novo projeto abrangia 37 AEIS, conforme o Mapa 2 e os critérios para barrar 16 áreas estavam relacionados a conflitos por uso de terra (zonas urbanas *versus* zonas rurais) e aspectos ambientais. Estas 16 áreas seguem ocupadas, mas há, ainda, muitas outras sem que nenhuma alternativa seja pensada para estas famílias.

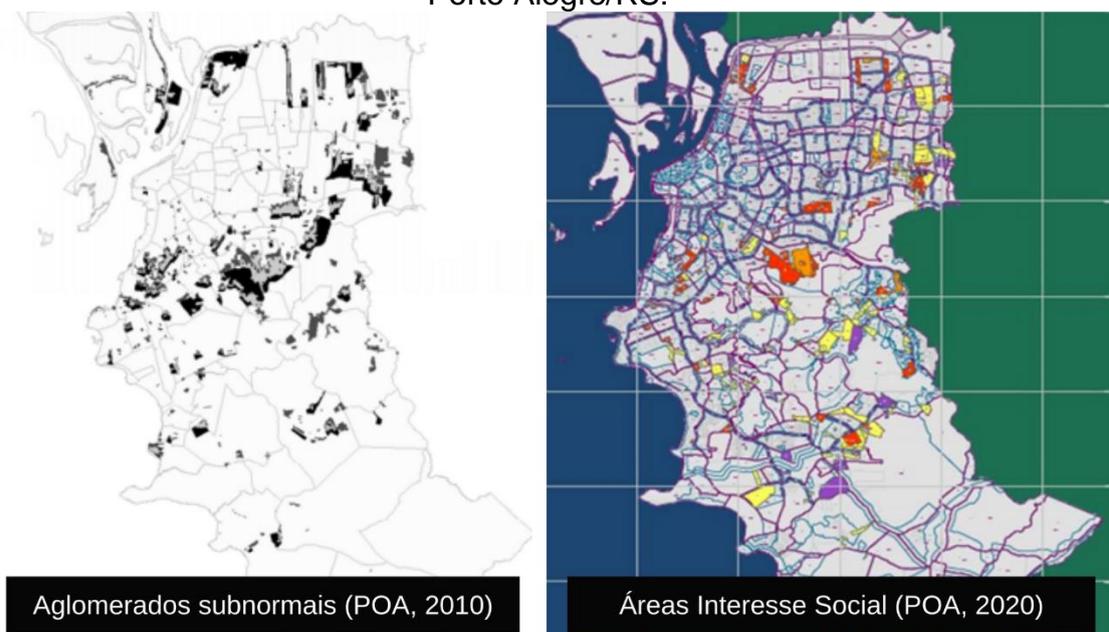
Mapa 2 - Áreas de Interesse Social de Porto Alegre/RS em 2020:



Fonte: Dados Abertos POA. Elaborado pela Unidade de Sistemas de Informações Geográficas (USIG - CGIU - SMAMS), 2020. Disponível em: https://dadosabertos.poa.br/dataset/686e00b9-2c35-4586-b4b0-7bb86ab8d154/resource/d9d1be3b-72b2-4c1d-8bc4-f5a73d2d8f14/download/aeis_mapa.pdf

Faltam Áreas (ou Zonas, dependendo do município há diferentes nomenclaturas) de Interesse Social para a regularização e construção de habitação popular nas grandes cidades brasileiras. As próprias ocupações acabam por forçar o poder público a regularizar áreas com diversas características (rurais ou unidades de conservação, por exemplo) que já tornaram-se comunidades, bairros inteiros, sem infraestrutura. Portanto, há uma relação entre a formação de Aglomerados Subnormais e Áreas de Interesse Social, (Figura 2) uma vez que as ocupações forçam o poder público a utilizar de mecanismos do Estatuto das Cidades para iniciar processos de regulação fundiária, algo demorado e que envolve diversas disputas políticas e ideológicas, como demonstrado com o ocorrido na cidade de Porto Alegre.

Figura 2- Aglomerados subnormais (2010) e Áreas de Interesse Social (2020) - Porto Alegre/RS:



Fonte: Mapa de Aglomerados subnormais Produzido por: Mariana Pessoa (2015). E Mapa de AEIS. Elaborado pela Unidade de Sistemas de Informações Geográficas (2020). Editado por Nanashara D'Ávila Sanches (2021).

Cansados de esperar uma resolução que venha do poder público, centenas de pessoas passam a organizarem-se em movimentos de luta por moradia em diversas cidades brasileiras. Através destes movimentos, centenas passam a ocupar prédios vazios nos centros urbanos, garantindo o direito à

cidade através da disponibilidade de serviços públicos próximas a áreas centrais. Ao ocuparem prédios públicos, estas pessoas não só tornam-se protagonistas diretos do debate sobre o problema da moradia em diversas escalas, como auxiliam na efetivação de um Estatuto que busca promover espaços mais democráticos nas cidades. São exemplos as ocupações Lanceiros Negros, das famílias organizadas no Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Saraí do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e o Assentamento Urbano Utopia e Luta formado por diversos movimentos partidários e apartidários, esta última já regularizada.

Na luta pelo direito à vida das mulheres encontramos, até o ano de 2018 no centro de Porto Alegre, o caso da Ocupação Mulheres Mirabal que disponibiliza serviços de acolhimento e acompanhamento, além de abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filhos.

O que se demonstra é que as ocupações irregulares, além de serem uma necessidade, uma demanda que surge da falta de moradia, tornaram-se instrumentos de reivindicação e de debate que põem à luz os problemas de uma grande parte da população que é invisibilizada. Também se demonstra que a forma como o problema habitacional vem sendo tratado não sana, de fato, o problema.

A fragmentação espacial e a segregação residencial persistem em nosso país, relegam pontos estratégicos das cidades às populações vulneráveis e aumentam a desigualdade socioeconômica. Já sabemos que os Aglomerados Subnormais têm sido, historicamente, o grande refúgio para aqueles que são ciclicamente empurrados para os limites da cidade.

Como esta população pode garantir seu direito à cidade? Garantir direito à moradia, emprego, serviços básicos de saúde e educação?

As ocupações habitacionais nos centros urbanos têm sido uma das respostas dadas a partir da organização desta população, promovendo intenso debate sobre moradia e impulsionando a democratização do espaço urbano através da prática.

3.2 A Questão Habitacional no Brasil

O processo de urbanização ocorrido no Brasil principalmente a partir de 1950 foi acompanhado pelo crescimento desordenado das cidades. Em meados do século XX, os núcleos urbanos industriais do país absorviam mão-de-obra provinda de diversas regiões, aumentando drasticamente o número de ocupações irregulares. Efeito colateral da falta de políticas habitacionais consequentes, as ocupações alastram-se rapidamente sobretudo nas metrópoles brasileiras. Mas enquanto crescem os aglomerados subnormais nas regiões metropolitanas, sobram habitações nas grandes cidades.

Atualmente, estima-se que, só em São Paulo, 230 mil famílias comonham os dados de déficit habitacional, ao mesmo tempo em que 90 prédios encontram-se abandonados no centro da cidade (Secretaria de Habitação de São Paulo, 2015).

Constitucionalmente, a habitação é um direito social que deve ser garantido pelo Estado, como aponta o Art.6. da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Para cumprir tal direito, historicamente, dois grandes programas habitacionais federais foram implementados no Brasil: o primeiro ocorreu durante a Ditadura Militar iniciada em 1964. O Programa foi realizado através do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); e o segundo, foi o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), iniciado em 2009.

Ambos utilizaram recursos públicos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Estes recursos federais foram repassados a empresas. A elas, coube produzir empreendimentos habitacionais. Aos municípios, ficou delegada a indicação de beneficiários a partir de cadastros realizados pelas instituições municipais responsáveis, algo que não rompeu com a lógica de “manutenção

das velhas gramáticas políticas de interação entre poder público e eleitores no plano local (ROLNIK, 2015, p.308).

Foram programas que tiveram grande impacto na malha urbana das cidades onde foram efetivados, seguindo a lógica da análise de Sposito (2012). De acordo com a autora, atualmente a produção do espaço no contexto brasileiro vem combinada com a transformação do espaço rural em urbano. Tais espaços, localizados nas periferias urbanas, são áreas de baixo valor agregado que alcançam elevado valor de troca com a mudança jurídica que transforma um espaço rural em urbano. De fato, os condomínios, prédios e casas construídos a partir destes programas criaram verdadeiros cordões de expansão urbana, uma vez que grande parte dos projetos ocorreu nas periferias metropolitanas.

A década de 1960 foi marcada pela produção habitacional voltada principalmente para o benefício da classe média através da política do BNH. Nas décadas de 1970 e 1980, o processo de urbanização pode ser caracterizado pela expansão das favelas nas metrópoles, consequência direta da restrição ao acesso à moradia. Neste período, a responsabilidade da produção habitacional passou às prefeituras municipais. Assim, as prefeituras que tinham mais recursos garantiram melhores condições da construção de conjuntos populares. Outro fator que marca a década de 1980 e o início de 1990 é a experiência da produção habitacional de autoconstrução, sobretudo nos estados de São Paulo e Minas Gerais (RUFINO, 2015).

Desde então, as crises financeiras internacionais influenciaram a manutenção de programas pró-moradia, ora extinguindo-os quase por completo, ora os impulsionando. Em 1990, a adoção de medidas de austeridade fiscal reduziu praticamente por completo o financiamento de habitação popular, fato que mudaria sensivelmente na década de 2000, em especial ao seu final, quando um novo plano nacional de habitação foi criado.

No final da década de 1990, a reforma de prédios abandonados passou a ser alvo de possíveis políticas habitacionais. Isto ocorreu principalmente devido à mudança metodológica de coleta e análise de dados do que hoje consideramos déficit habitacional. Até então, os dados relacionados à falta de moradia contabilizavam a quantidade de casas que deveriam ser construídas

para sanar o déficit. Ao longo do tempo, o conceito de déficit foi ampliado, contabilizando também àquelas famílias que moram em casas rústicas, de materiais improvisados, que vivem em coabitação ou que gastam mais de 30% de sua renda com aluguel. Passaram a ser contabilizados também a quantidade de domicílios fechados. Tudo isso possibilitou que, além de ter acesso a mais dados, outras formas de reivindicação e de políticas habitacionais fossem realizadas.

O início do século XXI é marcado pela produção habitacional via PMCMV. A crise de 2008 que se alastrou pelo mundo impulsionou o governo federal brasileiro a acatar a proposta de produção habitacional nascida do setor da construção civil, em detrimento do que vinha sendo proposto por movimentos e entidades sociais.

O programa apostava na capacidade econômica da produção de habitação em grande escala tendo dois objetivos principais: dinamizar a economia interna do país através da construção civil e diminuir os índices do déficit habitacional (SANTO AMORE, 2015). O segundo objetivo oficial do Programa pode ser questionado, principalmente se está atrelado à produção de habitação.

Contudo, um olhar mais apurado para a totalidade da cidade demonstra que não seria necessário construir mais casas, dado o número de prédios vazios.

De qualquer forma, os objetivos do PMCMV foram alcançados parcialmente. A construção civil atrasou os efeitos da crise financeira de 2008 no país. Contudo, o PMCMV não conseguiu diminuir os índices de déficit habitacional. Pelo contrário.

De acordo com dados do IBGE, em 2007 o déficit habitacional era estimado em 7,2 milhões de moradias. O último dado que temos é de 2015, apontando para um déficit de 7,7 milhões (IBGE, 2015).

De forma geral, tanto a existência de políticas públicas habitacionais quanto a falta destas criaram novas áreas urbanas e periurbanas com alguma estrutura de equipamentos e em regiões desvalorizadas das cidades. Essas regiões passaram a atrair populações carentes, o que resulta na formação de mais ocupações irregulares. Além da expansão urbana provocada por tais

projetos, outro processo que marca o início deste século é o retorno de populações sem moradia para as áreas centrais das metrópoles, principalmente em áreas abandonadas, nos vazios urbanos, definido conforme o Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades (2008) como:

(...) espaços abandonados ou subutilizados localizados dentro da malha urbana consolidada em uma área caracterizada por grande diversidade de espaços edificados, que podem ser zonas industriais subutilizadas, armazéns e depósitos industriais desocupados, edifícios centrais abandonados ou corredores e pátios ferroviários desativados (BRASIL, 2008, p.42).

A existência destes prédios e terrenos ociosos colocam em questionamento a concepção de que faltam habitações nas cidades. O conceito de déficit habitacional traz esta conotação, embora se trate da mensuração de pessoas que vivem em habitações inadequadas e insalubres, não incluindo pessoas que estão em condição de rua, outra temática importante para os estudiosos da geografia urbana. O que se coloca como fato é a existência de milhares de habitações vazias nos centros urbanos, em detrimento da especulação financeira ligada ao setor imobiliário. Não faltam casas, nem terrenos e nem recursos para eliminar o déficit habitacional no Brasil. Entre as causas que evitam o fim do déficit estão a falta de implementação jurídica que condicione a função social de moradia a prédios e terrenos vazios, o desregulamento do preço dos aluguéis e o poder da instituição privada no planejamento e implementação de políticas urbanas.

3.3 A Questão Habitacional em Porto Alegre

Porto Alegre apresenta um histórico diferenciado quanto à questão da moradia, consequência direta de administrações progressistas que levaram o debate a outro patamar, principalmente na década de 1980. O período foi marcado pela construção do Orçamento Participativo (OP), projeto que buscava democratizar o planejamento urbano, no qual sociedade e segmentos do poder público debatiam e decidiam onde seriam investidos recursos

municipais, fazendo de Porto Alegre uma cidade referência para o mundo (MARX, ARAÚJO, 2016). Com o passar dos anos e com a mudança de gestores (e conseqüentemente, projetos de cidade), o OP foi, lentamente, perdendo força e seu caráter democrático, além de ser cooptado por grandes empresas que disputam recursos. Como resultado, observamos o aumento do déficit habitacional na cidade e diversos retrocessos relacionados a democratização do espaço urbano.

De acordo com os dados do cadastro do PMCMV realizado em 2009 para o município, o déficit habitacional atingia 54 mil famílias. Em 2010, os dados censitários apontavam um déficit habitacional de 28.900 moradias em Porto Alegre. Ainda em 2009, um levantamento apresentado pelo Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) revelava que 289 mil pessoas residiam em áreas ocupadas, o equivalente a 20,7% da população de Porto Alegre. O estudo ainda apresentou um número de 488 ocupações irregulares na Capital, mormente em bairros periféricos como Sarandi, Partenon, Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras, Vila Jardim e Mário Quintana. No total, estas ocupações resultavam em 2.364 mandados de reintegração de posse expedidos somente em Porto Alegre (Corregedoria geral da Justiça do Rio Grande do Sul, 2014).

Em 2015, a Defensoria do Estado do Rio Grande do Sul estimou um déficit habitacional de 70 mil moradias (Defensoria do Estado do Rio Grande do Sul, 2015). Já a organização não-governamental Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) aponta para um déficit de 75 mil, atingindo 400 mil habitantes (CDES, 2016).

Historicamente, o processo de periferização inicia-se em Porto Alegre, assim como em outras cidades brasileiras, no início do século XX, fruto de um plano econômico impositivo.

A formação de Porto Alegre ocorreu na segunda metade do século XVIII e tem início a partir de um pequeno burgo de famílias providas da Ilha dos Açores, em Portugal. Sua localização portuária ocorre na intersecção entre os caminhos que levavam ao interior e ao litoral do Estado do Rio Grande do Sul, às margens do Guaíba, e era estrategicamente disputada por castelhanos.

Em 1822, o “Porto dos Casais” foi elevado à cidade de Porto Alegre. Nesta mesma época, constroem-se fortificações (de madeira) para proteger a cidade de invasões. Desde então, nasceu uma simbologia que atravessa os tempos. Entre muros estava a “cidade de fato”, no centro histórico de Porto Alegre (PESAVENTO, 1999).

A partir do século XIX, Porto Alegre cresceu de forma expressiva dado o desenvolvimento comercial impulsionado pelo porto, assim como pela imigração de alemães e italianos e por se tornar um grande centro receptor de escravizados libertos das fazendas do interior do Estado. Com o início da Primeira República (1889), uma nova dinâmica econômica foi imposta tendo como pilares a dinamização da indústria, a produção agropecuária e a renovação urbana. De acordo com Sandra J. Pesavento (1999), nesta época:

Porto Alegre se quer burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada... E branca. Neste sentido, os espaços estigmatizados da *urbe* podem ter "cor" precisa, e o vocabulário que designa a cidade indesejada também pode estabelecer uma associação racial/étnica com avaliações de natureza social, econômica e moral (PESAVENTO, 1999, s/p.).

No período, reformas urbanas antidemocráticas baseadas nos pilares que sustentavam a cidade moderna, ligados ao embelezamento paisagístico e assepsia da cidade não combinavam com a existência de cortiços, casebres e becos nos centros urbanos (MARICATO, 2001).

Assim, em agosto de 1914 foi proposto pelo arquiteto João Moreira Maciel o Plano Geral de Melhorias para Porto Alegre. De cunho positivista, o Plano foi o resultado do trabalho da Comissão de Melhoramentos e Embelezamento de Porto Alegre criada em 1912, e baseava-se em reformas viárias que buscavam ampliar a mobilidade urbana. Para tanto, ainda em 1913, foi aprovado o primeiro decreto (Ato nº 96 de 11 de junho de 1913) que demonstra o método que seguiria sendo utilizado ao longo da história da cidade, para trazer “melhoramento e embelezamento”. Com o decreto, ficavam proibidas a construção de casas térreas e casas de madeira, promovendo a remoção de habitações populares próximas à área portuária da cidade, algo que se intensificaria ao longo dos anos (ABREU FILHO, 2006).

Nas décadas de 1920, 1930 e 1940 a cidade cresceu impulsionada pelas obras viárias do início do século. Contudo, a partir de 1950, o processo de metropolização torna-se visível em Porto Alegre a partir da formação de núcleos operários-industriais entre a cidade e o atual município de São Leopoldo. O crescimento da cidade acarretou na produção do Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre lançado em 1959, sob a administração do prefeito e engenheiro Ildo Meneghetti¹⁰. O Plano veio a instituir o regramento para a constituição de uma típica cidade burguesa, formal, moderna e elitizada, aos moldes da cidade de Paris, São Paulo e do Rio de Janeiro.

À época, relatório desenvolvido por uma Comissão criada para revisar e a situação da cidade apontava que em Porto Alegre havia em torno de 4150 habitações em 32 núcleos de “vilas e malocas” (ALMEIDA, 2004). Boa parte destas “vilas e malocas” nasceram a partir de decretos municipais, como demonstrado na dissertação de Daniele Machado Vieira (2017). Na dissertação, vemos que em 1944, por exemplo, o Decreto nº 333 listou imóveis a serem despejados para a realização da canalização do Arroio Dilúvio, totalizando em 62 prédios na Rua Ilhota e 15 prédios na Travessa Batista, atingindo centenas de famílias.

Analisando documentos, diversos autores apontam que um dos principais debates à época revelam o intuito de remover todas as “vilas e malocas” para um único local em Porto Alegre, algo que viria a ocorrer nas décadas de 1960 e 1970.

Exemplo disto revela-se na formação do bairro Restinga. De acordo com Nola Patrícia Gamalho (2009):

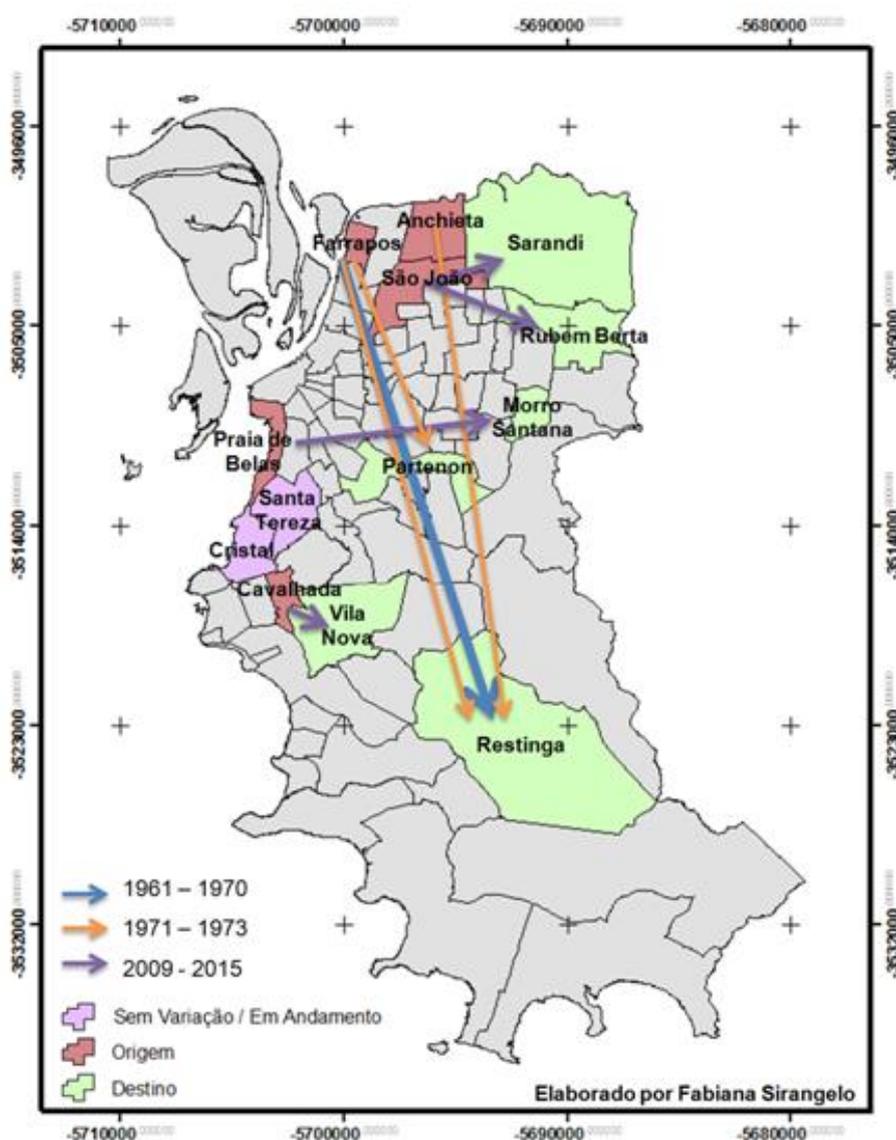
A consolidação das representações sociais das malocas e do progresso produziu um consenso acerca das remoções da população dessas vilas [Vilas das Malocas no qual viviam mais de 100.000 pessoas], que tiveram intenso crescimento em núcleos e em população durante as décadas de 1960 a 1970 (GAMALHO, 2009, p. 42).

¹⁰ Primeiro prefeito eleito após 9 nomeações realizadas na era da Ditadura Vargas (1937 – 1945).

Além da Restinga, área pertencente ao bairro Belém Novo antes das remoções, o bairro Lomba do Pinheiro também recebeu a população removida do centro de Porto Alegre.

Atualmente, a remoção de pessoas pobres intensificou-se nos últimos anos, conforme o Figura 3, e contrapõem a política urbana dos anos 1980 que ocorria na cidade. Neste período, grande parte das comunidades vulneráveis de Porto Alegre foram mantidas em seus territórios de origem através de contratos de concessão de uso de terrenos municipais.

Figura 3 - Remoções de Porto Alegre – 1960 a 2015:



Fonte: Tabela 01 in SANCHES, 2016. Elaboração: Fabiana Rauber Sirangelo, 2015.

O período atual mostra outro cenário. O cadastro no PMCMV abriu e fechou no ano de 2009. Dos 54 mil inscritos, três mil famílias que tinham renda até R\$1.600,00 foram contempladas (Porto Alegre, 2016). O restante encontra-se prejudicado em função dos cortes federais destinados a programas sociais. O Estado do Rio Grande do Sul não apresenta nenhum projeto habitacional de produção de habitação, uma vez que não é de sua atribuição jurídica realizá-lo. No máximo, o Estado deve apoiar a construção de moradias populares realizadas pelos próprios interessados através de cooperativas (Art. 175 da Constituição Estadual, 1989), medida que deveria ser utilizada também pela Prefeitura de Porto Alegre.

Em Porto Alegre, a política habitacional é aplicada pelo poder municipal através de projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (que financiou ações do Programa de Aceleração de Crescimento – PAC – do governo federal sob o PT), além do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, do Banco de Desenvolvimento Sul-Americano.

Os projetos Integrado Socioambiental (PISA) e Integrado da Entrada da Cidade (PIEC) são os principais programas habitacionais municipais voltados para populações de baixa renda. Complementam tais projetos as cooperativas habitacionais que ainda existem, que são as cooperativas Clara Nunes e Jardim das Estrelas. De acordo com a Prefeitura de Porto Alegre (2010), quatro mil famílias foram beneficiadas por esta modalidade de política desde 2006.

Há, ainda, os processos de remoções realizados pela prefeitura, espécie de política habitacional ao revés. São as remoções da Vila Chocolatão, realizada em 2011 com a retirada de 181 famílias do centro da cidade para o bairro limítrofe do município com a cidade de Viamão, a Vila Dique e a Vila Nazaré, ambas em andamento. Os destinos destas são para áreas periféricas e as famílias serão redistribuídas em diversas localidades, o que usualmente causa a descaracterização da comunidade, a perda de identidade e coesão, além da renovação de pessoas que passam a habitar os locais de reassentamento, estranhos aos moradores originários, a exemplo do que ocorreu com as famílias da Vila Chocolatão (SANCHES, 2016).

O aumento das populações em ocupações, mesmo com a adoção destas políticas, aponta para a baixa eficácia deste tipo de política que ora

transfere recursos públicos para a iniciativa privada aumentando seu poder de controle sobre o planejamento urbano, ora utiliza capitais internacionais sob a forma de empréstimos para a autoconstrução de moradias através de políticas locais.

A alternativa popular que surge como contraponto é a destinação de prédios abandonados para a habitação. Em Porto Alegre, isto sanaria ao menos metade do problema. De acordo com IBGE (2010), 40 mil imóveis estão sem função social no município de Porto Alegre. Destes, sete mil estão localizados no Quarto Distrito, antigo bairro industrial de Porto Alegre localizado próximo ao centro da cidade. Tal dado levou à abertura de inquérito pelo Ministério Público, através da Promotoria de Justiça de Habitação e Ordem Urbanística que defende, assim como movimentos sociais, a regularização e o cadastramento destes imóveis para sua desapropriação uma vez declarada sua vacância há um determinado período¹¹.

A realização deste inquérito e o aumento de ocupações de prédios no centro de Porto Alegre reivindicando moradia é fruto de um longo processo de amadurecimento da organização civil em todo o município de Porto Alegre, influenciadas por lutas nacionais e internacionais.

De acordo com Leda Buonfiglio (2007), as primeiras ocupações com maior caráter organizativo iniciaram-se na zona norte de Porto Alegre por volta de 1987 em conjuntos habitacionais vazios. Ainda não eram ocupações organizadas por movimentos sociais, mas sim, por famílias, de forma mais individual. Tais ocupações ganharam força e maior legitimidade quando passaram a ser organizadas através de movimentos de massa.

Neste contexto, percebemos a importância de um trabalho organizativo dos movimentos sociais em ocupações espontâneas. Com o tempo, tais ocupações podem se consolidar e precisarão criar estratégias de luta coletiva para garantir infraestrutura local. Giza-se que a formação dos movimentos sociais surge exatamente quando, para além das reivindicações locais, as

¹¹ Mais informações sobre o processo em matéria do *site* Sul 21 de 22/06/2018. Link para acesso: <https://www.sul21.com.br/cidades/2016/07/mp-gaucho-busca-regularizacao-de-imoveis-abandonados-sao-40-mil-em-porto-alegre/>

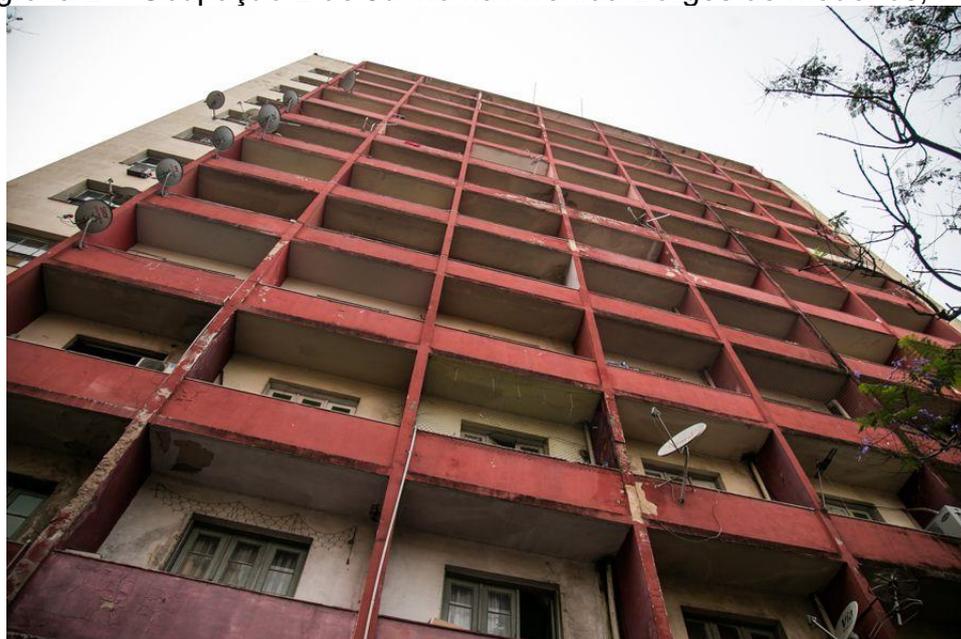
famílias sem-teto passam a buscar uma maior influência nas decisões que permeiam a produção habitacional.

Ainda de acordo com Buonfiglio (*op.cit*), até o ano de 1999 não existiam ocupações em prédios em Porto Alegre. Não existia essa cultura. A maioria das famílias que passam a se identificar como sem-teto, no Estado do Rio Grande do Sul, vinha do campo. Foi das experiências realizadas no centro de São Paulo que surgiu a inspiração para ocupar prédios vazios no centro de Porto Alegre.

Para além da moradia, neste período, os movimentos sociais que passam a se consolidar já defendem a reapropriação do centro por famílias que de lá tiverem seus antecedentes expulsos.

Contudo, a primeira ocupação que surgiu no centro de Porto Alegre foi em 1999, organizada por um grupo de policiais militares do Estado do Rio Grande do Sul, sem nenhuma relação com movimentos sociais. O prédio escolhido para o que se tornaria a Ocupação 2 de Junho era uma construção realizada via Instituto de Aposentadoria e Pensões (IAPs), abandonado por anos em plena Avenida Borges de Medeiros, apresentado na Fotografia 2.

Fotografia 2 – Ocupação 2 de Junho na Avenida Borges de Medeiros, n^o 992:



Fonte: Joana Berwanger/Sul21, 2018.

Tal ocupação prossegue com mesmo caráter, sem que seus ocupantes tenham posse legal dos apartamentos. Nele, moram cerca de 50 pessoas. Pontua-se que tal ocupação não será objeto de nosso estudo por não se tratar de uma ocupação organizada por um movimento social.

Na mesma época em que organiza-se esta ocupação, há relatos de diversas ocupações sendo realizadas por anarquistas e punks em casas antigas do centro, demandando moradia e a formação de espaços culturais autogestionários.

No mesmo sentido, em 2002, movidos pela ocorrência do II Fórum Social Mundial, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) ocupou o antigo prédio da Sul América Seguros localizado na Avenida Borges de Medeiros número 417, próximo à Esquina do Zaire (ou Esquina Democrática). A ocupação teve duração de alguns dias e foi um “marco da retomada das ocupações como repertório da ação coletiva” (CABRAL, 2018, p. 62).

Em 2003, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ocupou o prédio da concessionária Carro do Povo, próxima à estação Farrapos do Trensurb.

Em 2005, na abertura do V Fórum Social Mundial, o MNLN ocupou outro prédio na Avenida Borges de Medeiros números 719, 727 e 731. A construção era federal, onde outrora funcionava uma agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Este viria a ser o Assentamento Urbano Utopia e Luta (vide Fotografia 3).

Fotografia 3 – Assentamento Urbano Utopia e Luta na Avenida Borges de Medeiros, nº 719, 727 e 731:



Fonte: *Site* do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <https://www.caurs.gov.br/projetar-para-reformar-alternativas-para-democratizar-e-ocupar-o-centro-de-porto-alegre/>

No mesmo ano, o MNLM ocupou outro prédio na Rua Caldas Júnior, esquina com a Avenida Mauá, onde se conformaria a Ocupação Saraí (Fotografia 4). O mesmo grupo voltou a ocupar um prédio localizado na Rua Barros Cassal, esquina com Avenida Farrapos (Fotografia 5) em 20 de novembro de 2006, ocupação que se mantém até os dias atuais.

Fotografia 4 - Ocupação Saraí na Avenida Caldas Júnior, esquina com Avenida Mauá:



Fonte: Site Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <http://saergs.org.br/blog/2014/05/19/ocupacao-sarai-direito-de-moradia-em-discussao/>

Fotografia 5 - Ocupação 20 de Novembro na esquina da Rua Barros Cassal e Avenida Farrapos:



Fonte: Guilherme Santos/Sul21, 2017.

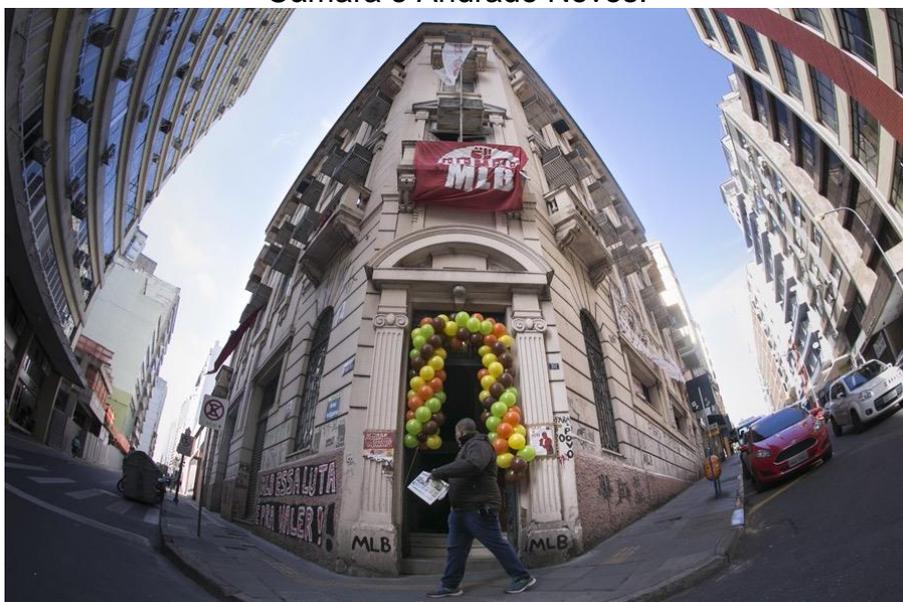
O Assentamento Urbano Utopia e Luta surgiu, portanto, em 2005 liderada pelo MNLM. Contudo, a ocupação ao longo do tempo se distanciou do Movimento, seguindo nela, porém, membros e lideranças que estavam desde o início com destaque para Nancy Araújo e Eduardo Solari.

Esta ocupação, assim como a Saraí e a 20 de Novembro (que não está localizada no bairro Centro Histórico da cidade e não é, assim, objeto desta

tese) permanecem nos mesmos locais, após vários episódios de despejo e retorno.

Dez anos após esta leva de ocupações, o centro de Porto Alegre viu reacender um novo período de retomada de prédios. Em 14 de novembro de 2015 – data que marcava 171 anos do Massacre de Porongos¹² – o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) ocupou um prédio do governo do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na confluência das Ruas General Câmara e Andrade Neves (ver Fotografia 6).

Fotografia 6 - Ocupação Lanceiros Negros, nas esquinas das Ruas General Câmara e Andrade Neves:



Fonte: Juliano Verardi, 2016.

A ocupação durou até junho de 2017, quando ocorreu um violento despejo. Um mês após o despejo, em 4 de julho de 2017, as famílias do Movimento ocuparam outro prédio, localizado na Rua dos Andradas número 885, no antigo Hotel Açores (vide Fotografia 7) sob o nome de Ocupação Lanceiros Negros Vivem, que durou até agosto de 2017.

¹² Episódio ocorrido na região de Pinheiro Machado no Estado do Rio Grande do Sul na madrugada de 14 de novembro de 1844 no qual a tropa de Lanceiros Negros, linha de frente nos combates da Revolta dos Farrapos, foi dizimada (Jornal A Verdade, 2015).

Fotografia 7 - Ocupação Lanceiros Negros Vivem, na Rua dos Andradas, n^o 885:



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

No dia 25 de novembro (Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher), no ano de 2016, surgiu, também no Centro Histórico, a Ocupação Mulheres Mirabal em um prédio da Inspetoria Salesiana, localizado na Rua Duque de Caxias número 380 (vide Fotografia 8).

Fotografia 8 - Ocupação Mulheres Mirabal na Rua Duque de Caxias, n^o 380:



Fonte: Jornal do Comércio, 2017.

A Ocupação foi organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario e reivindicava a transformação do prédio em um centro de referência para mulheres vítimas de violência. A Ocupação também buscava denunciar o desmonte das políticas públicas de combate à violência às mulheres. Entre demais pautas, a Ocupação, ao longo de sua existência, buscou junto ao poder público, alternativas de moradia para mulheres que querem sair do ambiente violento, mas não tem para onde ir.

A Ocupação Mulheres Mirabal em pouco tempo reuniu mulheres que voluntariamente se dispuseram a acolher e auxiliar outras mulheres, vítimas de violência. Seus serviços foram prestados no centro da cidade até setembro de 2018. Após um longo processo de negociação com entes públicos, a Mirabal conquistaria a cessão de um prédio para a continuidade do serviço prestado por suas participantes. Contudo, a Prefeitura de Porto Alegre, após o acordo, age de má fé e não entrega as chaves do prédio que seria cedido para o Movimento. Sem ter para onde ir, o Movimento de Mulheres Olga Benario organiza uma nova ocupação em 7 de setembro de 2018 no local acordado entre Movimento, Prefeitura e Estado, na antiga escola Benjamin Constant na Rua Souza Reis número 132 (vide Fotografia 9). Nesta ocupação, o Movimento adota o nome de Casa de Referência Mulheres Mirabal.

Fotografia 9 - Prédio da Casa de Referência Mulheres Mirabal na Rua Souza Reis, nº 132:



Fonte: Rádio Guaíba. Foto de Guilherme Almeida, 2019.

De forma geral, estas ocupações demonstram a persistência dos problemas de falta de moradia digna com o passar dos anos e a disputa territorial existente pelo centro da cidade.

Também demonstram que há uma construção temporal na conformação dos territórios de resistência. O início da luta por moradia ocorreu em Porto Alegre de forma embrionária e espontânea, mas já apontava a existência de prédios vazios – no centro da cidade e em outros bairros –, que podem ser utilizados para programas habitacionais.

Para a formação de um território de resistência, parecem necessárias diversas experiências que aumentem o grau de organização dos movimentos sociais e as propostas por ele elaboradas.

Além disto, para a construção de um território de resistência a partir das ocupações, precisa haver uma relação destas entre si, assim como com o entorno em que vivem. Isto será visto com maior profundidade nos capítulos 4 e 5, que tratam da organização interna das ocupações e dos relatos dos moradores das ocupações estudadas e 6, que traz o debate sobre a formação de um território de resistência no centro de Porto Alegre.

3.4 As Ocupações de prédios abandonados: uma proposta popular de reforma urbana

Como visto anteriormente, o início do século XXI na cidade de Porto Alegre é marcado pelas ocupações realizadas em prédios públicos e privados abandonados no bairro Centro Histórico da Capital. São ocupações realizadas por movimentos diferentes, em períodos e sob governos distintos, mas que reivindicam tanto a ocupação da área central pelas populações pobres como o cumprimento da função social da propriedade.

Tais ocupações são fruto do processo histórico que marca a população carente da cidade.

Concomitante ao processo de periferização dos mais pobres, a organização da população civil cresceu nos últimos 30 anos no país. Marca o período a formação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana de 1985 que condena o uso do espaço urbano como fonte de lucros para poucos e da pobreza de muitos e exige o direito à cidade (Propostas do MLB para a Reforma Urbana, 2014).

Apesar de a reforma urbana ser uma pauta dos anos 1960 (dentro das reformas de base exigidas pela população durante o governo de João Goulart), podemos observar que atualmente diversos movimentos sociais vêm reivindicando maiores investimentos públicos em moradia e ampla participação na elaboração de planos urbanos e na própria construção das cidades que habitam. Através de diversos métodos e realizando ocupações tanto nas periferias como nos centros urbanos, estes movimentos demarcam os principais processos que ocorrem na transformação das metrópoles brasileiras. São, portanto, instrumentos políticos e ideológicos da sociedade, agentes espaciais que demarcam posições e pautas para o planejamento urbano.

Os movimentos que trabalham com ocupações em áreas centrais encontram diversos desafios em seu processo de reivindicação. Por um lado, alcançam maior visibilidade e apoio na construção de sua ocupação nos centros urbanos. Por outro, lidam com diversos agentes públicos e privados que disputam a centralidade urbana, visto como espaço que concentra atividades e movimento, caracterizando-se pela animação e relacionando-se

com densidade, acessibilidade, diversidade, disponibilidade de infraestrutura e serviços (Prefeitura de Porto Alegre, 2017).

De forma geral, Estado e entidades privadas se unem para o gerenciamento do espaço urbano, o que intensificou-se no último período, dada a revalorização dos espaços centrais, principalmente antes da crise de 2008. Se durante longo período a dinamização econômica das cidades causou o esvaziamento dos centros urbanos, no início do século o capital financeiro encontrou apoio, de novo, nos centros habitados sobretudo por populações de classes alta e média.

Os dados quanto às ocupações de prédios nos centros metropolitanos do Brasil são inexatos. Não há uma estimativa. O que se coloca como certo são as causas que levam movimentos a ocuparem os centros urbanos: o direito à cidade. De fato, os centros metropolitanos ainda concentram grande parte de serviços que são referência para regiões metropolitanas inteiras. No caso do Rio Grande do Sul, o centro de Porto Alegre oferece serviços e equipamentos que não existem em nenhuma outra parte da cidade e do Estado.

Ademais, o processo de ocupação do centro denota o retorno de diversas famílias que em gerações anteriores foram removidas dos centros através das reformas urbanas do início do século XX. Ao serem removidas para as periferias, passaram a lidar com problemas como disputa de território pelo tráfico de drogas, deslizamentos e enchentes, coabitação, difícil acesso a serviços especializados de saúde e educação superior. A verdade é que o local de moradia “amarra” socioeconomicamente uma família inteira durante gerações. Ao ocuparem os centros, estas famílias reverterem sua situação de exclusão e podem se emancipar econômica e politicamente.

A ocupação irregular mais antiga do centro de Porto Alegre ocorreu com a formação da Vila Chocolateiro, localizada na região administrativa da cidade, em área central. Relatos de moradores afirmam que a ocupação do sítio iniciou-se ainda na década de 1970 (CAZANOVA, 2012). Tratava-se da primeira ocupação formada por pessoas em situação de rua em sua maioria. Eram pessoas provindas de outros bairros e cidades que buscavam no centro da Porto Alegre melhores condições de vida. Seus moradores tinham como base de fonte de renda a coleta, triagem e comercialização de resíduos

recicláveis. Após anos de negociações, a Vila Chocolate foi removida e reassentada para o bairro Morro Santana, em 2011. A remoção ocorreu através do cerceamento de diversos direitos conquistados pelos moradores, além de apresentar impactos negativos para a população reassentada como diminuição da renda, de acesso a emprego, posto de saúde e escolas (SANCHES, 2016).

Após o reassentamento, diversas famílias uniram-se ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e participaram da construção da Ocupação Lanceiros Negros (OLN) no Centro Histórico de Porto Alegre, em 2015. Esta ocupação estava localizada primeiramente em um prédio estatal e simbolizava o retorno de diversas famílias carentes para o centro da cidade.

Marca o histórico desta Ocupação a intransigência do poder estatal em negociar com as famílias um local alternativo para que elas desocupassem o prédio, que estava fechado há mais de dez anos. Após quase dois anos de construção da Ocupação, as famílias foram despejadas com truculência e sem destinação. O primeiro despejo ocorreu em 14 de junho de 2017. Em julho do mesmo ano, as famílias ocuparam outro prédio no centro da cidade, desta vez privado. O prédio fazia parte de uma gama de hotéis que ficaram vazios após os jogos da Copa do Mundo de 2014. Em 24 de agosto, as famílias foram novamente despejadas. Ambos seguem vazios.

Um dos resultados da realização da Ocupação foi a proporção midiática que a seguiu e que reacendeu o debate quanto à questão da habitação em Porto Alegre, levando à mobilização de diversos setores da sociedade a debater o tema e unir-se para a continuidade da Ocupação.

No mesmo bairro da OLN – Centro Histórico – encontram-se a Ocupação Saraí e o Assentamento Urbano Utopia e Luta.

A Ocupação Saraí está localizada em um prédio privado, pertencente à família Deconto. Organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), a Saraí teve início em 2005, quando passou pela sua primeira reintegração de posse. Em 2006, os moradores foram violentamente removidos. O prédio foi reocupado, tendo novas tentativas de reintegração em 2011 e 2013. Foi somente nesta última tentativa que as famílias da Ocupação Saraí tiveram apoio do governo estatal, que através de decreto, possibilitou a permanência das famílias. Contudo, não houve a desapropriação do imóvel e o

dono recusou a oferta de R\$2 milhões pelo prédio, que precisa de reformas (MORENA, 2014). Sem a desapropriação completa e com a mudança de governo, as 24 famílias da ocupação enfrentam um processo de reintegração de posse expedido pela Justiça em setembro de 2015, que ainda não foi cumprido.

A Ocupação Saraí ocorreu pouco após a realização do Assentamento Urbano Utopia e Luta. O assentamento ocorreu em um prédio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), abandonado há 10 anos e foi organizado por diversos movimentos, inclusive o MNLN. A ocupação do prédio deu-se no período em que ocorria o V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2005 e buscava, para além da pauta da moradia, apresentar uma alternativa de projeto habitacional que pudesse ser implementada no país, tendo como principal *modus operandi* a ocupação de prédios inativos (BUONFIGLIO, 2007). Este caso é o único dentre as ocupações estudadas que, através da formação de uma cooperativa, obteve regularização fundiária através do Programa Crédito Solidário do governo federal. O financiamento de R\$719 mil para sua reforma e regularização contou com recursos do governo federal (Sul 21, 2011).

De forma geral, estas ocupações apresentam um objetivo comum: de resistência frente aos processos imbricados no modo como a produção do espaço urbano ocorre. Além de reverterem o processo de periferização e garantirem o direito à cidade, estas ocupações evidenciam algo que deveria ser um debate inclusive superado. Há menos custos envolvidos nas reformas de prédios públicos e privados ociosos em comparação a novos conjuntos habitacionais localizados às margens da malha urbana, o que demanda, além dos gastos com a sua construção, a garantia de equipamentos como escolas, postos de saúde, pavimentação e serviços que não existem nestas áreas de avanço imobiliário/exclusão social.

O que evidencia-se é que a especulação imobiliária ganha tanto com a disputa pela centralidade, pelo espaço central da cidade e sua reformulação, assim como com a aquisição e venda de terrenos localizados nas periferias. Quando ocorrem os despejos e prédios localizados nos centros voltam a ficar vazios, abre-se uma nova possibilidade de compra e venda ou qualquer tipo de

negociação financeira. Quando ocorrem as remoções, a exemplo da Vila Chocolate, poder público se une a iniciativa privada, empreiteiras e incorporadoras. Abre-se um novo ponto de acesso na cidade e valorizam-se áreas periféricas.

O lucro proporcionado por essa lógica impossibilita a construção de uma cidade democrática, algo questionado e rompido a partir das ocupações de luta por moradia organizadas por movimentos sociais, ações que veremos com maior profundidade nos capítulos que seguem.

3.5 O Assentamento Urbano Utopia e Luta

Como citado anteriormente, o Assentamento Urbano Utopia e Luta é decorrente de uma ocupação realizada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM) no ano de 2005, no V Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre (ver Fotografia 10).

Fotografia 10 - Ocupação do prédio hoje onde se localiza o Assentamento Urbano Utopia e Luta:



Fonte: Registros do Movimento Nacional de Luta por Moradia/RS (BUONFIGLIO, 2007).

O Movimento que organizou a ocupação, MNLM, surgiu em 1990 no I Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia e contava com representantes de 13 estados. O *site* oficial do Movimento pontua que o objetivo central do MNLM é “a solidariedade pelo espaço urbano, numa luta orgânica e única em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) além da terra, luta pelo lote, pela casa, saneamento e demais necessidades da população”. (*site* do MNLM-RS, s/a).

A atuação do MNLM surgiu no Estado do Rio Grande do Sul na década de 1990 com a organização de ocupações no município de Santa Maria e no bairro Restinga, em Porto Alegre. Ainda no plano estadual, o MNLM é um dos movimentos que tornaram possível a realização das etapas municipais e estaduais para a Conferência Nacional das Cidades, convocadas pelo Poder Executivo a partir de 2003.

A primeira ocupação realizada pelo MNLM no centro de Porto Alegre ocorreu em 2002, no Edifício Sul América, na Avenida Borges de Medeiros (BUENFIGLIO, 2007). O atual Assentamento Utopia e Luta, na Avenida Borges de Medeiros, foi a segunda ocupação do Movimento na cidade. A terceira ocupação ocorreu no prédio onde hoje está localizada a Ocupação Saraí (nas esquinas da Rua Caldas Júnior e Avenida Mauá). Tal ocupação sofreu despejo no mesmo ano em que se formou, em 2005. Em 2006, o prédio foi reocupado por outro grupo do MNLM e recebe o nome de Ocupação 20 de Novembro. Em abril de 2007, a ocupação foi despejada e passa a ocupar outro prédio, na esquina da Avenida Farrapos e Rua Barros Cassal (vide Fotografia 5).

O prédio onde hoje está localizado o Assentamento Utopia e Luta era de propriedade do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Ocupar este prédio específico trouxe à baila uma nova proposta de política social de habitação popular, dando prioridade à alienação de prédios públicos abandonados. À época, o projeto foi encaminhado ao Ministério das Cidades como uma proposta popular de reabilitação de áreas urbanas centrais, algo que já fora planejado via um programa específico do Ministério, que se encontrava aberto a propostas como esta.

A reforma do prédio ocorreu através de um programa avançado de crédito (Programa Crédito Solidário), que rompia com o Programa de

Arrendamento Residencial (PAR). Através do PAR, nove edifícios foram destinados à habitação em Porto Alegre. O programa consistia no pagamento, por família, durante 15 anos, de uma taxa de arrendamento. Após este período, a família poderia optar pela compra do imóvel, pagando juros e resíduos calculados pelo governo, até atingir o somatório do valor do imóvel. Contudo, o programa não absorvia as demandas daqueles que recebiam três salários mínimos ou menos. O Programa Crédito Solidário atendia tal demanda, dando um período de 20 anos para a família quitar o imóvel. O Crédito Solidário também abria a possibilidade para os movimentos sociais reivindicarem coletivamente uma moradia, ao contrário do PAR. Além disso, possibilitava a escolha dos profissionais, exigidos para reformas prediais, por parte do movimento, o que aumentou a participação de estudantes e trabalhadores da área para atuarem, pensando projetos e custos de acordo com as demandas das famílias organizadas.

No total, foram repassados 719 milhões para a reforma e regularização do imóvel através de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, gerido pelo Ministério das Cidades (BUONFIGLIO, 2007). Para terem acesso aos recursos de financiamento federal, os ocupantes criaram o coletivo Utopia e Luta formado pelas famílias que moravam no prédio e apoiadores. Tal coletivo criou um projeto de reforma do prédio que contaria com 24 apartamentos de dois quartos cada. Contudo, os recursos de financiamento não cobriam os gastos para um projeto como esse. Foi necessário pedir mais recursos e mudar radicalmente o projeto de reforma do prédio, que passou a ter 42 apartamentos JK (quarto, banheiro e cozinha). Este aumento do número de famílias e diminuição dos apartamentos fez com que vários ocupantes não seguissem no coletivo. Outros fatores que fizeram com que diversas pessoas saíssem desta ocupação estão relacionados à burocracia que limita o acesso a programas habitacionais populares como necessidade de dar garantia financeira, ter diversos documentos, comprovar renda (muitas pessoas trabalham no mercado informal), problemas com dívidas ou inadimplência, entre outros. Isto demonstra que é necessário um outro olhar sobre esta população, que deve receber um atendimento mais humanizado ao entrar em um programa habitacional.

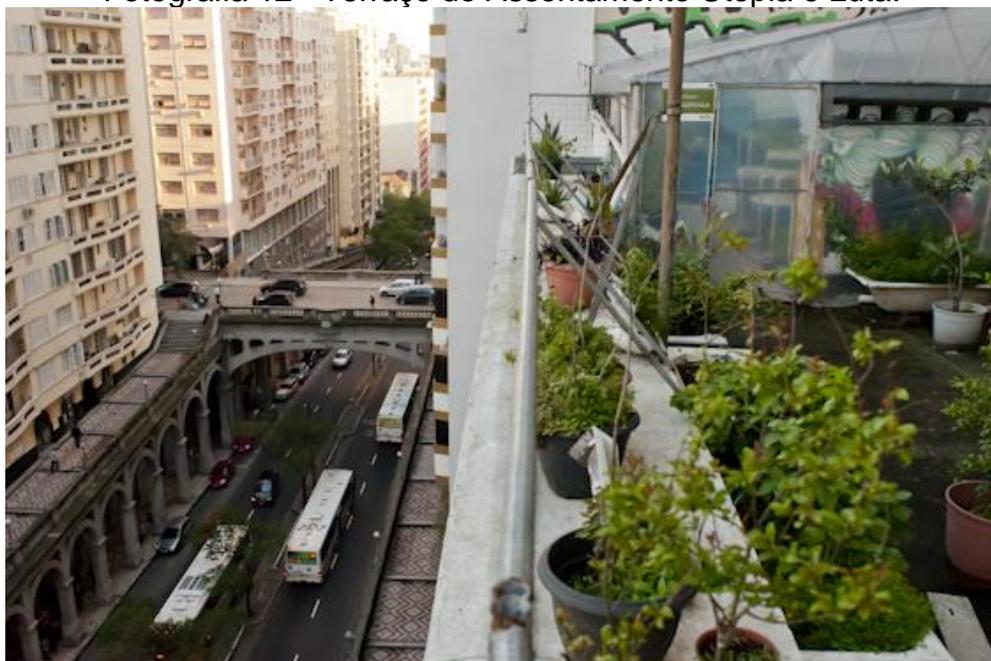
Hoje, o Assentamento Utopia e Luta está consolidado. No prédio, residem 42 famílias que contam com um espaço cultural (Fotografia 11), lavanderia comunitária e uma horta hidropônica (Fotografia 12), localizada no terraço do prédio ocupado.

Fotografia 11 - Espaço Cultural do Assentamento Utopia e Luta:



Fonte: Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul (APCEF/RS), 2015.

Fotografia 12 - Terraço do Assentamento Utopia e Luta:



Fonte: Sul 21. Foto: Ramiro-Furquim, 2011. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/noticias/2011/09/assentamento-em-predio-publico-de-porto-alegre-desafia-politica-habitacional/>

No Assentamento, ocorrem diversas atividades culturais e de geração de renda abertas ao público. Ao longo dos anos, o prédio tornou-se um símbolo de resistência na cidade.

A história do Utopia e Luta demarca uma época política de nosso país, quando havia mais diálogo entre movimento social e Estado. Contudo, os custos com a desapropriação do prédio e a mudança de projeto demonstram que, mesmo em um cenário muito mais favorável aos movimentos sociais, a política habitacional implementada não rompeu com a ordem vigente, seguindo as regras dos bancos, que demandam uma grande burocracia perante investimentos de risco. Isto trouxe consequências para os ocupantes do Assentamento de uma forma geral.

Compreender esta experiência é importante para avançarmos, vislumbrando novas possibilidades de programas habitacionais que corrijam estes problemas.

3.6 A Ocupação Saraí

Iniciada no ano de 2005, a Saraí é uma ocupação organizada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e que permanece no centro da cidade. A ocupação ocorreu no ano de 2005 e foi despejada no mesmo ano. Em 2006 o prédio é reocupado, mas ocorre, novamente, o despejo das famílias. Em 20 de novembro de 2007, outro grupo do mesmo Movimento ocupa o prédio, dando-lhe o nome de Ocupação 20 de Novembro (vide Figura 4).

Figura 4 - Ocupação 20 de Novembro no edifício da Rua Caldas Júnior esquina com a Avenida Mauá, Porto Alegre, MNLM:



Fonte: BUONFILGIO, 2007.

Com o passar dos anos, diferentes grupos ligados ao MNLM ocuparam o local, conseguindo se fixar em 2013, quando ocorre a última ocupação do prédio.

Em 2013, as 24 famílias que ocuparam o prédio reivindicavam a desapropriação do imóvel junto ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. O prédio é de propriedade privada e passou a ser objeto de acordo. A justificativa apresentada pelo Movimento era de que o prédio não cumpria função social da propriedade, o que o tornaria passível de entrar como parte de um programa habitacional popular (FOGLIATO, 2004 *apud*. MARX; ARAÚJO 2016).

As famílias que moravam na Ocupação Saraí vinham de diferentes bairros da Região Metropolitana de Porto Alegre e buscavam uma alternativa de moradia frente ao aumento dos preços de aluguel nas periferias e temiam a possibilidade de despejo de suas casas.

Para garantirem seu direito à moradia, realizaram a Ocupação e buscaram apoio externo de assessoria jurídica. Além disso, realizaram diversas atividades políticas e culturais abertas ao público. Uma delas marca a história da ocupação e da cidade: a campanha Defesa Pública da Saraí (vide Fotografia 13), que uniu música, arte e cultura à luta da moradia e impulsionou um abaixo-assinado *online* a favor da desapropriação do prédio (FOGLIATO, 2015 *apud*. MARX, 2016).

Fotografia 13 – Show de Lucas Rubira, o “Carro Chefe” e banda em atividade realizada na Campanha Defesa Pública da Saraí:



Fonte: Canal Clara CrocoDiscos no Youtube (27/04/2014).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5tTeDIQIEaU>

A campanha que envolveu diversas organizações políticas, apoiadores e movimentos sociais teve efeito. Os ocupantes conquistaram a assinatura de um decreto em nível estadual que tornava o prédio ocupado em um bem de interesse social para fins de desapropriação (PASTORINI, 2014 *apud.* MARX; ARAÚJO, 2016).

Contudo, o decreto não foi acompanhado do pagamento do prédio à família proprietária, que exigiu uma quantia maior de recursos. Sem a desapropriação, as famílias voltaram a correr o risco da reintegração de posse. Isto remobilizou as atividades da campanha Defesa Pública da Saraí.

3.7 A Ocupação Mulheres Mirabal

A Ocupação Mulheres Mirabal foi organizada pelo Movimento de Mulheres Olga Benario e busca ser um marco da luta feminista no mundo, uma luta que pressupõe a prática e o engajamento político e militante das mulheres como forma de emancipação.

O Movimento de Mulheres Olga Benario surgiu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão

e a exploração da mulher, além das injustiças existentes na sociedade capitalista e patriarcal. Seu surgimento ocorreu na formação da delegação brasileira à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas - Venezuela, em março de 2011. Em maio de 2014, em Recife, foi organizado o 1º Encontro Nacional do Movimento Olga Benario, com a presença de 300 mulheres de várias partes do Brasil. Neste Encontro foi eleita a primeira Coordenação Nacional do Movimento, com a participação de mulheres de 13 estados brasileiros (Cartilha do Movimento Olga Benario, 2016).

Assim como a Ocupação Mulheres Mirabal, o Movimento de Mulheres Olga Benario organizou as Ocupações Tina Martins, localizada em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais e que teve início em 2016, a Ocupação Helenira Preta, localizada em Mauá, no estado de São Paulo e que teve início em 2018 e a Ocupação Laudelina de Campos Mello, na cidade de São Paulo, organizada em 2021.

A Ocupação Mulheres Mirabal nasceu em 25 de novembro de 2016.

O dia 25 de novembro é considerado Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher desde 1981, ano em que o grupo de mulheres que participaram do I Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, ocorrido em Bogotá, sugerem tal data em memória à morte e homenagem de luta das Irmãs Mirabal. Em 1991 a data passou a ser reconhecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

As irmãs Mirabal – Pátria, Minerva e María –, também conhecidas como “As Mariposas”, lutaram pela independência da República Dominicana e foram assassinadas em 25 de novembro de 1960 durante a ditadura sanguinária de Rafael Leônidas Trujillo (Jornal A Verdade, 2016).

As Mariposas foram lideranças importantes contra a ditadura que se consolidou na República Dominicana, sendo as fundadoras do Movimento 14 de Junho, importante organização que buscava, através de ações subversivas, derrubar Trujillo.

A história destas irmãs traz um exemplo de resistência contra anos de silenciamento, dominação e violência contra as mulheres que são assassinadas diariamente por serem mulheres. As irmãs se tornaram um

símbolo da luta feminista na América Latina e no mundo e, por isso, foram homenageadas pelas mulheres que participaram da ocupação de um prédio no centro da cidade de Porto Alegre que ficaria conhecida como Ocupação Mulheres Mirabal.

O prédio escolhido foi o antigo Lar Dom Bosco na Rua Duque de Caxias, número 380, onde eram abrigadas em torno de 50 crianças, via programas de parceria entre Salesianos e órgãos públicos. O fim de parcerias levou o local ao abandono durante dois anos.

À época, o governador José Ivo Sartori e sua base aliada havia aprovado a extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres¹³, algo que foi denunciado pelas mulheres logo que iniciou-se a Ocupação. Para além disto, as mulheres ainda denunciavam a queda de recursos destinados às políticas de enfrentamento de violência contra as mulheres gaúchas, a falta de vagas nos equipamentos públicos de acolhimento e abrigamento para mulheres vítimas de violência e seus filhos, a falta de vagas em creches para as crianças, impossibilitando que muitas mães trabalhem ou tenham que depender de amigas e parentes para cuidar das crianças, além da falta de uma política habitacional para as mulheres que querem sair do local de agressão, mas não tem para onde ir

Perante estas demandas, o Movimento de Mulheres Olga Benario passou a elaborar um projeto de equipamento público, um centro de referência para mulheres, que disponibilizasse atendimento psicológico, jurídico e médico, além de oferecer abrigamento (PROJETO DE CASA DE REFERÊNCIA MIRABAL, 2016). O projeto passou a ser entregue para diversos apoiadores e entes públicos. Nem agentes da Prefeitura nem do Estado abriram diálogo com o Movimento, mas o suporte de apoiadores e sindicatos cresceu a partir da apresentação de um projeto inovador que possibilitava a realização de acolhimentos e abrigamentos de uma forma humanizada, com ativa

¹³ A extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres foi votada em 22 de dezembro de 2014 sob forte crítica da população e de organizações feministas. A Secretaria, criada em 2010, conseguiu elaborar políticas que auxiliaram na redução de 32% dos casos de feminicídio no Estado do Rio Grande do Sul. Mais informações em <https://www.sul21.com.br/em-destaque/2014/12/aliados-de-sartori-aprovam-extincao-da-secretaria-de-politicas-para-mulheres/>

participação das mulheres vítimas de violência e que possibilitava uma organização autogestionada por diversas estudantes e profissionais, em contato direto com a rede pública de saúde e demais serviços.

Rapidamente a Mirabal passou a se tornar um ponto de referência da luta feminista na cidade. A primeira amostra disso ocorreu já nas primeiras 72 horas de ocupação, tempo no qual diversas pessoas ficaram em frente ao prédio da Ocupação, oferecendo suporte e solidariedade. Neste período, a Inspetoria Salesiana entrou com pedido de reintegração do prédio, algo que perdurou até a saída das mulheres da Ocupação. Como forma de resistência, o Movimento passou a organizar reuniões com outros movimentos, apoiadoras, advogadas e representantes de sindicatos e reforçou seu projeto de casa de referência. Para a realização do projeto, o Movimento passou a organizar equipes de voluntárias que prestavam serviços de psicologia e saúde, além de atendimento jurídico.

Em 4 meses de existência, a Ocupação começou a receber mulheres vítimas de violência, encaminhadas por órgãos governamentais como Delegacia da Mulher (DEAM), Centro Estadual de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRMVAM), Procuradoria da Mulher da Assembleia Legislativa, ONG Themis ou pela simples indicação de alguém que conheceu e viu na Ocupação Mulheres Mirabal uma alternativa para ajudar mulheres que precisam de apoio.

Com o tempo, a Ocupação passou a ter o reconhecimento do poder público em relação ao trabalho desenvolvido. Contudo, no dia 15 de março de 2017 a 20ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deferiu o pedido de reintegração de posse da Ocupação, sob o pretexto de defender o direito à propriedade privada, e aprovou por unanimidade a desocupação do prédio em até 30 dias, podendo ainda esse prazo ser adiantado conforme a vontade do Juiz responsável pelo processo.

Tal decisão levou à mobilização de diversas mulheres que passaram a organizar protestos e vigílias. Além disso, como forma de manter movimentação na Ocupação e no bairro, as mulheres do Movimento e apoiadoras organizaram oficinas, feiras (vide Figura 5) e festivais de arte e música (vide Figura 6).

Figura 5 - Oficinas e feiras realizadas na Mirabal:



Fonte: perfil da Ocupação Mulheres Mirabal no Facebook. Elaborado por: Nanashara D. Sanches, 2020.

Figura 6 – I Festival da Mirabal:



Fonte: perfil da Ocupação Mulheres Mirabal no Facebook. Fotos de Nina Lew (2017).
Elaborado por: Nanashara D. Sanches, 2020.

A decisão da 20ª Câmara demonstra que o Estatuto das Cidades não foi considerado e, neste caso, o judiciário se colocou como um agente espacial, decidindo não somente priorizar a propriedade privada, mas também, terminar

com um serviço público que se soma à rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A repercussão da decisão aumentou o apoio da sociedade que se demonstrou favorável à continuidade do serviço prestado na Mirabal. Após a decisão, as atividades na Ocupação aumentaram, fator que dificultava e atrasava a realização do despejo. Talvez o fator que tenha sido determinante para que não ocorresse a reintegração de posse da Ocupação Mirabal, foi a realização do despejo violento da Ocupação Lanceiros Negros no dia 14 de junho de 2017, há alguns metros dali. O despejo realizado contra as famílias da Lanceiros, relatado no capítulo 4, foi criticado internacionalmente, sendo objeto de denúncia na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA). Tal despejo demonstrou o despreparo da Brigada Militar para realizar ações como essa, colocando em risco a vida de crianças, mulheres, homens e idosos.

Para evitar a repetição de um conflito como este e após muita pressão pública, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) com o Movimento de Mulheres Olga Benario e representantes da Prefeitura de Porto Alegre e do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo do GT era encontrar uma resolução para que o serviço da Mirabal seguisse ocorrendo em outro local, antes de ser expedido o mandado de despejo.

As reuniões eram semanais e ocorreram ao longo de sete meses. Todas as reuniões foram documentadas em atas assinadas pelos participantes. Nessas reuniões, Movimento e entes públicos apresentaram locais nos quais o serviço da Mirabal poderia seguir. O único local que se adequava era o prédio da equipe diretiva da antiga Escola Estadual Benjamin Constant, Zona Norte de Porto Alegre. Ao lado, no mesmo terreno, está o prédio das salas de aula que possui diversas rachaduras, tendo sua estrutura comprometida provavelmente em função da construção da Terceira Perimetral que passa em frente à Escola.

O terreno onde encontrava-se a escola era de propriedade da Prefeitura e cedido ao Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela construção das benfeitorias. No GT, Prefeitura, Estado e Movimento concordam que o serviço poderia seguir neste novo endereço. Concordam também que o Estado não pediria mais a cedência do terreno para a Prefeitura, sem exigir nenhuma

contrapartida financeira pelos prédios construídos. Contudo, ao não exigir a contrapartida financeira, o Estado impõe que o prédio da equipe diretiva seja destinado para a realização de políticas para combate à violência às mulheres.

Um acordo é redigido nestes termos. Os entes participantes do GT assinaram. O Movimento, ao vislumbrar, finalmente, a possibilidade de não passar pela violência de não saber se no outro dia seria despejado ou não, sinaliza no processo referente ao prédio da Rua Duque de Caxias que irá para outro local, fruto do acordo com entes públicos.

Contudo, a Prefeitura se nega em entregar a chave dos prédios para o Movimento. Sem ter para onde ir e temendo uma reintegração de posse, o Movimento decide ocupar o prédio da Escola Benjamin Constant, repassado para a Mirabal via acordo. A nova ocupação ocorreu em 7 de setembro de 2018. No novo local, a Ocupação assumiu o nome de Casa de Referência Mulheres Mirabal, seguindo atendimento e realizando atividades abertas à população (Figura 7).

O atual prédio em que está localizada a Casa de Referência conta com dois pavimentos. No pavimento superior, existem cinco quartos que abrigam até 12 mulheres com filhos. No pavimento inferior existem quatro salas onde estão a sala da coordenação, sala de acolhimento, brechó solidário a cozinha comunitária.

Figura 7 - Militantes e Apoiadoras na Casa de Referência Mulheres Mirabal:



Fonte: Perfil da Ocupação Mulheres Mirabal no Facebook. Elaborado por: Nanashara D. Sanches, 2020.

De acordo com a Coordenação da Casa de Referência Mulheres Mirabal, mais de 400 mulheres foram acolhidas na Casa e foram realizados mais de 200 abrigamentos, em um pouco mais de três anos de serviço.

Apesar de não ser uma ocupação que luta estritamente pelo direito à moradia, a Casa de Referência é uma experiência que demonstra que a atuação dos movimentos sociais pode mudar a realidade urbana e ainda, contribuir para o fortalecimento de uma rede de serviços específica. Neste caso, a rede de enfrentamento da violência à mulher que envolve não somente a violência psicológica e física, mas também a violência do abandono e da falta de políticas públicas voltadas para estas mulheres e seus filhos.

Aqui concluímos o panorama inicial desta tese, apresentando o problema de pesquisa, os fundamentos teóricos e conceitos que guiaram nossa análise e as questões que permeiam historicamente a conformação do espaço urbano brasileiro no que tange o direito à cidade, especificamente à moradia. A seguir, vamos tratar da Ocupação Lanceiros Negros organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

4. A OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS

4.1 Histórico do Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas e da Ocupação Lanceiros Negros

A Ocupação Lanceiros Negros (OLN) teve início em 2015 e foi fruto do trabalho de nove meses realizado por militantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) em bairros periféricos de Porto Alegre. O MLB é um movimento nacional que atua através da formação de núcleos nos bairros, onde realiza reuniões semanais debatendo temas referentes ao processo de urbanização. Através do estudo e de atividades pedagógicas e culturais, as famílias que passam a atuar no Movimento promovem ações locais dadas as demandas de seu bairro. Ao mesmo tempo, passam a compreender sua própria situação no contexto urbano e buscam melhores condições de vida.

O MLB foi criado em 1999 e atualmente, tem atuação em 15 estados do país. O Movimento traz como principais objetivos organizar a luta por moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo. Ao pautar a luta pelo socialismo, o Movimento se diferencia e assume uma posição de luta pela superação do sistema capitalista. Para tanto, o MLB vê como necessário a atuação do movimento social a partir da emancipação política e ideológica dos indivíduos, para além da luta pela moradia. De acordo com o documento “As propostas do MLB para a Reforma Urbana”, temos que, para o Movimento:

A questão da propriedade privada do solo urbano e sua utilização para a especulação imobiliária faz com que a falta de habitação seja uma triste realidade para a maioria das famílias que vivem nas cidades brasileiras. Por isso, a luta pela moradia é o motor principal da luta pela reforma urbana. Através dela conseguimos mobilizar milhares de pessoas, pressionar os governos e chamar a atenção para os problemas enfrentados pelo povo pobre nas grandes cidades. Nesse sentido, tem importância fundamental a organização e realização das ocupações. A ocupação educa o povo para a necessidade de lutar organizado e desenvolve o espírito de trabalho coletivo. Ocupar é um ato de rebeldia, de confronto com a ordem estabelecida, de questionamento à “sagrada” propriedade privada capitalista. A ocupação é a greve do trabalho de bairros (MLB, 2014).

O primeiro Encontro Nacional do Movimento ocorreu em 2005, em Belo Horizonte – Minas Gerais. O segundo Encontro Nacional ocorreu em 2008, em Natal – Rio Grande do Norte. Dentre as propostas que surgiram neste segundo Encontro, fica evidente que o Movimento buscava crescer através da aproximação com outros movimentos. Para os militantes do Movimento, no segundo Encontro Nacional ficou decidido que:

A luta por moradia digna será nosso eixo de atuação principal e aumentaremos a visualização nacional do Movimento, desenvolvendo importantes lutas políticas no interior da Central de Movimentos Populares (CMP) e do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU). (TESES DO SEGUNDO ENCONTRO NACIONAL DE MLB, 2008).

Com o passar do tempo, o MLB expandiu sua produção teórica, desenvolvendo diversos materiais de formação, além de melhorar seu método de atuação junto às comunidades e com outros movimentos sociais. A meta de 2008, de aumentar a visualização do Movimento, o colocou em outro patamar de atuação, para além da organização de famílias que residem em ocupações espontâneas já estabelecidas. As experiências do Movimento fazem com que o MLB recrute famílias nos bairros e ocupações espontâneas para criar novas ocupações, cuja construção baseia-se na importância da luta coletiva para confrontar a ordem estabelecida.

A última decisão política do MLB envolveu a construção de um partido político, junto com outros movimentos sociais. O partido chamado Unidade Popular pelo Socialismo (UP) alcançou sua legalização em 10 de dezembro de 2019 e tem como presidente um morador de ocupação organizada pelo MLB em Minas Gerais: Leonardo Péricles.

Em Porto Alegre, o Movimento passou a atuar em 2015, através do planejamento de uma ocupação no centro da cidade. Tal decisão ocorreu a partir das demandas apresentadas nos núcleos de bairros organizados pelo MLB, em bairros nas zonas Norte e Leste de Porto Alegre (vide Figura 8).

Figura 8 - Reuniões e atividades culturais nos núcleos do MLB em Porto Alegre:



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

A maioria dos relatos que surgiam nas reuniões de núcleo indicavam que muitas pessoas dirigiam-se para a região central de Porto Alegre diariamente para trabalhar e fazer baldeação. Outros, dirigiam-se para o centro semanalmente, principalmente para fazer algum tipo de tratamento de saúde. Com o crescimento da atuação do Movimento nos bairros, mais pessoas procuram as reuniões de núcleo, apresentando outras situações como impossibilidade de seguir pagando aluguel, problemas relacionados a residir em uma zona de disputa territorial pelo tráfico de drogas, em áreas de risco, em áreas que alagam. Com estas famílias, formou-se um grupo que passou a se reunir e organizar uma ocupação no centro.

O nome escolhido em assembleia pelas famílias para a ocupação, Lanceiros Negros relembra um episódio marcante, mas ainda pouco contado, da história do Rio Grande do Sul. No dia 14 de novembro de 1844, os Lanceiros Negros, batalhão formado por escravizados que ao lutarem na Revolta Farroupilha ganhariam sua liberdade, foram dizimados no Massacre de Porongos. Desarmados, os lanceiros sofreram uma emboscada idealizada pelo

General David Canabarro (líder farroupilha) e o então Barão de Caxias, chefe e comandante do exército imperial que, após tal feito, tornou-se Duque. Os Lanceiros Negros foram linha de frente em diversos combates e podemos atribuir a eles diversas vitórias que ocorreram na Revolta Farroupilha. Foram combatentes que lutaram por sua liberdade, elemento crucial que permeia a luta pela moradia no Brasil, cujas políticas ineficientes relegam a milhares a escravidão do aluguel, da violência e da precariedade de vida.

Assim, a OLN surgiu na Rua General Câmara, número 352 (vide Fotografia 14) em 14 de novembro de 2015 com o propósito de garantir a mais de 70 famílias o direito à moradia digna, o acesso à cidade, à saúde, à educação, ao saneamento básico, à cidadania e à cultura e, ainda, estabelecer a função social de moradia a um prédio público abandonado.

Fotografia 14 - Primeiras horas da Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Arquivo pessoal, 2015.

Inicialmente residiam na OLN famílias cuja composição incluía seis bebês, três gestantes, 44 crianças, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas com deficiência, diversos idosos, indígenas dos povos Guarani e Kaingang e imigrantes estrangeiros. A entrada da população indígena e de imigrantes ocorreu em tempos e razões similares, ainda no final de 2015 e início de 2016.

A busca por moradia no centro da cidade por esta comunidade ocorria principalmente em função da geração de renda desses grupos, baseada na comercialização de produtos estrangeiros e artesanato. No centro, essas famílias passaram a ter gastos menores com transporte e aluguel, encontrando a possibilidade de melhorar suas condições de vida e subsistência.

Já no primeiro dia de Ocupação, iniciou-se o processo judicial de reintegração de posse. Desde o início, o discurso dos ocupantes revelava a intransigência do poder estatal, que tem a escritura do prédio ocupado, em negociar. Assim, o que se colocou como única alternativa para os moradores foi a resistência. A outra opção, dada pelo Estado, era a saída do prédio, o ingresso aos albergues ou às ruas.

A primeira tentativa de reintegração de posse com uso de força policial ocorreu em 24 de maio de 2016. Naquela noite, os moradores fecharam as janelas e portas do prédio e centenas de apoiadores foram ao local, pressionando a interrupção da reintegração de posse, mas isto não impediu que um novo mandado fosse expedido.

Para consolidar a ocupação, as famílias que passaram a residir nela desenvolveram seus próprios meios de organização. Assim, surgiu a proposta de diariamente fazer assembleias (vide Fotografia 15) para definir o uso dos andares e cômodos do prédio, além de dividir as famílias em grupos de trabalho responsáveis por segurança, alimentação, limpeza, horário de silêncio, portaria e demais necessidades. Em uma dessas assembleias, as famílias elegeram uma coordenação da Ocupação, grupo responsável por organizar as pautas das assembleias e resolver algumas questões urgentes. Essa coordenação passou a ter mais responsabilidades, representando as famílias do andar onde moram. Após algum tempo, as assembleias passaram a ocorrer uma vez por semana.

Fotografia 15 - Assembleia na Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Página da rede social *Facebook* da Ocupação Lanceiros Negros. Autor Desconhecido, 2015.

Nas assembleias também eram decididas regras para manutenção do prédio, pelo convívio e organização das tarefas inerentes ao Movimento e ainda, pela troca dos conhecimentos criados ao longo do processo de ocupação. Entre algumas regras que foram criadas podemos citar a impossibilidade de usar drogas, consumir bebidas alcoólicas ou cigarros dentro do prédio, zelar pela segurança e alimentação das crianças e a proibição da ocorrência de violência física contra a mulher.

No primeiro ano de Ocupação, foram criados equipamentos internos de uso coletivo como creche, biblioteca, refeitório e lavanderias comunitárias, mantidas pelos moradores e apoiadores externos que doaram alimentos, livros e materiais escolares (vide Figura 9).

Figura 9 - Biblioteca, creche e refeitório comunitário dentro da Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Página da rede social *Facebook* da Ocupação Lanceiros Negros e Observatório das Metrópoles. Autor de Observatório das Metrópoles: Ramiro Furquim, 2016.
Editado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2018.

Durante toda a construção da Ocupação foram realizadas atividades culturais abertas ao público. De fato, a Ocupação propunha-se ser, além de local para moradia, um espaço de integração cultural, possibilitado através de shows, aulas públicas e oficinas (vide Figura 10). Estas atividades possibilitaram que a população de Porto Alegre conhecesse os ocupantes e o Movimento e passasse a utilizar o prédio, fortalecendo laços de solidariedade.

Figura 10 - Algumas atividades políticas e culturais realizadas na Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Fonte: Página da rede social *Facebook* da Ocupação Lanceiros Negros e MídiaNinja.

Através da Figura 10, vemos algumas das ações e visitas que ocorreram na Ocupação. Na ordem vemos “contação” de histórias na creche da Ocupação, atividade realizada por Valquiria Cardoso e Alex Limberger; a visita de Raquel Rolnik, na biblioteca da OLN; oficinas de boxe cubano ministradas pelo morador Francisco Ongdé Ialá; apresentação da peça “Frida Kahlo à Revolução” com a atriz Juçara Gaspar; ensaio do bloco “Avisem a Shana que sábado vai chover”; show de Tonho Crocco interpretando Tim Maia (em 2018 o cantor lançou uma música chamada Fala por Ti, no qual cita a OLN); show de Rodrigo Albornoz e Bruno Stefani; e por fim, os bastidores da gravação do documentário “Lanceiros Negros estão Vivos: uma ocupação por moradia e liberdade”, lançado em 2016 e produzido pelo Coletivo Catarse, dirigido e

editado por Tiago Rodrigues e Jefferson Pinheiro e com trilha de Marcelo Cougo¹⁴.

Assim como na Ocupação Saraí, compreendemos que existe uma relação estreita entre movimento social de luta por moradia e movimentos culturais. Esta relação se mostra crucial para a resistência destas ocupações.

Para além dos eventos, os moradores da Ocupação buscaram gerar renda através da criação de uma central de serviços na qual eram disponibilizadas atividades relacionadas à construção, corte e costura entre outros (vide Figura 11).

Figura 11 - Panfleto da Central de Serviços Lanceiros Negros:

CENTRAL DE SERVIÇOS LANCEIROS NEGROS

- ▶ Atendente
- ▶ Babá
- ▶ Chapista
- ▶ Copeira
- ▶ Diarista
- ▶ Garçon
- ▶ Motorista particular
- ▶ Panfletagem

CONSTRUÇÃO CIVIL - REFORMAS EM GERAL

- ▶ Carpintaria
- ▶ Eletricista
- ▶ Hidráulica
- ▶ Pedreiro
- ▶ Pintura (predial e residencial)

Contato com Carina Flores
email: carinaflores426@gmail.com
celular e whatsapp: (51) 9781-2978
Rua General Câmara, 352
Centro Histórico - Porto Alegre

The background image shows a building facade with a banner that reads 'SEM MEDO' and another banner that reads 'OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS'. There is also a logo for 'MLB' and 'CAMP' visible.

Fonte: Página da rede social Facebook da Ocupação Lanceiros Negros.

¹⁴ Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y97fhAH7Cyc&t=17s>

Para demonstrar que o prédio fechado há 10 anos deveria servir para a efetivação de uma política pública habitacional, diversos setores da população em conjunto com as famílias apresentaram uma proposta de construir na localidade a “Casa de Acolhimento Lanceiros Negros” (ANEXO 3). De diversas formas, o prédio serviu como tal equipamento público. Muitas famílias que encontravam-se em situação de vulnerabilidade reestruturaram-se após morar na Ocupação e buscaram outros locais para residir, cedendo espaço para que novas famílias em situação de vulnerabilidade pudessem morar na OLN.

O projeto buscava envolver o poder municipal, além de consolidar a Ocupação e abrir a possibilidade para que novas famílias acessassem o prédio.

Oferecendo condições dignas de habitação no centro da cidade, além de serviços de acompanhamento social, creche e atividades culturais e a possibilidade do exercício de trabalhos diversos, a Ocupação representava uma outra forma de convívio entre famílias vulneráveis, de forma coletiva e participativa.

Esta ocupação teve fim em 2017 quando ocorreu o despejo violento das famílias, a ser tratado nos próximos capítulos.

4.2 Os Conflitos Territoriais Urbanos e a judicialização da Política Habitacional: Reflexões a partir do despejo da Ocupação Lanceiros Negros¹⁵

O nascimento dos conflitos territoriais urbanos coincide com o processo de urbanização brasileiro. Tal processo de urbanização, muito influenciado por projetos de cidade provindos da Europa, com destaque para o projeto parisiense, não rompeu com o alastramento dos conflitos que já ocorriam no

¹⁵ Baseado no artigo apresentado e publicado no **I Seminário Latinoamericano “Teoría y Política sobre asentamientos populares”**, realizado no período de 19 a 21 de abril de 2018 na Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS), Los Polvorines, Argentina.

campo durante o século XIX. Ao contrário, no espaço urbano mantém-se a lógica que torna intrínseca a relação entre poder e propriedade de terra (MARICATO, 2001). A Lei de Terras (Lei nº 601), promulgada em 1850 consolida a base dos conflitos urbanos ao desvincular o direito de acesso à terra da condição de seu efetivo uso e ocupação (ROLNIK, 1997).

A produção do espaço urbano, voltada para a reprodução do capital, tem gerado historicamente a segregação, analisada hoje através do processo de segregação residencial dadas as características do espaço urbano atual da cidade capitalista que comporta, muitas vezes lado a lado, classes sociais díspares. Neste sistema, o próprio planejamento urbano pode tornar-se uma ferramenta que reafirma o papel mercadológico da terra ao impor a cidade como um espaço de disputa entre empresas, entre projetos, entre seus próprios cidadãos. As disputas territoriais decorrentes deste arranjo envolvem ora o poder público, ora o poder privado *versus* a população, principalmente a mais carente, que há muitos anos é removida dos centros urbanos em prol de políticas desenvolvimentistas.

Esta população, estando nos centros urbanos ou nas periferias, vê-se em constante situação de vulnerabilidade e insegurança por não ter a posse formal de seus terrenos, elevando as estatísticas da formação de aglomerados subnormais no Brasil.

De acordo com relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2016) mais de 900 milhões de pessoas vivem em favelas em todo o mundo, 111 milhões só na América Latina. O relatório traz ainda que 54% da população global vivia em cidades no ano de 2014. A tendência é que este número suba para 66% em 2050. Estima-se que neste mesmo período a população que habita as favelas dobre de 900 milhões para 1,8 bilhão. No Brasil, mais 11 milhões de pessoas, cerca de 6% da população vive em aglomerados subnormais (IBGE, 2010). Nessas áreas, a atuação dos representantes do Estado ocorre mais de forma punitiva do que restauradora.

Conforme ocorreu a evolução das cidades, grande parte de áreas ocupadas que outrora estavam sem função social, foco deste trabalho, passaram a ter valor imobiliário, ou se sobrepuseram a áreas de expansão inseridas no planejamento urbano voltadas futuramente à construção de

equipamentos e estruturas urbanos públicos ou privados. Nesta situação, o poder judiciário, salvo raras exceções, não hesita em colocar-se como defensor da propriedade privada promovendo o despejo, a remoção de pessoas do local onde moram e constroem suas vidas, mas que, por não ter o título de posse, são remetidos a um tratamento sub-humano, independentemente de serem crianças, adolescentes, homens, mulheres e idosos.

Também são raras exceções os despejos que ocorrem sem violência ou coerção policial e que prevejam o destino dos ocupantes, sem a retirada total do direito à moradia e da dignidade humana. Pelo contrário, quanto mais organizada e combativa é a população que ocupa, mais força judicial e policial é empregada para desmantelar aquilo que pode servir de exemplo para milhares de pessoas que não tem acesso ao direito à moradia e à cidade. E estes casos revelam hoje falhas no Estado democrático de direito pensado pela população brasileira em seu período de redemocratização, ainda não plenamente alcançada. Restam resquícios da Ditadura Militar que se consolidou no país no ano de 1964. Neste período, o Estado brasileiro adotou um programa político repressivo e autoritário, porém com matizes populistas. Os crimes cometidos na época e o mau governo tem resquícios ainda sentidos pela população brasileira. Percebemos isso através das investigações correntes de valas onde são encontrados ossos de presos políticos, assim como o alargamento da dívida pública que alcançou valores exorbitantes durante o regime militar que só iria terminar no final de década de 1980, após anos de organização popular.

O enfraquecimento do regime ditatorial, consequência direta da ação de grupos políticos progressistas e do fortalecimento do movimento democrático no Brasil, resultou na criação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) no Congresso Nacional. À ANC ficou incumbida a tarefa de sintetizar as principais demandas da população brasileira, demandas que garantissem serviços básicos e universais. Através da Assembleia, debates entre sociedade civil e movimentos sociais culminaram na construção de novas leis constitucionais democráticas, sendo a base para a promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, no que concerne à moradia, foi necessário mais de uma década para que este quesito fosse incluído e regulamentado no texto

constitucional. É somente em 14 de fevereiro de 2000 que a moradia é explicitamente estabelecida no Brasil como direito fundamental através da Emenda Constitucional número 26. Assim, mesmo que outros artigos indicassem a necessidade da moradia para a dignidade da vida humana, a Emenda não deixava mais dúvidas sobre a responsabilidade do Estado em garantir, entre outros direitos sociais, a habitação.

Em 2001, o Estatuto das Cidades (Lei 10.257) é aprovado a partir da necessidade de regulamentação do processo urbano no Brasil, ainda crescente. Juridicamente, a partir dele, a propriedade urbana deve cumprir uma função social para atender as exigências de ordenamento da cidade que deve ser determinada via plano diretor. No que concerne ao prédio ocupado pelas famílias do MLB na OLN, é comprovado o não cumprimento de sua função social no meio do centro da cidade. Contudo, o processo judicial que se colocou perante as famílias iniciou-se um dia após a entrada no prédio, em 16 de novembro de 2015. Neste momento a 7ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central recebeu a ação de reintegração de posse do imóvel, movida pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE). A partir disto, o juiz Rogério Delatorre, responsável pelo caso, deu provimento liminar à solicitação da PGE através dos artigos referentes a esbulho possessório.

Com tal decisão, o MLB passou a reunir-se com representantes de diversos segmentos da sociedade como os representantes do Conselho Estadual de Direitos Humanos - RS, procuradores do Ministério Público Federal e outros movimentos sociais e organizações partícipes do Fórum Estadual de Reforma Urbana – RS (FERU-RS). Além disso, a equipe jurídica do Movimento judicializou um Agravo de Instrumento que não obteve o efeito suspensivo.

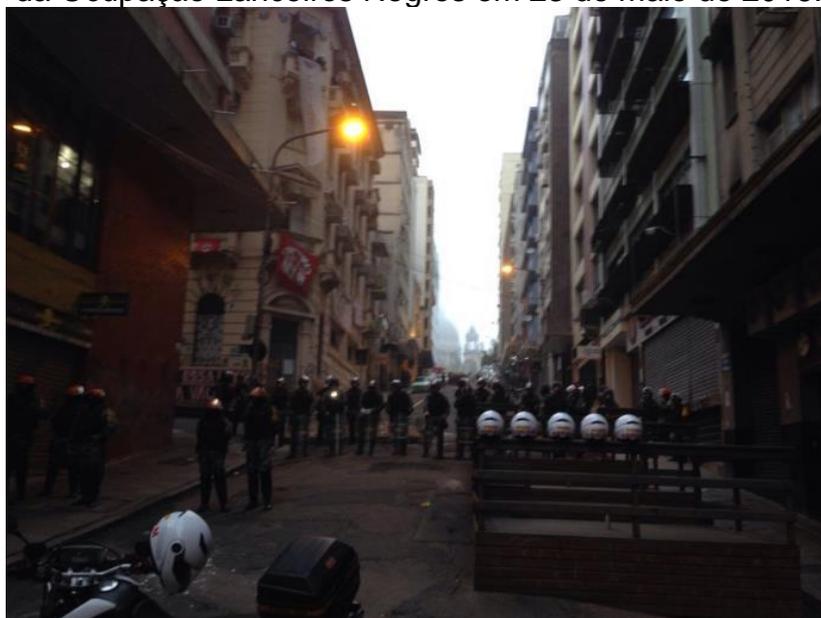
O que trouxe uma mudança para o cenário foi uma recomendação do Ministério Público que lembrou ao juiz que o Brasil é signatário de pactos internacionais como a Declaração de Direitos Humanos e, portanto, as famílias não podem ser despejadas sem a indicação pelo Estado de outro local onde possam se abrigar, mesmo que provisoriamente. Isto resultou na suspensão do primeiro pedido de reintegração de posse em 15 de dezembro de 2015.

Após a decisão, o Estado se retirou da responsabilidade de prover abrigo às famílias, entrando com um Agravo de Instrumento contra a

suspensão da reintegração. Somente quatro meses depois, o Estado foi intimado novamente para providenciar abrigo às famílias. Ao ir para uma turma de desembargadores, o Agravo de Instrumento apresentado pelo Estado foi aceito, num movimento jurídico que deu ao ente público total liberdade em não conceder local provisório às famílias após feita a reintegração de posse de seu imóvel, colocando aí poder executivo e judiciário em harmonia e concomitantemente em desacordo com a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades.

Em abril de 2016, a assessoria jurídica da Ocupação enfatizou a necessidade de uma conciliação entre as partes para evitar uma reintegração de posse violenta. O pedido foi feito via processo e o Estado do RS respondeu negativamente. Um mês após, é pedida a suspensão da reintegração de posse, negada pelo Tribunal de Justiça. No mesmo mês (na madrugada de 23 para 24 de maio) é preparada a reintegração de posse com forte aparato policial, conforme Fotografia 16:

Fotografia 16 - Parte do aparato policial na tentativa de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros em 23 de maio de 2016:



Fonte: Rádio Guaíba online. Disponível em:

<http://www.radioguaiba.com.br/noticia/reintegracao-de-posse-da-ocupacao-lanceiros-negros-e-suspensa-em-porto-alegre/>. Foto de: Álvaro Grohmann, 2016.

Com a iminência da reintegração de posse, o MLB fez um chamado nas redes sociais pedindo para que apoiadores fossem até o prédio, ajudar na

mobilização das famílias que se encontravam em cárcere privado dentro do prédio, sem acesso a advogados e entidades de direitos humanos que, ao chegarem ao prédio, pediam autorização para entrar. Em poucas horas, muitas pessoas estavam nas proximidades da Ocupação, que foi isolada. Os apoiadores e manifestantes levaram faixas de apoio e ficaram durante 10 horas em frente ao prédio cantando músicas de protesto e pressionando policiais para que a reintegração não fosse feita (Vide Fotografia 17).

Fotografia 17 - Manifestantes e apoiadores da Ocupação Lanceiros Negros em frente à ocupação em 23 de maio de 2016:



Fonte: Juliano Verardi, 2016.

Após forte mobilização e pressão popular, a assessoria jurídica da Ocupação garantiu a suspensão da reintegração de posse dada a alta probabilidade de ocorrer conflito entre manifestantes e policiais. A sustentação utilizada para a suspensão da reintegração ocorreu pelo “perigo de dano irreparável ou de difícil reparação evidenciado pela imediata execução” da reintegração e também pelo “risco considerável de conflitos sociais” (Correio do Povo, 2016). De fato, a operação policial que levaria crianças, mulheres, homens e idosos para a rua, ao ser realizada pela Brigada Militar, causaria danos irreparáveis e a violação de direitos das famílias ocupantes, o que veio demonstrar-se em junho de 2017.

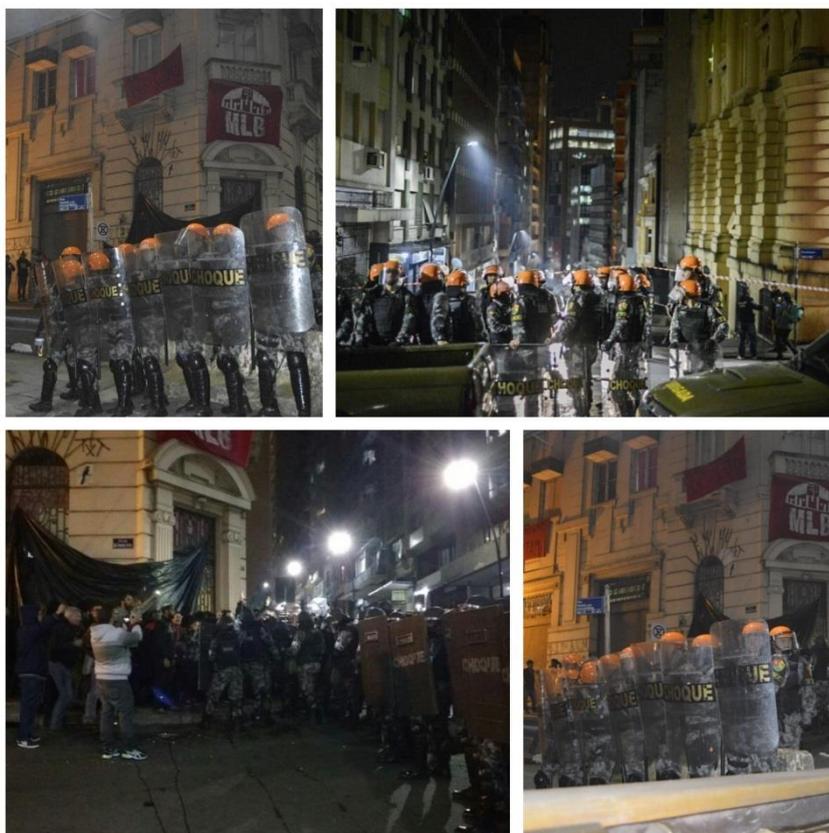
Após a vitória e seguindo ainda a articulação de resistência, os integrantes do Movimento marcaram juntamente com vereadores uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Porto Alegre em 6 de junho de 2016. Através da Audiência, foram exigidas providências do Poder Legislativo Municipal e do Estado do Rio Grande do Sul, principalmente na mediação e tentativa de conciliação entre as partes. Foi neste momento que o Movimento, em articulação com outras entidades que estudam a questão da moradia na cidade de Porto Alegre, apresentou o projeto “Casa de Acolhimento Lanceiros Negros”, entregue ao Estado em contrapartida para a desocupação do prédio. O projeto tinha como objetivo tornar o prédio uma casa de acolhimento temporário para pessoas que se encontrassem em situação de vulnerabilidade devido a enchentes, incêndios e demais questões que levassem famílias à procura de um equipamento público de atendimento para esses casos. A partir da Casa, as famílias seriam encaminhadas para moradias definitivas. Além do projeto, o Movimento exigia nas negociações que o Poder Público garantisse moradia para as mais de 70 famílias que estavam no local.

Como resultado, o processo referente à Ocupação foi enviado para um espaço de mediação denominado Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC). Nele, um (a) juiz (a) fica encarregado de processos que envolvem conflitos fundiários, sendo o caso da OLN o primeiro levado a tal instância. A primeira audiência foi marcada para 15 de junho, duas semanas após a tentativa de reintegração de posse. Foram chamados para a audiência representantes das partes, além do Ministério Público, Defensoria do Estado e representantes do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB). Uma nova audiência foi marcada para 29 de junho. Nas duas audiências, o Estado dava uma única resposta à juíza: de que as famílias tinham que sair do prédio e que não cabia a ele providenciar outro local.

A posição intransigente do Estado levou à reintegração de posse em 14 de junho de 2017, com início às 19 horas e 30 minutos, em uma temperatura de aproximadamente 9°C. Próximo dali ocorria, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, uma Audiência Pública convocada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, com objetivo de debater alternativas para o déficit habitacional do Estado e buscando mobilizar mais

setores da sociedade a olhar as ocupações de moradia como uma das poucas alternativas populares de solucionar o problema habitacional de centenas de pessoas. Pouco antes do final da Audiência, a polícia passou a isolar a área da Ocupação. Todos que estavam presentes na Audiência se dirigiram para a Ocupação. Outros apoiadores também se locomoveram para lá. Ao chegarem, se depararam com um grande aparato policial, maior que o deslocado para a ação em maio de 2016. Na frente da Ocupação, famílias e manifestantes se colocaram em frente ao portão, tentando uma mediação com o Comandante encarregado pela ação, o que não ocorreu. A Figura 12 mostra o início da reintegração de posse.

Figura 12 - Momentos iniciais da reintegração de posse do prédio da Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Arquivo pessoal, Mídia Ninja e Sul 21, 2017.
Editado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2018.

Em poucos minutos, spray de pimenta foi acionado na boca e olhos dos manifestantes e dezenas de bombas de gás lacrimogênio e balas de borracha

foram disparadas em direção à porta e às janelas do prédio, conforme Figura 13.

Figura 13 - Truculência e uso de força policial para retirada de manifestantes em frente ao prédio da Ocupação Lanceiros Negros:

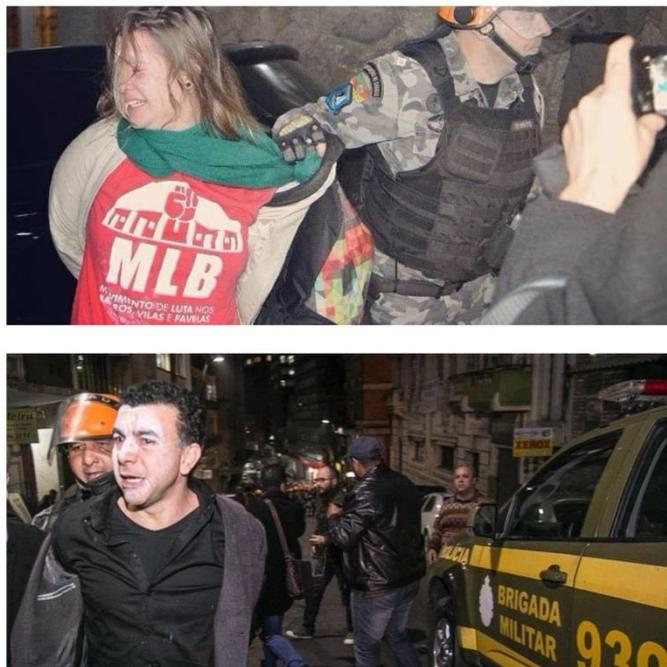


Fonte: Arquivo pessoal, Mídia Ninja e Sul 21, 2017.
Editado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2018.

Além de utilizarem spray, bombas e balas de borracha, os policiais violentaram fisicamente com chutes, cassetetes e socos os moradores e apoiadores da Ocupação que não conseguiram reconhecer os policiais após a reintegração. Os policiais envolvidos na operação não portavam identificação. Ainda no início da operação foram realizadas ao menos seis prisões arbitrárias, incluindo a prisão do Deputado Estadual Jeferson Fernandes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, que estava em Audiência na Assembleia em conjunto com as famílias da Ocupação e que se colocou à disposição para a busca de diálogo com o Comando da Brigada Militar. As prisões foram registradas. Todos foram levados em camburões, sem informações para onde iriam. Advogados que

estavam próximos também não tiveram informações sobre qual local os presos seriam levados. A Figura 14 mostra uma liderança do Movimento e o Deputado Jeferson Fernandes sendo levados para camburões.

Figura 14 - Duas das seis prisões arbitrárias realizadas na reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Arquivo pessoal, Mídia Ninja e Sul 21, 2017.
Editado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2018.

Enquanto isto ocorria, a equipe jurídica da Ocupação tentava suspender a reintegração de posse. Com parte do processo em curso, o pedido de suspensão foi negado e o que se passaram foram em torno de 5 horas de coação e medo. Após a retirada de forma violenta dos manifestantes que estavam fora do prédio, a polícia passou a organizar-se para entrar no prédio. Com o uso de um camburão, os portões de ferro do prédio foram arrancados e os policiais passaram a entrar no prédio quebrando utensílios que estavam no caminho (vide Figura 15).

Figura 15 - Momentos da retirada do portão de acesso ao prédio da Ocupação e entrada dos policiais:



Fonte: Correio do Povo, 2017.
Editado por: Nanashara D'Ávila Sanches, 2018.

Com a entrada dos policiais, as famílias foram para o terceiro andar do prédio. Lá, em um quarto, estavam as crianças pequenas e alguns adultos que delas cuidaram durante os momentos iniciais da reintegração de posse. As crianças foram colocadas lá por motivo de segurança, para não respirarem gás lacrimogêneo e nem serem atingidas por nenhuma bala de borracha provinda dos policiais.

O primeiro contato com as famílias foi feito por policiais altamente armados. Após, o contato foi feito pelo oficial de justiça que solicitou que todos arrumassem seus pertences que seriam levados juntamente com as famílias para o Vida Centro Humanístico, um local designado pelo Estado desconhecido pelas famílias e pelo Movimento. Havia uma forte pressão para que os pertences e as famílias fossem encaminhados para lá, sem detalhes do que os aguardava neste local, nem as condições de estrutura ou habitabilidade. Após, os policiais passaram a coordenar a operação. Longe dos oficiais de justiça, os

policiais cometeram diversos abusos psicológicos e físicos por meio de humilhações, ofensas de cunho discriminatório e intimidação. Isto ocorreu enquanto as famílias organizavam seus pertences e os carregavam para fora do prédio.

Rapidamente, algumas famílias foram coagidas a irem para o Vida Centro Humanístico. Chegando lá, depararam-se com um ginásio, sem cozinha, quartos ou banheiros. Neste momento, foram acionados apoiadores que pudessem transportar alimentação para as famílias. Apoiadores também ajudaram no transporte das pessoas para outras localidades devido à impossibilidade de dormirem em um ginásio sem camas ou colchões.

Algumas famílias não foram para o Centro Vida Humanístico. Estas, foram encaminhadas para outras ocupações, como a Ocupação Mulheres Mirabal ou para a casa de parentes e amigos.

Por fim, o que restou às famílias naquela noite foram a violação de direitos, a humilhação, um ginásio insalubre, outras ocupações ou a volta à situação de rua. Na Fotografia 18, uma ocupante espera ajuda para carregar seus móveis.

Fotografia 18 - Moradora da Ocupação Lanceiros Negra após despejo:



Fonte: Mídia Ninja, 2017.

4.3 A Ocupação renasce e os Lanceiros Negros mostram que ainda vivem

Após o despejo truculento realizado em 14 de junho de 2017, as famílias da OLN receberam amplo apoio da população civil de Porto Alegre. Recebidos em sua maioria na Ocupação Mulheres Mirabal, localizada também no centro da cidade, os moradores da OLN passaram a novamente se articular com outros movimentos de luta por moradia. Na época, a Ocupação Mulheres Mirabal tornou-se um ponto de referência para a entrega de doações de roupas e alimentos destinados às famílias da OLN, além de ser local para a realização de protestos que denunciavam a violência usada contra as famílias sem-teto. O primeiro protesto foi realizado em 17 de junho de 2017, conforme Fotografia 19.

Fotografia 19 - Ato em solidariedade às famílias despejadas da Ocupação Lanceiros Negros:



Fonte: Arquivo pessoal de Sandra Braz, 2017. Disponível em:
<https://sofiacavedonpt.blogspot.com.br/2017/06/ocupacao-lanceiros-negros-movimentos.html>

Duas semanas se passaram até que as famílias, em conjunto com o MLB, organizaram uma nova ocupação. A rapidez da organização da nova ocupação deu-se pela necessidade de abrigar as famílias da OLN que estavam vivendo de favor e em outras ocupações.

A nova ocupação teve como nome Ocupação Lanceiros Negros Vivem, reforçando o argumento utilizado pelo Movimento de que reintegrações de posse não fazem com que parem de existir pessoas sem-teto, elas seguem existindo. E vivem.

Desta vez, o alvo foi um prédio privado que fazia parte de uma lista de hotéis que estavam desativados após a Copa do Mundo Fifa 2014, que teve Porto Alegre como uma das cidades sede do megaevento.

O prédio está localizado próximo ao da antiga Ocupação, na Rua dos Andradas, número 885 (vide Fotografia 20). A entrada no prédio ocorreu no dia 4 de julho de 2017 e logo foi noticiada nos principais veículos de comunicação da cidade. Em pouco tempo, os proprietários do hotel entraram com ação de reintegração de posse do hotel, deferida pela juíza Luciane Marcon Tomazelli da 1ª Vara Cível de Porto Alegre.

Fotografia 20 - Prédio da Ocupação Lanceiros Negros Vivem:



Fonte: Sul 21. Autor: Luís Eduardo Gomes, 2017.

A organização interna da Ocupação ocorreu da mesma forma que a primeira com o estabelecimento de uma creche e refeitório comunitário. Devido

ao maior tamanho, mais famílias passaram a morar no prédio e se organizar com o MLB. Também como na primeira ocupação, foram organizados protestos e atividades culturais com a participação de vizinhos, apoiadores, grupos de dança, teatro e bandas (Figura 16).

Figura 16 – Refeitório, creche, atividade cultural e ato na Ocupação Lanceiros Negros Vivem:



Fonte: Perfil da Ocupação Lanceiros Negros Vivem, no Facebook. Elaborado por: Nanashara D. Sanches, 2020.

Contudo, em 24 de agosto de 2017 cumpriu-se a reintegração de posse da nova Ocupação. O isolamento realizado pela Brigada Militar iniciou-se na madrugada, desta vez com maior contingente policial, além da participação do Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), atual Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que atua em situações de risco que envolvem resgate de reféns e desarmamento de bombas, fatores que não faziam parte do universo relacionado a famílias em uma ocupação com fins de moradia.

Nesta reintegração, Brigada Militar e órgãos públicos iniciaram uma negociação logo no início da manhã do dia 24. Contudo, a negociação ocorria

sob forte pressão, dada a presença de um grande contingente policial. Ao longo do dia foram ofertados às famílias 24 aluguéis sociais que durariam seis meses, além de abrigo, novamente no Vida Centro Humanístico, porém, em uma área de alojamentos. No momento, a área de alojamento era imprópria para habitação. O teto do alojamento destinado para as famílias tinha diversas perfurações, mas representantes do Ministério Público se comprometeram em arrumá-lo. Fazia parte do acordo também uma resolução a longo prazo, que contava com a inserção das famílias em projetos habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida. No total, as negociações duraram 12 horas.

Logo nas primeiras semanas o acordo começou a ser descumprido. O teto do alojamento do Vida Centro Humanístico nunca foi consertado. O aluguel social, que não abarcava a totalidade das famílias na Ocupação, seria utilizado para alugar um local que comportasse todas as famílias. Isso foi impedido pelo DEMHAB, cuja diretoria estava à frente da negociação. Assim, foram impostos diversos tramites burocráticos que impossibilitaram o acesso ao auxílio.

O valor estipulado para o aluguel social, de R\$600,00 mensais, é irrisório para a garantia de uma moradia na periferia de Porto Alegre, assim como no centro da cidade. Ao imporem o aluguel individual, o DEMHAB contribuiu para desarticular as famílias que precisam deste auxílio. Boa parte dos moradores da OLN estão hoje em casas de parentes. A maioria daqueles que se encontravam em situação de rua antes de morarem na Ocupação, voltaram para a mesma condição.

Mesmo com a reintegração de posse sendo realizada em agosto de 2017, foi somente em 2018 que as famílias conseguiram acessar o recurso do aluguel social. As medidas referentes à situação permanente das famílias em habitações de conjuntos populares do Programa Minha Casa, Minha Vida até o presente momento não foram cumpridas, demonstrando que para garantir o acesso à moradia, as famílias da OLN e Lanceiros Negros Vivem precisarão de maior organização e mobilização, que só ocorrem em processos de luta por garantia de direitos.

Ademais, a violência policial e o tratamento dado às famílias pelos serviços de apoio demonstram que há uma grande articulação que pode causar o enfraquecimento dos movimentos sociais, forçando muitas pessoas a retirar-

se da luta, por medo ou traumas, ou pelo descrédito. Compreender o porquê ocupam e os efeitos que todo processo de ocupar causam é o que buscamos, através de entrevistas realizadas com famílias e dirigentes dos movimentos citados, a serem analisadas no próximo capítulo.

5. O OLHAR DOS OCUPANTES (ENTREVISTAS)

A formação de uma ocupação depende de muitos fatores. Como visto anteriormente, a maioria das ocupações que ocorrem nas metrópoles brasileiras se dão de forma espontânea, principalmente a partir da necessidade que as populações vulneráveis sentem, ocupando espaços urbanos cada vez mais distantes do centro. Parte do planejamento urbano impulsionou a formação das ocupações espontâneas. Isto ocorreu quando diversas obras foram planejadas em locais habitados pelos trabalhadores mais pobres das cidades, que foram removidos para as periferias.

Também surgidas a partir da necessidade destas populações, as ocupações organizadas por movimentos sociais criaram, ao longo dos anos, estratégias que têm possibilitado aumentar o poder de visibilidade tanto das ocupações como dos problemas relacionados à questão habitacional em nosso país.

De toda forma, ambos tipos de ocupações (espontâneas ou organizadas por movimentos sociais) são compostas por famílias cujas trajetórias podem nos auxiliar a compreender como se formam estas ocupações, como se consolidam e por quem são geridas. Para tal compreensão, entrevistamos pessoas que moram ou moraram nas ocupações organizadas por movimentos sociais e localizadas no bairro Centro Histórico de Porto Alegre estudadas neste trabalho. São moradores e coordenadores que representam todas as ocupações estudadas. São mães, trabalhadores, estudantes que autorizaram a publicação de seus nomes e entrevistas para este trabalho (ANEXO 7). Cada um respondeu em torno de 15 perguntas (ANEXOS 1 e 6) que buscavam identificar as origens dos entrevistados, as razões que os levaram a morar em ocupações, as vantagens e desvantagens de morar em uma ocupação e, ainda, perguntas relacionadas aos movimentos sociais dos quais passaram a conhecer a partir do processo de construção e manutenção das ocupações.

No total, sete pessoas foram entrevistadas: uma coordenadora do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), uma coordenadora da

Cooperativa Utopia e Luta, um ex-coordenador do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), uma moradora da Ocupação Saraí, dois moradores da Ocupação Lanceiros Negros (OLN) e uma abrigada da Casa de Referência Mulheres Mirabal.

Todos tinham idade entre 28 e 56 anos e nasceram em diversos bairros da cidade de Porto Alegre e em outros Estados do País, conforme Tabela 1:

Tabela 1: - Perfil dos moradores de ocupações entrevistados por ordem de idade:

NOME	OCUPAÇÃO	FAZ PARTE DE QUAL MOV. SOCIAL?	IDADE	QTD. FILHOS	ESCOLARIDADE	BAIRRO ORIGEM	TEMPO EM OCUPAÇÃO	SITUAÇÃO DE MORADIA ANTERIOR
Priscila Severiano Voigt	OLN e militante do Mov. Olga Benario	Coordenadora Nacional do MLB	28	0	Ensino Superior Completo	Periferia de Tijucas/SC	1 ano e meio	Aluguel
Merong Itaporumã/Wallace Santos de Souza	OLN	Morador da OLN. Fez parte da coordenação da OLN	32	2	Ensino Médio Incompleto	Contagem/MG	6 anos	Reserva indígena
Graziela Decken	Saraí	Moradora da Saraí	33	4	Ensino Fundamental Incompleto	Zona Norte de POA/RS	Toda vida	Ocupação
Flávia Susana Mesquita Ignácio	Casa de Ref. Mulheres Mirabal	Moradora da Mirabal e Militante do Mov. Olga Benario	34	4	Ensino Médio Completo	Navegantes – POA/RS	1 ano e 2 meses	Parentes
Ezequiel Moraes	Saraí e 20 de Novembro	Ex-Coordenador Estadual do MNLM	45	4	Ensino Fundamental Completo	Região das Missões, norte do Estado do RS	Toda vida	Ocupação
Lira Lopes da Rosa (Mana)	OLN	Moradora da OLN	54	4	Ensino Fundamental Completo	Lomba do Pinheiro – POA/RS	Toda vida	Ocupação
Nanci Terezinha de Araújo	Assentamento Urbano Utopia e Luta	Coordenadora da Cooperativa Utopia e Luta	56	1	Ensino Superior Completo	Partenon – POA/RS	15 anos	Ocupação e aluguel

Fonte: Entrevistas realizadas para esta tese entre 2019 e 2020.

A partir das informações da Tabela 1, vemos que a maioria dos entrevistados têm filhos e moravam em ocupações antes de se organizarem em movimentos sociais. Além disso, os entrevistados também moravam em locais alugados, na casa de parentes e um mora em território indígena. As escolaridades vão desde o Ensino Fundamental Incompleto ao Superior Completo. As duas coordenadoras de movimentos sociais têm maior escolaridade. Priscila é nutricionista e Nanci, pedagoga. Ao falar sobre isso, Priscila relaciona sua formação com o contato com populações carentes e, conseqüentemente, sua busca por atuar em movimentos sociais. Priscila pontua que:

Eu me formei em nutrição com perspectiva de atuar com saúde coletiva, então eu vim para Porto Alegre fazer minha especialização. A especialização [eu fiz] na residência em trabalho, uma residência em serviço. Então a gente faz o estudo, a formação teórica e o trabalho prático aliado. Então eu fiquei 2 anos trabalhando no Morro da Cruz e as atividades locais eram diversas. Toda a rotina de uma Unidade de Saúde. Eu fazia acolhimento primeiro, de recepção dos pacientes na Unidade de Saúde. Fazia visita domiciliar, fazia grupos, atendimento individual, acompanhava agente de saúde nas visitas. Então, fiz grupo na escola com adolescentes, fiz grupo de criança, de saúde mental. Enfim, a gente enquanto residente tem o potencial de poder criar dentro da Unidade de Saúde espaços que muitas vezes, os trabalhadores não ali, na exploração e numa rotina mais dura e com mais assédio, inclusive, do que o residente, que tem mais liberdade, a gente pode criar mais coisas. Então, o papel do residente além do trabalho *in locu* é de estimular outras formas de fazer saúde que possam existir numa Unidade de Saúde. Então esse contato com a comunidade, com a Associação [de Moradores do Morro Da Cruz], com a região que a gente vai, possibilitou a gente abrir um trabalho do MLB no bairro.

Já Nanci, com 56 anos de idade, demonstra através de seu relato que a formação de movimentos sociais acompanhou importantes capítulos da história política do país. Ao ser questionada sobre sua formação e militância, Nanci aborda aspectos de sua infância e escolaridade. Nanci nasceu em uma região historicamente conhecida em Porto Alegre pelo grande número de famílias removidas no período da Ditadura Militar, especificamente em 1967 (SANCHES, 2016), na região da antiga Ilhota no centro de Porto Alegre. Em sua entrevista, Nanci relata que:

Nasci em 1963. A mãe era do lar, e o pai era “brigadiano” [policial estadual]. Éramos seis irmãos, morávamos no bairro. Inicialmente, eu nasci na Ilhota. Morei na Ilhota dois anos. Dali eu fui pro Areal, aonde

é o Beco do Areal, a Baronesa, que se chama Luiz Guaranha. Fico ali até uns quatro anos de idade, e vou pro Partenon. No Partenon fico até os seis. Dos seis aos doze eu moro em Viamão. Dos doze voltamos pra Porto Alegre e pro Partenon até quinze anos atrás. Aos dezessete anos eu estudava o segundo grau no Júlio de Castilhos. Eu já cantava. Eu trabalhava numa loja chamada Incosul, em vendas de bazar e eletro. E começa a militância partidária de esquerda que o foco era a indústria e o comércio. Ela está sendo formada. Eu nasci em 63... Com dezessete anos... Isso é o ano 82. E é também a primeira eleição mais de esquerda, no caso na época, o Partido dos Trabalhadores (PT). E eu militando, cantando, estudando, trabalhando, vivendo, uma pujança muito grande, a gente querendo sair de uma ditadura.

Diferente de Priscila, Nanci tem seu contato com a militância mais relacionada à conjuntura política do País. Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreram diversos movimentos de massa que conclamaram pelo fim da Ditadura Militar. Foi nesta época que ocorreu a formação do Partido dos Trabalhadores (PT), no qual Nanci militou durante muitos anos.

O outro coordenador entrevistado foi Ezequiel, antigo membro do MNLM que hoje atua no MLB. Seu contato com a militância surgiu a partir de sua vivência em ocupações, algo corrente desde sua infância. Durante sua vida, Ezequiel morou em três ocupações de terreno e ajudou a organizar, através do MNLM, três ocupações em prédios no centro de Porto Alegre. Ezequiel relata que:

A entrada minha no Movimento... Eu tive uma pré-adolescência massa. Aí pelos 12 anos fui morar sozinho na Zona Norte de Porto Alegre em função de escola e viajava, estava começando um processo de jogar futebol e acabei caindo na lógica da periferia e passei por um processo muito profundo de uso de drogas e me envolvi e vivi das correrias, enquanto jovem. Então, em determinado momento, eu dialoguei no sentido de que eu precisava sair disso muito em função da minha mãe. Teve um momento que foi definitivo, de ver ela chorar e eu acabei dialogando no sentido da minha saída desses processos. [Fiz um] acordo que eu não me envolveria em nenhum processo ou em outro tipo de relação. Eu fiz isso. Ao mesmo tempo surgiu essa questão que eu queria constituir uma família que é a única coisa que vai me livrar. Eu estava muito próximo de não seguir vivo. Eu queria constituir uma família e cuidar da minha vida. Aí a galera conseguiu um espaço na Ocupação São Borja [Zona Norte de Porto Alegre]. Aí fui para lá e me ajudaram a organizar um barraco. A galera me curti muito porque eu sempre fui muito responsável com as coisas que eu fazia. A partir dali uns 2 meses depois a Dona Ana Godói, liderança histórica de Porto Alegre, eu conheci ela lá na Ocupação e ela me ensinou a secretariar as reuniões, eu nunca me esqueço disso. E eu com 16 anos assumi a secretaria da ocupação com 680 famílias e a partir daí eu não saí mais desse processo.

O relato de Ezequiel demonstra a realidade de muitas pessoas que nasceram nas periferias, em áreas ocupadas e aponta para as mudanças que podem ocorrer na vida de uma pessoa que passa a atuar em um movimento social. Aos 16 anos, Ezequiel inicia seu processo de militância de luta por moradia, algo que permanece latente em sua vida.

Diferentemente de Ezequiel, Priscila e Nanci passaram a atuar diretamente na luta por moradia após a adolescência. Apesar de Nanci ter morado em bairros marcados por remoções organizadas pelo poder público, algo que baliza sua trajetória e a influencia, ela diz que “O debate sobre moradia, ele começa bem depois”. Nanci se refere ao período pós-ditadura no Brasil (final da década de 1980), quando as organizações sociais se solidificam no País (ver subcapítulo 1.2) e passam a atuar de forma mais incisiva nas decisões políticas. Contudo, as primeiras experiências de Nanci estavam diretamente ligadas à arte, em especial, à música. Ela relata que:

Eu sou cantora profissional, comecei a cantar com quinze anos de idade, [e nessa época] eu começo a trabalhar dentro da estrutura da cultura do Estado. E começo a viajar muito, fazer muitos projetos. Eu saí em alguns momentos como delegada do Orçamento Participativo (OP) de cultura na temática música. No ano [de] 1985 fundamos uma cooperativa de músicos, que durou quase dez anos, no Clube de Cultura, juntamente com Nelson, Bebeto, Gelson, toda essa turma da MPG (Música Popular Gaúcha). Então ali eu começo todo um trabalho de movimentação e de luta, mas dentro da área da cultura, onde militei por muitos anos, trabalhei muito. Muitos projetos coletivos, pra sair o Fundo de Apoio à Cultura (FAC), pra sair o Funproarte, tudo o que tu vê de melhorias que teve, de avanços dentro da cultura, com certeza eu estava lá. Em algum momento eu estava lá como a artista que era e que tinha um certo renome, porque vivi aqui, construí toda a minha carreira nessa cidade. Então estava à frente... Estava à frente na inauguração da FM Cultura, porque era uma demanda nossa, dos artistas daqui. Estava à frente do Fundo de Apoio à Cultura, uma demanda do estado para os artistas daqui. Estava à frente do Funproarte, uma demanda também de financiamento coletivo para os artistas aqui do município. Estava à frente do Araújo Viana, de reformas, de projetos autorais e musicais dentro do Espaço Radamés Gnatalli (localizado na Casa de Cultura Mário Quintana – Porto Alegre/RS). Dentro do Festival de Música de Porto Alegre, que fosse levado em todas as esferas de todas as regiões de OP, que depois se consolidou. Então quer dizer, dentro dessa área de militância da área da música, foi muito intenso, muito intenso.

Sua militância pela moradia inicia a partir da sua relação com Eduardo Solari que, assim como ela, é coordenador da Cooperativa Utopia e Luta.

No início da década de 2000, Porto Alegre recebeu pessoas do mundo inteiro para o V Fórum Social Mundial. No país, o debate sobre a função social da propriedade estava na pauta do dia e isto fez com que ocorresse a primeira ocupação organizada por um movimento social no centro de Porto Alegre, o Assentamento Utopia e Luta, do qual Nanci faz parte desde seu início, como ela conta:

Eu conheço em 2000 o Eduardo Solari, que vem a ser o pai de meu filho, um uruguaio, que já tinha a luta pela moradia no Uruguai, na Argentina, músico também. Ele estava à frente de uma ocupação lá na Protásio Alves e é convidado para participar aqui da ocupação [Utopia e Luta] em 2005. E daí viemos. Foi como eu vim parar em ocupações e dentro da luta para a moradia. Aí viemos em 2005 para cá. Em 2005 [ocorreu a Ocupação], foi durante o Fórum Social Mundial. 70% das pessoas que estavam não eram oriundas de Porto Alegre, 70% era ativistas sociais do mundo todo, jornalistas, pessoas que vieram para debates durante o Fórum Social e ficaram fortalecendo a Ocupação, com a possibilidade de através dessa ocupação cumprir a função social em um prédio público. E foi uma pauta muito grande porque era jornalista de onde tu pode imaginar, de todos os continentes. 30% era o pessoal do movimento de luta pela moradia, que era de Rio Grande com o pessoal do Gilmar, Sapucaia o pessoal do Tita, Viamão o pessoal do Parreira e do Bica, Tramandaí o pessoal da Dona Célia, foram os que ocuparam. Porto Alegre, o movimento de luta pela moradia aqui em Porto Alegre não participou, porque naquele momento eles estavam rachados. Tinha uma briga interna e eles não participaram. O quê que acontece? Quando termina essa ocupação, ela durou vinte e um dias, a última pessoa a sair foi uma senhora de sessenta e nove anos, que é a Henriete. Henriete, sessenta e nove anos, que tinha um problema de uma perna. Uma senhora com uma idade bastante avançada. Ela era da ONG Novox. Me lembro ela indo embora, foi a última pessoa, durou vinte e um dias. Quando termina a ocupação o movimento que é do interior, eles vão todos embora, os ônibus voltam - foi uma ocupação muito longa - voltam. Porto Alegre, quem fica é o Eduardo Solari à frente, até então, na época, meu companheiro. Nós ficamos à frente. O prédio fica desocupado, as pessoas vão embora. Nós com medo de uma reocupação do prédio, com medo de que roubassem mais fiação, o pouco que ainda tinha, muito muito entulho ainda pra limpar.

Portanto, a aproximação de Nanci com a luta pela moradia surge a partir de um contexto de mobilização social que incluía diversos agentes sociais que dialogam. Eram agentes culturais, midiáticos e movimentos sociais que se apoiam nestes processos de luta, algo que fica demonstrado em todas as ocupações estudadas.

Uma década após tal período, a mobilização de lutas por moradia no centro de Porto Alegre ressurge, a partir da atuação do MLB (que organizou a OLN) e do Movimento de Mulheres Olga Benario (que organizou a Casa de

Referência Mulheres Mirabal). A partir de sua experiência pessoal, Priscila relata com detalhes seu envolvimento com o MLB, algo que reafirma, assim como os relatos dos outros coordenadores entrevistados, que o contexto pessoal no qual estes estavam inseridos aproximou-os da experiência de militância. Isto se demonstra no seguinte trecho da entrevista:

Algumas das coisas que me marcaram muito e acho que tem muito a ver quando a gente fala sobre a [união da] luta da moradia com a luta das mulheres, tem total vínculo. Quando a gente pensa que uma família de pai, mãe, tio, tia, sobrinho moram tudo na mesma casa, num espaço apertadíssimo dividindo o mesmo espaço, um banheiro, uma cozinha. Por exemplo, o nível de aumento de violência contra meninas, contra mulher é mais alto. Então tem várias coisas que dentro do trabalho de saúde a gente vai observando. Dentro da realidade da precariedade de moradia. A falta de saneamento básico, a questão do esgoto, toda falta de infraestrutura e como isso afeta profundamente a saúde das pessoas. Não é possível a gente falar de saúde sendo que a pessoa não tem onde morar, se tem um esgoto a céu aberto na frente da tua casa, se tu não tem água pra beber, se tu não tem o que comer, então não adianta ter uma Unidade de Saúde, a gente sabe que tem toda limitação, mas funciona. [Mas], se tu não tem estrutura básica, tu não vai avançar na situação de saúde. Então isso fez eu querer me organizar em um movimento popular, por entender que só uma estrutura de saúde não ia resolver. O povo organizado por direitos sociais tem um fator determinante na saúde ou na doença da população. Então, foi essa realidade que a gente se depara, de casa em casa, conversando com as pessoas e a necessidade para gente lutar por uma outra sociedade.

A experiência pessoal de Priscila demonstra também que a luta por moradia é intrínseca a diversos aspectos da vida da população como acesso à saúde, acesso à educação e violência, para citar alguns exemplos. Isso fica mais evidente quando ela afirma que:

Acho que tem isso, de situações de poder existir uma situação de violência, de estupro, de violência à menina, à criança por conta da família e das mães saírem e trabalhar e as crianças ficarem na casa e tu não saber... Então isso são coisas que me marcaram. De quando vai fazer atendimento à criança e pesar, tu pela a criança para tu botar na balança. Então a orientação inclusive é tentar identificar algum sinal de risco. Então imagina no momento que tu pela uma criança e ela começa a chorar desesperadamente, absurdamente, é um sinal. Então, essas coisas me marcaram. Situações assim, de viver e como encaminhar isso enquanto equipe. De não ser subestimada essa situação. E uma outra situação de uma criança que chegou com desnutrição grave. Era um bebê. A gente acompanhava pelo menos duas vezes na semana, pesando a cada 2 dias pedindo para mãe pesar porque a mãe estava com depressão pós-parto e não conseguia amamentar. Essa criança estava murcho e a gente conseguiu que ela fosse internada no hospital. Na residência a gente tem preceptores (Priscila era preceptora), eu me senti responsável por essa criança, não dormi várias noites pensando que tinha uma vida nas minhas mãos. Essa mãe não conseguia amamentar. (...)

Então a gente conseguiu internar a criança, conseguiu encaminhamento e ela só sobreviveu porque foi internada, recebeu soro e reforço alimentar. Porque ela não tinha nem mais força para tentar mamar. Sabe quando a criança chega num nível que não tem força para mamar? Se desse mamadeira não ia conseguir mais. Só porque foi com soro e internação mesmo. E se não tomasse uma decisão rápida, a criança podia ter morrido. Essas situações me marcaram muito, em relação a crianças e mulheres e como isso tem impacto na vida das mulheres.

Nestes casos relatados, a falta de creche e as condições precárias de moradia apontam que há possibilidade de as mulheres serem as principais afetadas pela carência de estruturas urbanas nos bairros periféricos. Priscila aborda situações ocorridas no bairro Morro da Cruz, em Porto Alegre. Estes episódios fizeram com que sua atuação social aumentasse, para além da Unidade de Saúde, buscando uma outra forma de organização que calcasse “a necessidade pra gente lutar por uma outra sociedade”, como ela relatou. Esta organização foi o MLB, que ela apresenta como:

[Um movimento] que organiza a luta pela moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo no país inteiro, um movimento nacional. Já existe há 20 anos. Aqui no RS a gente começou o trabalho em 2014. A gente foi para o Congresso Nacional do MLB e voltou com a responsabilidade de estruturar o MLB aqui no RS. Então, em 2015 a gente organizou a Ocupação [Lanceiros Negros].

O início da OLN ocorreu em 2015, com famílias provenientes do Morro da Cruz, Morro da Polícia, Lomba do Pinheiro e Vila Chocolate. Ao falarem sobre seus bairros de origem, os moradores da OLN, assim como das demais ocupações estudadas, afirmam que as condições de moradia e, principalmente, os gastos com transporte foram cruciais para que estes buscassem ocupar prédios no centro da cidade. A entrevistada Lira (Mana), da Lomba do Pinheiro, revela que muitas pessoas moram em ocupações periféricas e que, ao se organizarem em um movimento social, passam a ocupar o centro da cidade. Mana conta que:

[Na Lomba do Pinheiro] a gente, quando a gente ocupou, a gente pagou parcelas para a associação, só que acabou a associação. Não tem mais e ninguém ficou de linha de frente na associação. Tanto é que a gente não tem nada aqui [na Lomba do Pinheiro]. A gente não tem ninguém que lute por um esgoto, por um esgoto a céu aberto, por falta de água. Todos os verões a gente sofre com isso. É falta de água, é direto. Então a gente não tem, tanto aqui como na Quinta do Portal (bairro próximo) que eles também ficaram uma semana sem água, a gente não tem nada disso. E o pessoal também é muito ‘Ah, o

fulano luta. Eu não preciso ir, eu não preciso lutar, eu não preciso de nada.' Tanto é que os vizinhos são contra quando a gente vai lá para frente e grita e pede (referente aos protestos realizados na Estrada João de Oliveira Remião). Aí os vizinhos são tudo contra. Mas eles também tão sem água. Eles também ficam sem luz. Eles também têm [esgoto] a céu aberto na frente de casa. Se a gente luta, aí eles são privilegiados também. Aqui ninguém tem escritura [dos terrenos] aqui no bairro. Foi uma ocupação, entre aspas, uma ocupação. Porque a associação acabou. Fica elas por elas.

Ao ser questionada sobre a razão de ter ido morar na OLN, Mana afirma:

Eu fui para a Ocupação para dar uma força pro pessoal. Mais para o pessoal que estava com a Simone (moradora da Lomba do Pinheiro que cedia sua casa para a realização de reuniões de núcleo do MLB), que estava organizando. E foi um processo de aprendizado. Aprendi muita coisa. A conviver com um pessoal que eu nunca tinha visto. E aí no final eu fui para dar força e no fim, fiquei. Elas saíram (referência à família da Simone) e eu fiquei de linha de frente ali.

Já Merong, Pataxó Hãhãhãe, traz uma outra realidade. Vindo de uma aldeia do interior do estado, Merong relata as dificuldades de sustento na aldeia e a falta de local de estadia nas cidades. É em Porto Alegre que Merong encontra a fonte de renda para seu sustento e de sua família através da venda de artesanatos produzidos por ele. Antes de morar na OLN, Merong diz que:

Eu vinha para Porto Alegre, ficava uma semana vendendo artesanato e eu pagava hotel, às vezes eu dormia na rodoviária, na praça. Então, a minha realidade de vida era muito dura. Porque, tipo assim, eu não conhecia a cidade de Porto Alegre, como comercializar aqui, quais eram os melhores pontos para comercializar artesanato. Então eu vinha, fazia algumas vendas, voltava para casa e me deparava novamente com a realidade de passar fome junto com a minha família. E aí sempre indo e vindo para a aldeia. Aí, depois que eu bati na porta da Lanceiros, quando eu entrei para a [Ocupação] Lanceiros já fazia 1 mês de ocupação, aí consegui 'como que se diz?' conhecer a cidade, o lugar onde eu podia comercializar o artesanato, e, a minha vida melhorou porque depois que entrei para Lanceiros, a minha família não passava fome mais em casa. Porque eu não pagava aluguel, eu só ajudava na contribuição para fazer o alimento de cada mês. Então eu sempre conseguia mandar dinheiro para casa e manter minha família sem passar necessidade. Então a vida na Lanceiros, ela me ajudou bastante nisso. E hoje que nós não estamos mais na Lanceiros, mas eu já consigo cuidar de mim dentro de Porto Alegre e cuidar da minha família também que está na aldeia. Então, hoje estar em Porto Alegre, conhecer a cidade, saber como lidar com as pessoas daqui é fruto da Lanceiros também.

Assim, a possibilidade de estar em Porto Alegre, em uma ocupação, inserido em um coletivo, fez com que Merong conhecesse melhor a cidade, em especial o centro de Porto Alegre e suas possibilidades. E tendo a OLN como local de estadia, Merong passou a reduzir seus custos mensais de moradia,

relatando melhora na condição de vida da sua família. Ao ser questionado sobre a vida na aldeia e o porquê de ir morar em ocupação, Merong afirma:

A aldeia que eu moro [e morava antes de ir para a OLN] ela é em Erebang, fica próximo a Getúlio Vargas. São 4 hectares de terra para 21 famílias viver. São 4 hectares de terra para 21 famílias morar. É a terra indígena Mato Preto, que é uma aldeia guarani. Então lá a gente não tem muita opção de vida, assim, nós que somos vendedor de artesanato. A única opção que nós temos é sair para fora pra vender. Que as cidades vizinhas, a gente não consegue vender quase nada. Então a única solução que eu achei foi vim pra Porto Alegre. É uma área praticamente privada que uma empresa comprou para uma comunidade que era acampada. Então, são 4 hectares de terra. Então a gente não tem condições de plantar para vender. É bem pouco o nosso plantio lá. Não tem como sobreviver mesmo. Muitas vezes acaba o gás. Até mesmo a lenha a gente tem que comprar. A gente não encontra lenha com facilidade lá. Então acaba o gás, acaba o alimento, e é pelo fato de eu estar aqui que minha família não passa aperto.

A razão de sua entrada na OLN ocorre por uma questão de sobrevivência, algo também relatado por Graziela, moradora da Saraí. Graziela morava em uma ocupação em Canoas. Em entrevista ela afirmou que na ocupação em Canoas tinha “muito lixo e muita droga”. Ela diz ainda que:

Era uma invasão de terreno. Como era invasão, não pagava aluguel. Todo mundo diz que aquilo ali é particular. Tem gente que diz que é da Prefeitura. É uma enrolação ali. Tem algumas pessoas que foram para apartamentos do Minha Casa, Minha Vida, mas tem algumas que não ganharam. Mesmo assim, continuaram ali. E eu fui uma que fiquei ali, mas meus filhos não querem ficar ali porque tem muito lixo. Eles gostavam do colégio de Canoas, mas a moradia não era boa. Por isso que eu vim pra cá.

Sua entrada na Saraí ocorreu ainda em 2020, mas Graziela, assim como Ezequiel, relata que sempre morou em ocupação: “Santa Izabel, Florescente, em Viamão. E eu peguei um dia minha casa, fui pra Canoas. Invadi de novo. Depois eu vim para cá, para o centro de Porto Alegre”.

Por outro lado, Flávia, ex-abrigada da Casa de Referência Mulheres Mirabal aponta outro viés que causa a necessidade de morar em uma ocupação: a violência doméstica; a busca por um local de moradia longe de agressões. Ela conta que foi “para delegacia e eles indicaram a ocupa porque eu não poderia voltar para casa depois do que aconteceu. Aí eu fui para lá”.

O tempo que cada entrevistado morou em uma ocupação varia. Alguns entrevistados moraram a vida inteira em ocupações em diversos pontos da

cidade e na Região Metropolitana de Porto Alegre. Outros moraram em ocupações o tempo em que esta existiu, antes de seu prédio ser reintegrado. Independentemente do tempo em que moraram em ocupações, todos relatam as mudanças que tiveram em suas vidas ao irem morar em uma ocupação. A maioria dos relatos traz o aprendizado como principal transformação pessoal. Mana aponta que:

A gente, no caso, acontecia as coisas e a gente ficava quieta. Não lutava por nada. E agora eu aprendi que a gente tem direito, sim. A gente vai à luta, sim. Vamos gritar, fazer alguma coisa pra gente ser escutada aqui na Lomba do Pinheiro. Fora isso, paciência. Muita paciência. Tem que ter paciência né? E, vamos atrás.

Através desta fala, percebemos a inserção política provocada pela participação em um movimento social e em uma ocupação organizada por um movimento. Além disto, os entrevistados pontuam que foi necessário aprender uma nova forma de convívio nas ocupações. Merong diz que: “eu aprendi a lidar com outras pessoas de cultura diferente que a minha”. Priscila reafirma isto, ao considerar que:

Acho que a gente aprende muito, muita coisa. Tanto por ir morar em uma ocupação, eu sempre dividi apartamento, então sempre fui morar com muita gente, mas o dividir uma ocupação, além de ser uma moradora e ser uma coordenadora, tem 2 desafios. E enquanto moradora acho que o aprendizado coletivo, de dividir tudo, de fazer assembleia, enfim, de conseguir dividir o espaço é um desafio porque não é fácil dividir, morar com pessoas totalmente diferentes com rotinas diferentes, com vivências diferentes e a gente aprender um com outro. A paciência, ouvir, compartilhar.

Flávia aponta outros aspectos do convívio. A Casa de Referência Mulheres Mirabal abriga apenas mulheres, que ficam na Casa por tempo indeterminado. Na Casa, diversos vínculos afetivos se formavam, impulsionando conflitos, mas também um sentimento de pertencimento. Para Flávia:

Problemas eu não sei o porquê sou muito suspeita pra falar, porque eu amo demais, quando a gente ama demais não enxerga os defeitos. Mas é muito relacionado ao coletivo, a Casa ser rotativa, por entrarem muitas mulheres, cada uma com seu universo, a gente tem que conhecer e permitir que a pessoa te conheça no momento que está mais frágil. Então, isso, para mim, particularmente era um problema, ter que dividir as coisas, o teu particular. Isso era uma coisa que me incomodava um pouco, mas depois com o tempo eu fui me acostumando com a Casa ser uma casa coletiva, me acostumando em viver numa Casa [onde] a gente tem que ter essas

regras pra que a gente consiga conviver melhor. Me acostumando com essa rotina, que não era uma rotina fácil, porque uma Casa com o tamanho que era a Mira, a ocupa, com pessoas entrando e saindo e muita gente. Onde tem muita gente acaba tendo conflito, e tinha. Óbvio. Então acho que essa parte era a mais complicada para mim. Aí a gente se apegava muito a alguém, a Casa é rotativa, aí a pessoa ia embora, aí tu fica desesperada porque a pessoa está indo embora e tu já tem um laço afetivo com a pessoa. Como eu vi muitas mulheres irem embora e eu custei um tempo para poder ir, eu sofri muito toda vez que uma companheira ia embora. Claro que eu ficava feliz também por ela estar recomeçando em outro lugar e conseguiu ter forças, mas sempre foi muito sofrido isso pra mim lá dentro, ter que me despedir de alguém.

De fato, o convívio diário e próximo com diversas famílias se caracteriza como principal desafio para os entrevistados, que passam a romper com um tipo de vivência mais individualizado e nuclear. Ezequiel traz isso ao dizer que “o grande desafio é a relação emocional com as pessoas. Como a gente consegue ter uma sacada de conseguir fazer as pessoas se enxergarem umas nas outras como aliadas, como parceiras”. Colocar o coletivo acima do individual parece ser um grande desafio. Ao ser questionada sobre a mudança que morar em uma ocupação gerou em sua vida, Nanci aborda um aspecto semelhante, sobre o papel que a luta individual tem para com a sociedade. Nanci fala sobre “saber que de alguma forma tu faz diferença e isso é importante”. Ela cita como exemplo: “alguém chega e tu faz uma exibição de um filme, e a pessoa diz ‘isso mudou meu pensamento’, isso faz a diferença”. Para Graziela, a ida para a Saraí tirou ela e sua família de uma situação de extrema vulnerabilidade. Ela diz que: “Mudou muita coisa [na minha vida]. Principalmente, a alegria dos meus filhos. Eles estão felizes porque não tem lixo. É um lugar limpo. E tenho emprego”.

Ter um local para habitar, mesmo sem saber o dia em que poderá ocorrer uma reintegração de posse, e ter acesso a equipamentos públicos e emprego no centro da cidade aponta para a ocorrência de uma mudança significativa na vida dos entrevistados. E ainda, para a manutenção das ocupações, os movimentos sociais buscam, de diferentes formas, criar e adaptar métodos que possibilitem que os ocupantes se fortaleçam, exerçam papéis para além do núcleo familiar. Priscila fala sobre esse desafio, ao afirmar que:

A gente tem a coordenação do movimento, tinha a coordenação da ocupação que reunia semanalmente e a assembleia das famílias. A gente tem um regimento interno na ocupação, então a coordenação seguia esse regimento interno e qualquer problema que acontecia, usava desse regimento para a gente poder organizar a ocupação. Então algumas regras, por exemplo, não é permitido uso de bebida alcoólica, de drogas dentro da ocupação. (...) Uma das coisas que mais marca de ocupação [espontânea] e de ocupação organizada enquanto um movimento social é a gente exercitar o poder popular. A gente decidir as coisas de forma coletiva. Ter uma coordenação, assembleia, pensar das coisas mais básicas desde lavar louça, fazer a cozinha, como para política para cidade que a gente quer (...), como que nós vamos para uma negociação na justiça, como vamos fazer uma caminhada na rua. Então, desde um show que nós vamos fazer, como abrir a ocupação para as pessoas conhecerem, como que nós vamos fazer com que, enfim, todos os processos de decisão passaram pela coordenação e pela assembleia e acho que esse é um exercício. Me marca muito as companheiras mulheres dizendo que se sentiam importantes quando estavam dentro da coordenação da ocupação e do movimento. Não eram mais a pessoa responsável pelo cuidado da casa, dos filhos, da comida, da limpeza, mas pelo cuidado coletivo de toda uma ocupação, de cuidar de outras pessoas, do político, do macro, de tomar decisões e de como, depois [com o fim da ocupação], isso fazia falta pra essas companheiras, de como se sentiu valorizada e descobriu que podia cumprir esse papel. (...) Então óbvio que a gente vai construindo com as famílias a forma de garantir e uma forma de educação também, porque é um processo de educação. A gente vive numa sociedade violenta, que a gente é acostumado a ver as crianças serem agredidas, se tratarem com agressividade. Então acho que tem várias coisas que não é só impor um regimento, é construir processos de educação, novas formas de educação. Então acho que esse é um desafio.

Merong reforça estas conclusões ao falar que “a gente sempre fazia reuniões com o coletivo da Lanceiros e nos organizavam, se tinha algum problema resolvia através das discussões, reuniões”. Mana também aponta que as reuniões e debates eram algo positivo, com participação e decisão coletivas. Mana relata que:

As assembleias eram boas para a gente expor tudo que a gente estava pensando. O pessoal debatia em cima daquilo ali. Como te falei, eram várias pessoas, cento e poucas pessoas ali dentro e uma pensa diferente da outra. Uma expõe uma coisa, outra expõe outra. E tu tem que debater em cima daquilo ali. Tu tem que ver qual o melhor caminho. ‘ó fulano, não é assim, é assim’. E vamos conviver todo mundo em harmonia. E era bom. E o pessoal por mais que, claro, todo mundo não pensa igual, mas o pessoal seguia. Todo mundo cumpria.

Já na Casa de Referência Mulheres Mirabal, as regras são transmitidas para as novas abrigadas no momento de sua chegada. Flávia relata que as tarefas eram divididas entre todas as moradoras. Ela fala que “a gente tinha um

mural com as regras. (...) Cada uma tinha sua tarefa do dia, sua tarefa semanal”.

No Assentamento Utopia e Luta, a mudança de moradores dificulta a participação maciça de todos em atividades do prédio. Contudo, existe um grupo sólido que executa as principais tarefas relacionadas à manutenção do Assentamento. Por ser uma ocupação consolidada, Nanci aponta alguns problemas relacionados aos apartamentos serem de propriedade privada dos moradores. Ela diz que:

Hoje, temos uma inadimplência muito grande com condomínio, que a gente está sempre correndo atrás para manter em dia as contas, é difícil. (...) Corremos também atrás da parte de IPTU. Isso é mais difícil de ter um controle. (...) Hoje, 60% das pessoas que moram são pessoas novas. (...) A moradia, de fato, ela entra em maio de 2009. As famílias começam a se mudar a partir de maio de 2009. Essas pessoas vêm por indicação de movimento social. Alguns nunca vieram. Outros moraram alguns anos e saíram. Aí colocam o amigo do amigo. Amiga da amiga. Que não tem comprometimento com o processo. Hoje a organização está assim. Dos moradores mais antigos, a gente faz assembleia eventualmente porque está sendo desgastante fazer assembleias e os moradores nem descem. Então a gente se reúne, faz uma reunião às vezes ampliada, às vezes menor. E vê quem pode ficar à frente de cobrar a água, a luz, as caixas da parte do condomínio. Aí ficam 3 a 4 moradores, apartamentos, responsáveis por recolher a grana da luz, da água, do gás e do elevador. Hoje nós temos um gasto de R\$7mil a R\$8 mil reais dentro dessa parte. Depois tem teus gastos individuais. Então temos 4 moradores que se organizam para receber a parte da moradia.

Há um esforço coletivo grande para manter uma ocupação, regularizada ou não. Para além das questões relativas ao convívio, os entrevistados apontam a necessidade de manter uma cotização financeira para gastos com estrutura e, na OLN, com alimentação. Os entrevistados falam ainda sobre a divisão de tarefas de forma coletiva, sem haver apenas uma pessoa responsável pela manutenção das ocupações. Na OLN, Priscila explica que havia “divisão do trabalho da cozinha, da limpeza, da segurança”. Mana ficava na comissão da cozinha e relata que:

Era muito bom. Gritar bastante lá dentro: ‘Olha a comida!’ Era bom porque a gente se reunia só o pessoal da cozinha e pensava ‘o que nós vamos fazer de comida? O que tem de comida?’ O que a gente pode botar para eles hoje?’ Então não era só uma pessoa que dizia ‘ah, vou fazer isso’. A gente se reunia e ‘vamos fazer tal coisa’.

O trabalho em equipe, as decisões coletivas, reforçavam um processo educacional, algo citado por Priscila. Isto aumentava a coesão das famílias

para enfrentar momentos de tensão e de conflitos internos e externos. Além disso, o trabalho em equipe fazia com que a importância do papel do indivíduo perante o coletivo fosse destacada.

Para além dos métodos de organização interna nas ocupações, Ezequiel fala sobre a importância das relações externas com apoiadores e parceiros, algo fundamental para a manutenção das ocupações:

Hoje a gente tem a facilidade. Antes não tinham as assessorias técnicas, tanto jurídica, de arquitetura, de projeto. E essa questão de acumular como funciona a máquina pública. É um pouco da forma que a gente tem alguns eixos orientadores, algumas diretrizes orientadoras para a gente fazer um processo de ocupação.

As assessorias citadas por Ezequiel são abordadas também por Nanci, que é responsável por organizar as atividades culturais no Assentamento Utopia e Luta. Para isso, ela busca parcerias entre os moradores e através de diversas instituições, como ela relata:

Eu fico à frente de toda a esfera dos espaços coletivos e do Utopia, e tem os apoios de alguns moradores que dentro dos seus tempos conseguem se organizar. (...) Então agora nós estamos com o cine-debate, tem o Loro que está à frente do cine no Quilombo das Artes que é nosso espaço cultural. O Renan Leandro tem a parte de gravura, de organizar toda essa parte de desenhos da serigrafia, que é um morador valioso. Temos a Ana que é da cooperativa e ela fica mais à frente lá na Ocupação Orquídea Libertária (localizada em Gravataí), mas que é da parte administrativa, CNPJ, ela organiza. (...) Tem um grupo de capoeira que todas as segundas e quartas se reúnem no espaço Quilombo das Artes que dá em torno de 15 a 20 pessoas com que eu posso contar. E aí vêm os demais coletivos. Hoje tem uma rede de produtores da economia solidária, anarquistas, e eles vêm de várias cidades, de Maquiné, Rolante, Montenegro, Viamão, Porto Alegre, que estão organizando esse processo de rede dentro da produção deles de escoamento, aqui ser um ponto de escoamento. Então é um reforço. Organizamos uma vaquinha virtual e compramos a lona, 100 metros de lona, para fazer toda a troca da horta e recomeçar um plantio na horta. Oficinas aqui da padaria, estamos organizando as gincanas a partir de março com alguns professores, colaboradores, parceiros que vem graciosamente multiplicar saber. Estamos com o Escritório Modelo Albano Volkmer (EMAV) da UFRGS, os arquitetos com um projeto de isolamento acústico do nosso teatro. Com a UFRGS também estamos com a psicologia, oficinas de poesia com ênfase na temática psicológica que tão organizando, o professor Luciano da UFRGS, a partir de março. O corte e costura a partir de março volta toda sexta de manhã. Então a gente tem colaboradores de fora. Muitos. Internamente, a parte da moradia tem um caminho que dentro da loucura total se organiza, espaços coletivos, [têm] muito apoio de fora.

Para além das atividades culturais, Nanci e Ezequiel falam de parcerias realizadas com instituições que contribuem com projetos de melhoramento dos prédios ocupados. Nanci ainda fala sobre formas de geração de renda a partir de cooperativas autossustentáveis, que passaram a utilizar o Assentamento Utopia e Luta como “ponto de escoamento”, devido a sua localização no centro de Porto Alegre. De fato, a questão sobre existir maior facilidade de gerar renda na área central da cidade aparece também nos relatos de Graziela, da Saraí, e de Merong, da OLN.

Ao serem questionados sobre saírem das ocupações, a maioria dos entrevistados afirmou que não sairia. Priscila diz que não sairia da ocupação, apesar dos desafios. Sua saída da OLN, assim como das demais famílias, ocorreu em função dos despejos. Nanci também diz que não sairia. Graziela aponta que sairia e que gostaria de ter condições para pagar aluguel. Ezequiel aborda os problemas relacionados a morar no centro de Porto Alegre, principalmente relacionados ao grande tráfego e à violência, mas pontua que é um espaço a ser reivindicado. Nanci também fala sobre os ruídos, o barulho constante da Avenida Borges de Medeiros, onde fica o Assentamento. Flávia, da Casa de Referência Mulheres Mirabal, foi morar com uma amiga pagando aluguel, mas diz que voltaria a morar em uma ocupação e que ajudaria a construir uma nova ocupação. Ela diz:

Com certeza absoluta, eu ajudaria muito a construir uma nova ocupa. Acho que a gente tem que fazer isso sim para que outras pessoas tenham oportunidade, outras mulheres tenham a oportunidade, para que pessoas tenham oportunidade de ter um teto sobre suas cabeças. Porque eu estou passando por isso nesse momento de ter que escolher entre comer e pagar e com duas crianças morando comigo e isso é desesperador, tu ter um teto ou comer. Então ajudaria, com certeza. É uma das coisas que tenho na minha cabeça, tenho muita vontade.

Flávia ainda diz que a Casa de Referência Mulheres Mirabal não foi a primeira ocupação em que ela morou. A primeira ocorreu quando ela tinha entre 15 e 16 anos, “uma ocupação na Avenida dos Ferroviários”, onde permaneceram por mais ou menos um ano.

Os outros entrevistados também falaram que ajudariam a construir uma nova ocupação. Ao ser questionada sobre isso, Priscila afirma que:

Com certeza! Estou ajudando. Construo o MLB, sou da coordenação nacional, da coordenação estadual. O nosso principal trabalho é organizar as ocupações por luta por moradia, organização nos bairros, nos territórios e núcleos do MLB. Enquanto existir famílias sem-teto nesse país nosso movimento não vai parar de organizar ocupações em espaços ociosos porque existe uma lei que fala da função social da propriedade e enquanto tiver imóveis ociosos é nosso dever organizar a luta pra que eles cumpram a função social e as famílias tenham onde morar.

Ezequiel vê a necessidade de ocupar como uma tarefa. Ele diz que:

Minha tarefa na questão do debate do centro, ela é uma tarefa. Não me traz alegria da essência da vida. Não acho que isso [de] estar no meio central, no meio urbano, eu encaro o meio urbano como um trabalho. Eu curto mato, eu curto a água. Eu curto estar fora. É uma questão pessoal. E estar fora desse processo e estar em lugares mais periféricos. Isso é o que eu gosto.

Já Merong aponta que teria dificuldade de participar de um novo processo de ocupação em função do trabalho, mas também aponta outras razões como a insegurança e a violência, demonstradas através deste relato:

O principal problema é que de uma hora para outra a gente pode perder tudo. Inclusive a gente fica sem chão e sem sonhos. A gente não consegue planejar muita coisa. Esse é o único problema. Às vezes vem a polícia, você não sabe como que ela vai agir. Então, quando a gente sai da ocupação, a gente sai sem sonho nenhum, sem chão para pisar. É isso que foi a experiência que ficou para mim. Então, por isso que, por enquanto, eu não moraria numa ocupação.

Contudo, Merong não se retira do processo, vendo-se como um apoiador que ajudaria e faria isso porque “ouvia pessoal falando como que começou” e que “o pessoal reuniu várias famílias que moravam de forma precária, outras de aluguel, nas vilas, outros moravam embaixo da lona”, percebendo a precariedade de vida das pessoas que não tem onde morar, e a necessidade de apoiá-las.

Ao serem questionados sobre suas participações em movimentos sociais, todos entrevistados responderam positivamente, com exceção de Graziela e Merong. Merong afirma que, por enquanto, está “meio” desligado dos movimentos sociais. Justifica isso relatando que tal fato ocorreu devido “à reintegração de posse, porque eu acredito que foi para desarticular a gente. Para afastar a gente um do outro”.

Por outro lado, Mana, Priscila, Nanci, Ezequiel e Flávia dizem que fazem parte de movimentos sociais e atribuem uma grande importância sobre o papel que os movimentos sociais tiveram em suas vidas.

Priscila conta que faz parte do MLB desde 2014 e que segue atuando como coordenadora nacional do Movimento. Ezequiel, como citado anteriormente, entrou em contato com o MNLM aos 16 anos. Em 2020, com 45 anos ele falou sobre o futuro do MNLM. Ele diz que:

A gente está entrando em período de congresso do MNLM. São 30 anos do MNLM e eu tenho uma boa caminhada nesse processo de 30 anos. A gente teve vários momentos, mas agora nesses 30 anos a gente optou por fazer nosso primeiro congresso porque tem algumas coisas que estão dentro da nossa estrutura que já estão defasadas e é necessário que a gente precise mudar, avançar. Então a gente está muito nessa questão do estudo do que a gente já passou, uma análise da conjuntura atual e ver como que a gente avança. Inclusive a gente tem estudado outras organizações, outras formas de organização. Tem um divisor de águas em relação à qual será o papel do MNLM daqui para a frente. Há um entendimento que o MNLM com toda sua trajetória, sua estrutura, é um movimento que se construiu a partir da ação direta, das ocupações, transitou por dentro das estruturas institucionais, manteve o processo de bandeira de luta das ocupações, conseguiu manter isso, não perdeu isso do seu horizonte.

A fala de Ezequiel representa uma preocupação geral dos movimentos sociais frente ao novo cenário político do país no período pós-golpe de Dilma Rousseff e com a candidatura de Jair Bolsonaro. Existe um tensionamento sobre qual papel os movimentos sociais devem exercer, de recuo ou de avanço na organização dos movimentos de massa.

Mana diz que já fez parte do Conselho Tutelar, mas saiu. Ela se diz hoje uma participante da “família do MLB”. Flávia aponta que entrou para o Movimento de Mulheres Olga Benário após ser acolhida e abrigada na Casa de Referência Mulheres Mirabal. Após, ela ingressou no MLB e afirma que é Promotora Legal Popular, formada pela Themis (escritório de advocacia formado por um grupo de advogadas e cientistas sociais feministas). Atualmente, esta formação é denominada como Multiplicadora de Cidadania, área em que ela ainda atua.

Nanci afirma que “o Coletivo Utopia e Luta é um movimento social com várias comunidades que fazem uma rede”. Fazem parte hoje desta rede a

Comuna Pachamama em São Gabriel, a Casa 9 e a Ocupação Marighella, em Santa Maria, e a Orquídea Libertária, em Gravataí.

De forma geral, os movimentos dos quais os entrevistados fazem parte dialogam, principalmente nos momentos de maior dificuldade relacionados aos processos de reintegração de posse.

No estado, os principais movimentos de luta por moradia reúnem-se através do Fórum Estadual de Reforma Urbana do Rio Grande do Sul (FERU-RS). Além dos movimentos sociais, o FERU-RS agrega ativistas que trabalham nas áreas de assessoria jurídica e técnica populares, conselhos, coletivos, associações, todos ligados à pauta urbana.

Nessas reuniões, são organizadas atividades referentes a datas específicas, como o Dia Internacional do Habitat (ver Fotografias 21 e 22).

Fotografia 21 - Ato dos movimentos sociais de luta por moradia no Dia Internacional do Habitat de 2015:



Fonte: Arquivo Pessoal, 2015.

Fotografia 22 - Ato dos movimentos sociais de luta por moradia no Dia Internacional do Habitat de 2019:



Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

Além disso, os movimentos sociais de luta por moradia tradicionalmente se unem a categorias que estão em greve ou organizando protestos. Essas relações ocorrem via sindicatos que se colocam como apoiadores da luta por moradia.

A última grande ação conjunta dos principais movimentos sociais que atuam em Porto Alegre ocorreu em 14 de julho de 2016 quando foi ocupada a sede do Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEM HAB), conforme Figura 17.

Figura 17 - Atividades realizadas na ocupação do DEMHAB em julho de 2016:



Fonte: Arquivo Pessoal e Guilherme Santos, Jornal Sul 21, 2016.
Elaborado por: Nanashara D. Sanches, 2020.

A ocupação foi realizada pelo MLB, Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST), além de representantes de diversas associações de bairros que buscavam colaboração com o Departamento, responsável pela construção de habitações, pagamento de aluguel social, entre outros. No total, a ocupação durou 28 dias e foi uma experiência importante para os movimentos, que uniram forças para reivindicar diversas pautas relacionadas à moradia.

Contudo, apesar de terem pautas e atuarem a partir de uma luta comum, os movimentos sociais se diferem. Ezequiel relata que as relações entre os movimentos sociais se fragmentaram dadas as influências que permeiam as lutas na atualidade, com pouca ou nenhuma referência para a totalidade social. Isso fortaleceu a estrutura institucional, mas Ezequiel vê algumas mudanças no horizonte:

Acho que agora a galera está vivendo um processo de choque em relação a isso. Mais do que nunca há uma necessidade extrema de estar junto pura e simplesmente por um acordo tático. Estar para além do tático. A gente viveu o período do tático durante os últimos anos, de ter pactuações táticas e agora a gente começa a ter que discutir uma unidade mais estratégica do ponto de vista de pra onde as organizações do campo, que organizam a população pra resistir

contra o capitalismo, neoliberalismo, fascismo que está colocado, precisam construir uma plataforma que elas enxerguem mais a longo prazo, não necessariamente a curto prazo enquanto um movimento tático.

Novamente, é reforçada a necessidade de unidade frente o cenário político do País, especialmente quando se trata da forma de atuação na organização dos movimentos de massa, suas estratégias e táticas.

Neste sentido, Priscila e Mana falam que fazem parte, para além do MLB, da construção da Unidade Popular pelo Socialismo (UP), partido político legalizado em 10 de dezembro de 2019 que é formado por diversos movimentos sociais, entre eles o MLB e o Movimento de Mulheres Olga Benario. Priscila explica que:

A questão dos partidos políticos, a gente avalia que a luta política na sociedade, ela se dá entre partidos políticos. A disputa pelo poder na sociedade se dá entre partidos e os partidos eles têm que estar a serviço da luta. Eu acho que a partir de como tu enxerga qual o papel de um partido político, isso interfere na relação que o movimento social tem e qual é a interferência que o partido vai ter no movimento social. A gente enquanto UP acredita que a luta social vai determinar as mudanças na política do país e que nós precisamos estimular que as pessoas não façam luta só pela casa própria, ou só pelo saneamento, porque ainda é uma luta individual, mas que a gente faça uma luta por uma outra sociedade, por uma outra política, e pra isso precisamos ter um partido e por isso a gente construiu a UP.

O que Priscila aborda se refere aos objetivos que ultrapassam a luta econômica, neste caso, por moradia, unindo a disputa por poder dentro dos espaços institucionais com a luta de rua, da população civil organizada. Nanci tem uma opinião diferente. Afirma que a união entre movimentos sociais e partidos políticos pode fazer com que a mobilização dos sem-teto recue. Isto fica nítido neste trecho de sua entrevista:

Eu vou te dizer uma. Movimento social nenhum tem que estar atrelado a um partido político. Movimento social nenhum deve ter essa relação de comodismo, paternalismo, para não dizer um nome pior. Por quê? Quando indicam, um movimento indica pessoas pra esse projeto que é de zero a três salários mínimos - são 42 JK's - [referindo-se ao projeto do Assentamento Utopia e Luta] indicaram pessoas partidárias, indicaram amigos, indicaram alguém da corrente [partidária]. Isso não acrescenta nada a uma luta. Pessoas que estão vinculadas, que têm lá os seus salários, CC's (cargos comissionados), seja o que for, estejam atrelados a gabinetes, isso dentro da luta é um desavanço. É um desavanço social muito grande, porque essas pessoas não têm interesse em seguir.

A experiência no Assentamento Utopia e Luta aponta para erros que podem acontecer quando ocorre a consolidação de uma ocupação e a divisão de apartamentos entre beneficiários. Ao falar sobre o tema, Ezequiel aponta que é necessário rever as relações que os movimentos podem ter com o Estado, de “comodismo” e “paternalismo”, como aponta Nanci.

Neste mesmo sentido, Priscila alega que há um questionamento sobre como os partidos atuais lidam com os movimentos sociais, afirmando que muitos movimentos sociais se anularam “ou foram cooptados pra estrutura de governo ou para estruturas partidárias com a perspectiva de que apenas a luta institucional fosse resolver o problema”. Atuando desta forma, os movimentos perdem autonomia. De acordo com Priscila, tal postura, paralisa não só os movimentos sociais. Ela diz que:

[Esse tipo de atuação] paralisa o motor da luta da história que é a luta de classes. Tu paralisa esse motor da história, e não avança. Nossa crítica aos partidos, de os movimentos entrarem pra dentro das estruturas achando que dentro de um governo x ou y, tu ia conseguir construir um programa, que ele ia ser comprado na íntegra por um governo e que abandonar a luta de rua achando que estava resolvido, porque estava no governo, isso foi um grande equívoco. Os partidos devem fortalecer a luta popular, e não o contrário, e não paralisar a luta.

Ao falar sobre sua participação na UP, Mana relata que está se filiando agora, por isso não pode falar muito sobre isso, mas que quer participar. Ela ainda diz que “vocês vindo aqui em casa, vamos chamar o pessoal, vamos fazer, vamos debater. Não sei se vou poder estar sempre com vocês, mas aqui em casa com certeza vão ser bem recebidos”. Mana se refere a reuniões da UP realizadas atualmente no bairro onde mora, na sua casa na Lomba do Pinheiro.

Mana, assim como os entrevistados que foram despejados da OLN, voltaram para a situação que se encontravam antes. Mana retornou para a Lomba do Pinheiro. Está em um bairro que tem problemas de infraestrutura e em um terreno cuja posse é precária. Priscila voltou a alugar um local para morar, assim como Flávia e como Merong, que aluga um quarto quando vem para Porto Alegre vender seus artesanatos. Nanci segue em seu apartamento no Assentamento Utopia e Luta e Ezequiel mora atualmente na Ocupação 20

de Novembro, uma ocupação que está consolidada, no aguardo dos recursos ainda não liberados pelo governo federal para reforma do prédio.

Por último, todos os entrevistados foram questionados se havia algo que gostariam de falar e que não estava contemplado nas perguntas. Merong e Flávia trouxeram relatos comoventes sobre suas perspectivas dentro e fora das ocupações em que moraram. Merong fala sobre como se sente ao ver o prédio onde ficava a OLN abandonado e fala ainda sobre a questão indígena no Brasil. De acordo com Merong:

Sobre a situação de moradia, primeiramente. É muito doído no coração da gente passar e ver aquele prédio fechado. E, tipo assim, uma pessoa cuidando do prédio que a gente cuidava muito bem. É um lugar que era nossa casa, nosso descanso. Um lugar que estava totalmente abandonado e que continua abandonado. É muito doído, sabe? O governo que a gente vota, o governo que a gente sustenta com o nosso trabalho, fazer isso com a gente? Não, não tem jeito, sabe? Dá vontade de nem votar. Porque é uma coisa que é nossa também, está ali parada. Às moscas, às moscas, as baratas criando ali dentro e nós que somos seres humanos temos que ficar aqui na rua. Então é isso que eu penso. E a situação indígena no Brasil, ela está muito complicada. Porque cada vez que passa, complica. Nós não temos mais o nosso território. Estamos na rua vendendo artesanato. O projeto que o governo, que a prefeitura de Porto Alegre tem é de tirar a gente daqui. Mas tirar para que? Para um lugar melhor? Não, para jogar na miséria, na sarjeta, para depender de cesta básica. Hoje eu trabalho, eu garanto o meu sustento, da minha família e às vezes alguma pessoa precisa de ajuda na rua, eu consigo ajudar porque eu estou trabalhando. Então a prefeitura quer tirar a gente da rua (sobre a atuação da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio – SMIC, que apreende mercadorias e artesanatos de ambulantes de rua do centro de Porto Alegre). A gente não tem território, como eu falei. Agora nós vamos ficar sem trabalho? Que é com artesanato, com os produtos de inverno. Então isso é muito ruim para nós. Então acho que na verdade querem dizimar os povos indígenas, colocar numa gaiola e deixar ali preso, é isso que eles querem para nós. Acho que a gente tem que fazer movimento, e fazer pressão, né? Porque tudo que o governo faz é para destruir a gente.

O relato de Merong traduz as dificuldades impostas aos indígenas que vem para Porto Alegre trabalhar, assim como critica a forma com que a prefeitura de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul tratam as populações vulneráveis, assim como tratam a questão da moradia, falando sobre o despejo violento da OLN.

Flávia aponta para a importância que a Casa de Referência Mulheres Mirabal teve para que ela sobrevivesse e da diferença que sentiu em um serviço que não está estritamente nos moldes institucionais, mas que, de forma

mais humanizada, faz o acolhimento de mulheres em situações de violência.

Flávia diz que:

Eu queria falar um pouco mais sobre a importância que foi a ocupa, a Mirabal na minha vida. Falar que se não houvesse esse espaço de convivência, de moradia pra essas mulheres que estão saindo do ciclo de violência e precisam de um resguardo, precisam de uma proteção efetiva, humana de verdade, que as pessoas te olham no olho, que as pessoas realmente se preocupam contigo enquanto pessoa, enquanto ser humano, não enquanto número, mas enquanto mulher, enquanto ser humano. Se não houvesse esse espaço, com certeza absoluta, eu não estaria aqui agora, eu não teria sobrevivido e eu tenho plena consciência disso, eu estava no meu limite. E eu fui muito bem acolhida e eu posso dizer que eu venci muitas etapas porque eu tive pessoas do meu lado, mulheres fortes e guerreiras do meu lado que me ajudaram a vencer isso. Eu passei várias fases, eu não conseguia fazer nada sozinha. Eu tinha medo de tudo e de todo mundo o tempo todo. E quando eu recebi esse acolhimento, dessa maneira plena como foi eu consegui ir aos poucos me fortalecendo e sobrevivendo. Então esse espaço é muito importante para as mulheres que passam por esse processo de sair do ciclo, de não ter pra onde ir e se não houvesse a Mirabal, talvez naquele exato momento, como não tinha vaga em outro lugar pra eu ir, eu teria voltado pra casa e eu teria voltado pra esse ciclo com certeza.

De uma forma geral, a partir das entrevistas, percebemos que morar em ocupações mudou significativamente a vida das pessoas e a maioria delas ajudaria a construir um processo de ocupação. Além de aprenderem novas formas de convívio, todos os participantes relataram a diminuição de gastos morando no centro de Porto Alegre, principalmente relacionados ao transporte. Com exceção de Nanci, que ao falar do Assentamento Utopia e Luta, afirma que existem dificuldades em pagar o Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), que tem custo elevado no bairro Centro Histórico da Cidade.

Além disto, percebemos que a maioria das pessoas que vão morar em ocupações no centro da cidade de Porto Alegre moraram em outras ocupações localizadas nos bairros periféricos da cidade e na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Apesar das diferenças, os ocupantes veem sua participação em movimento social como algo positivo, não somente para si, mas como representantes de uma luta coletiva que consegue dialogar com diversos setores da sociedade, em prol da moradia e ainda, com especificidades sobre o cotidiano das mulheres nas cidades.

Ademais, os relatos indicam que existe uma grande diferença entre as ocupações espontâneas e as organizadas por movimentos sociais. A experiência de Mana, na Lomba do Pinheiro e o fim da associação de moradores indica o afastamento da organização popular em áreas periféricas. Aponta também que a partir da sua participação no MLB, Mana percebeu que poderia organizar famílias para reivindicar direitos, mesmo com as dificuldades encontradas em seu bairro de origem.

De fato, os moradores de ocupações organizadas por movimentos relatam que a partir das experiências nas ocupações, passaram a atuar mais política e coletivamente, aprendendo a exercer cidadania e a ter outras formas de relações entre “vizinhos”. Além disto, o relato de Graziela aponta que há uma busca por ocupações organizadas no centro da cidade para fugir dos conflitos relacionados à disputa de territórios onde ocorre venda de drogas assim como territórios onde há pouca ou nenhuma estrutura de saneamento básico. No caso de Graziela, ela e seus filhos buscavam sair de uma área de descarte de rejeitos em Canoas.

Já o relato de Flávia indica uma outra situação que a fez buscar uma ocupação no centro da cidade: a violência doméstica, e a necessidade de sair daquele ambiente.

Dentre as vantagens e desvantagens observadas pelos entrevistados, percebemos que o convívio de forma diferenciada pode combinar aspectos bons, de fortes laços e de solidariedade, assim como desafios, para mediar conflitos e desavenças. E ainda, foi citado o ruído do centro como algo problemático.

Quanto aos movimentos sociais, a maioria aponta como positiva sua participação em um coletivo citando o aprendizado como principal mudança pessoal. “Paciência” foi uma palavra citada mais de uma vez, indicando que há possibilidade de a atuação em um movimento social aumentar o grau de tolerância para com o diferente, seja social ou culturalmente. Além do nível de tolerância, a participação popular, incentivada através das reuniões e assembleias organizadas pelos movimentos sociais, é vista como um processo metodológico e educacional para o exercício do poder popular, algo abordado pelos coordenadores entrevistados. Ao falarem sobre poder popular, os

coordenadores indicam uma busca por autossuficiência nas decisões políticas das famílias que participam dos movimentos sociais, assim como nas relações que estes têm com apoiadores externos e em formas de geração de renda. Tal autossuficiência é indicada pelos coordenadores como essencial para o avanço das lutas pautadas pelos movimentos sociais, mas os coordenadores indicam também que em algum momento, todos os movimentos disputaram recursos públicos e buscaram incidir na legislação referente à moradia no Brasil.

Para além da habitação, os movimentos sociais buscam atuar não só na esfera local, organizando lutas concretas por infraestrutura, saúde e educação, mas também na esfera nacional, questionando a atuação do Estado e contribuindo para a emancipação de trabalhadores que tem dificuldade de ter um local para morar.

Por fim, de uma forma geral, podemos dizer que o perfil dos entrevistados varia bastante, mas representam realidades marcadas pela insegurança habitacional e a falta de condições de comprar uma moradia ao longo da vida. Os exemplos de Nanci e Ezequiel demonstram que os programas habitacionais já realizados no Brasil podem ser melhorados, principalmente se saírem da lógica do mercado imobiliário e forem acompanhados de outros instrumentos que mantenham o caráter popular das Ocupações, algo que deve ser considerado a partir dos estudos e das experiências dos movimentos sociais.

6. SOBRE AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTENCIA

Quando tratamos de territórios de resistência buscamos, para além do conceito, retratar um modo de vida que ocorre de forma diferenciada do que é colocado como normal neste sistema, um modo de vida não hegemônico (ZIBECHI, 2015).

Por este viés, podemos considerar os indígenas, por exemplo, como pessoas que vivem de modo não-hegemônico, algo decorrente da necessidade de sobreviver enquanto coletivo através da passagem oral de costumes e tradições antepassadas. O que faz com que indígenas resistam durante séculos de genocídio, ataques, guerras? Acreditamos que lutar por um território é premissa para a consciência de que existimos e temos o direito de estar em algum lugar. Melhor: de estarmos em um lugar que por nós é construído a partir do nosso modo de vida.

De acordo com Díaz-Polanco (1997), são os movimentos indígenas que propulsionaram a luta por resistência no continente americano. É por influência deles que a luta no campo e posteriormente na cidade ocorre enraizada na disputa territorial, o que inclui como premissas a autonomia, a autogestão e a autodeterminação.

Os principais episódios históricos de nosso continente tiveram a disputa territorial como cenário. Também foi através do território que a resistência de muitas etnias, do povo negro e diversos levantes foram possíveis. O território pode ser a materialização de uma resistência ideológica, cultural etc.

De uma forma geral, podemos dizer que a história da América Latina é demarcada pela formação/deformação/aniquiração de territórios de resistência, dos tempos da colonização à atualidade.

A formação de territórios de resistência é intrínseca à formação de territórios heterogêneos, mas estes se colocam como classe especial de territorialidade por ser um território vital, diretamente ligado à possibilidade de

existir (a exemplo do *tekohá* indígena¹⁶), e ainda, existindo por ser fruto de uma resistência política, social, econômica e/ou cultural. A formação de territórios de resistência está intrínseca ao questionamento do sistema capitalista.

Ainda que formados sob as limitações impostas pelo sistema econômico vigente, são territórios que resistem a imposições socioeconômicas estruturais. De acordo com Zibechi (*op.cit*), tais imposições visam “conectar os territórios do capital multinacional aos grandes mercados globais” (ZIBECHI, 2015, p.105) através do controle militar e através de fortes campanhas ideológicas, tudo com objetivo de manter a população amistosa, passiva, consumidora.

Historicamente, encontramos diversos exemplos de territórios de resistência, dos quilombos latino-americanos à Comuna de Paris. Para sobreviver, os coletivos sempre buscaram criar fronteiras, barrar a opressão, a começar por um pequeno pedaço de terra que simbolizasse o avanço social, o fim da exploração, o senso comunitário.

De uma forma geral, a evolução dos movimentos sociais possibilita que se formem cada vez mais e maiores territórios de resistência. Hoje, a organização de setores do povo (me refiro a sem-teto, sem-terra, etnias, povos originários) em movimentos sociais são imprescindíveis para a formação dos territórios de resistência. Por isso, para além de serem territórios formados a partir de um modo de vida heterogêneo, os territórios de resistência são formados pela população civil organizada.

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é o mais emblemático e representativo deste fenômeno. De fato, a disputa por terra para plantar e viver é o mais antigo motor de formação de territórios de resistência na América Latina. A contínua expulsão dos camponeses aumentou o nível de organização dos povos do campo, o que não diminui a violência com que são combatidos, pelo contrário. Há uma relação entre a organização dos movimentos sociais e a morte de lideranças que estão à frente de tais movimentos. Estes são perigosos ao sistema por defenderem que é necessário ocupar, recuperar hectare por hectare de território que pertence a quem nele

¹⁶ Lugar sagrado onde se vive segundo um modo de ser, interdependente com o espaço. *Teko* está relacionado a modo de ser, cultura. *Há* está relacionado a lugar (CREPALDE, 2014).

vive, e isto deve ocorrer de forma legal ou ilegal, através da ação direta organizada. Defendem isso por compreender que só há uma possibilidade de alcançar um patamar de vida melhor: através da resistência.

Para consolidarem-se ao longo do tempo, tais territórios tornam-se espaços de ensino e aprendizagem, de constante troca, algo que propicia a formação de uma identidade coletiva, comunitária e/ou familiar. Os territórios de resistência são territórios de possibilidades, para além das regras do mercado e da sociabilidade imposta pela burguesia.

A história recente da América Latina demonstra uma das possibilidades que talvez seja a mais preocupante e que determina a diminuição (e, em último grau, o fim) destes territórios: a cooptação sistemática de lideranças. A atuação dos governos de esquerda e centro nas últimas décadas demonstra isso. Tais governos chegaram ao poder através da luta do povo que passou as décadas de 60, 70 e 80 atuando contra os militares, algo que garantiu voz e justiça parcial às populações latinas. Contudo, estes governos se colocaram como mantenedores do sistema, mesmo apresentando mudanças na distribuição de renda e atenção aos mais pobres. A “alternativa” apresentada pela maioria destes governos passava pela facilidade de acesso a crédito oferecido pelos bancos, assim como pelos serviços oferecidos pelas multinacionais, algo que fortaleceu setores reacionários. Tais setores, na primeira oportunidade (em verdade, na primeira crise econômica) se uniram à burguesia internacional para aplicar golpes em presidentes eleitos na América Latina, a exemplo do que ocorreu no Paraguai, Brasil e Bolívia.

Estes golpes tiveram resposta, impulsionaram os movimentos que se articulam novamente, de forma mais independente. Isto ocorreu após anos de cooptação e fragmentação dos movimentos sociais que, em um determinado momento, se colocaram críticos aos governos eleitos com seus apoios.

No início deste século, as principais lutas de resistência ocorreram no campo em função da mineração e das monoculturas (de soja e eucalipto, principalmente). Na segunda década deste século, as lutas voltam-se completamente para o espaço urbano, levantando questionamentos sobre a ineficiência da mobilidade urbana, a falta de moradia (pauta global pós-crise de 2008), a falta de assistência social e o ataque aos fundos previdenciários.

Em 2020, assim como ao longo da história, os movimentos sociais vivem pequenas vitórias e derrotas, mas na atualidade são alvo do discurso de ódio e consequente medo que crescem no mundo.

Contudo, a formação dos territórios de resistência persiste e, como no tempo dos quilombos, tais territórios se colocam como locais de autogestão que superam as formas burguesas de Estado de resolver os principais problemas no campo e na cidade.

Quando buscamos autores que analisam o processo de quilombagem, temos como referência a formação de quilombos não mais vistos como locais isolados, que são consequência direta de um modo de produção opressor, mas como um ser social no qual um outro modo de produção é realizado.

Na luta por moradia, há um processo semelhante. Clóvis Moura defende que o quilombo é uma formação territorial que rompe radicalmente com a economia e os valores coloniais e escravagistas. Fala ainda que o escravizado encontra sua condição de cidadão ao recusar-se ao trabalho escravo, e socialmente, ao organizar coletivamente territórios livres (MOURA, 2001). Comparativamente, é isto que as ocupações podem buscar. É isto que as ocupações trazidas neste estudo buscaram ao incentivar a produção livre e comunitária, seja através da rede criada pelo coletivo Utopia e Luta, seja pela central de serviços da Ocupação Lanceiros Negros. Fizeram isso também ao buscar criar espaços que, para além da moradia, visavam planejar coletivamente os prédios em si, as atividades que aconteceriam nele e as estruturas coletivas necessárias, como horta, creche etc. Isto se encaixa no conceito trazido por Zibechi que aponta para algumas características dos territórios de resistência, como visto anteriormente. Estas características seriam:

- 1) territórios onde pessoas vivem de modo não-hegemônico;
- 2) territórios heterogêneos onde pessoas resistem política, social, econômica e/ou culturalmente;
- 3) territórios criados por povos organizados em movimentos, coletivos (a exemplo das experiências em Chiapas, Achacachi, mapuches de Zanón, Comuna Oaxaca, invasões do MST etc.);

4) territórios formados a partir de ocupações, recuperações de hectares a partir dos “de baixo”, de modo legal ou ilegal.

Através das nossas análises, propomos adicionar algumas características ao conceito de território de resistência e, por fim, responder à seguinte pergunta: podemos afirmar que existe um território de resistência no Centro Histórico de Porto Alegre?

Acreditamos que as ocupações estudadas se encaixam no que é proposto por Raúl Zibechi como território de resistência, mas para além disto, nos propomos a analisar os vínculos que estas ocupações, estes locais de resistência, têm com o território de seu entorno e, ainda, os vínculos que se criam com outras ocupações.

Para nós, para além do local de modo de vida não-hegemônico, a relação que se dá entre ocupações é primordial para falarmos sobre territórios de resistência. São estes vínculos que configuram uma territorialidade à parte, não isolada, mas conectada com outras experiências. E esta conexão entre diferentes experiências de ocupações que possibilita a existência de relações de cooperação que escapam da lógica mercantilista do capital e que, em um determinado grau, prova a ineficiência do Estado burguês, organizado de cima para baixo. A formação do território de resistência depende da relação entre diversas experiências de resistência, materiais ou sociais, para além de uma ocupação ou um local em si.

Para além disto, entendemos que a formação de territórios de resistência demonstra que a população civil organizada pode gerir o público melhor que este Estado, não representativo para a maioria. Demonstra também que a relação entre movimentos sociais e Estado deve ser oposta à atual: são os representantes das esferas municipais, estaduais e federais que devem prestar contas à população e submeterem-se às necessidades dela. A lógica que faz com que sigamos os ditames de um Estado racista, machista e elitista não satisfaz as demandas da maioria. Tanto não satisfaz que são as próprias engrenagens do sistema capitalista, este sistema que torna o Estado “um comitê que para gerir negócios da burguesia” (MARX, 1848, p.14), que criam as condições para que se formem territórios de resistência.

Ao contrário do que defendem as correntes mais reacionárias, não defendemos que o Estado deva acabar. Pelo contrário. Deve fortalecer-se a partir da participação direta da população na tomada de decisões nos bairros, na cidade, na esfera política como um todo. Em parte, a população já faz isso, ao construir e viver em territórios de resistência.

Por fim, afirmamos que sim, existe um território de resistência no bairro Centro Histórico de Porto Alegre. Aqui, analisamos as ocupações de luta por moradia deste bairro que, através de serviços coletivos, abertos ao público (como a creche da OLN ou o espaço cultural do Utopia e Luta) relacionam-se com a população e entre si. Essa relação entre ocupações ocorre tanto através do uso destes serviços como através de atos e ações conjuntas.

E ainda, os projetos que essas ocupações apresentaram para a sociedade e para o olhar acadêmico apontam para a formação de um território de possibilidades, de criação e troca.

Acreditamos que é necessário caracterizar os territórios de resistência como territórios de possibilidades que deles e de sua organização podem resultar. Territórios de resistência são territórios de possibilidades, de revolução teórica, política, econômica, social. Neles, criam-se as possibilidades de fazer tudo de outro modo, viver, produzir, construir. As possibilidades que surgem a partir deles são infinitas, seguem os avanços da história e da tecnologia, sem esquecer dos ensinamentos que sobrevivem aos séculos.

E são dessas possibilidades que vivemos, materializadas no território e internalizadas em nossa consciência.

E são novas possibilidades que buscamos.

Os territórios de resistência são um meio, um dos inúmeros caminhos que nos levará a uma outra forma de vida, uma vida mais coletiva, fraterna e sem a exploração do homem pelo homem.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta tese, podemos considerar que a Geografia tem muito a contribuir com a análise dos eventos urbanos atuais, especialmente os eventos ligados à conformação de cidades mais igualitárias. Entender como, no século XXI, as pessoas têm se relacionado com o espaço urbano, reivindicando-o e transformado-o é extremamente relevante. Por isso, é importante ressaltar o papel que a ciência pode ter não só para a difusão do conhecimento, mas para questionarmos nossa realidade e aprender com uma gama de experiências populares.

Através desta tese, também podemos considerar que o processo de urbanização brasileiro foi e é influenciado por forças antagônicas. De um lado, a população civil mais vulnerável de nosso País sempre conseguiu, de diversas formas, se apropriar do espaço urbano, modificá-lo e habitá-lo. Do outro lado, o Estado brasileiro se coloca como interventor direto das políticas habitacionais. Faz isso através de programas de habitação, através do planejamento urbano e de normas regulamentares. Nos períodos em que não houveram políticas públicas habitacionais, a população civil, através de mutirões, construiu bairros inteiros. Assim, o simples fato de “habitar” deu contornos às cidades brasileiras. Deram contornos também as medidas estatais que, até hoje, não sanaram os problemas relacionados à habitação.

No período recente, observamos que a implementação do neoliberalismo nos países da América Latina também não resolveram a situação da moradia, assim como a promulgação de diversas leis de regulamentação espacial.

Talvez o novo século seja marcado pelos avanços constitucionais referentes ao direito à cidade no Brasil. É inegável que neste campo houve uma evolução, fruto da luta de milhares de brasileiros que nos períodos pré e pós ditadura militar participaram de grandes processos de mobilização na reivindicação de direitos. Há um vasto rol de dispositivos legais e regulamentares que levam o debate relacionado à habitação a um novo

patamar. A própria conceituação de déficit habitacional e de aglomerados subnormais tem possibilitado o conhecimento real sobre a situação de moradia no país.

Atualmente, a economia capitalista se reformula, troca de roupagem, troca de discurso, mas segue ainda os mesmos ditames de seu início: a busca por lucro, acima da vida humana. O mercado financeiro e a especulação imobiliária, hoje, têm o mais importante papel no planejamento urbano, relegando a milhares a escravidão do aluguel, da coabitação, a precariedade das condições de moradia e da realidade das ruas. Mas como podem as populações de países marcados pela desigualdade socioeconômica tomar as principais decisões perante suas vidas e perante a soberania de seus países?

De acordo com Marx e Engels (1848), o capitalismo cria as circunstâncias para a organização e a tomada de poder pela classe operária. Concordando ou não com este preceito, temos que avaliar que o processo de reivindicações por direitos vem maturando a capacidade da sociedade em avaliar as vitórias e os limites que são impostos dentro do sistema econômico capitalista. Em verdade, o que se coloca por trás do debate referente ao problema da moradia é a propriedade privada, a não-democratização do acesso à terra urbanizada e o próprio senso de justiça.

O caso da Ocupação Lanceiros Negros evidencia estas questões. O Poder Judiciário, ao tomar decisões que representam a consolidação dos interesses privados sobre os direitos fundamentais corroboram com a segregação, balizam a razoabilidade a partir das necessidades daqueles que detêm o poder.

Sabemos que a falta de acesso à terra, aliado ao processo de escravização e ao êxodo rural marcam a história da implementação e consolidação do capitalismo no Brasil, cujo período teve como uma de suas principais características a manutenção do déficit habitacional. Friedrich Engels (1873) há mais de 100 anos falava sobre os problemas da habitação e sua relação intrínseca com o capitalismo, envolvendo agentes de todas as classes que mantinham, à época, milhares de pessoas em condições de insalubridade extremas e nas ruas. De fato, resolver os problemas da habitação sob o sistema capitalista parece ser uma utopia.

Contudo, as experiências que foram abordadas neste trabalho revelam que há um movimento constante de resistência ao planejamento urbano que relega aos donos das terras urbanizadas o poder de decisão sobre tudo que está no espaço urbano e rural. Tal movimento é permanente, assim como o problema da habitação, que se agrava com o aumento do desemprego e recessão econômica. Frente aos despejos e ao aumento do custo de vida em determinadas áreas urbanas, as populações vulneráveis passam a ocupar cada vez mais áreas sem regularização fundiária, áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos. Esse processo contribuiu para a conurbação de diversos municípios, aumentou as distâncias e os gastos no custo de vida desses que pouco a pouco vão sendo empurrados cada vez para mais longe do olhar da sociedade e dos governantes. Porém, existem aqueles e aquelas que ocupam nas áreas centrais. São representantes dos milhares que fazem parte do déficit habitacional e alicerçam a necessidade de se construir mais e novas políticas públicas de habitação que vislumbrem a desapropriação de prédios abandonados para fins de moradia.

O estoque de prédios abandonados nos centros urbanos é inestimável. São dados de difícil acesso, apesar de existir uma legislação que busca tornar tais informações nos planos municipais, estaduais e federais transparentes e acessíveis. Os dados relativos a esta mensuração vêm dos movimentos sociais e organizações não-governamentais que mapeiam constantemente as cidades onde atuam buscando locais propícios a realização de uma ocupação, reivindicando e garantindo moradia. Mesmo assim, as remoções e reintegrações de posse seguem sendo prática comum do poder executivo a mando do judiciário brasileiro, o que não sana o problema da moradia, quando não age exatamente em sentido contrário, impulsionando a realização de mais ocupações.

A presença do Estado para esta parte da população brasileira, que ocupa, seja nas periferias ou nos centros urbanos, ocorre através da punição e violência. Em todas as partes da cidade, ocupações como as estudadas demonstram que há criminalização dos mais pobres, independentemente do local que habitam.

Estas ocupações em áreas centrais, apesar de seu futuro incerto, provêm moradia para milhares de famílias e através de diversos exemplos, propõem mudanças e avanços para o planejamento urbano. A Ocupação Lanceiros Negros, por exemplo, apresentou um projeto que levaria a formulação de um equipamento público que ainda não existe em Porto Alegre. Já o Assentamento Utopia e Luta se caracteriza por elaborar uma forma diferente de convívio, mesclando moradia e atividades culturais, sendo um espaço de uso da cidade.

São projetos inovadores que rompem com o que entendemos como “normal” na forma de habitar, colocando a convivência coletiva e as decisões coletivas como elementos importantes, de exercício político e de cidadania. Através das entrevistas, percebemos que este é um desafio que os movimentos sociais encaram como primordiais na atualidade: aumentar a participação popular principalmente nas arenas de decisão, pondo fim a uma forma de representatividade que impulsiona a apatia e a intolerância entre a população civil para com a política.

No meio urbano, a participação popular ocorrerá somente através de dispositivos que façam com que o planejamento urbano tenha como principal base os cotidianos daqueles que habitam e constroem as cidades.

Erradicar o déficit habitacional passa por estas questões. Ademais, as ocupações habitacionais nos centros urbanos se mostram como polos de construção e criação de uma outra cidade. Comunicam, territorializam-se, resistem.

De fato, as ocupações habitacionais confirmam que, para além da legalidade e da constitucionalidade, a organização da sociedade civil é poderosa. Tem garantido direitos e impulsionado o debate quanto aos problemas que existem nas metrópoles do mundo inteiro. Mostram que não faltam casas, apartamentos, nem terrenos para dar fim ao déficit habitacional. Falta o condicionamento da função social à propriedade, algo que ainda não saiu do papel. Para além disto, é necessário não só condicionar a função social à propriedade, mas compreender que a existência da propriedade privada, por si, gera a possibilidade de um proprietário não cumprir a função social de seu bem, com a benevolência do sistema judiciário. Inclusive o Estado torna-se um

proprietário que mantém algo de sua propriedade, sem uso, o que deve ser questionado.

Ao ocuparem prédios públicos, os movimentos sociais conclamam que o Estado cumpra seu dever quanto ao direito da moradia, ao mesmo tempo convocam a população a não ficar esperando por uma salvação, mas tomem para si a posse de algo que parece não ter importância para seus proprietários. E ainda, ao ocuparem, os movimentos sociais buscam criar mecanismos de autogestão, que garantam o convívio e a manutenção da ocupação, desde a estrutura do prédio até a formação política e cultural dos ocupantes e apoiadores que visitam e auxiliam o grupo de ocupantes.

Assim, nas ocupações, percebemos que há a construção de uma territorialidade que busca romper com uma forma coercitiva de viver. Através de um mesmo método, o de ocupar, mas com estratégias diferentes, as lutas travadas pelas ocupações criam um mundo próprio, baseado em relações de lógica familiar-comunitária, autogerido, inclusivo, algo radicalmente diferente das relações hierárquicas e hegemônicas, que são patriarcais e individualistas. Se constituem assim, em territórios “estranhos” ao sistema, territórios outros, de resistência ao controle imposto às populações vulneráveis.

Tais experiências demonstram que as ocupações organizadas por movimentos sociais não são um problema. Ao contrário, são ações que fazem parte de um caminho na senda de lutas por uma mudança radical da sociedade; questionam a propriedade privada e o “sagrado” individualismo que são a base ideológica da sociedade capitalista. São assim, formas de organização popular que buscam superar uma dominação estatal, de cunho racista e desumano. Isto se confirma quando vemos as respostas dadas pelo Estado a estas organizações. São respostas truculentas que sugerem o quanto as classes dominantes receiam o potencial crítico e transformador das ocupações.

Acreditamos que a resposta do Estado às ocupações deve ser outra.

Se percebermos as ocupações como fonte de influência e inspiração, como uma ação que resolve, mesmo que parcialmente, o problema do déficit habitacional do nosso País, elas podem ser incorporadas às medidas estatais

de política habitacional, respeitando suas singularidades e em intenso diálogo com os movimentos sociais.

É uma possibilidade que envolve uma mudança estrutural no Estado, de âmbito jurídico e legislativo e que tendem a diminuir o déficit habitacional em nosso país, sem fortalecer o mercado imobiliário e diminuindo a segregação residencial no Brasil.

EPÍLOGO (E A PANDEMIA)

A história desta tese começou no ano de 2015. Neste ano eu estava escrevendo minha dissertação de mestrado e fiz a prova de admissão para o doutorado na UFRGS. Sabia que seria um tanto problemático se eu passasse na prova, pois não tinha entregado a dissertação ainda. Não sei se isso deu um alívio na hora de realizar a prova, fato é que passei e precisei terminar minha dissertação às pressas para ingressar nessa nova etapa acadêmica.

A história da Ocupação Lanceiros Negros permeia este período. Foi dentro dela que recebi a notícia de que ingressaria no doutorado. Foi logo após a reintegração violenta que sofremos que resolvi escrever sobre ela, mudando meu projeto.

O doutorado começou oficialmente em 2016. Nesta época, o processo de *impeachment* da presidente Dilma Roussef já era analisado pela Câmara dos Deputados. Havia um sentimento de que, logo, muitas coisas iriam ruir.

O povo foi para as ruas. Havia uma intensa movimentação e diversos atos demonstravam que milhares de pessoas não aceitariam um golpe. O sentimento de indignação que estava se criando em meio à esquerda ficaria demonstrado em Porto Alegre em maio de 2016. Neste dia, dezenas de apoiadores passaram a noite inteira próximo à Ocupação Lanceiros Negros e participaram de uma pequena vitória, com o interrompimento de uma ação de reintegração de posse. Havia esperança. Era época de acúmulo de forças.

Em agosto de 2016 veio o golpe. O vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência e vimos todas as medidas neoliberais que estavam vindo a conta-gotas, alcançarem as massas como uma avalanche. Era o início de uma das piores épocas para se viver no Brasil.

Jair Bolsonaro foi eleito presidente em 2018 em um processo eleitoral permeado por mentiras. O discurso fascista garantiu a ele espaço na mídia e entre o povo.

Medidas mais cruéis de austeridade foram impostas.

Os dados relativos à fome no país (e no mundo) aumentaram.

O desemprego atingiu milhares.

Alguns foram mortos por fazer oposição à Jair Bolsonaro e sua família.

Muitos foram mortos por serem negros, negras, transsexuais, gays, lésbicas, mulheres, jovens. Muitos foram mortos. Algo que foi intensificado com a pandemia causada pela Covid-19.

Escrevo em março de 2021. Desde março do ano passado Porto Alegre passa por um momento político turbulento. O então prefeito Nelson Marchezan Júnior, que já estava precarizando os serviços de saúde da cidade, demitiu agentes de saúde em meio à pandemia. Decidiu também fechar o comércio, o que desagradou (e muito) a elite da cidade. Por isso, correu na Câmara de Vereadores um pedido de *impeachment* de Marchezan Júnior.

Hoje vi minha mãe durante alguns minutos com máscara facial para evitar o contágio da Covid-19. Estamos há um ano com a vida em jogo.

Só no Brasil, mais de 270.000 pessoas morreram. No mundo, esse número atinge 2.650.078 (números relativos do início da pandemia até 13 de março de 2021).

Do início do ano até agora diversos ministros foram trocados. Todo dia surge uma nova denúncia contra a família de Bolsonaro.

Os despejos não pararam com a pandemia.

A demissão de trabalhadores aumentou com a pademia.

Paira no ar um sentimento de revolta e incerteza.

Como em 2016, sinto que o pior ainda está por vir. O capitalismo agoniza e busca se manter, unânime. Não sabemos ainda ao certo de que forma os representantes do capitalismo irão contornar a situação caótica que

se impõe sobre este tipo de economia, mas entendemos que os últimos anos foram de aprendizado, de construção de lutas, de demonstração de forças que surgem no decorrer da luta de classes, esta luta que segue sendo o motor da história.

Há uma certeza, no entanto. Àqueles que sempre estiveram no lado da resistência restará seguir este papel que a nós é imposto, mas assumido com alegria. Seguimos do lado certo da história. E venceremos.

REFERÊNCIAS

171 anos do Massacre de Porongos. Viva os Lanceiros Negros! **Jornal A Verdade**. 11 de novembro de 2015. Disponível em: <http://averdade.org.br/2015/11/174-anos-do-massacre-de-porongos-viva-os-lanceiros-negros/>. Acesso em: 20 de Dez. de 2019.

ABREU FILHO, S. B. **Porto Alegre como cidade ideal**: Planos e Projetos Urbanos para Porto Alegre. 2006. 357 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ALMEIDA, M. S. **Transformações urbanas**: atos, normas, decretos, leis na administração da cidade. 2001. 301 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação – Estruturas Ambientais e Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ASSENTAMENTO em prédio público de Porto Alegre desafia política habitacional. **Sul 21**. Porto Alegre: set, 2011. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/assentamento-em-predio-publico-de-porto-alegre-desafia-politica-habitacional/>. Acesso em: 15 de Nov. de 2016.

BAUMAN, Z. **Globalização: consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 148 p.

BONDUKI, N.G. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. 342 p.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Brasília: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2014.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Manual de Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

BRINGEL, B., VARELLA, R. **A pesquisa militante na América Latina hoje**: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. Revista Digital De Direito Administrativo, São Paulo, 2016.

BUONFIGLIO, L. **O Resgate do centro de Porto Alegre**: a luta dos sem-teto pelo direito à moradia. 2007. 242 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –

Instituto de Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CABRAL, M. P. **Território urbano em disputa**: as transformações no centro de Porto Alegre como resultado de disputas de múltiplos agentes urbanos no período de 2005 a 2017. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CALDEIRA, T. P. **Ciudad de Muros**. Barcelona: Gedisa, 2007

CARDOSO, R. **Movimentos sociais**: balanço crítico. In: SORJ, B. ALMEIDA, M. H. T. (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Movimentos sociais na América Latina**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 1, n° 3, fev. 1987.

CASTELLS, M. **A Questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Vol. 48. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000, 590 p.

CAZANOVA, G. C. **A Invisibilização da pobreza em Porto Alegre/RS**: uma análise a partir da Vila Chocolate. 2012. 89 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). **Déficit de moradias na capital atinge quase meio milhão**. In: Extraclasse. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2016/02/deficit-de-moradias-na-capital-atinge-quase-meio-milhao/>. Acesso em: 27 Jan. de 2020.

CORREA, R. L. **O interesse do geógrafo pelo tempo**. Boletim Paulista de Geografia, v. 94, 2016, p. 1-11. São Paulo: 2016.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo; Contexto, 2011. p.123-145.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Justiça tem 2.364 mandados de reintegração de posse em Porto Alegre** In: Diário Gaúcho. Porto Alegre: Abr, 2014. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2014/09/justica-tem-2-364-processos-de-reintegracao-de-posse-em-porto-alegre-4599766.html>>. Acesso em: 15 de Nov. de 2016.

CORREIO DO POVO – **Reintegração de posse de Lanceiros Negros é suspensa em Porto Alegre** – 2016. Disponível em: <<http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2016/05/587940/Reintegracao-de->

posse-de-Lanceiros-Negros-e-suspensa-em-Porto-Alegre>. Acesso em 15 de Mar. de 2018.

_____, **Ajuris lamenta momentos de violência na desocupação dos Lanceiros Negros** – 2017. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/6/620524/Ajuris-lamenta-momentos-de-violencia-na-desocupacao-dos-Lanceiros-Negros> Acesso em 12 de Jan. de 2018.

CREPALDE, A. **A construção do significado de tekohá pelos Kaiowá do Mato Grosso do Sul**. 2014. 264f. (Tese de Doutorado, Faculdade de Letras). UFRGS, Porto Alegre, 2014.

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL. Entrevista de Defensora Pública Adriana Scheffer do Nascimento para o **Jornal Sul 21** em 30 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/defensora-publica-propoe-releitura-do-direito-a-propriedade-sob-a-otica-da-moradia/>>. Acesso em: 13 de Nov. de 2016.

DEMHAB. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2008.

DÍAZ-POLANCO, H. **Indigenous Peoples in Latin America: The Quest for Self-Determination**. Westview Press, 1997.

ENGELS, F. **A Questão da Habitação**. 1. ed. São Paulo: Acadêmica, 1988 [1873].

_____, **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984 [1884].

FEDOZZI L.; SOARES, P. R. R.(org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

FERREIRA, C.S. **Orçamento Participativo e Governança Solidária Local na Prefeitura Municipal de Porto Alegre**. 2007. 97f. (Dissertação de Mestrado). UFRGS, 2007.

FIX, M. A. B. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2012. 288f. (Tese de Doutorado, Instituto de Economia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

GAMALHO, N. **A produção da periferia: das representações do espaço ao espaço de representação do bairro Restinga – Porto Alegre/RS**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, C. R. **Direito das coisas**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GOHN, M. da G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade**: um debate. GEOgraphia, Ano IX, N° 17, 2007, pp. 19-45. HAESBAERT, Rogério da Costa. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

_____, **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, Entrevista. In: **Margem Esquerda**, no. 16, 2011, pp. 11- 21.

_____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013

HAURIOU, A. **Derecho Constitucional e Intenciones Políticas**. Barcelona: Ariel, 1990.

IBGE. Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 29 de out. de 2016.

_____, **Aglomerados subnormais**: informações territoriais. Documento online. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acesso em: 07 de Fev. de 2017.

_____, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

_____, **Brasil em Síntese**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/habitacao.html>>. Acesso em: 07 de Fev. de 2017.

INSTITUTO DE DEBATES, ESTUDOS E ALTERNATIVAS DE PORTO ALEGRE (IDEA). A verdade sobre as finanças da Prefeitura de Porto alegre. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://jefersonmiola.files.wordpress.com/2020/03/a-verdade-sobre-as-financ3a7as-da-prefeitura-de-porto-alegre.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). A nova agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua

implementação. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf Acesso em: 06 Jun. de 2019.

_____, Desenvolvimento humano para além das médias. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>. Acesso em: 9 de fev. de 2020.

JANOSCHKA, M. **El nuevo modelo de la ciudad latinoamericana: fragmentacion y privatizacion**. EURE, Santiago do Chile, v. 28, n. 85, 2002.

KOWARICK, L. (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAHORGUE, M. L. **Espaço e Políticas Urbanas: Porto Alegre sob governo do Partido dos Trabalhadores**. 2004. 211f. (Tese de Doutorado). UFSC, Florianópolis, 2004.

LEAL, R. G. **A Função Social da Propriedade e da Cidade no Brasil: aspectos jurídicos e políticos**. Porto Alegre: Helga Hass, 1998.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Cambridge: Blackwell Publishers Ltd, 1991[1974].

_____, **Espaço e política**. UFMG, 2008 [1976].

_____, **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 1991 [1968].

LÊNIN, V.I. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010 [1917].

MAMMARELLA, R., PESSOA, M. L., DA SILVA FERREIRA, G., & TARTARUGA, I. G. P. **Estrutura Social e Organização Social do Território: Região Metropolitana de Porto Alegre–1980-2010**. In: FEDOZZI L.; SOARES, P. R. R.(org.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MARX, K. **A Worker's Inquiry**. Publicado em *New Internacional*. Vol.4 Nº12, pp.379-381. Inglaterra, 1938 [1880]. Transcrito por Eide O'Callaghan.

_____, **O Capital: crítica da Economia Política**. 31 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2013 {1867}.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 [1848]

MARX, V. ARAUJO, G. Democratização do Espaço Público, Ativismo Urbano e Ocupações na cidade de Porto Alegre. In: Vanessa Marx; Marco Aurélio Costa (Org.) **Participação, Conflitos e Intervenções Urbanas**: contribuições à Habitat III. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016, v. 1, p. 199-231.

MATTOS, C. de. **Revolución Urbana**: Estado, Mercado y Capital en America Latina. Ril Editores: Santiago do Chile, 2015.

MENEGHETTI, M. Porto Alegre tem superávit nas contas há cinco anos. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, ano 87, 25 abr. 2019. Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/politica/2019/04/678020-porto-alegre-tem-superavit-nas-contas-ha-cinco-anos.html. Acesso em: 12 jun. 2020.

MOREIRA E SOUZA, J.J.M. **A FUNÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL**: As Reservas Legais e as Áreas de Preservação Permanente. 2010. 60 f. (Monografia de Bacharel em Direito na Universidade Vale do Rio Doce). Governador Valadares, 2010.

MORENA, F. Ocupação Sarai ganha decreto de apropriação e vira moradia popular em Porto Alegre. **Vice**. Porto Alegre: Jul, 2014. Disponível em: http://www.vice.com/pt_br/read/ocupacao-sarai-ganha-decreto-de-apropriacao-e-vira-moradia-popular-em-porto-alegre>. Acesso em: 09 de Nov. de 2016.

MOURA, C. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS. **Teses MLB para a Reforma Urbana**, São Paulo, 2014. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/ab3c6b_1bfe13eef6cc46ca820c8dc9b51e397f.pdf>. Acesso em: 13 de Nov. de 2018.

NASCE em Porto Alegre a Ocupação Mulheres Mirabal. **Jornal A Verdade**. **Recife**: 25 de Nov. de 2016. Disponível em: <http://averdade.org.br/2016/11/nasce-em-porto-alegre-ocupacao-mulheres-mirabal/>. Acesso em: 12 de Dez. de 2019.

NEVES, M. **A Constitucionalização Simbólica**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

PESAVENTO, S. J. **Lugares malditos**: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX. In: Revista Brasileira de História. vol.19 n.37 São Paulo, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100010. Acesso em 14 Jan. de 2020.

PESSOA, M. **O cenário da habitação informal e da regularização fundiária em Porto Alegre/RS**. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2015.

PINTO, R. P. **Estratégia e Luta: A Ocupação 20 de Novembro**. Trabalho de Conclusão de Curso em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28947/000774559.pdf?sequence=1>. Acesso em 24 Jan. de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Minha Casa, Minha Vida**. Porto Alegre: 2010. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=133>. Acesso em: 12 de Nov. de 2016.

_____. **Termos utilizados no PDDUA (glossário)**. Documento online, 2018. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=220 >. Acesso em: 13 de Dez. de 2018.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/. Acesso em: 2 de Mai. de 2020.

RIBEIRO, L.C.Q. **As Metrôpoles e o Direito à Cidade na Inflexão Ultraliberal da Ordem Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Documento online, 1989. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?fileticket=9p-X_3esaNg%3d&tabid=3683&mid=5358>. Acesso em: 12 de Nov. de 2016.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: FAPESP, 1997.

_____, R. & GARCIA-CHUECA. **Introducción: municipalismo internacional y derecho a la ciudad (contradicciones y desafíos)**. In: Revista CIDOB d'Afers Internacionals. n.123, p. 7-18. Barcelona, 2019. Disponível em: https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/123/introduccion_municipalismo_internacional_y_derecho_a_la_ciudad_contradicciones_y_desafios Acesso em: 15 de Jan. de 2020.

_____, R. **A Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUFINO, M. B. C. **Transformação da periferia e novas formas de desigualdades nas metrôpoles brasileiras: um olhar sobre as mudanças na produção habitacional**. Cadernos Metrôpole, v. 18, n. 35, pp. 217-236. São Paulo: 2016.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHES, N. D. MOURA, N. S. V. **Análise dos Eventos Chuvosos e os Processos de Inundação na Bacia Hidrográfica do Arroio do Salso, município de Porto Alegre – RS**. Salão de Iniciação Científica. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SANCHES, N. D. **A desterritorialização da Vila Chocolatão no contexto de Fragmentação do espaço urbano de Porto Alegre/RS**. 2016. 147f. (Dissertação de Mestrado). UFRGS, Porto Alegre, 2016.

SANTO AMORE, C. “Minha Casa, Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S; SHIMBO, L. Z., RUFINO, M. B. C. (orgs.) **Minha Casa... E a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa, Minha Vida em seis estados brasileiros. Letra Capital: Rio de Janeiro, 2015, p.11-28.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 1a. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Secretaria de Habitação de São Paulo. **Olhar São Paulo – Contrastes Urbanos**. São Paulo, 2015. Disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/contrastes_urbanos/. Acesso em: 09 de Nov. de 2016.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC. 1987.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro**.2010. 363 f. (Tese de Doutorado pela Universidade de São Paulo). São Carlos, 2010.

SILVA, E.R. **O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil**. 2003. 189 f. Dissertação de Mestrado em engenharia Urbana – Departamento de Engenharia Civil, Universidade federal de São Carlos, São Carlos.

SINGER, P. **Economia Política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense e CEBRAP, 1977.

SIQUEIRA, L. F. **Democracia e Cidade: da democracia participativa à desdemocratização na experiência de Porto Alegre**. 2019. 242 f. Tese de Doutorado – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SOUZA, A. M. G. **Urbanismo neoliberal, gestão corporativa e o direito à cidade: impactos e tensões recentes nas cidades brasileiras.** In Cadernos Metrópole. vol. 20. No. 41. São Paulo, Jan./Abr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962018000100245 Acesso em: 04. Jan, 2020.

SPOSITO, M., E., B., A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais In: CARLOS, A. F., SOUZA, M, L de, SPOSITO, M. E (orgs.): **A Produção do Espaço Urbano** – agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012, p.123-145.

THEODORE, N.; PECK J. e BRENNER, N. **Urbanismo neoliberal:** la ciudad y el imperio de los mercados. SUR Corporación de Estudios Sociales y Educación, Temas sociales. Santiago, Chile, n. 66. 2009.

TORRES, H. G. e MARQUES, E. **Reflexões sobre a hipetrofia:** novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4. 2011.

UN – UNITED NATIONS. **Habitat III zero draft outcome document of the New Urban Agenda.** New York: UN, 2016. Disponível em: <http://www.habitatyvivienda.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2017/05/NUEVA-AGENDA-URBANA.pdf>. Acesso em: 01 de Jan. de 2018.

VIANA, J. C. **O ideal em habitação coletiva.** In Revista do Arquivo Municipal 82. São Paulo, 1942.

VIEIRA M. D. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970):** geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

VILLAÇA, F. **São Paulo:** segregação urbana e desigualdade. Estudos Avançados. Vol. 25, nº 71. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2011.

ZIBECHI, R. **Territorios en resistencia:** cartografia política de las periferias urbanas latinoamericanas. Buenos Aires: Lavaca, 2008.

WACQUANT, L. **As duas faces do Gueto.** São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. **Revista de Sociologia e Política**, Tradução de Zena Eisenberg e João Feres Júnior. Curitiba, n. 23, nov. 2004. pp. 155-164.

_____. Proscritos da cidade: Estigma e divisão social no gueto americano e na periferia francesa. Tradução: John Monteiro. In: **Novos Estudos**, N. 43. São Paulo, nov. 1995. p. 64-83.

WHITEHEAD, J. W. R. **The making of urban landscape**. Oxford: Blackwell, 1992.

ANEXOS

Anexo 1 - Roteiro de Entrevistas

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: _____

Idade: _____

Filhos: _____

Bairro de origem: _____

- 1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?
- 2) Vivia de aluguel, em área pública [verde], de favor?
- 3) Por que você foi para esta ocupação?
- 4) Há quanto tempo você mora (ou morou) em uma ocupação?
- 5) O que mudou em sua vida depois de ter vindo morar em uma ocupação?
- 6) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?
- 7) Você pensa em sair da ocupação?
- 8) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?
- 9) E as principais vantagens?
- 10) Você sairia dessa ocupação para morar em outra ocupação?
- 11) Você ajudaria a construir uma nova ocupação?
- 12) Essa é a primeira ocupação que você mora?
- 13) Você faz parte de algum movimento social?
- 14) Se sim, há quanto tempo?
- 15) Você gostaria de falar mais alguma coisa que não está contido nas perguntas do questionário?

Anexo 2 – Modelo de Termo de Consentimento

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches, nº de matrícula 00143792, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).**

A doutoranda possui como proposta de tese o tema **“AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”** estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. Para contribuirmos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações: Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches

Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: geoprns@gmail.com

Assinatura do pesquisador CPF 834.337.830-04

Assinatura do participante da pesquisa

CPF:

Local e Data:

Anexo 3 - Projeto Casa de Acolhimento “Lanceiros Negros”



PROJETO CASA DE ACOLHIMENTO “LANCEIROS NEGROS” PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

No intuito de atender inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade da cidade de Porto Alegre, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), conjuntamente com representantes da sociedade civil, intelectuais da área de geografia urbana e urbanismo e com o Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU-RS) elaboraram o projeto de “Casa de Acolhimento Lanceiros Negros” que segue descrito abaixo.

A complexa formação urbana de Porto Alegre e entorno engloba inúmeras comunidades carentes, das quais grande parte não possui infraestrutura básica e estão sob constante risco de deslizamentos e enchentes, agravadas principalmente pelos últimos eventos climáticos, assim como, é percebido um aumento das disputas de territórios urbanos pelo narcotráfico. Sem que o Estado do Rio Grande do Sul tenha logrado atuar de forma a reduzir tais impactos negativos, percebem-se como consequências a perda de pertences e até mesmo das próprias casas, frutos de anos de trabalho, e a necessidade de abandono do local de moradia diante da crescente violência. É neste sentido que buscamos transformar a Ocupação Lanceiros Negros, localizada na Rua Andrade Neves, número 352, em uma casa de acolhimento voltada para famílias em situação de vulnerabilidade.

Esta proposta contrapõe o que atualmente é tomado como resolução para as famílias que ficam desabrigadas durante eventos tempestivos, como ocorreu em outubro do ano de 2015 na cidade de Porto Alegre. Estas chuvas causaram, inclusive, a morte de uma pessoa, tal suas proporções. No período, o Ginásio Tesourinha serviu como abrigo temporário, no entanto, desprovido de

organização e preparo, expôs as pessoas a uma situação desumana: amontoadas, em risco de alastramento de doenças infectocontagiosas e de insetos, como piolhos e pulgas. Após poucos dias todas as famílias foram retiradas do local, sem uma perspectiva de moradia digna ou de medidas concretas para superar as consequências do desastre climático.

Considerando este cenário, buscamos uma solução alternativa que proporcione dignidade para aqueles e aquelas que porventura necessitem de um local salubre e organizado para habitar até que sejam incluídos(as) em alguma política pública de moradia concreta, ou que eventualmente tenham condições de voltar à sua residência. Para tanto, este local deve oferecer condições de habitação digna e oportunidades de geração de renda, condições estas presentes na essência da Ocupação Lanceiros Negros.

Nosso principal objetivo é evitar o crescimento do número de famílias que devido a estes infortúnios ficam em situação de rua ou engrossam as comunidades extremamente carentes que existem em nossa cidade.

Atualmente a Ocupação Lanceiros Negros é composta por 70 (setenta) famílias. Entre os moradores há 6 (seis) bebês, 5 (cinco) idosos, 3 (três) grávidas, 30 (trinta) crianças de até 12 anos, 14 (catorze) adolescentes e 75 (setenta e cinco) adultos jovens trabalhadores caracterizados como uma população sem-teto, ou seja, que por diversas razões, além das supracitadas, não têm moradia.

Diante da difícil situação e por não serem acolhidos por quem tem a obrigação por ofício de fazê-los, as famílias ocuparam o prédio em questão, o qual permaneceu há mais de oito anos sem exercer a sua função social, prestando apenas para o acúmulo de tributos e demais despesas aos cofres do poder público.

Fruto da organização e trabalho coletivo, a Ocupação Lanceiros Negros hoje disponibiliza os seguintes atendimentos:

- Uma cozinha comunitária que oferta quatro refeições diárias (desjejum, almoço, café da tarde e janta);
- Uma biblioteca com mais de quinhentos volumes dispostos por tema e idade;
- Uma lavanderia coletiva;
- Uma pequena sala de cinema (conforme as imagens que seguem).

Além de um espírito de unidade que se constrói a cada dia através de decisões conjuntas tomadas nas Assembleias dos moradores.



Nas imagens, o estoque de alimentos em nossa cozinha comunitária, espaço para as crianças, refeições disponibilizadas na Ocupação e nossa sala de cinema.

Dadas as condições do prédio e as necessidades dos moradores da Ocupação, foram organizadas atividades de geração de renda que auxiliam nos gastos para manutenção de estrutura (como a aquisição de lâmpadas e limpeza de caixas d'água, entre outros) e nos gastos com alimentação.

Entre as atividades organizadas para geração de renda e sustentabilidade estão: realização mensal de brechó beneficente; além da cozinha comunitária para os residentes, estão sendo fornecidas refeições por meio de pequenas contrapartidas e doações para integrantes de comunidades

indígenas que vendem seu artesanato no centro da cidade; realização de atividades culturais como a oferta de aulas de boxe semanais, exposição de fotografias e sessões de cinema para angariar doações de alimentos.

Além destas atividades, contamos com uma rede de apoiadores que doam alimentos não perecíveis regularmente. Neste sentido, as próprias famílias contribuem com valores igualitários mínimos, sendo possível, para garantir o funcionamento da cozinha comunitária.

Apontamos o apoio que os moradores da Ocupação já recebem da rede municipal de atendimento de serviços de educação e saúde. Nestes seis meses em que a Ocupação consolidou-se, conseguimos matricular 7 crianças de até quatro anos na Escola Municipal de Ensino Infantil Pica-Pau (localizada na Rua General Vasco Alves, número 1, distante cerca de 900 metros da Ocupação Lanceiros Negros), 13 crianças de cinco a 16 anos nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Paula Soares (localizada na Rua General Auto, número 68, distante cerca de 550 metros da Ocupação Lanceiros Negros) e Rio Grande do Sul (localizada na Rua Washington Luiz, número 980, distante cerca de 950 metros da Ocupação Lanceiros Negros), como consta em anexo.

Contamos ainda com o atendimento médico, ambulatorial e odontológico, disponíveis no Centro de Saúde Santa Marta (localizado na Rua Capitão Montana, número 27, distante cerca de 500 metros da Ocupação Lanceiros Negros).

Por fim, frisamos que a Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre, atualmente presidida por Paulo Guarnieiri demonstrou apoio em diversas atividades realizadas na Ocupação Lanceiros Negros, o que demonstra, além do apoio, a empatia dos moradores das mediações da Ocupação Lanceiros Negros que percebem as mudanças positivas que decorrem da existência da Ocupação, principalmente relacionadas à constante movimentação de pessoas e a consequente segurança que hoje há na localidade.

Procedimentos operacionais para tornar a Ocupação em uma Casa de Acolhimento

Para tornarmos a Ocupação Lanceiros Negros em um espaço de acolhimento, que receba o maior número de famílias possíveis, precisamos de uma organização que viabilize tal proposta.

Para tanto, buscaremos uma rede de profissionais que nos auxiliarão como: assistentes sociais, psicólogos (as), nutricionistas e pedagogos (as). Frisamos que já contamos com apoiadores (as) que querem participar de tal Projeto.

A indicação de famílias vulneráveis que necessitam de habitação ocorrerá através de assistentes sociais que buscarão a Casa de Acolhimento para tal demanda.

A primeira fase do acolhimento será realizada através de uma entrevista que reconhecerá o histórico das famílias, além de suas principais necessidades relacionadas à saúde, à educação, ao trabalho e ao tempo de estadia. Ainda nesta fase, serão explicitadas as regras de convivência da Casa, como horário de entrada e saída, atualmente determinado o horário de fechamento entre os horários de 00 horas da noite e 07 horas da manhã; os horários das refeições e de uso dos espaços coletivos como lavanderia e biblioteca; a exigência de participação nas Assembleias dos moradores, a proibição de violência contra os outros moradores, contra a mulher e contra a criança, sob o risco de expulsão, assim como proibição de furtos; a necessidade da participação nas tarefas coletivas de organização e manutenção da casa. Neste primeiro contato, as famílias terão acesso a um material pedagógico que trará as regras da Casa de Acolhimento e contarão com o auxílio de profissionais como psicólogos (as) e antigos moradores da Casa para apresentação da Casa.

Concordando com as regras de convivência, a família irá para a segunda fase do acolhimento que consiste em sua inserção na Casa de Acolhimento e nos serviços públicos presentes nas mediações, assim como a organização dos horários e da participação da família nas tarefas da Casa como limpeza

dos espaços individuais e coletivos (atualmente organizados em escalas diárias).

Frisamos que nossa primeira ação como Casa de Acolhimento será construir um espaço de aprendizagem para crianças de até quatro anos, possibilitando que diversas mães possam ingressar no mercado de trabalho. A organização deste espaço de aprendizagem está sendo construída com a colaboração de pedagogos (as) que estarão com as crianças em período integral (como consta em anexo). Para tanto, já recebemos doações para a construção de um berçário.

Como fonte de renda para a sustentação da Casa de Acolhimento temos como proposta a Intensificação e promoção de eventos culturais, como os já mencionados acima (aulas de boxe, exposição de fotos e de filmes, aulas de artesanato indígena, cine debate), voltados para o público externo, mas com a presença dos moradores, visando arrecadar doações de alimentos não perecíveis e contribuições módicas.

De forma geral este projeto visa simplesmente formalizar o que a vida já compôs. Trata-se de dar formato jurídico à realidade e ampliar os serviços já disponíveis para as famílias que, ao viverem na Ocupação, demonstram como a Casa de Acolhimento Lanceiros Negros é uma opção viável de suporte a famílias vulneráveis.

A casa de Acolhimento Lanceiros Negros deverá ser uma instituição da sociedade civil, em conjunto com os diversos órgãos de Estado a quem a Constituição atribui o dever de zelar e proteger famílias em situação de risco e abandono. Acolherá, mediante cadastramento e o estabelecimento de criteriosa avaliação, famílias que se encontrem sem-teto, sob situação de precariedade econômica ou risco de segurança.

Constituir-se-á a partir dos esforços da sociedade civil, por intermédio das organizações que adiram ao projeto. O prazo de permanência das famílias acolhidas será determinado pelo grau de precariedade das mesmas e da

obrigatoriedade de sua reinserção em local de moradia que preencha os mínimos requisitos determinados pelos preceitos constitucionais vigentes e às normas internacionais as quais o Brasil é signatário.

Assinam a elaboração e construção do Projeto Casa de Acolhimento Lanceiros Negros:

Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB

Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM

Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM

Federação Gaúcha das Associações de Moradores - FEGAM

Centro de Desenvolvimento Econômico e Social – RS - CDES

Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Porto Alegre – ABG-POA

Anexo 4 - Projeto para Criação da creche "Valdete Guerra" na Ocupação Lanceiros Negros

PROJETO PARA CRIAÇÃO DA CRECHE “VALDETE GUERRA” NA OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS - RS

Introdução

A Ocupação Lanceiros Negros, localizada no centro da cidade, mantém-se há três meses em um prédio público estadual que estava abandonado há dez anos. Neste período em que estamos na Ocupação, enfrentamos diversos desafios para manter a qualidade de convívio e educação entre todos e todas que nela residem. Em 2016 queremos ampliar nossos projetos e disponibilizar uma qualidade de ensino infantil exemplar. Para tanto, vamos reformar nosso espaço reservado para crianças e transformá-lo em uma verdadeira creche, onde crianças tenham acesso à aprendizagem e desenvolvimento social. Neste projeto, apresentaremos uma proposta para a formação desta creche bem como as necessidades estruturais que precisamos construir para o êxito de tal projeto.

Objetivos

Objetivo Geral

Disponibilizar ensino infantil de qualidade para as crianças residentes na Ocupação Lanceiros Negros e para a comunidade de baixa renda do centro de Porto Alegre.

Objetivos Específicos

- Construir um currículo pedagógico que contribua para a formação educacional infantil;
- Contribuir para a formação coletiva e o desenvolvimento subjetivo e intelectual das crianças atendidas pela Ocupação;
- Garantir os cuidados e a segurança das crianças que residem na Ocupação.

Justificativa

A partir desta iniciativa e do ponto de vista da função social, a creche Valdete Guerra da Ocupação Lanceiros Negros pretende contribuir de forma positiva no cumprimento da meta prevista pelo Plano Nacional de Educação

(2014) referente à ampliação da oferta de educação infantil em creches, bem como para a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.

A demanda da creche surgiu principalmente das mães trabalhadoras da ocupação que sofrem com a falta de vagas em creches públicas na cidade de Porto Alegre, visto que o poder público não oferece vagas suficientes e as famílias não possuem condições financeiras para pagar uma creche particular.

Projeto Pedagógico

Este projeto tem como base sete eixos de aprendizado que serão desenvolvidos ao longo do ano com crianças de 04 (quatro) meses a 05 (cinco) anos e 11 meses, ao longo de 2016, como consta a seguir:

1. Exploração de Objetos, Brincadeiras e Trabalhos em Grupo

As atividades referentes a este eixo têm como objetivo desenvolver atividades recreativas que desenvolvam a noção de uso de objetos através de atividades lúdicas e grupais. Exemplo disto são as brincadeiras utilizando objetos como bolas, corda, canções.

2. Linguagem Oral, Comunicação e Convivência

A partir deste eixo, serão propostas atividades que estabeleçam uma comunicação eficaz entre as crianças e entre crianças e pedagogos (as). Para isto, serão realizadas atividades que incentivem a fala e expressões, a investigação e o questionamento. Exemplo de atividades: criação de histórias, horas do conto, rodas de conversa.

3. Desafios Psicomotores e Corporais

Realização de atividades que promovam o desenvolvimento da coordenação motora das crianças, em espaços amplos que possibilitam que as crianças corram, rolem, pulem, sentem, engatinhem, saltem, manipulem, encaixem e arremessem objetos com segurança.

4. Conhecendo o Espaço – Identificação do Ambiente (Saídas de campo)

As atividades aqui propostas auxiliam na compreensão dos objetos que constituem o ambiente que nos cerca. Para tanto, a curiosidade das crianças é transformada em conhecimentos sobre animais, plantas, lugares. Isto será possível através de saídas de campo para locais como: museu, zoológico, parque, teatro.

5. Identidade e Coletividade

Este eixo trata de promover a formação de uma identidade própria e uma identidade coletiva, através da socialização das crianças. Neste sentido,

propõe-se incentivar hábitos regulares de higiene e alimentação, noções de regras de convívio e cidadania.

6. Conhecendo a linguagem plástica

Desenvolvimento de atividades que promovam o conhecimento de formas, cores, cheiros, gestos e sons. Contato com a obra de artistas plásticos. Ex.: pintura em tela, arte com sucata etc.

7. Linguagem Musical e Corporal – A arte e o aprendizado

A partir deste eixo, propomos atividades que envolvam a fabricação e uso de instrumentos musicais básicos além de atividades que envolvam canto, dança e teatro.

A profissionalização contará com doações mensais de padrinhos e madrinhas, sindicatos e entidades que possam colaborar mensalmente com a manutenção da creche Valdete Guerra, da Ocupação Lanceiros Negros.

Referências

BRASIL. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Anexo 5 - Petição de Solicitação de Medida Cautelar

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS
HUMANOS

**PETIÇÃO DE SOLICITAÇÃO DE MEDIDA
CAUTELAR**

A.J E OUTROS (“OCUPAÇÃO LANCEIROS NEGROS”)

Versus

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Sumário

I. FATOS

II. OBJETO DA SOLICITAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

III. PANORAMA BRASILEIRO QUANTO AO DIREITO À MORADIA ADEQUADA

IV. FUNDAMENTOS DE DIREITO: DA EXISTÊNCIA DE GRAVIDADE, URGÊNCIA E NECESSIDADE DE SE EVITAR DANO IRREPARÁVEL

DA IMINÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS À VIDA E À INTEGRIDADE PESSOAL PELA AUSÊNCIA DE MORADIA SOMADA AOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

DA IMINÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS À VIDA E À INTEGRIDADE PESSOAL ANTE A VIOLÊNCIA EMPREGADA PELO ESTADO PARA REALIZAR DESOCUPAÇÕES

V. ADMISSIBILIDADE

VI. PETITÓRIO

VII. NOTIFICAÇÃO

À Secretaria Executiva da CIDH
Comissão Interamericana de Direitos Humanos
Organização dos Estados Americanos -
Washington D.C

Porto Alegre, 21 de julho de
2017

I. FATOS

01. Em 14 de novembro de 2015, um grupo de aproximadamente 70 famílias do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), provenientes de bairros da cidade de Porto Alegre e de outros municípios da Região Metropolitana, ocupou um prédio público vazio, pertencente ao governo estadual do Rio Grande do Sul, estado-membro da República Federativa do Brasil, que em 25 de setembro de 1992 ratificou a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e em 10 de dezembro de 1998 reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Essa ocupação recebeu o nome de “Ocupação Lanceiros Negros”.

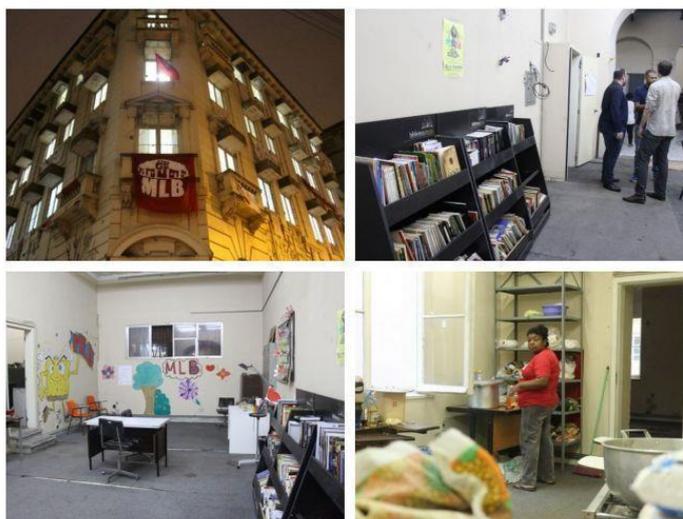
02. Localizado no centro da cidade de Porto Alegre, na Rua General Câmara nº 352, o imóvel, que já foi sede do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e estava desocupado há mais de 12 anos, foi novamente ocupado em 14 de novembro de 2015, pelas famílias beneficiárias da presente petição. A propriedade pública, que há mais de dez anos deixava de cumprir sua função social, fato amplamente alegado durante os trâmites processuais, passou a ser local de moradia e acolhimento para pessoas que se encontravam em situação de rua e, por essa condição, **tinham suas vidas e integridade física colocadas em risco**, conforme será demonstrado. Ao ingressar no prédio do Estado, os novos moradores encontraram lixo e colônias de ratos, e imediatamente passaram a limpar e a organizar o espaço, transformando-o em uma habitação coletiva de qualidade¹, composta por: uma cozinha comunitária que oferta quatro refeições diárias (desjejum, almoço, café da tarde e janta); uma biblioteca com mais de quinhentos volumes dispostos por tema e idade; uma lavanderia coletiva; uma pequena sala de cinema; uma pequena brinquedoteca/creche com apoio de colaboradores e profissionais voltados para a área da saúde (ANEXO 1).

¹<http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/07/622260/Desocupacao-de-predio-ocupado-pelos-Lanceiros-Negros-nao-tem-prazo-para-ocorrer>

<http://www.sul21.com.br/jornal/por-direito-a-moradia-98-familias-ocupam-predio-publico-abandonado-no-centro-da-capital/>



Imagens 1, 2, 3 e 4 (da esquerda para a direita, em sentido horário): Fachada, brinquedoteca, creche e brinquedoteca da “Ocupação Lanceiros Negros”. Fonte: Guilherme Santos/Sul21. Disponíveis em: <http://www.sul21.com.br/jornal/com-festa-para-criancas-moradores-inauguram-creche-na-ocupacao-lanceiros-negros/>. Acesso em 18 jul. 2017.



Imagens 5, 6, 7 e 8 da esquerda para a direita, em sentido horário): Fachada, biblioteca, cozinha e biblioteca da “Ocupação Lanceiros Negros”. Fonte: Caroline Tatsch/OABRS (imagens 5, 6 e 8) e Bruna Andrade/Jornalismo B (imagem 7). Disponíveis em: <http://www.oabrs.org.br/noticias/ocupacao-lanceiros-negros-recebe-visita-comissao-dos-direitos-humanos-oabrs/19863> e <http://linkis.com/jornalismob.com/2015/ww1Bi>. Acesso em 18 jul. 2017.

03. A formação urbana de Porto Alegre e região metropolitana engloba inúmeras comunidades carentes, das quais grande parte não possui infraestrutura básica (saneamento, atendimento à saúde, segurança e educação) e estão sob constante risco de deslizamentos e enchentes. Essa situação é agravada pelo intenso frio da região, bem como pelo aumento de disputas de territórios urbanos provocadas pelo narcotráfico², não tendo o Estado atuado de forma a reduzir esses impactos negativos. Essa conjuntura de fatores repercute, além das consecutivas perdas de pertences, das próprias casas, frutos de anos de trabalho, e, em diversos casos, no necessário abandono do local de moradia diante da crescente violência, em **risco à própria vida dos beneficiários** - muitos dos quais crianças e pessoas com deficiência.

04. A isto, soma-se o fato de que estão paralisadas as políticas habitacionais em nível nacional, assim como inexistem, na cidade de Porto Alegre, um local apropriado para o acolhimento ou casas de passagem voltadas para famílias em situação de vulnerabilidade no município e entorno, tampouco políticas habitacionais municipais. **A ausência de tais políticas implica em violação direta dos direitos dos beneficiários.**³

A Ocupação Lanceiros Negros, portanto, assim como outras tantas⁴, surgiu como uma necessidade de garantir o direito à moradia digna, o acesso à cidade, à saúde, à educação, ao saneamento básico, à cidadania e à cultura conforme assegurado pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e por tratados dos quais o Estado brasileiro é signatário, como o Pacto de San Salvador. No imóvel residiam famílias⁵, das quais pertencem seis bebês, três gestantes, 44 crianças, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas com deficiência, diversos idosos e indígenas dos povos Guarani e Kaingang. O acesso ao centro da cidade representou significativas melhorias na condição de vida dessas pessoas, que passaram a ter atendimento na rede municipal de serviços de educação⁶, saúde, atendimento médico, ambulatorial e odontológico, disponíveis no Centro de Saúde Santa Marta (localizado na Rua Capitão Montana, número 27). Muitas crianças passaram a ter acesso à creche somente após mudarem-se para o imóvel⁷.

²<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/ja-ideias-diretora-da-fasc-discute-condicao-dos-abrigos-no-rs/5949462/>

³ HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. Política de habitação social e o direito a moradia no Brasil. **Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/158.htm>>. ROLNIK, Raquel. **Raquel Rolnik: “A moradia deixou de ser um direito humano”**. Portal UOL. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1799409-raquel-rolnik--a-moradia-deixou-de-ser-um-direito-humano>. Acesso em: 18 de julho de 2017.

05. Entretanto, desde o início da Ocupação, a intransigência do Estado brasileiro é evidente, como assinalado pelos veículos de comunicação: “[o] Governo do Estado parece entender que o melhor uso público para o prédio público é que este permaneça fechado, depósito de poucas coisas, ao invés de ser considerado como oportunidade para tentar essa criativa fusão em potencial entre moradia e centro cultural, e talvez lugar direta e indiretamente gerador de trabalho e renda”.⁸. Dentre as tentativas de conciliação, o MLB apresentou propostas de construção de uma casa de acolhimento\passagem para famílias vulneráveis, porém, não houve interesse do poder público em seguir com as tratativas no sentido de assegurar a efetividade da moradia digna, mesmo que transitória.

06. Com o passar dos anos, a “Ocupação Lanceiros Negros” se consolidou enquanto proposta de uma nova forma de convívio e participação social na cidade. A creche, a cozinha, o refeitório, a biblioteca e as lavanderias eram coletivas, enquanto os dormitórios eram de uso particular das famílias, sendo tudo mantido por todos os moradores através de cotização financeira para alimentação, produtos de limpeza e estrutura. As decisões referentes à organização da “Ocupação Lanceiros Negros” eram realizadas por meio de assembleias. A Ocupação recebia auxílio de um comitê de estudantes, professores, profissionais da saúde, advogados que organizavam atividades educacionais e culturais no espaço.

07. Para além de suas paredes, a “Ocupação Lanceiros Negros” tornou-se um espaço de debate e de uso coletivo da cidade, de construção de defensores de direitos econômicos, sociais e culturais, através da reivindicação do direito à moradia; na Ocupação, pessoas simples e que se encontravam em situações de abandono e exclusão, encontram um espaço de protagonismo social e de acolhimento⁹; descobriram seus direitos e habilidades. Passaram a defendê-los. Dentre as ações planejadas pelos moradores da Ocupação destaca-se a organização de um Central de Serviços, onde passaram a trabalhar alguns moradores, eram ofertados serviços de construção, reparos, corte e costura, limpeza.

08. Ocorre que, em 16 de novembro de 2015 a Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE) ajuizou ação de reintegração de posse (processo nº. 001/1.15.0192440-1- ANEXO 2) do imóvel ocupado pelas famílias da Lanceiros Negros. O Magistrado Rogério Delatorre, da 7ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central, deu provimento à medida liminar solicitada pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul em aplicação aos procedimentos de crime de esbulho possessórios, previstos no artigo 558, 561, 562, 927 e 928 do então Código de Processo Civil vigente no Brasil, expedindo a reintegração de posse em 18 de novembro de 2015. A decisão do Magistrado foi contestada por diversos órgãos, como o Conselho Estadual de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, o Ministério Público Federal, o Fórum Estadual da Reforma Urbana do Rio Grande do Sul¹⁰. E, em 15 de dezembro de 2015, o Magistrado suspendeu temporariamente o pedido de reintegração de posse, considerando que o Estado teria como dever prover abrigo provisório às famílias.

⁴ A título exemplificativo, menciona-se: Ocupação Porto Novo, Ocupação Senhor do Bom Fim, Ocupação Saraí, Ocupação Lanceiros Negros Vivem, Ocupação Vila Maria, Ocupação Mulheres

Mirabal, Ocupação Nova Esperança, Ocupação Canaã, Ocupação Recanto da Alegria, Ocupação Jardim Maraba, Ocupação Alto da Colina, Associação Loteamento Romeu Samarani Ferreira, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA), Brigadas Populares RS, Centro de Direitos Econômicos e Sociais (CDES), Fórum Estadual de Reforma Urbana - RS.

⁵ A pedido dos beneficiários, indica-se a abreviatura dos nomes de um representante de cada família da "Ocupação Lanceiros Negros": A. J.; A. M.; A. M.; A. C. F.; A. M. S.; A. P. R. M.; A. S.; B. C.; B. A.; C. A.; C. F.; C. M.; C. S. R.; C. R. S.; D. S.; E. R. S.; E. S.; E. F.; E. T.; E. A. M.; F. M.; F. S.; G. F.; G. E.; G. S.; G. F.; I. A.; I. S.; J. N.; J. R.; J. S.; L. G.; L. R.; L. L. R.; L. M.; L. G.; L. M.; L. S.; L. M.; M. O.; M. S.; M. S.; M. R.; M. F.; M. P.; M. S. D.; M. M.; N. S.; P. S.; P. E.; P. M.; P.M.; P. M.; P. M.; P. M.; P. V.; R. C.; R. M.; R. S.; R. S.S.; R. C. D.; R. S.; S. S.; T. S. S.; V. C.; W. M.; W. M. **Devido à solicitação de sigilo do nome dos beneficiários, os peticionários encaminham documento anexo contendo os dados necessários para a Comissão Interamericana reconhecê-los.**

⁶ As crianças foram matriculadas nas seguintes escolas públicas: Escola Municipal de Ensino Infantil Pica-Pau (localizada na Rua General Vasco Alves, número 1) e nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental Paula Soares (localizada na Rua General Auto, número 68) e Escola Estadual Rio Grande do Sul (localizada na Rua Washington Luiz, número 980).

⁷ <http://www.sul21.com.br/jornal/perigosos-invasores-recem-desmamados/>

⁸ <http://www.sul21.com.br/jornal/perigosos-invasores-recem-desmamados/>

⁹<http://www.sul21.com.br/jornal/por-tras-da-polemica-geladeira-da-lanceiros-lilian-mulher-que-fugiu-do-traffic-para-educar-os-filhos/>

¹⁰https://www.google.com/url?q=http://www.sul21.com.br/jornal/o-que-pode-um-conselho-de-direitos-humanos-fazer-em-defesa-da-moradia-por-jacques-tavora-alfonsin/&sa=D&ust=1500490087215000&usg=AFQjCNGNLO1NloH9MhOli-z_AoyYe7cicg

10. Contra a decisão foi interposto agravo de instrumento pelo estado do Rio Grande do Sul, cadastrado sob o nº. 70068006030 e julgado pelo Tribunal de Justiça em 26 de abril de 2016. No julgado, foi determinada ao Estado a realocação das famílias da “Ocupação Lanceiros Negros” para um abrigo provisório. Frente a esse cenário, a assessoria jurídica da Ocupação propôs, em 28 de abril de 2016, uma conciliação entre as partes, que foi impossibilitada pelo estado do Rio Grande do Sul.

11. Na madrugada entre os dias 23 e 24 de maio de 2016 foi preparada a reintegração de posse do prédio da “Ocupação Lanceiros Negros” com forte aparato policial e sem a devida notificação por Oficial de Justiça, conforme exige a legislação brasileira. Essa ação foi suspensa através de concessão de liminar pela 7ª Vara da Fazenda Pública. Conforme noticiado por jornais de ampla circulação, “[n]a decisão, o juiz plantonista informou que a ação cautelar é sustentada pelo **“perigo de dano irreparável ou de difícil reparação evidenciado pela imediata execução”** da reintegração e também pelo **“risco considerável de conflitos sociais.”**¹¹ As consequências da possível desocupação e a manutenção da “Ocupação Lanceiros Negros” ensejou a produção do documentário *“Lanceiros Negros estão vivos”* (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y97fhAH7Cyc>), que mostra a violência e arbitrariedade da tentativa de desocupação dos dias 23 e 24 de maio, e no qual os moradores contam suas histórias, o acolhimento pela Ocupação e a violência do Estado na busca incessante pelo despejo.

12. No decorrer do processo, em âmbito judicial e também extrajudicial, o estado do Rio Grande do Sul atribuiu à Prefeitura de Porto Alegre a responsabilidade quanto à destinação das famílias ocupantes do prédio. Porém, a Prefeitura alegava que outras famílias cadastradas em programas de moradia popular teriam prioridade frente às famílias da Ocupação, desconsiderando que há pessoas da Ocupação que estão cadastradas há mais de dez anos em programas de moradia popular, sem qualquer expectativa de contemplação nesses programas.

13. Após a publicação do Edital nº 037/2016-CGJ, que instituiu regime de exceção para os processos que versem sobre conflito fundiário urbano coletivo, o Magistrado determinou a remessa do processo ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), para a realização de mediação com o Estado. Nessa ocasião, foi apresentado ao Estado o projeto “Casa de Acolhimento Lanceiros Negros”, em contrapartida à desocupação do espaço. Nas primeiras audiências, realizadas em 15 e 29 de junho de 2016, não houve acordo entre as partes. As negociações encerraram-se em 15 de agosto, após a manifestação do Estado em retirar, invariavelmente, as famílias do imóvel após o prazo de até 60 dias para a desocupação voluntária (prazo que findaria em 15 de outubro de 2016). Um mês após a primeira audiência, em 31 de agosto de 2016, o Conselho de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul aprovou uma recomendação para o governo do Estado (ANEXO 2), para que fosse suspensa a reintegração de posse da “Ocupação Lanceiros Negros”, enquanto não se solucionasse o problema da falta de moradia das famílias. Na recomendação, o Conselho expõe que:

Diante da decisão judicial que, em recurso incidental ao Processo nº 001/1.15.0192440-1, revogou a medida liminar que suspendia a ordem de

reintegração de posse, abstenha-se de a executar, ao menos até que sejam apresentadas e acordadas soluções de moradia digna às famílias ocupantes; a) Seja estabelecido real e efetivo diálogo com as famílias ocupantes, tomando conhecimento e buscando meios reais de acolher suas reivindicações, priorizando sua inclusão em programas habitacionais, caso não seja encaminhado a regularização fundiária do local; b) Seja avaliada a proposta de cedência do prédio para implantação da Casa de Acolhimento, voltada a acolher transitoriamente pessoas em situação de vulnerabilidade durante o período em que aguardam a moradia definitiva; c) Seja observada, além de todas as normas do direito pátrio, bem como a legislação internacional referidas, o disposto na Recomendação n. 1 do CEDH/RS.

14. Após as tentativas inexitosas de composição no CEJUSC, em 18 de outubro de 2016, foi determinada nova audiência de mediação entre as partes, para que se ajustasse a melhor forma de cumprimento da medida de reintegração de posse. Nessa ocasião foi ressaltada a ausência de urgência na realização do despejo, tendo em vista não haver notícia de programação de uso imediato do imóvel pelo Estado. Após duas horas de negociação, ajustou-se que a reintegração ocorreria após o fim do ano letivo de 2016, em meados de 2017. Sucessivamente, após diligências de ambas as partes e vista ao Ministério Público, foi proferida a seguinte decisão (grifos nossos):

Vistos os autos. I. Passo ao exame do pedido de fl. 479/484. Trata-se de ação de reintegração de posse intentada pelo Estado visando a desocupação de imóvel de sua propriedade, localizado na Rua General Câmara, nº 352. O presente feito foi ajuizado em 16/11/2015. Foi deferida a postulação liminar em 17/11/2015 (fls. 96/98), sendo concedido o prazo de 72 horas para desocupação voluntária, sob pena de cumprimento do mandado de reintegração de posse; a parte ré foi intimada acerca da referida decisão em 19/11/2015, conforme certidão de fl. 103. Já houve decisão acerca do decurso do prazo para desocupação voluntária e foi certificado sobre o decurso do mencionado prazo (fls. 110 e 150). Foi interposto agravo de instrumento pela parte ré (fls. 142/149) e também foi interposto agravo de instrumento pela parte autora em relação à decisão de fl. 184 que condicionou o cumprimento da medida liminar à indicação de local pelo Estado para abrigo provisório das pessoas que se encontram no local (fls. 213/238). Ambos os agravos foram julgados conjuntamente e foi dado provimento ao agravo interposto pelo Estado a fim de afastar a ordem de suspensão da liminar e a indicação de local para abrigo provisório das pessoas que se encontram no local (fls. 255/265). Da decisão proferida em sede de agravo, foram interpostos recursos especial e extraordinário, que não foram admitidos (fls. 414/419), inclusive com a revogação expressa da liminar anteriormente deferida (fl. 302/303) que atribuía efeito suspensivo aos recursos. Interposto agravo ao STJ, não foi conhecido o recurso especial (Decisão publicada em 18/05/2017 ç documento anexo). Assim, conforme já manifestado à fl. 467, como os recursos extraordinário e especial não têm efeito suspensivo, a medida liminar deve ser cumprida. Saliente, por oportuno, que houve tentativa efetiva de conciliação, pois os autos foram encaminhados ao CEJUSC em junho de 2016 (fl. 334) e lá foram realizadas audiências (fls. 346, 402, 420) e foram çesgotadas as possibilidades de avanços em sede de CEJUSCç (fl. 439). Ainda, houve tentativa de conciliação pelo Juízo tanto por meio da intimação de fl. 431 quanto por meio da realização de solenidade específica para tentativa de composição (fl. 467). **Em suma: não foram poucas as oportunidades de conciliação oportunizadas, contando, inclusive, com apoio do CEJUSC; porém, todas as tentativas foram inexitosas. Dessa forma, deixo de acolher a**

promoção de fls. 521/524. Dado o exposto, a decisão judicial proferida às fls. 96/98 deve ser cumprida de imediato. Expeça-se mandado de reintegração da posse do imóvel, tal como determinado na decisão de fls. 96/98, ficando autorizado o uso da força policial, caso necessário. Ainda, determino que Oficial de Justiça contate o Procurador do Estado tal como postulado à fl. 254, item *cc*, conforme já consta na decisão de fls. 267. **Dada a excepcionalidade da medida, que, envolve imóvel situado no centro da Capital, onde há muito movimento durante semana, autorizo o cumprimento da ordem aos feriados e finais de semana e fora do horário de expediente, se necessário, evitando o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionamento habitual da cidade.** Oficie-se aos órgãos já referidos nas decisões de fls. 96/98, 140 e 140 verso e 267: 1) à Brigada Militar e ao Corpo de Bombeiros solicitando acompanhamento para cumprimento da ordem; 2) diante da possibilidade de presença de menores no local, oficie-se, outrossim, ao Conselho Tutelar para acompanhar o cumprimento da medida. Conforme já mencionado na decisão de fl. 172, compete à parte autora o fornecimento dos meios necessários para cumprimento. Cumpra-se com urgência. II. Para prosseguimento, como o Estado já foi intimado acerca da decisão de fl. 240 (embora não conste assinatura na certidão de fl. 244 verso, os autos saíram em carga com procurador da parte autora em 07/03/2017 conforme informação em anexo), certifique-se sobre a apresentação de réplica. Ainda, certifique-se sobre o cumprimento da decisão de fl. 288 em relação à intimação das partes sobre interesse na dilação probatória, pois, na NE de fl. 289, nada constou; a propósito, conforme informação em anexo, após 04/05/2016, os autos foram retirados em carga, mas não é possível identificar qual procurador os retirou; assim, certifique-se a respeito. Após, voltem. III. Intimem-se, inclusive MP.

15. A decisão do Poder Judiciário autorizando o despejo dos ocupantes, a permissão do uso de força policial, a intimação da Polícia Militar e do corpo de bombeiros para acompanhar o cumprimento do mandado prioriza a propriedade imobiliária do Estado **em detrimento da vida e da integridade física dos ocupantes**. Além disso, cumprimento da medida foi determinado nos seguintes termos: **“aos feriados e finais de semana e fora do horário de expediente, se necessário, evitando o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionamento habitual da cidade”**.

16. Assim, em 14 de junho de 2017, por volta das 19h30min e com uma temperatura aproximada de 10°C, foi feita a reintegração de posse da “Ocupação Lanceiros Negros”. No mesmo horário, ocorria, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, uma Audiência Pública para debater medidas, políticas públicas e alternativas para o *déficit* habitacional do Estado, estando presentes diversas famílias e representantes do movimento. No entanto, antes do término da Audiência Pública, a força policial iniciou o isolamento da “Ocupação Lanceiros Negros” mediante o estabelecimento de um perímetro para “evitar o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionamento habitual da cidade”:

A magistrada recomendou o **“o cumprimento da ordem aos feriados e finais de semana e fora do horário de expediente, se necessário, evitando o máximo possível o transtorno ao trânsito de veículos e funcionamento habitual da cidade”**. Sintonizada com as preocupações da doutora Aline Guaranha, a Brigada Militar decidiu realizar a reintegração de posse na véspera da data do Corpus Christi, um feriado nacional para

“celebrar a partilha do corpo de Cristo”. **No entanto, a preocupação em evitar transtornos no centro da cidade acabou esbarrando em decisões operacionais da própria Brigada Militar que transformou a área da operação de despejo em uma praça de guerra.**¹²

17. O contingente destacado para a operação era de aproximadamente 150 policiais, o qual foi utilizado, primeiramente, para afastar pessoas comuns, advogados, defensores de direitos humanos, militantes de movimentos sociais, jornalistas e deputados que se encontravam próximos à porta principal que dava acesso ao prédio. Com a circulação da informação de estabelecimento de perímetro houve o esvaziamento da casa legislativa e o deslocamento dos presentes para as proximidades do prédio. Embora fossem solicitadas informações sobre o protocolo a ser seguido pelo Comandante da Brigada Militar responsável pela operação, este se recusou a informar qualquer procedimento ou mesmo a dialogar com os parlamentares presentes e defensores de Direitos Humanos presentes. Do mesmo modo, as famílias que buscam ser beneficiárias das medidas e seus defensores não tiveram acesso ao mandado de reintegração de posse. Tampouco o oficial de justiça se dispôs a dialogar ou apresentar o documento, em que pese ter sido reiteradamente instado a fazê-lo.

18. A situação instaurada foi de uso repressivo e excessivo da força policial, que passou a atuar com tiros de bala de borracha, gás de pimenta e bombas de gás e de efeito moral, além do uso de violência física (chutes, cassetetes e socos) direcionados aos moradores e apoiadores da Ocupação. Além de os policiais envolvidos na operação não portarem identificação¹³, foram efetuadas, pelo menos, seis prisões arbitrárias, dentre representantes do movimento, apoiadores e até mesmo do Deputado Estadual Jeferson Fernandes - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul -, que, no exercício de suas funções parlamentares, buscava o diálogo pacífico para a compreensão da situação e das medidas que o Comando da Brigada executaria na operação¹⁴, sob o comando de voz de prisão do Oficial de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. As pessoas presas foram levadas aos camburões, sem quaisquer informações sobre o local para o qual seriam levadas. Segundo depoimento do Deputado Estadual, não houve pelos policiais a declaração dos motivos de sua prisão: “Não sei porque fui preso e nem porque fui solto”¹⁵, tendo em vista que sua soltura ocorreu sem qualquer explicação, nas ruas da cidade:

Me derrubaram, me arrastaram no meio da tropa, **torceram meu braço e me mandavam calar a boca o tempo todo**. Depois que se está algemado, não tem porque esfregar a cara dos outros no chão e levar cassetete como levei. [...]. “Eles (policiais) transitaram comigo no Centro, **jogando a viatura de um lado e para o outro fazendo manobras perigosas para que eu sentisse medo**. Logo depois estacionaram no Piratini por uns 20 minutos. E imagino que pela repercussão que deu, eles se deslocaram até em frente do Theatro São Pedro e nos soltaram”, disse Fernandes, que relatou que **estava com mais duas mulheres** dentro da viatura do Batalhão de Operações Especiais (BOE). Durante a desocupação, o deputado disse que foi até o local para mediar situação entre os moradores do prédio e os policiais. “Não tinha comando a tropa. Ninguém veio falar comigo. Eu representava a Assembleia Legislativa. **Não estava passeando, estava ali pra evitar o que aconteceu. Uma violação de direitos**”, afirmou. “Qualquer cidadão devia ser respeitado”, acrescentou.¹⁶

19. A violência sofrida pelo Deputado Estadual foi cometida também contra os demais detidos, em especial contra P. V. e E. T., mulheres e militantes do Movimento de Lutas de Bairros (MLB), que no decorrer das horas foram encaminhados a diferentes delegacias de polícia para dificultar a sua localização por advogados e familiares, sendo liberadas após forte abalo e agressões na mesma madrugada.

20. Até mesmo o Ministério Público do Rio Grande do Sul reconheceu a ausência de um protocolo a ser seguido por parte dos agentes públicos em reintegrações de posse, de modo que assegure a **dignidade da pessoa humana, bem como a integridade física e mental:**

A reintegração de **posse de 70 famílias da Ocupação Lanceiros Negros** que ocorreu no início da noite desta quarta-feira no centro de Porto Alegre fez o Ministério Público e a Defensoria Pública perceberem a necessidade de criar protocolo para esse tipo de ação no Rio Grande do Sul. Embora a retomada do prédio do Estado na esquina das ruas General Câmara e Andrade Neves tenha sido realizada com consenso do MP, o promotor de Justiça da Ordem Urbanística Cláudio Ari Mello avaliou que falta planejamento para atender as famílias após a desocupação.¹⁷

¹¹<http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2016/05/587940/Reintegracao-de-posse-de-Lanceiros-Negros-e-suspensa-em-Porto-Alegre>

¹²<http://www.sul21.com.br/jornal/lanceiros-negros-brigada-faz-operacao-de-guerra-para-garantir-funcionamento-habitual-da-cidade/>

¹³<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-06/reintegracao-de-posse-termina-em-confronto-e-oito-prisoas-em-porto-alegre>

¹⁴<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2017/6/620435/Presidente-da-AL-cobra-responsabilizacao-por-agressao-e-prisao-de-deputado>

¹⁵<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/6/620482/Nao-sei-porque-fui-presos-e-nem-porque-fui-solto,-diz-deputado-detido-em-desocupacao>

¹⁶<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/6/620482/Nao-sei-porque-fui-presos-e-nem-porque-fui-solto,-diz-deputado-detido-em-desocupacao>

21. **Tal manifestação denota o despreparo dos agentes públicos para lidar com situações complexas como as que envolvem uma reintegração de posse, resultando, outrossim, em grave ameaça ao direito à vida e à integridade física dos beneficiários** - ainda que o Estado brasileiro já tenha sido condenado pela Corte IDH a implementar medidas de formação em direitos humanos para as forças policiais e militares¹⁸. Ademais, a declaração indica omissão do Estado em relação às políticas públicas de habitação. Ressalta-se que não houve a destinação de nenhuma reparação ou acompanhamento psicológico às famílias por parte do Estado. Segundo informações divulgadas pelos próprios policiais militares nos processos de tentativa de reintegração ocorridos em maio de 2016, a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul **não possui treinamento para atuar em situações complexas como as de remoção de população, sendo o único treinamento aproximado aquele que é o destinado à contenção de rebeliões em presídios**¹⁹.

22. Os abusos cometidos pela Polícia Militar também atingiram as famílias que se encontravam dentro do prédio, as quais foram submetidas a torturas psicológicas e físicas por meio de humilhações, ofensas de cunho discriminatório e intimidação, além do uso desmedido de armas de letalidade reduzida. As desproporcionais agressões físicas, químicas e verbais ocasionaram, para além das sequelas psicológicas e lesões corporais, crises de pânico, vômitos e falta de ar em adultos, idosos, crianças, gestantes e pessoas com deficiência. Diversos foram os relatos por parte das famílias mencionando as coações feitas às pessoas que buscavam auxiliar, dentro do possível, no recolhimento para a retirada dos pertences. A biblioteca da Ocupação foi destruída pelos policiais, artesanatos e pertences foram chutados e conseqüentemente destruídos, sem que houvesse razão justificada para tais atitudes, uma vez que os mesmos estavam em locais afastados das entradas e portas de acesso do prédio. O acesso entre as famílias e os advogados(as) foi restringido, mesmo diante das denúncias feitas e evocadas as prerrogativas dos advogados (ANEXO 3).

23. A violência empregada pela Brigada Militar na desocupação do imóvel, o horário em que realizada, bem como o intenso frio do dia 14 de junho de 2017 são circunstâncias que foram amplamente noticiadas pelos veículos de comunicação brasileiros²⁰, contestadas pela Ordem dos Advogados do Brasil²¹ e pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul²².

¹⁷<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/06/mp-cobra-criacao-de-protocolo-para-reintegracao-de-posse-no-rs-9817065.html>

¹⁸ Corte IDH. **Caso Gomes Lund y otros ("Guerrilha do Araguaia") Vs. Brasil**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 24 de noviembre de 2010. Serie C No. 219, Párra. 283; Corte IDH. Corte IDH. **Caso Escher y otros Vs. Brasil**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 6 de julio de 2009. Serie C No. 200, Párra. 251; Corte IDH. **Caso Favela Nova Brasília Vs. Brasil**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de febrero de 2017. Serie C No. 333, Párra. 334-336..

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=Y97fhAH7Cyc>

²⁰ <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/porto-alegre/v/conheca-as-familias-que-serao-despejadas-de-uma-ocupacao-no-centro-de-porto-alegre/5000445/>

²¹ <http://www.oabrs.org.br/mobile/noticias/oabrs-lamenta--excessos-violencia-em-operacao-para-reintegracao-posse-na-capital/24751>

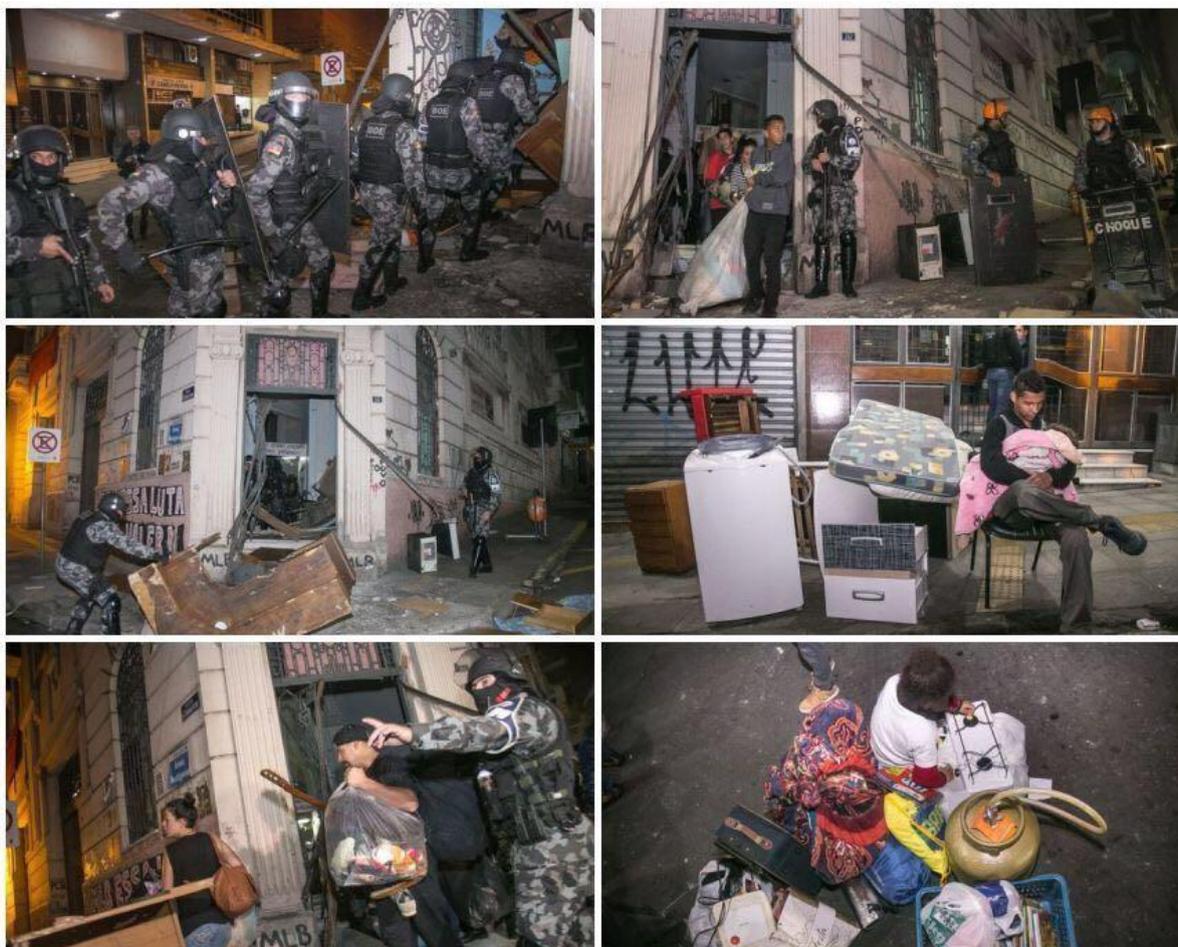
Em nota referente às atrocidades cometidas, governo do Estado do Rio Grande do Sul limitou-se a criminalizar e estigmatizar os moradores da “Ocupação Lanceiros Negros” e o deputado Jeferson Fernandes, afirmando a “correção” da ação policial.²³



Imagens 9, 10, 11 e 12 (da esquerda para a direita, em sentido horário): Momentos do cumprimento do mandado de reintegração de posse na “Ocupação Lanceiros Negros”, ocorrido em 14 de junho de 2017 denotam a brutalidade da atuação estatal. Abaixo à esquerda (imagem 12), momento em que ocorre a prisão arbitrária do Deputado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Jeferson Fernandes, com o rosto coberto de spray de pimenta. Fonte: Guilherme Santos/Sul21. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/com-bombas-e-repressao-bm-inicia-operacao-de-reintegracao-de-posse-da-lanceiros-negros/> Acesso em 18 jul. 2017.

²² <https://www.correiopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/ajuris-lamenta-momentos-de-viol%C3%A2ncia-na-desocupa%C3%A7%C3%A3o-dos-lanceiros-negros-1.233781>

²³<http://www.rs.gov.br/conteudo/260305/esclarecimento-sobre-desocupacao-de-predio-publico-no-centro-de-porto-alegre>

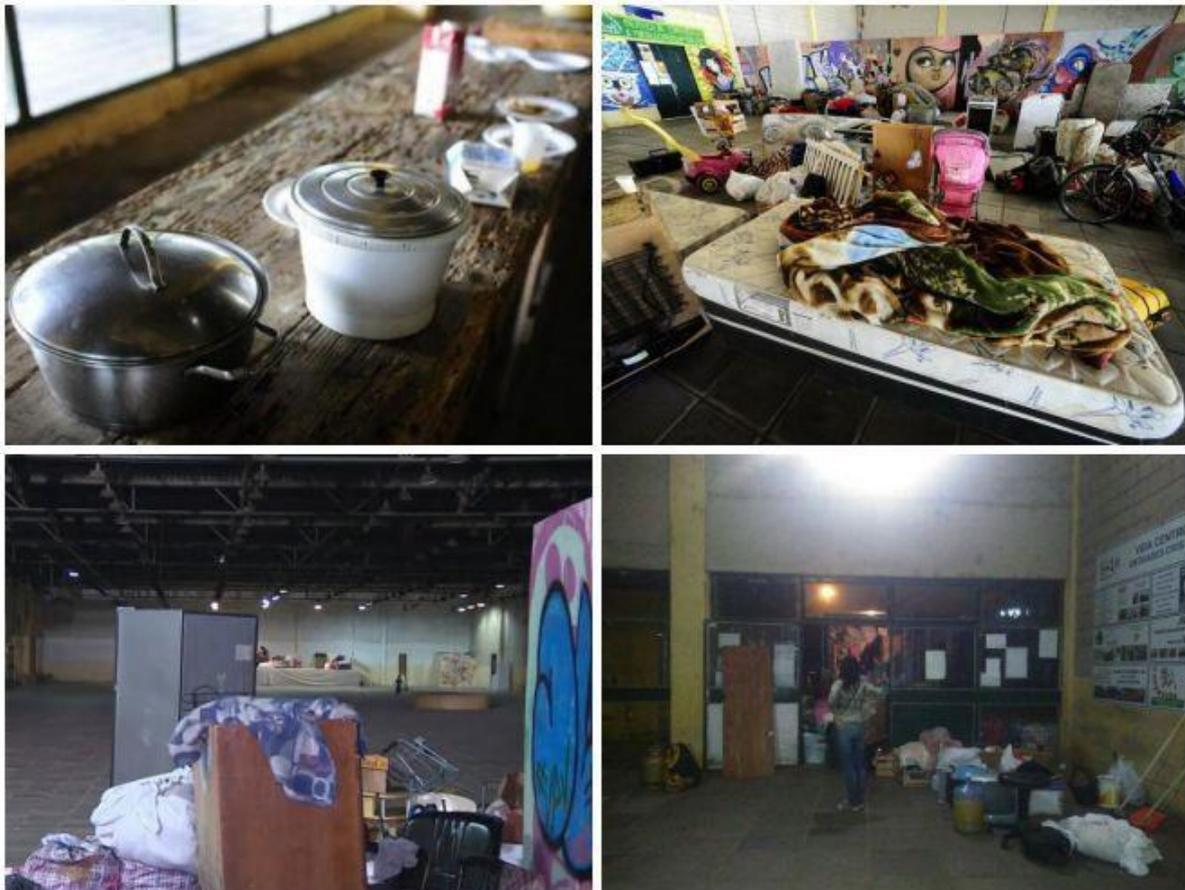


Imagens 13, 14, 15, 16, 17 e 18 (da esquerda para a direita, em sentido horário): Momentos do cumprimento do mandado de reintegração de posse na “Ocupação Lanceiros Negros”, ocorrido em 14 de junho de 2017. Fonte: Guilherme Santos/Sul21. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/com-bombas-e-repressao-bm-inicia-operacao-de-reintegracao-de-posse-da-lanceiros-negros/> Acesso em 18 jul. 2017.

24. Enquanto os pertences dos moradores se encontravam em frente ao prédio que abrigava, alguns adultos e crianças foram coagidos pelos agentes estatais para que entrassem em uma van para deslocamento até o “Centro Humanístico Vida”, local desconhecido por parte dos moradores. Esses moradores não estavam acompanhados de advogados ou Defensores Públicos, e algumas crianças estavam desacompanhadas de seus pais ou responsáveis. O deslocamento realizou-se sem que fossem aclaradas as condições do local, o tempo em que nele poderiam permanecer ou a sua localização. Durante o deslocamento, as crianças foram empurradas para dentro do transporte e seus pais ficaram sem qualquer informação sobre o seu paradeiro. Adultos relataram que não houve nenhuma informação acerca da obrigatoriedade de entrar no veículo, e que ficaram surpresos com as condições desumanas que constataram ao chegar no Centro²⁴.

Embora se tenha informado que o local era salubre, com condições dignas, que haveria comida, camas, colchões, cobertores e locais próprios para banho, o “Centro Humanístico Vida” é, na verdade, um ginásio amplo, cercado por portas e janelas

envidraçadas, que não fecham corretamente; o terreno é sub-dividido com outros vários espaços, ensejando fluxo contínuo de pessoas; a iluminação é restrita aos poucos holofotes em funcionamento, deixando boa parte do prédio em situação de má iluminação; não há acesso à água no ginásio, tampouco camas ou cobertores; os sanitários estão dispostos na rua e não possuem chuveiros. Nesse mesmo local funciona o 20º Batalhão da Polícia Militar, circunstância que agravou o clima de receio e intimidação no qual as famílias despejadas já se encontravam. A primeira e única alimentação fornecida foi providenciada às 2 horas de 15 de julho de 2017 por voluntários, alheios à função pública, e era insuficiente para os presentes. Não houve fornecimento de água potável e não havia fogões e espaço adequado para preparo de comida. Os pertences foram jogados ao longo do espaço; os colchões, roupas e cobertores das famílias estavam molhados, impossibilitando, assim, que servissem para o aquecimento (ANEXO 3).²⁵



Imagens 19, 20, 21 e 22 (a esquerda para a direita, em sentido horário): “Cômodos” do “Centro Humanístico Vida”, para onde os ocupantes da “Ocupação Lanceiros Negros” foram levados para passar as primeiras 24 horas sucessivas ao despejo, ocorrido em 14 de junho de 2017. Fontes: Ronaldo Bernandi/RBS (imagens 19 e 20), G1/RBS (imagem 22) e Íris Guedes/MLB (imagem 21). Imagens 19 e 20 disponíveis em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/06/levadas-para-ginasio-sem-estrutura-familias-da-lanceiros-negros-terao-de-sair-ainda-hoje-9816957.html#showNoticia=SzNafSZqUzw3MjQ5MTI5ODYxNjc4MTU3ODI0cDxSMTU4ODY1MDk2ODkxNzQ0NjU3MGdUdTY5NTI5ODczOTk4NTI5MTY3MzZDdTc0ZiokWn1uQXIYdVF2O24=> e imagem 22 disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/apos-reintegracao-de-poses-familias-reclamam-condicoes-de-abrigo-oferecido-pelo-governo-do-rs.ghtml>. Acesso em 18 jul 2017.

25. Diante da situação gravosa e após ter sido restabelecido o contato entre as famílias do MLB, o próprio Movimento conseguiu apoio e sensibilização da sociedade civil que forneceu veículos para locomoção até o Centro Vida. Por volta das 3 horas, foram identificadas as crianças que haviam sido realocadas sem a autorização e conhecimento dos responsáveis. Por deliberação dos presentes houve a decisão de deixar o local, uma vez que não era possível garantir a segurança das crianças, famílias indígenas, idosos e pessoas com deficiência. Foi informado pelos seguranças do local que não era seguro deixar os objetos no ginásio, uma vez que não era sua função zelar pelos pertences das famílias despejadas, evitando furtos e roubos. O Movimento acabou por realizar a própria segurança dos objetos, novamente com o apoio da sociedade civil para o transporte destes até um local seguro no prazo de 24 horas - mesmo prazo acordado entre o Poder Público e a administração do Centro para a estadia das famílias.

26. Após a reintegração, as famílias da “Ocupação Lanceiros Negros” foram recebidas em outras ocupações urbanas da cidade de Porto Alegre e, no dia 4 de julho, diante da ausência de solução ao problema da moradia das famílias da “Ocupação Lanceiros Negros”, realizou-se, juntamente ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, uma ocupação provisória em vazio urbano desocupado há, pelo menos, dois anos, desta vez intitulada “Lanceiros Negros Vivem” e composta por 150 famílias. A nova ocupação está localizada no outrora conhecido Hotel Açores, à Rua dos Andradas, nº 885. Entretanto, no dia 17 de julho de 2017 foi determinada, pela 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, nova reintegração de posse em caráter liminar (processo nº. 001/1.17.0075129-9), **o que voltará a colocar em risco o direito à vida e à integridade física dos beneficiários.**²⁶.

²⁴<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/ja-ideias-diretora-da-fasc-discute-condicao-dos-abrigos-no-rs/5949462/>

²⁵<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/06/levadas-para-ginasio-sem-estrutura-familias-da-lanceiros-negros-terao-de-sair-ainda-hoje-9816957.html>
<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/6/620488/Apoiadores-fazem-doacoes-apos-a-desocupacao-de-predio-em-Porto-Alegre>

<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/ja-ideias-diretora-da-fasc-discute-condicao-dos-abrigos-no-rs/5949462/>

II. OBJETO DA SOLICITAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR

27. Considerando os fatos aqui estabelecidos, os peticionários respeitosamente solicitam que a Honorável Comissão Interamericana de Direitos Humanos declare a admissibilidade desta petição e se pronuncie sobre a concessão de medidas cautelares em face da República Federativa do Brasil, ante a situação de urgência, gravidade e necessidade de se evitar danos irreparáveis aos seguintes direitos:

- a) direito à vida e à integridade pessoal, estabelecidos, respectivamente, nos artigos 4 e 5 da Convenção Americana de Direitos Humanos, em vista de ser determinada a reintegração de posse e os beneficiários não terem moradia, ficando nas ruas de Porto Alegre, durante o inverno e podendo ser vítimas de hipotermia;
- b) direito à vida e à integridade pessoal, estabelecidos, respectivamente, nos artigos 4 e 5 da Convenção Americana de Direitos Humanos, em vista da violência empregada pela Brigada Militar na desocupação do imóvel da “Ocupação Lanceiros Negros”;

28. Como consequência desses riscos, os peticionários solicitam que a Comissão Interamericana determine ao Estado brasileiro as medidas cautelares que serão oportunamente apresentadas, assim como as outras medidas que entender pertinentes.

²⁶ <http://www.sul21.com.br/jornal/juiza-determina-desocupacao-de-nova-lanceiros-negros-e-da-5-dias-para-familias-deixarem-hotel/>

<http://www.tjrs.jus.br/site/imprensa/noticias/?idNoticia=390276>

DO PANORAMA BRASILEIRO QUANTO AO DIREITO À MORADIA ADEQUADA

29. Atualmente, o Estado brasileiro enfrenta um *déficit* habitacional de mais de 6,2 milhões de moradias²⁷, indicador evidenciado quando ocorre pelo menos uma de quatro situações: domicílios precários (rústicos ou improvisados); situação de coabitação (famílias conviventes com intenção de se mudar ou residentes em cômodos); domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total (excedente de aluguel); e domicílios alugados com mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo (adensamento excessivo). Das regiões do Brasil, o *déficit* habitacional mais crítico se encontra na região Sudeste (2.562.117 domicílios), seguindo-se Nordeste (1.867.563 domicílios), Sul (658.360 domicílios), Norte (631.586 domicílios) e Centro-Oeste (478.668 domicílios).

30. O *déficit* habitacional é um indicador que contribui para a formulação e avaliação da política habitacional, orientando especialmente os governos das cidades na especificação das necessidades das moradias. O objetivo do indicador é

orientar os agentes públicos responsáveis pela política habitacional na construção de programas capazes de suprir a demanda explicitada na estimação do indicador nas esferas municipal, estadual e federal²⁸.

31. A função social da propriedade, garantida nos artigos 5º, XXII e XXIII, 170, III, 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira, foi regulamentada, no âmbito urbano, pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), prevendo um substrato legal ao Poder Público na implementação de políticas públicas que possibilitem um desenvolvimento sustentável, uma gestão democrática das cidades e a justa e equânime distribuição dos recursos e benefícios decorrentes da urbanização. A *concessão de uso especial para fins de moradia*, nesse sentido, visa solucionar o problema da regularização fundiária, conferindo à pessoa ocupante de imóvel público o direito subjetivo ao bem objeto da posse desde que atendidos os requisitos estabelecidos na Medida Provisória n. 2.220²⁹.

32. Muito embora exista a distinção entre uso e propriedade do bem, a concessão de uso especial para fins de moradia tem sua constitucionalidade questionada por se relacionar com a alienação de bens públicos, não obstante a garantia do direito à moradia e a previsão de regularização da estrutura fundiária urbana. Diante desse panorama, essa possibilidade de regularização fundiária tem sido negada pelo Estado Brasileiro, **o que vem colocando em risco a vida e a integridade física da população afetada pela ausência de moradia adequada** - ainda que represente um forte avanço da sociedade brasileira em relação ao problema da irregularidade urbana nas médias e grandes cidades³⁰.

²⁷<http://www.fiesp.com.br/noticias/levantamento-inedito-mostra-deficit-de-62-milhoes-de-moradias-no-brasil/>

²⁸ BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Nota Técnica Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007-2011) por municípios (2010)**. Brasília, mai. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/130517_notatecnicadirur01.pdf. Acesso em: 18 jul. 2017.

²⁹ Art. 1º, *caput*. Aquele que, até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

³⁰ “A regularização fundiária precisa ser enfrentada nas suas três dimensões: urbanística, com a realização de investimentos necessários para a melhoria das condições de vida, jurídica, com o reconhecimento da posse, utilizando os instrumentos que possibilitam a aquisição da propriedade nas áreas privadas e com a concessão do direito à moradia nas áreas públicas e registrária, anotando nas respectivas matrículas a aquisição destes direitos, a fim de atribuir eficácia erga omnes para todos os efeitos da vida civil. As três dimensões são complementares e não tem sentido se aplicadas apartadamente.” (PRESTES, 2004, p. 237). PRESTES, Vanêsa Buzelato. A Concessão Especial para fins de Moradia na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade – da Constitucionalidade da Medida Provisória nº 2.220 de 04 de Setembro de 2001. In: ALFONSIN, Betânia de Moraes; FERNANDES, Edésio. **Direito à moradia e segurança da posse no Estatuto da Cidade**: diretrizes, instrumentos e processos de gestão. Belo Horizonte: Fórum, 2004, p. 203-240.

Os problemas legais nas violações do direito à moradia adequada que se verificam nos processos de despejos forçados ocorridos na cidade de Porto Alegre, como ocorreu nas circunstâncias da medida de reintegração de posse da “Ocupação Lanceiros Negros”, podem ser apontados nas violações ao Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), ratificado pelo Estado Brasileiro em 1992, que estabelece em seu artigo 11 o direito à moradia adequada, à disponibilidade de serviços e infraestrutura, ao custo da moradia acessível, e à habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural da habitação³¹. No âmbito interamericano o direito à moradia adequada se encontra garantido no artigo 22 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e nos artigos VIII e IX da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. **Ademais, ela possibilita a garantia dos direitos à vida (artigo 4 da Convenção Americana) e à integridade pessoal (artigo 5 da Convenção Americana).**

33. O direito à moradia adequada foi examinado pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas no Comentário Geral nº. 4³², o qual se refere à segurança jurídica da posse e prevê expressamente a proteção do cidadão das remoções forçadas e ameaças. Além disso, no âmbito doméstico, a Constituição Federal Brasileira estabelece a moradia como direito social fundamental (artigo 6º), cria a função social da propriedade (artigo 5º, inciso XXIII) e estabelece as diretrizes da política urbana (artigos 182 e 183), enquanto o Estatuto da Cidade torna obrigatórios os planos diretores para cidades acima de 20.000 habitantes; deve-se considerar também a Lei Federal nº 11.124/2005, que dispõe sobre a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.

³¹ Lixinski salienta que a Corte Interamericana tem utilizado de ferramentas interpretativas para expandir sua competência sobre áreas do direito internacional não contempladas, expressamente, pelos tratados do Sistema Interamericano. Para ele, o uso de “elementos externos” faz do Sistema Interamericano parte do *larger system of international law* e contribui para a unidade do direito internacional (LIXINSKI, Lucas. *Treaty Interpretation by the Inter-American Court of Human Rights: Expansionism at the Service of the Unity of International Law*. **The European Journal of International Law**.V. 21. Nº 3. 2010. pp. 585-604). Essa circunstância de observa, também, pela convergência entre o sistema regional e o sistema universal de proteção dos direitos humanos (CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Volume I. 2ª ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003, p. 340; Corte IDH. **“Otros tratados” objeto de la función consultiva de la Corte [Art. 64 Convención Americana sobre Derechos Humanos]**. Opinión Consultiva OC-1/82 de 24 de septiembre de 1982. Serie A No. 1, Párra. 43; Corte IDH. **Interpretación de la Declaración Americana de los Derechos y Deberes del Hombre en el marco del artículo 64 de la Convención Americana sobre Derechos Humanos**. Opinión Consultiva OC-10/89 de 14 de julio de 1989. Serie A No. 10, Párra. 15.

³² “Pursuant to article 11 (1) of the Covenant, States parties “recognize the right of everyone to an adequate standard of living for himself and his family, including adequate food, clothing and housing, and to the continuous improvement of living conditions”. The human right to adequate housing, which is thus derived from the right to an adequate standard of living, is of central importance for the enjoyment of all economic, social and cultural rights”. UNITED NATIONS. **The right to adequate housing (Art.11 (1))**:. 13/12/1991. CESCR General comment 4. (General Comments). Geneva, 1991.

34. O fato de não se apresentarem propostas alternativas ao despejo ou se inviabilizar a negociação coletiva sobre os destinos das pessoas ocupantes, bem como às possibilidades de reassentamento ou indenização equivalente, **resulta em violação sistemática do direito à vida e integridade física dessa população**, como se depreende das manchetes abaixo:



Imagens 23, 24 e 25 (da esquerda para a direita): manchetes de morte por hipotermia de pessoas em situação de rua. Fontes, da esquerda para a direita: Gazeta do Povo, Zero Hora e O Tempo. Disponíveis, respectivamente, em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mais-vulneraveis-a-violencia-urbana-moradores-de-rua-sao-estatisticamente-invisiveis-48viciw0pov8psnf3zv4wlfk>;

<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/policia-acredita-que-frio-causou-morte-de-homem-na-avenida-goethe-em-porto-alegre-201485.html> e; <http://www.otempo.com.br/capa/brasil/den%C3%BAncias-de-viol%C3%AAncia-contra-moradores-de-rua-crescem-60-1.1355641>. Acesso em 18 jul. 2017.

35. O Estatuto da Cidade apresenta os seguintes instrumentos jurídicos para concretizar a função social da propriedade e o direito à cidade: (a) ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, com a função de reconhecer as especificidades do assentamento, garantir e preservar o uso habitacional e social da terra e reserva áreas para produção habitacional; (b) desapropriação, por força do aumento progressivo de Imposto de Propriedade Territorial e Urbana (IPTU), e por abandono de que trata o Código Civil Brasileiro; (c) concessão de direito especial de uso para fins de moradia; (d) usucapião especial de imóvel urbano pela via judicial; (e) regularização fundiária; (f) demarcação urbanística para fins de regularização fundiária; e (g) concessão de título de legitimação de posse.

36. Apesar disso, o Estado brasileiro tem deixado a cargo do Poder Judiciário a decisão do destino de famílias consideradas vulneráveis na cidade, por não possuírem a propriedade da sua moradia³³, operando-se uma excessiva judicialização da política pública urbana na cidade. Os municípios não intervêm nem para decretar áreas ocupadas como áreas especiais de interesse social, nem para mediar os conflitos fundiários, tampouco para gestionar os reassentamentos dos possuidores desalojados³⁴. Como nas exatas circunstâncias aqui trazidas as remoções forçadas também acontecem, portanto, como decorrência de muitas dessas decisões judiciais, sem que os municípios tenham qualquer cuidado em garantir o direito à moradia das pessoas deslocadas. **Tanto a ausência de moradia adequada quanto as desocupações realizadas pela Brigada Militar têm**

causado impactos negativos diretos tanto ao direito à vida quanto à integridade física dessas pessoas, muitas delas crianças, gestantes, povos originários e pessoas com deficiência.

37. O modelo de conduta previsto no Comentário Geral nº. 7 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais é total ou quase totalmente inobservado no âmbito das remoções forçadas. As remoções forçadas são o maior problema relacionado à moradia no mundo³⁵, especialmente quanto ao impacto que causam especialmente nos conflitos fundiários³⁶ que caracterizam a precariedade da moradia no Brasil e permeiam a luta pela moradia adequada. Além disso, essas remoções ocorrem independentemente do reassentamento das famílias atingidas, conduta vedada pelo parágrafo 16 do Comentário Geral nº. 7³⁷; não só, a prática dos despejos ocorre sem que sejam estudadas previamente alternativas ao despejo ou diálogos quanto ao seu procedimento.

38. Entende-se, juridicamente, que o crime de esbulho compreende na posse indevida de imóvel, impedindo que o proprietário tenha acesso ao bem e suas funções. Isso ocorre quando o imóvel é usurpado de seu proprietário injustamente. **Porém, o Estatuto das Cidades prevê a desapropriação de imóveis que não cumprem com as funções sociais anteriormente citadas.**

III. FUNDAMENTOS DE DIREITO: DA EXISTÊNCIA DE GRAVIDADE, URGÊNCIA E NECESSIDADE DE SE EVITAR DANO IRREPARÁVEL

39. As medidas cautelares constituem parte da função de monitoramento das obrigações internacionais adquiridas pelos Estados-membros do Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos exercida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, conforme estabelecido nos artigos 106 da Carta da Organização dos Estados Americanos, 41. (b) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 18.(b) do Estatuto da Comissão Interamericana e 25 de seu Regulamento. Esses artigos estabelecem que a Comissão poderá conceder medidas cautelares em situações graves e urgentes e quando necessária a evitar danos irreparáveis.

40. O propósito dessas medidas no Sistema Interamericano transcende aquele do direito interno, pois no Direito Internacional dos Direitos Humanos visam preservar a situação jurídica da parte beneficiária (caráter cautelar) e proteger os direitos humanos ao evitar danos irreparáveis aos indivíduos (caráter tutelar). Desse modo, reunidos os requisitos de gravidade, urgência e de prevenção de danos irreparáveis às pessoas, as medidas acautelatórias tornam-se instrumentos hábeis à salvaguarda dos direitos humanos.³⁸

³³ ROLNIK, Raquel. 'Nosso grande problema não é o déficit de moradia, mas sim o déficit de cidade'. **Sul21**. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/nosso-grande-problema-nao-e-o-deficit-de-moradia-mas-sim-o-deficit-de-cidade/>. Acesso em 18 jul. 2017.

³⁴O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA) prevê, desde 1999, a instituição das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), conforme previsão do Estatuto da Cidade. Instrumentos úteis tanto para a regularização de ocupações e loteamentos informais, quanto para a produção de novas unidades habitacionais, a regularização das AEIS força o poder público a identificar os vazios urbanos passíveis de implantação de moradias em solo urbanizado. Apesar da previsão na lei básica de desenvolvimento urbano em nível municipal, o Poder Executivo do Município de Porto Alegre nunca apresentou interesse na aplicação legal e na regularização das AEIS, razão pela qual o Poder Legislativo teve a iniciativa da proposição da lei regulamentadora. Diante disso, o Poder Executivo ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (processo nº. 70064381072 - TJ/RS) e já obteve em seu favor a suspensão da lei. Isso demonstra o evidente interesse do poder público em cooperar com a financeirização do espaço público e da moradia em detrimento da dignidade das pessoas que são destituídas da garantia dos direitos à moradia e à função social da propriedade, em flagrante negligência dos poderes constituídos no âmbito do Estado Democrático de Direito.

³⁵ Conforme a Resolução nº 2004/2841 do Conselho de Direitos Humanos da ONU: “a prática de despejos forçados é [considerada] contrária às leis que estão em conformidade com os padrões internacionais de direitos humanos, e constituem uma grave violação de uma ampla gama de direitos humanos, em particular o direito à moradia adequada”.

³⁶ A Resolução nº 87/2009 do Conselho das Cidades define o conceito de conflitos fundiários urbanos no seu artigo 3º: “disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade.”

³⁷ “Os despejos não podem resultar na constituição de indivíduos sem casa ou vulneráveis a violações de outros direitos humanos. No caso da pessoa afetada ser incapaz de prover por si mesma uma alternativa, o Estado deve adotar todas as medidas apropriadas, ao máximo de seus recursos disponíveis, para assegurar que uma moradia alternativa adequada, reassentamento ou acesso à terra produtiva estejam disponíveis”.

41. As medidas cautelares pautam-se no dever que decorre do artigo 1 da Convenção Americana de os Estados respeitarem os direitos e liberdades nela reconhecidos e de garantir seu livre e pleno exercício a todas as pessoas sob a sua jurisdição e que se consubstancia na obrigação de adotar todas as medidas que sejam necessárias para a preservação dos direitos que possam ter sido ou vir a ser ameaçados.³⁹

42. Tendo em vista que o pronunciamento a respeito das medidas cautelares não constitui antecipação do mérito e tampouco impossibilita a posterior apresentação de um caso de responsabilidade internacional do Estado demandado, a prova necessária para a sua concessão consiste na demonstração da gravidade e da urgência da situação e da probabilidade de que possa resultar um dano irreparável a alguém. Entretanto, cumpre pontuar que a Corte Interamericana de Direitos Humanos relativizou a necessidade de apresentação de provas nos casos em que os fatos que ensejam o pedido de solicitação de concessão da medida provisional se revistam de caráter de notoriedade, veracidade, ao terem sido publicados pela imprensa.⁴⁰

DA IMINÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS À VIDA E À INTEGRIDADE PESSOAL PELA AUSÊNCIA DE MORADIA DIANTE DOS ASPECTOS GEOGRÁFICOS DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

43. O Município de Porto Alegre, onde domiciliados os beneficiários desta solicitação, é a capital do estado do Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul do Brasil. Por conta disso, o clima da cidade é subtropical úmido, apresentando invernos bastante rigorosos, com temperaturas que chegam a 2º C, conforme dados da Prefeitura do Município⁴¹, sendo que a sensação térmica atinge temperaturas menores devido às massas de ar polar que chegam à região. A baixíssima temperatura nos meses de junho, julho e agosto em Porto Alegre é reconhecida pelo Instituto Nacional de Meteorologia, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado brasileiro (ANEXO 4)

³⁸ Corte IDH. **Caso del Centro Penitenciario Región Capital Yare I y Yare II (Carcél de Yare)**. Solicitud de Medidas Provisionales presentada por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos respecto de la República Bolivariana de Venezuela. Resolución de la Corte de 30 de marzo de 2006, Párra. 04.

³⁹ Corte IDH. **Caso Velásquez Rodríguez, Fairén Garbi y Solís Corrales, y Godínez Cruz**. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 15 de enero de 1988, Párra. 03.

⁴⁰ Corte IDH. **Caso Alemán Lacayo**. Medidas provisionales solicitadas por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos a respecto de Nicaragua. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos del 2 de febrero de 1996, Párra. 03.

⁴¹ http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=260

TABELA CLIMÁTICA PORTO ALEGRE

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	24.8	24	21.8	18.6	15.8	14.7	14.9	16.3	18.2	20.5	22.7	21.6
Temperatura mínima (°C)	20.1	19.5	17.4	14.1	11.5	10.3	10.6	11.8	13.2	15.4	17.4	16.9
Temperatura máxima (°C)	29.6	28.5	26.2	23.1	20.1	19.2	19.3	20.8	23.2	25.7	28.1	26.3
Temperatura média (°F)	76.6	75.2	71.2	65.5	60.4	58.5	58.8	61.3	64.8	68.9	72.9	70.9
Temperatura mínima (°F)	68.2	67.1	63.3	57.4	52.7	50.5	51.1	53.2	55.8	59.7	63.3	62.4
Temperatura máxima (°F)	85.3	83.3	79.2	73.6	68.2	66.6	66.7	69.4	73.8	78.3	82.6	79.3
Chuva (mm)	109	116	114	101	107	134	130	128	137	115	101	105

Existe uma diferença de 36 mm entre a precipitação do mês mais seco e do mês mais chuvoso. 10.1 °C é a variação das temperaturas médias durante o ano.

Imagem 26: tabela climática de Porto Alegre. Fonte: climate-data.org. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/location/3845/>. Acesso em: 18 jul. 2017.

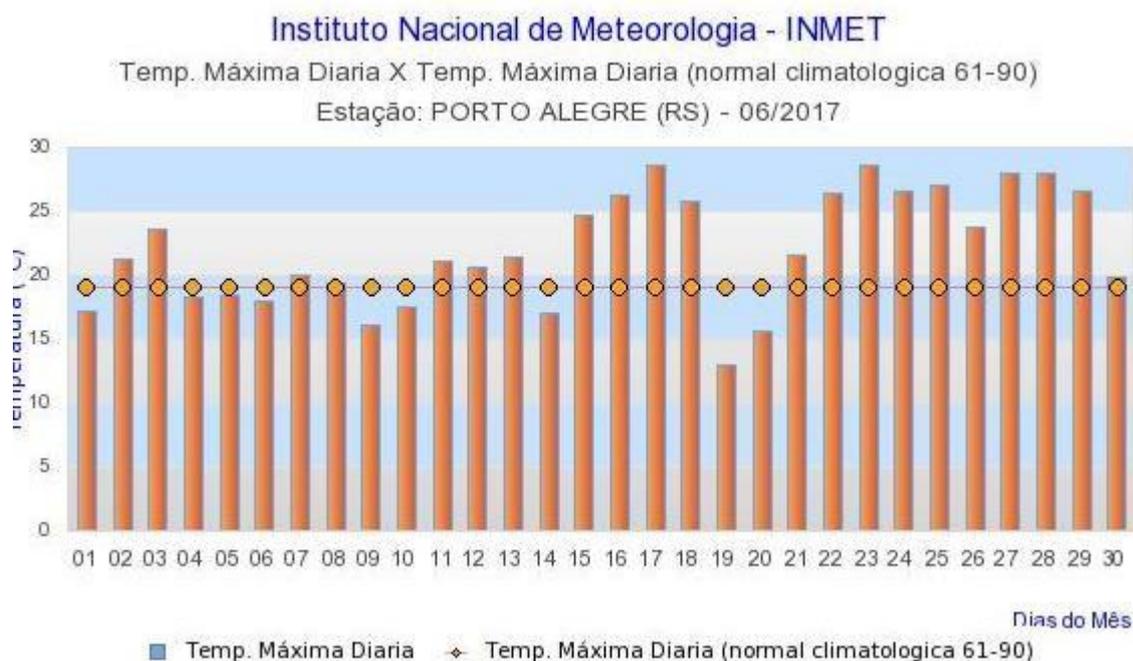


Imagem 27: Gráfico de temperatura na cidade de Porto Alegre. Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia - INMET. Disponível em: http://www.inmet.gov.br/sim/abre_graficos.php. Acesso em: 18 jul. 2017.

Essa condição climática, todavia, não tem instado o Estado brasileiro a implementar medidas positivas voltadas à proteção do direito à vida e integridade da população de rua do Município de Porto Alegre que cresce exponencialmente⁴², conforme dados da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (Fasc) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)⁴³, e que sofre com as condições climáticas da região e com o desamparo estatal.

44. Não são isolados os casos de **óbito por hipotermia** de população em

situação de rua durante o inverno, de vítimas que “morrem de frio”, na cidade de Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul. A título exemplificativo, menciona-se que em 2013, três moradores de rua foram encontrados mortos com suspeita de hipotermia em Porto Alegre⁴⁴ e no interior do Rio Grande do Sul⁴⁵; o mesmo repetiu-se em 2012⁴⁶, em 2015⁴⁷, em 2016⁴⁸ quando as massas de ar polar atingiram a temperatura de 1,3°C⁴⁹, **sendo o mais recente registro de óbito por hipotermia de 17 de julho de 2017**⁵⁰.

45. Destaca-se que **na semana em que foi determinado o novo despejo das famílias, que se iniciou em 16 de julho de 2017, a cidade de Porto Alegre registrou temperaturas que chegaram a - 7º C, devido a uma nova massa de ar polar**.⁵¹ O Centro Integrado de Comando alertou para as baixíssimas temperaturas e pelo resfriamento intenso em Porto Alegre, informando que as mínimas seriam muito inferiores das médias históricas.⁵² **Nessa semana, a cidade registrou as temperaturas mais baixas desde 2013**⁵³, quando **ocorreram três óbitos por frio no mesmo período**. Registre-se que, **para além dos óbitos documentados, ainda há os danos à integridade física comuns a um gigantesco número de pessoas em situação de rua** na capital do estado. A hipotermia ocorre quando a temperatura corporal encontra-se abaixo dos 35º C, e tem como principais fatores de risco os locais frios, a roupa inapropriada e falta de proteção do frio.⁵⁴ Além de provocar a morte, a hipotermia produz alterações funcionais na membrana celular, provocando disfunções enzimáticas e desequilíbrios eletrolíticos, diminuindo o consumo de oxigênio e provocando, em alguns casos, a morte cerebral.⁵⁵ Do mesmo modo, a submissão de um indivíduo a índices baixos de temperatura pode deteriorar o sistema nervoso central, com o deterioramento da memória e do juízo, disartria e diminuição da consciência. Igualmente, a hipotermia produz a depressão respiratória, ocasionando edemas pulmonares, e aumenta o risco de desidratação.⁵⁶

⁴² http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303
<http://www.jornalja.com.br/minha-porto-alegre-cria-rede-para-apoiar-populacao-de-rua/?Nova+Publica%C3%A7%C3%A3o+%28%25TITLE%25%29+foi+feita+em+Jornal+J%C3%81+%7C+Por+to+Alegre>

⁴³ <http://www.sul21.com.br/jornal/porto-alegre-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-em-mais-de-50-em-cinco-anos/>

⁴⁴ <http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/tres-moradores-de-rua-sao-encontrados-mortos-com-suspeita-de-hipotermia-em-porto-alegre-8048.html>

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/frio-pode-ter-sido-causa-de-morte-de-morador-de-rua-em-porto-alegre-4212730.html>

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1317693-ao-menos-12-suspeitas-de-morte-por-frio-sao-registradas-em-sp-e-rs.shtml>

<http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=251&Caderno=0&Noticia=430632>

46. De acordo com o Decreto nº 12.149/1998 é competência do Município de

Porto Alegre a instituição e controle de abrigos.⁵⁷ Entretanto, em recente entrevista (datada de 19 de junho de 2017), a Diretora da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre (Fasc), responsável por oferecer serviços e programas de acolhimento, Sra. Vera Conzi, alegou que não possuem a capacidade de acolhida das 70 famílias despejadas, colocando à disposição somente duas vagas para quase 200 pessoas, já que no período de inverno a capacidade dos abrigos é totalmente ocupada.⁵⁸ A situação crítica pela qual a Fasc passa não se restringe apenas ao número de vagas, mas atinge a estrutura dos abrigos pela falta de cozinheiros e fornecedores.⁵⁹

⁴⁵<http://veja.abril.com.br/brasil/mais-tres-moradores-de-rua-podem-ter-morrido-pelo-frio/>

<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2013/07/24/rio-grande-do-sul-registra-primeira-morte-pelo-frio-300-cidades-tem-geada.htm>

⁴⁶ <http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=252&Caderno=0&Noticia=430995>

⁴⁷<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/06/homem-de-50-anos-morre-por-hipotermia-na-fronteira-do-rs.html>

⁴⁸<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/rs-registra-terceira-morte-por-suspeita-de-hipotermia-nesta-semana.html>

⁴⁹<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/frio-no-sul-morador-de-rua-e-encontrado-morto-com-sinais-de-hipotermia>

⁵⁰<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2017/7/623150/Policia-acredita-que-frio-tenha-provocado-morte-de-homem-em-Porto-Alegre>

⁵¹<http://g1.globo.com/natureza/noticia/onda-de-frio-deve-atingir-sul-sudeste-centro-oeste-e-parte-da-regiao-norte.ghtml>

<https://tempo.canalrural.com.br/noticias/2017-06-09/o-fim-de-semana-mais-frio-do-ano-chegou>
<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/moradores-das-ilhas-de-porto-alegre-sofrem-com-noite-mais-fria-do-ano.ghtml>

<https://www.climatempo.com.br/noticia/2017/06/19/ar-polar-entra-forte-sobre-o-rs-e-temperatura-despenca-5012>

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2017/06/chegada-de-ar-polar-traz-chance-de-neve-ao-rio-grande-do-sul-na-sexta-9809649.html>

⁵² http://www2.portoalegre.rs.gov.br/ceic/default.php?p_secao=44

⁵³<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/07/porto-alegre-registra-2-9c-a-menor-temperatura-desde-julho-de-2013-9845301.html>

Observa-se, contudo, que não há perspectivas de mudanças na situação, **seja porque no dia mais frio do ano o serviço de atendimento aos moradores de rua não funcionou**⁶⁰, seja pela superlotação de emergências dos hospitais públicos devido às baixas temperaturas que ocasionam problemas de saúde na população hipossuficiente⁶¹, seja porque a questão da moradia, do frio e dos moradores de rua tem sido tratada com descaso pela Prefeitura de Porto Alegre, sendo objeto de deboche por parte do Prefeito Nelson Marchezan Junior (ANEXO 5)⁶². Deste modo, a rua é o destino daqueles que em Porto Alegre não têm residência, situação que se agrava e propicia, como demonstrado, **óbito por hipotermia e violações à integridade física, psíquica e moral, sobretudo de crianças, idosos e gestantes.**

⁵⁴ Baumgartner, E; Belson, M; Rubin, C; Patel, M. Hypothermia and other cold-related morbidity emergency department visits: United States, 1995–2004. **Wilderness Environ Med.** 2008; p. 233–7

⁵⁵ Polderman, KH. **Mechanisms of action, physiological effects, and complications of hypothermia.** Crit Care Med. 2009, p. 186–202

⁵⁶ SOTERAS MARTÍNEZ, Iñigo; SUBIRATS BAYEGO, Enric; REISTEN, Oliver. **Hipotermia accidental.** Med Clin (Barcelona). 2011;137(4):171–177

⁵⁷ 1.1.1 - A subfase de pré-impacto é o intervalo de tempo entre o prenúncio da ocorrência e o desencadeamento do desastre. As principais ações a serem desenvolvidas durante essa subfase são: a) evacuação e isolamento da área de risco; b) controle do trânsito local; c) aproximação de recursos; d) avaliações iniciais de reconhecimento; e) instalação de posto de comando avançado; f) instalação de posto médico avançado com capacidade de triagem, reanimação e transporte medicalizado; g) instalação de rede de comunicações; h) triagem socioeconômica dos desalojados; i) instalação de abrigos temporários; j) suprimento de água potável; k) suprimento de materiais de estacionamento; l) suprimento de roupas e agasalhos; m) apoio logístico às equipes empenhadas; n) provisão de alimentos. Os Órgãos envolvidos nesta subfase são os seguintes: COMDEC, CODEC, GP, GAPLAN, PGM, SGM, SMA, SMED, SMF, SMAM, SMOV, SMIC, SMS, SMT, DEP, DMAE, DEMHAB, DMLU, CARRIS e FESC

⁵⁸<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/v/ja-ideias-diretora-da-fasc-discute-condicao-dos-abrigos-no-rs/5949462/>

⁵⁹<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2017/4/615669/Abrigos-da-FASC-estao-sem-cozinheiros-por-falta-de-pagamentos>

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/04/sem-pagamento-empresa-terceirizada-da-fasc-paralisa-atividades-em-abrigos-9775482.html>

⁶⁰<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/noticia/2017/07/telefone-para-solicitar-ajuda-a-moradores-de-rua-volta-a-funcionar-em-porto-alegre-9845958.html>

⁶¹<http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/07/sobe-para-oito-o-numero-de-hospitais-com-emergencias-lotadas-em-porto-alegre-9845184.html>

⁶²<http://zh.clicrbs.com.br/rs/opiniao/colunistas/paulo-germano/noticia/2017/07/andarilho-no-frio-no-viaduto-da-borges-quem-dera-fosse-ficcao-o-post-de-marchezan-9843772.html>

47. Nesse contexto, os direitos consagrados na Convenção Americana, a saber: o direito à integridade pessoal (artigo 5.1 da Convenção Americana) que impõe aos Estados o dever de assegurar e respeitar a integridade física, psíquica e moral daquele sob a sua jurisdição, e proíbe tortura e penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (artigo 5.2 da Convenção Americana)⁶³, bem como o direito à vida (artigo 4 da Convenção Americana) garante a proibição de sua privação arbitrária e que se tomem medidas necessárias a sua garantia e proteção⁶⁴, tem sido rotineiramente violados pelo Estado brasileiro.

48. As obrigações que emanam dos referidos direitos impõe obrigações positivas e negativas por parte dos Estados e que encontram estreita garantia com o direito e garantia da saúde.⁶⁵ Portanto, a inexistência de políticas aptas a receber as setenta famílias desalojadas, sem que haja rupturas de estruturas familiares, **torna iminente a violação dos direitos à vida e à integridade pessoal**; a primeira porque as baixas temperaturas podem provocar o óbito por hipotermia; a segunda porque, ainda que os indivíduos não venham a óbito, a exposição a temperaturas severas acarreta danos físicos e psíquicos. A submissão de uma pessoa a condições de rua também acarreta danos diretos a sua saúde, direito esse estritamente vinculado à integridade pessoal, além de abalos psíquicos e morais, cuja violação também encontra-se sob o escopo de proteção pelo artigo 5 da Convenção Americana.

49. A gravidade, perigo real e verossímil⁶⁶, deve ser analisada em função do contexto específico de cada circunstância que, por sua própria natureza, supõe um risco iminente⁶⁷. No presente caso, as condições de gravidade convertem-se em extremas, isto é, “se encontram em seu grau mais intenso ou elevado”⁶⁸, pois tratando-se de grupos especialmente vulneráveis, como são as crianças, os idosos, as pessoas com deficiência e as **gestantes despejadas** (que por sua condição são mais propensas a riscos, podendo as violações à sua integridade afetar também aos nascituros), os quais requerem uma proteção muito mais estreita em matéria de direitos humanos e atenção imediata por parte do Estado, o que não foi conferido.

<http://www.sbt.com.br/jornalismo/sbtbrasil/noticias/92632/Porto-Alegre-Prefeito-faz-postagem-sobre-o-frio-em-rede-social-e-gera-polemica.html>

⁶³ Corte IDH. **Caso Ximenes Lopes Vs. Brasil**. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 4 de julio de 2006. Serie C No. 149, párra. 126; MEDINA QUIROGA, Cecilia. **La Convención Americana: teoría y jurisprudencia**. Vida, integridad personal, libertad personal, debido proceso y recurso judicial. San José: Facultad de Derecho de Chile, 2003. p.138.

⁶⁴ Corte IDH. **Caso González y otras (“Campo Algodonero”) Vs. México**. Excepción Preliminar, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 16 de noviembre de 2009. Serie C No. 205, párra. 245; Corte IDH. **Caso Baldeón García Vs. Perú**. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 6 de abril de 2006. Serie C No. 147, párra. 85; MEDINA QUIROGA, Cecilia. **La Convención Americana: teoría y jurisprudencia**. Vida, integridad personal, libertad personal, debido proceso y recurso judicial. San José: Facultad de Derecho de Chile, 2003. p. 79.

⁶⁵ Corte IDH. **Caso Gonzales Lluy y otros Vs. Ecuador**. Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 1 de septiembre de 2015. Serie C No. 298, Párra. 167, 171.

Desta forma, a moradia torna-se fundamental para a garantia de outros direitos humanos⁶⁹, *in casu*, o direito à vida e à integridade pessoal. Sem moradia digna ou alternativas viáveis, não resta outra possibilidade além das ruas para milhares de pessoas, dentre as quais as famílias integrantes da “Ocupação Lanceiros Negros.” **Se a vida em situação de rua é uma vida de constante enfrentamento às condições de sobrevivência digna, a vida em situação de rua no extremo sul do Brasil, em condições climáticas completamente desfavoráveis, é uma vida com poucas chances de manutenção da integridade física e de sobrevivência.** O fato de o Estado Brasileiro conduzir com descaso o problema da falta de moradia torna-se ainda mais grave diante de uma situação na qual pessoas vulneráveis buscam sua sobrevivência dentro de um imóvel público e abandonado por mais de dez anos e são expulsas para as ruas por esse mesmo Estado, mediante violência e total ausência de preocupação com a vida e a integridade física dessas pessoas.

50. Ademais, no exame do caso “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) vs. Guatemala, a Corte Interamericana consignou a especial gravidade de uma situação quando um Estado aplica ou tolera a prática de violência contra crianças em situação de risco, como são aquelas em situação de rua, uma vez que os Estados não evitam que essas crianças sejam lançadas à miséria, privando-os das condições mínimas de vida digna e impedindo-as do pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade.⁷⁰ No mesmo caso, a Comissão Interamericana assinalou que a vida das crianças em situação de rua é colocada em grave risco.⁷¹

⁶⁶ FAÚNDEZ LEDESMA, Hector. **El sistema interamericano de protección de los derechos humanos**: aspectos institucionales y procesales. 3. ed. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos, 2004, p. 532-536

⁶⁷ Corte IDH. **Asunto Carlos Nieto Palma y otro**. Medidas Provisionales respecto de la República Bolivariana

de Venezuela. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 5 de agosto de 2008, Párra. 16

⁶⁸ Corte IDH. **Centro Penitenciario de la Región Centro Occidental e Internado Judicial Capital El Rodeo I y El Rodeo II**. Medidas provisionales respecto de Venezuela. 24 de noviembre de 2009, párra. 3.

51. Ora, o possível despejo de quase cinquenta crianças (dentre as quais seis são bebês) e a ausência de locais para recebê-los conduz, invariavelmente, à conclusão de que essas crianças ficarão nas ruas, o que, *per se*, **induz situação de extrema gravidade que coloca suas vidas e integridades em risco.**

52. Em 2004, a Comissão Interamericana outorgou medidas cautelares a favor de sessenta e três crianças e mais de cinquenta adultos vítimas de desocupação urbana que foram desalojados à força em condições que ameaçavam a sua saúde e integridade.⁷²

53. Deste modo, a gravidade se traduz na medida em que há o risco iminente das setenta famílias serem novamente despejadas e ficarem nas ruas de Porto Alegre e terem sua integridade pessoal e vida violados, já que não há estrutura para acolhê-las. Inclusive, **as situações de exposição de indivíduos a baixa temperatura já foram examinadas pela Comissão Interamericana como hábeis a configurar o requisito de gravidade.**⁷³

⁶⁹ Corte IDH. **Caso Salvador Chiriboga Vs. Ecuador.** Excepción Preliminar y Fondo. Sentencia de 6 de mayo de 2008. Serie C No. 179, Párra. 60.

⁷⁰ Corte IDH. **Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala.** Fondo. Sentencia de 19 de noviembre de 1999. Serie C No. 63, Párra.191.

⁷¹ Corte IDH. **Caso de los “Niños de la Calle” (Villagrán Morales y otros) Vs. Guatemala.** Fondo. Sentencia de 19 de noviembre de 1999. Serie C No. 63, Párra.180.

⁷² CIDH. **63 niños y niñas y más de 50 adultos en el municipio de Bello,** Colombia. Medidas cautelares. 119º Período de Sesiones de la CIDH, 5 de marzo de 2004.

⁷³ CIDH. Resolución 43/2016 Medida Cautelar No. 302-15 **Asunto adolescentes privados de libertad en el Centro de Atención Socioeducativo del Adolescente (CASA) Cedro del estado de San Pablo respecto de Brasil.** 21 de julio 2016, Párra. 3.(B) e 13

54. Igualmente, a urgência da situação está plenamente configurada. São consideradas urgentes as situações que colocam a vida do indivíduo em risco⁷⁴ e, no presente caso, a ausência de locais de acolhimento para os beneficiários, a negativa do direito à moradia, o despejo e a baixa temperatura em Porto Alegre têm como consequência possível que essas pessoas passem a viver nas ruas da cidade, o que tem ocasionado mortes por hipotermia, ou, quando não há o óbito, disfunções nos sistemas nervoso, renal e vascular do indivíduo. **Portanto, a não-concessão da medida cautelar coloca em risco direitos consagrados nos artigos 4 e 5 da Convenção Americana em prejuízo dos ora beneficiários.**

55. Desta maneira, **impõe-se a adoção de uma ação preventiva ou tutelar a fim de resguardar a integridade pessoal e a vida** dos beneficiários, para que não sejam despejados do imóvel onde temporariamente residem, ou **para que sejam encaminhados ao prédio do qual foram desalojados.**

56. O dano irreparável se revela, pois, um possível **óbito por hipotermia impossibilita o resgate do status quo**, violando o artigo 4 da Convenção Americana; do mesmo modo, as condutas narradas estão vinculadas ao dever estatal de garantir a vida e a integridade. ⁷⁵Ademais, o dano irreparável é reconhecido pelo próprio Poder Judiciário brasileiro que já reconheceu o “*perigo de dano irreparável ou de difícil reparação evidenciado pela imediata execução*” da reintegração de posse, quando da decisão liminar da 7ª Vara da Fazenda Pública, conforme relatado (vide parágrafo 11).

57. Está observada, assim, a necessidade de que exista a possibilidade razoável de que dano se realize e a impossibilidade de repará-lo em caso de não-concessão da presente medida cautelar.⁷⁶

DA IMINÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS À VIDA E À INTEGRIDADE PESSOAL ANTE A VIOLÊNCIA EMPREGADA PELO ESTADO PARA REALIZAR DESOCUPAÇÕES

58. Os violentos atos cometidos pela Polícia Militar, tais como os ocorridos em 14 de junho de 2017, em Porto Alegre, para efetuar a reintegração de posse da “Ocupação Lanceiros Negros” demonstram uma **situação de urgência e de vulnerabilidade da vida e da integridade** daqueles que atuam em contrariedade ao abuso de poder dessas instituições.

A possibilidade de um novo despejo é situação muito grave, **pois há o risco iminente de violação à integridade pessoal e à vida dos beneficiários**, tendo em vista que a ordem judicial proferida em 17 de julho de 2017, pela 1ª Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre, determinando a nova reintegração de posse em caráter liminar, determina a atuação da Brigada Militar, seguindo, assim, os mesmos padrões da determinação de desocupação de 14 de junho de 2017. Como referido (vide parágrafo 21), a Polícia Militar não possui preparo e treinamento para ações de reintegração de posse, **aplicando, assim, os únicos métodos para casos de desocupação para a qual foi treinada: o de rebeliões em presídios, de modo que sua atuação em desocupações é violenta e coloca em risco a vida e a integridade daqueles que serão despejados.**

59. Recordar-se que já em 2009 a Comissão Interamericana reconheceu, ao examinar o caso *Garibaldi vs. Brasil*, a violência empregada nos processos de desocupação no Brasil.⁷⁷ Apesar de esse caso se referir a desocupação promovida por particulares em uma propriedade privada, a gravidade nele reconhecida não se distingue do caso em exame. No presente caso, a gravidade da desocupação é alarmante, pois trata-se de medida realizada com o patrocínio estatal, sendo tão violenta quanto aquela promovida pelos particulares.

60. Ademais, a medida adotada para a desocupação não adotou os parâmetros estabelecidos no Sistema Interamericano, uma vez que além de o Estado ter agido de forma negligente com relação às crianças⁷⁸, não observou a necessidade, proporcionalidade e tampouco a legalidade. A medida era desnecessária porque inexistia urgência na satisfação do interesse público imperativo⁷⁹, **já que o Estado deixou de demonstrar qualquer interesse na propriedade por mais de doze anos**, retirando-lhe qualquer função social; o Estado voltou suas atenções ao imóvel somente quando essa função social foi atingida pelas famílias da “Ocupação Lanceiros Negros”. Da mesma forma, a medida do Estado não foi proporcional, uma vez que interferiu de forma drástica no exercício dos direitos dos moradores da Ocupação⁸⁰, **que tiveram sua integridade pessoal violada, bem o como os seus direitos à residência e à vida digna**. Ademais, a legalidade não foi observada porque os interessados não foram devidamente intimados da desocupação; embora houvesse crianças no imóvel, não havia um representante do Conselho Tutelar, órgão estatal brasileiro responsável por crianças e adolescentes e que possui o dever funcional de acompanhar todas as situações que envolvam menores de 18 anos. Portanto, **a possibilidade de ocorrência de um novo despejo - com todas as violações de Direitos Humanos que dele advém - mostra-se eminentemente grave**.

61. A urgência é atendida devido à vigência do novo mandado de reintegração de posse, a ser executado **pelo mesmo grupo do Batalhão da Polícia Militar**, que não ~~tem preparo para desalojar a população civil (como apontado no item 21)~~ e utiliza-se de violência (física, psíquica e moral) para cumprir ordens judiciais a “qualquer custo”. **Isto coloca em risco a integridade pessoal de todos os membros das setenta famílias**, já que os últimos episódios apontam para utilização de gás lacrimogêneo e de spray de pimenta (que podem provocar problemas respiratórios, síncope, crises de asma, edema de glote, queimaduras na pele)⁸¹, de violência física por meio de socos, chutes e uso de cassetetes e pela participação do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar e do Batalhão da Polícia de Choque do Estado, **cujas mais recente atuação violenta e desproporcional atingiu até mesmo o parlamentar que preside a Comissão de Direitos Humanos durante o exercício de suas funções**⁸² e sem respeito a nenhuma prerrogativa ou garantia fundamental. Cabe ressaltar que o *modus operandi* da Polícia Militar brasileira já ensejou a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pela violação, dentre outros, aos direitos à vida e à integridade pessoal nos casos *Escher vs. Brasil* e *Favela Nova Brasília vs. Brasil*.

⁷⁴ Corte IDH. **Caso James, Brigs, Noel, García y Bethel**. Medidas provisionales solicitadas por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos respecto de la República de Trinidad y Tobago. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos del 14 de junio de 1998, párra. 6

61. Pontua-se que a violência empregada pela Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul em processos de desocupação foi objeto de relatório do Comitê

Estadual Contra a Tortura (CECT/RS)⁸³, que concluiu pelo emprego de práticas de tortura, tratamento cruel, desumano e degradante por parte da Brigada Militar na retirada de estudantes secundaristas que ocupavam prédio da Secretaria da Fazenda reivindicando melhorias na estrutura das instituições de ensino, a retirada do Projeto de Lei 44/2016 e o apoio à então greve dos professores. Todas as práticas apontadas no relatório são vedadas pelo artigo 5.2 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e pela Convenção Interamericana para Punir e Prevenir a Tortura.

62. Por fim, a presente solicitação de medida cautelar é necessária para se evitar um dano irreparável, pois a proibição do uso da força e de outro despejo realizado pela Polícia Militar constitui meio para proteger a vida e a integridade dos beneficiários.

63. O despejo feito com violência e a falta de abrigo para famílias despejadas que sofreram com a violência da reintegração de posse enseja a concessão de medidas cautelares por parte da Comissão Interamericana como já ocorrido.⁸⁴

⁷⁵ Corte IDH. **Caso Velásquez Rodríguez, Fairén Garbi y Solís Corrales, y Godínez Cruz.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 15 de enero de 1988, Párra. 1-5; Corte IDH. **Caso Bustíos – Rojas.** Medidas provisionales solicitadas por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos respecto del Perú. Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos del 8 de agosto de 1990, Párra. 1-7.

⁷⁶ Corte IDH. **Asunto COFAVIC Caso del Caracaz.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos 28 de mayo de 2010 Solicitud de Medidas Provisionales respecto de la República Bolivariana de Venezuela, párra. 6; Corte IDH. **Asunto Wong Ho Wing.** Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 28 de mayo de 2010. Solicitud de Medidas Provisionales presentada por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos respecto de la República del Perú, Párra.

⁷⁷ Corte IDH. **Caso Garibaldi Vs. Brasil.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 23 de septiembre de 2009. Serie C No. 203, Párra. 101.

⁷⁸ Corte IDH. **Caso Hermanos Landaeta Mejías y otros Vs. Venezuela.** Excepciones Preliminares, Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 27 de agosto de 2014. Serie C No. 281, Párra. 126.

⁷⁹ Corte IDH. **Caso Ricardo Canese Vs. Paraguay.** Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 31 de agosto de 2004. Serie C No. 111, Párra. 96.

⁸⁰ Corte IDH. **Caso Comunidad Indígena Yakye Axa Vs. Paraguay.** Fondo Reparaciones y Costas. Sentencia

17 de junio de 2005. Serie C No. 125, Párra. 144-145.

⁸¹<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/saiba-os-riscos-ao-corpo-das-armas-para-dispersao-de-manifestacoes.html>

IV. ADMISSIBILIDADE

64. A presente solicitação de medida cautelar atende a todos os requisitos formais e materiais estabelecidos nos artigos 106 da Carta da Organização dos Estados Americanos, 41. (b) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, 18.(b) do Estatuto da Comissão Interamericana e 25 de seu Regulamento para ser recebido e processado perante a Comissão

65. O MOVIMENTO DE LUTA NOS BAIRROS, VILAS E FAVELAS (MLB), com sede à Rua dos Andradas, nº 885, Porto Alegre/RS, inscrito sob o CNJP nº 07.058.129/0001- 08, ora peticionário, representado por NANASHARA D'AVILA SANCHES, geógrafa e professora, representante da Coordenação Nacional do MLB, residente à Avenida Ipiranga, 7.563, Porto Alegre/RS, é um movimento social com atuação nacional na República Federativa do Brasil, com a pauta de atuação voltado à garantia do direito humano à moradia digna. O MLB tem representado os beneficiários da presente solicitação de medida cautelar em todos os processos judiciais vinculados à “Ocupação Lanceiros Negros”, figurando, inclusive, no polo passivo do processo de reintegração de posse que fundamenta a presente solicitação, sendo despicienda, assim, a conformidade expressa dos potenciais beneficiários nos termos do artigo 25.3.c do Regulamento da Comissão Interamericana.

⁸² Conforme mostrado no item 18

⁸³ Relatório sobre a atuação do Estado na desocupação da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (Sefaz), então ocupada por estudantes de Ensino Médio de escolas públicas estaduais. Disponível em: <https://medium.com/comite-estadual-contra-a-tortura/comit%C3%AA-estadual-contra-tortura-divulga-relat%C3%B3rio-sobre-a-desocupa%C3%A7%C3%A3o-da-sefaz-2bd6f882be4e> . Acesso em 18 jul. 2017.

⁸⁴ CIDH. **Eduardo César Ariza Ulloque y otros**, Colombia. Medidas Provisionales, 2006.

66. Os beneficiários das medidas são os membros das setenta famílias da “Ocupação Lanceiros Negros” que foram despejadas no dia 14 de junho de 2017 e que hoje residem à Rua dos Andradas, nº 885. Por solicitação dos beneficiários, somente as abreviaturas dos nomes de um representante de cada família (A. J.; A. M.; A. M.; A. C. F.; A. M. S.; A. P. R. M.; A. S.; B. C.; B. A.; C. A.; C. F.; C. M.; C. S. R.; C. R. S.; D. S.; E. R. S.; E. S.; E. F.; E. T.; E. A. M.; F. M.; F. S.; G. F.; G. E.; G. S.; G. F.; I. A.; I. S.; J. N.; J. R.; J. S.; L. G.; L. R.; L. L. R.; L. M.; L. G.; L. M.; L. S.; L. M.; M. O.; M. S.; M. S.; M. R.; M. F.; M. P.; M. S. D.; M. M.; N. S.; P. S.; P. E.; P. M.; P.M.; P. M.; P. M.; P. M.; P. V.; R. C.; R. M.; R. S.; R. S.S.; R. C. D.; R. S.; S. S.; T. S. S.; V. C.; W. M.; W. M.)⁸⁵ é apresentado nesta solicitação, sendo a indicação de seus nomes apresentada em documento anexo. Isto decorre do processo de criminalização, investigações e estigmatização de defensores de direitos humanos ocorrido no Brasil, o qual pode ser vislumbrado pela nota Oficial do Estado do Rio Grande do Sul a respeito da referida desocupação, deste modo, **por fins de segurança requer-se a manutenção dos sigilos dos nomes dos beneficiários, perfazendo-se o requisito do artigo 25.4 do Regulamento da Comissão Interamericana.**

67. Ademais, demonstrada a presença da urgência, gravidade e necessidade de se evitar dano irreparável, restam preenchidos os requisitos necessários à concessão da medida cautelar.

V. PETITÓRIO

68. Diante do exposto, requerem os peticionários à Honorável Comissão Interamericana de Direitos Humanos:

- a) Tenha por apresentado o presente pedido;
- b) Outorgue **com urgência** Medidas Cautelares a favor das setenta famílias beneficiárias despejadas no dia 14 de junho de 2017, em consideração ao artigo 28 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, com vistas a tutelar e prevenir novas ofensas aos direitos à integridade pessoal (artigo 5) e à vida (artigo 4), estabelecidos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação com o artigo 1.1 do mesmo instrumento;
- c) Solicite à República Federativa do Brasil a adoção de todas as medidas necessárias, segundo os padrões interamericanos, para proteger a vida e a integridade pessoal, dos beneficiários, em especial as seguintes determinações:
 - c.1 Sejam imediatamente suspensas quaisquer ordens de reintegração de posse;
 - c.2 Sejam determinados o retorno e a permanência dos beneficiários no prédio público situado à Rua General Câmara nº 352, Porto Alegre/RS, Brasil,

até que haja condições de deixar o imóvel mediante reassentamento adequado.

c.3 Sejam as medidas cautelares vinculadas aos beneficiários, acompanhando-os em caso de novo despejo, independentemente do local onde passarem a residir, a fim que lhes sejam resguardados os direitos à vida e à integridade pessoal.

⁸⁵ Não foram incluídos à lista as iniciais dos menores de idade e dos cônjuges daqueles já indicados.

VI. NOTIFICAÇÃO

69. A representação dos beneficiários solicita respeitosamente que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos remeta todas as notificações relacionadas com este caso aos seguintes endereços:

Rua dos Andradas, 885
CEP 90020-005 Centro Histórico - Porto Alegre/RS - Brasil

Rua Félix da Cunha, 1143, 2º andar - Casa Félix
CEP 90570-001 Moinhos de Vento - Porto Alegre, RS - Brasil

contato@mlbrasil.org
nana_sanches@hotmail.com
fabioalestrofloriano@gmail.com
marinaalrosa@gmail.com
fernandabragato@yahoo.com.br
carolvoges@hotmail.com
irispguedes@gmail.com

De Porto Alegre/RS para Washington D.C em 21 de julho de
2017

Nanashara D'Avila Sanches
Ana Carolina Voges de Campos
Fábio Balestro Floriano
Fernanda Frizzo Bragato
Íris Pereira Guedes
Marina de Almeida Rosa

ANEXOS

ANEXO	CONTEÚDO
ANEXO 1	Fotos da “Ocupação Lanceiros Negros” antes de reintegração de posse ocorrida em 14 de junho de 2017
ANEXO 2	Recomendações feitas pelo Conselho de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul ao Estado a respeito do processo de reintegração de posse
ANEXO 3	Fotos da reintegração de posse feita no dia 14 de junho de 2017 no imóvel onde era a “Ocupação Lanceiros Negros”
ANEXO 4	Gráficos de condições climáticas da cidade de Porto Alegre elaborados pelo Instituto Nacional de Meteorologia
ANEXO 5	Manifestação do Prefeito de Porto Alegre
ANEXO 6	Notícias publicadas em jornais brasileiros sobre: (a) a reintegração de posse do dia 14 de junho de 2017; (b) as baixas temperaturas no Rio Grande do Sul e os óbitos por hipotermia.

Anexo 6 - Entrevistas realizadas com moradores e coordenadores de ocupações organizadas por movimentos sociais no bairro Centro Histórico - Porto Alegre/RS:

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Priscila Voigt Severiano – coordenadora nacional do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB

Idade: 28

Filhos: 0

Bairro de origem: Periferia de Tijucas/SC

Escolaridade: Superior completo.

1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?

Morei com minha família. Quando sai da casa da minha família pra estudar, eu paguei aluguel. Até a gente organizar a OLN, fui morar na OLN e aí eu saí do aluguel em 2015, em novembro de 2015. Assim que a gente teve a reintegração, eu voltei para o aluguel.

2) Por que você foi para esta ocupação?

Fui uma das coordenadoras junto com a Nana Sanches, uma das coordenadoras da ocupação. A gente está à frente do MLB, que é um movimento que organizou a OLN, organiza a luta pela moradia, pela reforma urbana e pelo socialismo no país inteiro, um movimento nacional. Já existe há 20 anos. Aqui no RS a gente começou o trabalho em 2014. A gente foi para o Congresso Nacional do MLB e voltou com a responsabilidade de estruturar o MLB aqui no RS. Então, em 2015 a gente organizou a ocupação. A gente montou os núcleos nos bairros, no Morro da Cruz, no a Lomba do Pinheiro, Chocolate. Eu trabalhava no Morro da Cruz, numa unidade de saúde. Então a gente através desse trabalho, com contato com associação de moradores, a gente iniciou também o trabalho do núcleo do MLB naquele bairro.

Eu me formei em nutrição com perspectiva de atuar com saúde coletiva, então eu vim pra POA fazer minha especialização. A especialização tinha da residência em trabalho, uma residência em serviço então a gente faz o estudo, a formação teórica, e o trabalho prático aliado. Então eu fiquei 2 anos trabalhando no Morro da Cruz e as atividades locais eram diversas. Toda a rotina de uma unidade de saúde. Tu fazia acolhimento, primeiro de recepção dos pacientes na Unidade de saúde. Fazia visita domiciliar, fazia grupos, atendimento individual, acompanhava agente de saúde nas visitas. Então, fiz o grupo na escola com adolescentes, fiz grupo de criança, de saúde mental. Enfim, a gente enquanto residente tem o potencial de poder criar dentro da Unidade de Saúde espaços que muitas vezes, os

trabalhadores tão ali, na exploração e numa rotina mais dura e com mais assédio, inclusive do que o residente que tem mais liberdade, a gente pode criar mais coisas. Então, o papel do residente além do trabalho *in locu* é de estimular outras formas de fazer saúde que possam existir numa Unidade de Saúde. Então esse contato com a comunidade, com a associação, com a região que a gente vai, possibilitou a gente abrir um trabalho do MLB no bairro.

Algumas das coisas que me marcaram muito e acho que tem muito a ver quando a gente fala sobre a [união da] luta da moradia com a luta das mulheres, tem total vínculo. Quando a gente pensa que uma família de pai, mãe, tio, tia, sobrinho moram tudo na mesma casa, num espaço apertadíssimo dividindo o mesmo espaço, um banheiro, uma cozinha. Por exemplo, o nível de aumento de violência contra meninas, contra mulher é mais alto. Então tem várias coisas que dentro do trabalho de saúde a gente vai observando. Dentro da realidade da precariedade de moradia. A falta de saneamento básico, a questão do esgoto, toda falta de infraestrutura e como isso afeta profundamente a saúde das pessoas. Não é possível a gente falar de saúde sendo que a pessoa não tem onde morar, se tem um esgoto a céu aberto na frente da tua casa, se tu não tem água pra beber, se tu não tem o que comer, então não adianta ter uma Unidade de Saúde, a gente sabe que tem toda limitação, mas funciona. [Mas], se tu não tem estrutura básica, tu não vai avançar na situação de saúde. Então isso fez eu querer me organizar em um movimento popular, por entender que só uma estrutura de saúde não ia resolver. O povo organizado por direitos sociais tem um fator determinante na saúde ou na doença da população. Então, foi essa realidade que a gente se depara, de casa em casa, conversando com as pessoas e a necessidade pra gente lutar por uma outra sociedade.

Acho que tem isso, de situações de poder existir uma situação de violência, de violência de estupro, de violência à menina, à criança por conta da família e das mães saírem e trabalhar e as crianças ficarem na casa e tu não saber... Então isso são coisas que me marcaram. De quando vai fazer atendimento à criança e pesar, tu pela a criança pra tu botar na balança. Então a orientação inclusive é tentar identificar algum sinal de risco. Então imagina no momento que tu pela uma criança e ela começa a chorar desesperadamente, absurdamente, é um sinal. Então, essas coisas me marcaram. Situações assim, de viver e como encaminhar isso enquanto equipe. De não ser subestimada essa situação. E uma outra situação de uma criança que chegou com desnutrição grave. Era um bebê. A gente acompanhava pelo menos duas vezes na semana, pesando a cada 2 dias pedindo pra mãe pesar porque a mãe tava com depressão pós-parto e não conseguia amamentar. Essa criança tava murchando e a gente conseguiu que ela fosse internada no hospital. Na residência a gente tem preceptores [Priscila era preceptora], eu me senti responsável por essa criança, não dormi varias noites pensando que tinha uma vida nas minhas mãos. Essa mãe não conseguia amamentar. Tinha um relato que ela acordou e a criança tava no chão. Ela não lembrava como a criança tinha aparecido no chão. Não

tinha machucado, mas a criança não se alimentava. A mãe era uma adolescente de 17 anos e esse assunto, específico da nutrição, da amamentação é um assunto pra mim muito caro. Porque a sociedade responsabiliza muito as mães só e não é simples assim as coisas pra acontecer. Então a gente conseguiu internar a criança, conseguiu encaminhamento e ela só sobreviveu porque foi internada, recebeu soro e reforço alimentar. Porque ela não tinha nem mais força pra tentar mamar. Sabe quando a criança chega num nível que não tem força pra mamar? Se desse mamadeira não ia conseguir mais. Só porque foi com soro e internação mesmo. E se não tomasse uma decisão rápida, a criança podia ter morrido. Essas situações me marcaram muito, em relação a crianças e mulheres e como isso tem impacto na vida das mulheres.

- 3) Há quanto tempo você mora (ou morou) em uma ocupação?
Eu morei um ano e meio na OLN. Foi o tempo que durou da reintegração.
- 4) O que mudou em sua vida depois de ter vindo morar em uma ocupação?
Acho que a gente aprende muito, muita coisa. Tanto por ir morar em uma ocupação, eu sempre dividi apartamento, então sempre fui morar com muita gente. Mas o dividir uma ocupação, além de ser uma moradora e ser uma coordenadora, tem 2 desafios. E enquanto moradora acho que o aprendizado coletivo, de dividir tudo, de fazer assembleia, enfim, de conseguir dividir o espaço é um desafio porque não é fácil dividir, morar com pessoas totalmente diferentes com rotinas diferentes, com vivências diferentes e a gente aprender um com outro. A paciência, ouvir, compartilhar. Acho que isso é um desafio de morar coletivamente e acho que uma das coisas que mais marca de ocupação e de ocupação organizada enquanto um movimento social é a gente exercitar o poder popular. A gente decidir as coisas de forma coletiva. Ter uma coordenação, assembleia, pensar das coisas mais básicas desde lavar louça, fazer a cozinha, como pra política pra cidade que a gente quer, como a política de negociação, como que nós vamos pra uma negociação na justiça, como vamos fazer uma caminhada na rua. Então, desde um show que nos vamos fazer, como abrir a ocupação pras pessoas conhecerem, como que nos vamos fazer com que, enfim, todos os processos de decisão passaram pela coordenação e pela assembleia e acho que esse é um exercício. Me marca muito as companheiras mulheres dizendo que se sentiam importantes quando tavam dentro da coordenação da ocupação e do movimento. Não eram mais a pessoa responsável pelo cuidado da casa, dos filhos, da casa, da comida, da limpeza, mas pelo cuidado coletivo de toda uma ocupação, de cuidar de outras pessoas, do político, do macro, de tomar decisões e de como, depois [com o fim da ocupação], isso fazia falta pra essas companheiras de como se sentiu valorizada e descobriu que podia cumprir esse papel. Então morar em ocupação traz vários aprendizados e enquanto coordenação acho que a gente

aprende com várias dificuldades, porque morar em uma ocupação não é só flores. A gente tem muitas coisas boas de compartilhamento, de debate, mas tem momentos bem difíceis, de como lidar com a diferença, de como lidar, como fazer os debates. São desafios de viver em sociedade e de viver coletivamente, não olhando cada para seu umbigo. E acho que como coordenadora, a gente cresce muito vivendo esses espaços coletivos que é uma ocupação.

5) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

A gente tem a coordenação do movimento, tinha a coordenação da ocupação que reunia semanalmente e a assembleia das famílias. A gente tem um regimento interno na ocupação, então a coordenação seguia esse regimento interno e qualquer problema que acontecia, usava desse regimento pra gente poder organizar a ocupação. Então algumas regras, por exemplo, não é permitido uso de bebida alcoólica, de drogas dentro da ocupação. Tanto pela criminalização quanto por dar algum problema, algum estresse entre as famílias, ta com álcool na cabeça, isso pode gerar um problema ainda maior. O combate com a violência às mulheres, às crianças, tudo isso são regras que o movimento tem de debate que antes das famílias ocuparem junto elas tão cientes, elas concordam, debatem sobre isso e o papel da coordenação também é garantir isso. Então óbvio que a gente vai construindo com as famílias a forma de garantir e uma forma de educação também, porque é um processo de educação. A gente vive numa sociedade violenta, que a gente é acostumado a ver as crianças serem agredidas, se tratarem com agressividade. Então acho que tem várias coisas que não é só impor um regimento, é construir processos de educação, novas formas de educação então acho que esse é um desafio. A gente se organizava por essa forma de coordenação e por assembleia e por coordenação por andar também. Alguns momentos conseguiu se organizar de cada andar poder organizar seu espaço, sua limpeza. E aí a divisão do trabalho da cozinha, da limpeza, da segurança que era importante.

6) Você pensa em sair da ocupação?

Não. Não pensei em sair da ocupação. Apesar dos desafios. Acho que, como eu falei, [não dá pra] dizer que não existe desafio. Porque viver coletivamente é difícil. Porque a pessoa quer seu espaço. Porque na Lanceiros, a gente não tinha cada um seu banheiro. A gente foi desenvolvendo depois as cozinhas [privativas]. As divisórias eram de tapumes, porque era um espaço comercial. Faz diferença. Na ocupação de terreno, se cada um tem sua casa e não quer olhar a cara do vizinho porque está bravo, pode ir pra sua casa. Então, óbvio que cada espaço que a gente ocupa tem essa diferença. Por isso que o MLB faz muito esse debate da gente ocupar espaços que a gente tenha condições, que tenha projeto que possa reformar. Porque todo mundo quer ter seu canto, seu espaço privado. Mas eu

acho que lidar com o que é espaço privado e coletivo é desafio. Mas eu nunca tive vontade de sair, muito pelo contrário. Acho que todos nós, se for perguntar pra cada um, morador, moradora, apesar de todas as dificuldades de relação um com outro, tem muita saudade da época que a gente vivia na OLN, justamente por ser uma grande família. A gente construiu uma grande família.

7) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?

A gente tem um senso muito grande nessa sociedade que cada um cuide do seu, sua comida, meu almoço, minha janta. Conseguir fazer as divisórias da minha casa, mesmo se não tinha resolvido dos outros. Então é sempre uma luta muito grande pra que o coletivo prevaleça sobre o individual. Talvez esse seja o principal desafio. Porque a partir dele outras coisas pequenas vão saindo, como não lavar a louça, não cumprir sua escala. E a repressão. Acho que é outra coisa que é um desafio. O início da OLN, a brigada militar teve muito presente, o dia inteiro, todos os dias. No primeiro mês revezado ali, jogando sirene no rosto das pessoas, jogando luz, sirene, botando barulho para as pessoas acordarem apavoradas. Amedrontando. E enfrentar a repressão, enfrentar isso, coesionar as famílias, saber que temos um inimigo em comum, que não é a gente. Acho que essa questão do individualismo trás muito isso. A gente briga entre nós e perde a perspectiva que temos um inimigo lá fora, que quer nos massacrar, despejar. Ao mesmo tempo, quando a gente tem esse desafio de enfrentar a repressão, a gente também acaba vendo quem é nosso inimigo. Isso deixa mais às claras quem é quem no jogo. Então acho que esse processo, a gente enfrentou algumas reintegrações. Algumas tentativas. Uma saiu um filme que é o “lanceiros, uma história de luta e liberdade” que a gente conseguiu vencer e a brigada militar não conseguiu cumprir o despejo e foi uma experiência muito incrível porque a gente conseguiu estar muito unido naquele momento, apesar de ta uma tensão lá fora, a gente conseguiu fazer assembleia, dividir tarefa, quem fazer café, quem vai ficar dentro, como vai ser segurança, quem vai ficar com as crianças. A gente conseguiu, em todo processo, construir uma forma de organização que nos permitiu nesse momento de tensão estar preparados, pra como responder a isso. Então não foi aleatório. A gente já tinha uma organização prévia pra isso. Então acho que esse momento a gente se sente enquanto classe, que a gente ta do mesmo lado, acho que também é um desafio, mas que a gente teve, conseguiu fazer isso tanto vencendo essa reintegração que não aconteceu, tanto no outro momento que a gente foi despejado, foi reintegrado, foi bem violento, mas que as famílias permaneceram confiando no movimento. Penso nisso como desafios da questão do combate a ideologia burguesa na sociedade, do individualismo, que prega que é indivíduo acima do coletivo e da nossa capacidade de coesão, de resistência, de como isso prova que a organizado a gente pode vencer, pode resistir e que perder uma batalha não é perder a guerra. Nós temos muita lua pela frente. E justamente a avaliação que eles vêm com mais força e sangue pra cima da gente na

segunda reintegração, isso mostra a força da população, de que é o povo organizado no centro da cidade, sabendo seus direitos, reivindicando seus direitos, sabendo que tá tendo uma formação política grande. Então, pra eles era uma questão de honra reintegrar a gente, tirar do centro, querer quebrar o movimento e acho que por mais que abalou, não tem como dizer que não abala porque eles usam da violência pra abalar, mas acho que o vínculo e a confiança das famílias no movimento, ele permanece por conta de como foi criando esse vínculo, a profundidade desse vínculo enquanto movimento com as famílias.

8) E as principais vantagens?

Reduzir o custo de vida, com certeza. A gente tinha uma cozinha coletiva. Depois de um ano foi debatido de as famílias que tivessem interesse, pudessem ter a sua cozinha, mas a gente manteve por um ano só a cozinha coletiva então isso com certeza faz diferença pra uma família que não tem o que comer, mas a gente tem ali o arroz, o feijão, o básico, as campanhas que a gente faz de arrecadação, e faz as vaquinhas individuais, tem a contribuição das famílias pra manutenção do prédio, da estrutura. E acho que essa redução do custo de vida, isso melhora a vida das pessoas. O acesso a equipamentos públicos no centro da cidade, ao posto de saúde, às creches. A gente viu as crianças terem acesso muito rápido às escolas de educação infantil, que não tinham nos bairros. Diferença das escolas de ensino fundamental e médio no centro. A questão do deslocamento, a passagem é muito cara então não ter que gastar com deslocamento, isso também melhora absurdamente a vida das pessoas. A gente conseguiu montar uma central de serviços que oferecia pedreiro, diarista, cuidadora de idosos, manicure e ia divulgando os serviços. Então muita gente conseguiu ingresso no mercado de trabalho. Muitos indígenas trabalhavam no centro com seu artesanato. Então faz muita diferença ter que ir pra um bairro ou ficar num hotel pra vender tua mercadoria e os próprios ambulantes que trabalhavam ali no centro. Então, viver no centro muda muito a vida das pessoas economicamente e politicamente. É uma atividade política e econômica e de mudança social. E a inserção política, da vida da cidade. Então a gente conseguiu fazer muitos debates políticos dentro da ocupação para as famílias poderem se inserir do que acontece na sociedade, porque que é assim, porque a gente é explorado, porque tem tanta miséria, porque tem prédio vazio e gente sem casa. Isso tudo é papel do movimento e a gente conseguiu fazer esse debate. Então as várias vantagens de se morar em uma ocupação, a vida coletiva, o debate coletivo que tem dificuldade, mas tem as suas potencialidades que a gente deve explorar e essa questão econômica. De mudança real na vida das pessoas.

9) Você sairia dessa ocupação para morar em outra ocupação?

Com certeza! Estou ajudando. Construo o MLB, sou da coordenação nacional, da coordenação estadual. O nosso principal trabalho é organizar as ocupações por luta por moradia, organização nos bairros, nos território e núcleos do MLB. Enquanto existir famílias sem-teto nesse país nosso movimento não vai para de organizar ocupações em espaços ociosos porque existe uma lei que fala da função social da propriedade e enquanto tiver imóveis ociosos é nosso dever organizar a luta pra que eles cumpram a função social e as famílias tenham onde morar.

10) Você faz parte de algum movimento social? Se sim, a quanto tempo?

Sim, faço parte do MLB desde 2014 e faço parte da Unidade Popular pelo Socialismo que é um partido político que a gente obteve nosso registro legal no final do ano passado, dezembro de 2019. Forma dois anos de coleta de assinatura, a gente começou em 2014. A gente coletou 100 mil assinaturas, mudou a questão da legislação pra fundar partidos que diminuiu o tempo, restringiu muitas quando a gente perdeu todas as 100 mil assinaturas. Voltamos a coletar de novo em 2016 e agora no final do ano passado a gente conseguiu nosso registro. O MLB fez parte dessa construção, faz parte.

Então faço parte também da UP no RS, sou presidente estadual, faço parte do diretório nacional também.

A questão dos partidos políticos, a gente avalia que a luta política na sociedade ela se dá entre partidos políticos. A disputa pelo poder na sociedade se dá entre partidos e os partidos eles tem que tá a serviço da luta. Eu acho que a partir como tu enxerga qual o papel de um partido político, isso interfere na relação que o movimento social tem e qual é a interferência que o partido vai ter no movimento social. A gente enquanto UP acredita que a luta social vai determinar as mudanças na política do país e que nós precisamos estimular que as pessoas não façam luta só pela casa própria, ou só pelo saneamento, porque ainda é uma luta individual, mas que a gente faça uma luta por uma outra sociedade, por uma outra política, e pra isso precisamos ter um partido e por isso a gente construiu a UP. E que a gente precisa disputar sim os espaços institucionais, mas é a luta de rua que vai determinar isso. Pra isso, o partido precisa se dispor a construir consciência popular, organização popular e política com a classe trabalhadora. É necessário ter essa relação entre movimento e partido, mas o nosso questionamento é como os partidos atuais lidam com isso, porque muitos movimentos se anularam, ou foram cooptados pra estrutura de governo ou para estruturas partidárias com a perspectiva de que apenas a luta institucional fosse resolver o problema. Ai tu paralisa o movimento. Paralisa o motor da luta da história que é a luta de classes. Tu paralisa esse motor da história, e não avança. Nossa crítica aos partidos, de os movimentos entraram pra dentro das estruturas achando que dentro de um governo x ou y, tu ia conseguir construir um programa, que ele ia ser comprado na integra por um governo e

que abandonar a luta de rua achando que tava resolvido, porque tava no governo, isso foi um grande equívoco. Os partidos devem fortalecer luta popular, e não o contrário, e não paralisar a luta. Então acho que o problema não são os partidos, ter partidos, é a concepção de partido e o que se constrói a partir disso. Por isso que a gente deixa muito nítido qual o papel da UP e porque que o MLB, o Olga Benario, os movimentos construíram a UP com nosso objetivo que é destruir o capitalismo, é construir o poder popular, é romper com essa sociedade e colocar o povo no poder.

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Merong Itaporumã (nome indígena). Wallace Santos de Souza (nome de documentação oficial).

Idade: 32 anos.

Filhos: 2

Bairro de origem: Contagem/MG.

Escolaridade: Ensino Médio Incompleto.

1) Fale um pouco sobre você.

Eu sou originário de um povo chamado Pataxó Hãhãe da Bahia, porém eu nasci em Minas. Então eu nasci em Minas, fui criado na Bahia e sempre vivi da venda de artesanato. Me casei com uma guarani que é do Rio Grande do Sul e morava, moro no Ventara na aldeia guarani também. E eu venho pra comercializar artesanato em Porto Alegre.

- Tu vem quantas vezes pra Porto Alegre por mês?

Na verdade, hoje eu faço um período de 30 a 60 dias. Eu praticamente, eu me considero um morador de Porto Alegre, mas a minha família fica na aldeia. Então, sempre eu to indo na aldeia, passo 2, 3 dias com a família e volto para Porto Alegre.

2) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?

Antes da Lanceiros, eu vinha para Porto Alegre, ficava uma semana vendendo artesanato e eu pagava hotel, às vezes eu dormia na rodoviária, na praça. Então, a minha realidade de vida era muito dura. Porque tipo assim, eu não conhecia a cidade de Porto Alegre, como comercializar aqui, quais eram os melhores pontos para comercializar artesanato. Então eu vinha, fazia algumas vendas voltava pra casa e me deparava novamente com a realidade de passar fome junto com a minha família. E aí sempre indo e vindo pra aldeia. Aí, depois que eu bati na porta da Lanceiros. Quando eu entrei pra Lanceiros já fazia 1 mês de ocupação. Aí consegui ‘como que se diz?’ conhecer a cidade, o lugar onde eu podia comercializar o artesanato, e, a minha vida melhorou porque depois que entrei pra Lanceiro, a minha família não passava fome mais em casa. Porque eu não pagava aluguel, eu só ajudava na contribuição pra fazer o alimento de cada mês. Então eu sempre conseguia mandar dinheiro pra casa e manter minha família sem passar necessidade. Então a vida na Lanceiros, ela me ajudou bastante nisso. E hoje que nós não

tamo mais na Lanceiros, mas eu já consigo cuidar de mim dentro de Porto Alegre e cuidar da minha família também que tá na aldeia. Então, hoje estar em Porto Alegre, conhecer a cidade, saber como lidar com as pessoas daqui é fruto da Lanceiros também. Então cada dia eu já levanto de cabeça erguida, eu sei qual o artesanato que eu vou vender na rua né? Então é isso um pouco que eu tenho pra falar.

3) Vivia de aluguel, em área verde, de favor?

A aldeia que eu moro [e morava antes da lanceiros] ela é em Erebangó, fica próximo a Getúlio Vargas. São 4 hectares de terra pra 21 famílias viver. São 4 hectares de terra pra 21 famílias morar. É a terra indígena Mato Preto, que é uma aldeia guarani. Então lá a gente não tem muita opção de vida, assim, nós que somos vendedor de artesanato, a única opção que nos temos é sair pra fora pra vender. Que as cidades vizinhas a gente não consegue vender quase nada. Então a única solução que eu achei foi vir pra Porto Alegre. É uma área praticamente privada que uma empresa comprou pra uma comunidade que era acampada. Então, são 4 hectares de terra. Então a gente não tem condições de plantar para vender. É bem pouco o nosso plantio lá. Não tem como sobreviver mesmo. Muitas vezes acaba o gás. Até mesmo a lenha a gente tem que comprar. A gente não encontra lenha com facilidade lá. Então acaba o gás, acaba o alimento, e é pelo fato de eu estar aqui que minha família não passa aperto.

4) Por que você foi para esta ocupação?

É uma questão de sobrevivência. Tanto que eu vim e hoje eu permaneço aqui porque aqui é o melhor pra mim e pra minha família. Eu consigo trabalhar, manter minha sustentabilidade. Me segurar aqui mesmo. Sobreviver aqui.

5) Há quanto tempo você mora (ou morou) em uma ocupação?
Eu acredito que aproximadamente 3 anos.

6) O que mudou em sua vida depois de ter vindo morar em uma ocupação?

Olha... A minha vida mudou pra melhor. Porque eu aprendi a lidar com outras pessoas de cultura diferente que a minha. E hoje como eu falei anteriormente, hoje eu sou fruto de ter morado na Lanceiros, saber sobreviver nessa cidade aqui. Melhorou a sustentabilidade. E até a minha ação também porque eu não sabia muito assim como agir. E como enfrentar os problemas. E hoje eu já consigo assim trabalhar mesmo e não me falta nada assim do alimento. Hoje a gente por não tá mais na ocupação, a gente tem que pagar um aluguel. Pago aluguel. Mas mesmo assim, pelo fato de eu já conhecer a cidade, eu consigo sobreviver aqui. Eu consigo me virar bem aqui.

7) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

Então, a Lanceiros eu só bati na porta e eles me acolheram lá. [...] Então a gente sempre fazia reuniões com o coletivo da Lanceiros e nos organizavam, se tinha algum problema resolvia através das discussões, reuniões. Fazíamos vários eventos com venda de comida, alimentos, bebidas. Também a gente vendia artesanato lá dentro. Cada um dava contribuição para o alimento e é assim que a gente mantinha ali.

8) Você pensa morar em uma ocupação novamente?

Olha, por enquanto ainda não, por causa da questão do meu trabalho, mas eu sempre vou apoiar as lutas e os movimentos. Mas por enquanto ainda não penso em morar em uma ocupação.

9) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?

O principal problema é que de uma hora pra outra a gente pode perder tudo, né? Inclusive a gente fica sem chão e sem sonhos. A gente não consegue planejar muita coisa. Esse é o único problema. Às vezes vem a polícia, você não sabe como que ela vai agir. Então, quando a gente sai da ocupação, a gente sai sem sonho nenhum, sem chão pra pisar. É isso que foi a experiência que ficou pra mim. Então, por isso, que por enquanto eu não moraria numa ocupação.

10) E as principais vantagens?

Facilita que a gente não é explorado pagando aluguel. Sobra um pouquinho mais pra alimentação, pra se vestir, pra calçar.

11) Você ajudaria a construir uma nova ocupação?

Olha, eu ajudaria. Eu sei um pouco como foi construída a Lanceiros, né? Porque sempre ouvia pessoal falando como que começou e tudo. Eu ajudaria. A Lanceiros... O pessoal reuniu várias famílias que moravam de forma precária, outras de aluguel, nas vilas, outros moravam embaixo da lona, em área de risco. E fez a ocupação daí. Famílias que precisavam daquele lugar pra sobreviver.

12) Você faz parte de algum movimento social?

Por enquanto, não. Eu to meio desligado dos movimentos sociais. Foi a reintegração de posse, porque eu acredito que foi pra desarticular a gente. Pra afastar a gente um do outro. Então hoje como eu tenho que pagar aluguel, tenho que pagar minhas contas a cada dia, então fica meio difícil até pra se reunir. Porque a gente é explorado pelo sistema. Tipo, se tu não paga, tu tá na rua. Então, é isso.

13) Tem mais alguma coisa que você queira falar?

Olha, sobre a situação de moradia, primeiramente. É muito doído no coração da gente passar e ver aquele prédio fechado. E, tipo assim, uma pessoa cuidando do prédio que a gente cuidava muito bem. É um lugar que era nossa casa, nosso descanso. Um lugar que tava totalmente abandonado e que continua abandonado. É muito doído, sabe? O governo que a gente vota, o governo que a gente sustenta com o nosso trabalho, fazer isso com a gente? Não, não tem jeito, sabe? Dá vontade de nem votar e nem... né? Porque, tipo, é uma coisa que é nossa também, ta ali parada. As moscas, as moscas, as baratas criando ali dentro e nós que somos seres humanos “temo” que ficar aqui na rua. Então é isso que eu penso. E a situação indígena no Brasil, ela tá muito complicada. Porque cada vez que passa, complica. Nós não temos mais o nosso território. Tamos na rua vendendo artesanato. O projeto que o governo, que a prefeitura de Porto Alegre tem é de tirar a gente daqui. Mas tirar pra que? Pra um lugar melhor? Não, pra jogar na miséria, na sarjeta, pra depender de cesta básica. Hoje eu trabalho, eu garanto o meu sustento, da minha família e às vezes alguma pessoa precisa de ajuda na rua, eu consigo ajudar porque eu to trabalhando. Então a prefeitura quer tirar a gente da rua. A gente não tem território, como eu falei. Agora nós vamos ficar sem trabalho? Que é com artesanato, com os produtos de inverno. Então isso é muito ruim pra nós. Então acho que na verdade querem dizimar os povos indígenas, colocar numa gaiola e deixar ali preso, é isso que eles querem pra nós. Acho que a gente tem que fazer movimento, e fazer pressão, né? Porque tudo que o governo faz é pra destruir a gente.

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Graziela Decken

Idade: 33

Filhos: 4

Escolaridade: 4ª série

Bairro de origem: Não soube especificar bairro. Zona Norte de Porto Alegre.

1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?

Eu morava em Canoas. Essa aqui é uma invasão, mas aquela invasão que eu fui morar lá [em Canoas] tem muito lixo e muita droga.

2) Vivia de aluguel, em área pública [verde], de favor?

Era uma invasão de terreno. Como era invasão, não pagava aluguel. Todo mundo diz que aquilo ali é particular. Tem gente que diz que é da Prefeitura. É uma enrolação ali. Tem algumas pessoas que foram para apartamentos do Minha Casa, minha Vida, mas tem algumas que não ganharam. Mesmo assim, continuaram ali. E eu fui uma que fiquei ali, mas meus filhos não querem ficar ali porque tem muito lixo. Eles gostavam do colégio de Canoas, mas a moradia não era boa. Por isso que eu vim pra cá.

3) Há quanto tempo você mora (ou morou) em uma ocupação?

Em fevereiro de 2020. Sempre morei em invasão. Santa Izabel, Florescente, em Viamão eu morei em Lesianos. E eu peguei um dia minha casa, fui pra Canoas. Invadi de novo. Depois eu vim pra cá, pro centro de Porto Alegre.

4) O que mudou em sua vida depois de ter vindo morar em uma ocupação?

Mudou muita coisa. Principalmente, a alegria dos meus filhos. Eles estão felizes porque não tem lixo. É um lugar limpo. E tenho emprego. Eu trabalho em tudo que é lugar. Se me convidar para trabalhar, eu estou indo. Eu topo qualquer coisa.

5) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

Não temos reunião aqui.

6) Você pensa em sair da ocupação?

Sim, e ir para o aluguel.

7) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?

A entrevistada não quis responder.

8) E as principais vantagens?

Aqui é bom, tranquilo. A gente limpa o prédio. Eu tenho que transferir meus filhos para o colégio aqui. Usamos o posto Santa Marta.

9) Você ajudaria a construir uma nova ocupação?

Sim.

10) Você faz parte de algum movimento social?

Não.

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Flavia Susana Mesquita Ignacio.

Idade: 34.

Filhos: 4.

Bairro de origem: Navegantes.

Escolaridade: Segundo grau completo.

1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?

Eu morava na casa do meu avô.

2) Por que você foi para esta ocupação?

Eu fui morar na ocupação porque fui vítima de violência doméstica. Fui pra delegacia e eles indicaram a ocupa porque eu não poderia voltar pra casa depois do que aconteceu. Aí eu fui pra lá.

3) Há quanto tempo você mora (ou morou) em uma ocupação?

1 ano e dois meses.

4) O que mudou em sua vida depois de ter vindo morar em uma ocupação?

Ter ido morar na Mirabal, na minha vida, na vida dos meus filhos foi um divisor de águas muito importante. Na casa eu pude ter tempo pra me recuperar das coisas que me aconteceram, da violência doméstica que eu vivi, que meus filhos viveram. Então ali eu tive um teto seguro, eu tive alimentação, eu tive segurança, acompanhamento psicológico, psiquiátrico, medicação. E principalmente eu tive muito amor, muito carinho, muita gente preocupada então isso me ajudou a me recuperar e a me fortalecer principalmente. A ter força de conseguir seguir em frente e recomeçar. Então pra mim foi extremamente importante esse tempo que eu passei na casa pra eu me enxergar de novo como gente, como mulher, como ser humano e conseguir retomar minha vida depois disso.

5) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

A organização da casa, a gente tinha um mural com as regras, as coisas que a gente podia fazer, os horários. Pra gente manter a casa limpa, cada uma tinha sua tarefa do dia, sua tarefa semanal. Pra gente manter o bom convívio na casa também a gente tinha essas regrinhas que era o básico da convivência coletiva. E a casa se sustentava através de doações que as gurias pediam, apoiadores

entre outras coisas, foi montada uma cooperativa de quitutes. Então a casa se mantém dessa forma.

6) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?

Problemas eu não sei por que sou muito suspeita pra falar, porque eu amo demais, quando a gente ama demais não enxerga os defeitos. Mas é muito relacionado ao coletivo, a casa ser rotativa, por entrarem muitas mulheres, cada uma com seu universo, a gente tem que conhecer e permitir que a pessoa te conheça no momento que tá mais frágil. Então, isso, pra mim, particularmente era um problema, ter que dividir as coisas, o teu particular. Isso era uma coisa que me incomodava um pouco, mas depois com o tempo eu fui me acostumando com a casa ser uma casa coletiva, me acostumando em viver numa casa a gente tem que ter essas regras pra que a gente consiga conviver melhor. Me acostumando com essa rotina, que não era uma rotina fácil, porque uma casa com o tamanho que era a Mira, a ocupa, com pessoas entrando e saindo e muita gente. Aonde tem muita gente acaba tendo conflito, e tinha. Óbvio. Então acho que essa parte era a mais complicada pra mim. Aí a gente se apegava muito a alguém, a casa é rotativa, aí a pessoa ia embora, aí tu fica desesperada porque a pessoa tá indo embora e tu já tem um laço afetivo com a pessoa. Como eu vi muitas mulheres irem embora e eu custei um tempo pra poder ir, eu sofri muito toda vez que uma companheira ia embora. Claro que eu ficava feliz também por ela tá recomeçando em outro lugar e conseguiu ter forças, mas sempre foi muito sofrido isso pra mim lá dentro, ter que me despedir de alguém. Não fazia, inclusive, me escondia. Era uma casa com muitas crianças também e a gente conseguir organizar as crianças era uma coisa bem difícil, porque cada mãe tem seu ritmo, cada criança tem o seu, aí misturava todo mundo junto e dava muita briga, muita confusão. Isso era uma coisa que incomodava muito, como lidar com um monte de criança num espaço só, todo mundo morando junto. Tipo uma família gigante e dava conflitos por causa das crianças. Mas também não era uma coisa extrema, acho que qualquer lugar com uma vivência, uma experiência que a gente teve de várias famílias, várias mulheres com seus filhos morando em um lugar só, estranho seria se não tivesse conflito. Acho que o coletivo, a convivência, aprender a viver nessa dinâmica, era um problema pra mim no início, Depois eu não queria mais ir embora.

7) E as principais vantagens?

Pra mim foi o apoio emocional que eu tive na época, ter um canto seguro pra poder ficar com meus filhos sem ter medo. Conseguir ter como me manter, ter como comer, sobreviver sem ter que me expor na rua em um momento que eu tava extremamente fragilizada. Não sei dizer qual foi a maior vantagem. Acho que se não tivesse ido pra Mirabal, talvez tivesse ido pra rua, poderia ter encontrado. Sei lá o que poderia ter acontecido. Talvez a maior vantagem tenha sido eu

sobreviver, meus filhos terem sobrevivido. Essa pergunta mexe muito comigo. Acho que o amor o carinho que eu recebi.

8) Você ajudaria a construir uma nova ocupação?

Com certeza absoluta, eu ajudaria muito a construir uma nova ocupa. Acho que a gente tem que fazer isso sim pra que outras pessoas tenham oportunidade, outras mulheres tenham a oportunidade, pra que pessoas tenham oportunidade de ter um teto sobre suas cabeças. Porque eu to passando por isso nesse momento de ter que escolher entre comer e pagar e com duas crianças morando comigo e isso é desesperador, tu ter um teto ou comer. Então ajudaria, com certeza. É uma das coisas que tenho na minha cabeça, tenho muita vontade.

9) Essa é a primeira ocupação que você morou?

Não, não foi a primeira ocupação que eu morei. A primeira ocupação que eu morei eu era muito nova, eu tinha uns 15, 16 anos e aí a minha família, os meus tios, enfim, não tinham casa, não tinham onde morar e aconteceu uma ocupação na Avenida dos Ferroviários e minha família foi e eu fui junto e a gente permaneceu nessa ocupa acho que 1 ano mais ou menos, aí houve reintegração aí não teve uma nova ocupação lá. Tentaram outras vezes depois, mas eu não participei.

10) Você faz parte de algum movimento social? Se sim, há quanto tempo?

Sim, faço parte do Movimento de Mulheres Olga Benario a mais ou menos 1 ano e meio. Faço parte do MLB faz uns 7 meses e sou PLP, formada pela Themis também, que na época que fiz era jovem multiplicadora de cidadania, agora é PLP há mais ou menos uns 11 anos.

11) Você gostaria de falar mais alguma coisa que não está contido nas perguntas do questionário?

Eu queria falar um pouco mais sobre a importância que foi a ocupa, a Mirabal na minha vida. Falar que se não houvesse esse espaço de convivência, de moradia pra essas mulheres que estão saindo do ciclo de violência e precisam de um resguardo, precisam de uma proteção efetiva, humana de verdade, que as pessoas te olham no olho, que as pessoas realmente se preocupam contigo enquanto pessoa, enquanto ser humano, não enquanto número, mas enquanto mulher, enquanto ser humano. Se não houvesse esse espaço, com certeza absoluta, eu não estaria aqui agora, eu não teria sobrevivido e eu tenho plena consciência disso, eu tava no meu limite. E eu fui muito bem acolhida e eu posso dizer que eu venci muitas etapas porque eu tive pessoas do meu lado, mulheres fortes e guerreiras do meu lado que me ajudaram a vencer isso. Eu passei várias fases, eu

não conseguia fazer nada sozinha. Eu tinha medo de tudo e de todo mundo o tempo todo. E quando eu recebi esse acolhimento, dessa maneira plena como foi eu consegui ir aos poucos me fortalecendo e sobrevivendo. Então esse espaço é muito importante para as mulheres que passam por esse processo de sair do ciclo, de não ter pra onde ir e se não houvesse a Mirabal, talvez naquele exato momento, como não tinha vaga em outro lugar pra eu ir, eu teria voltado pra casa e eu teria voltado pra esse ciclo com certeza.

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Ezequiel Moraes – coordenador do MNLN

Idade: 45

Filhos: 4

Bairro de origem: Nasceu em Região das Missões e foi morar na Zona Norte de POA.

1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?

A entrada minha no Movimento... Eu tive uma pré-adolescência massa aí pelos 12 anos fui morar sozinho na Zona Norte de Porto Alegre em função de escola e viajava, tava começando um processo de jogar futebol e acabei caindo na lógica da periferia e passei por um processo muito profundo de uso de drogas e me envolvi e vivi das correrias, enquanto jovem. Então, em determinado momento, eu dialoguei no sentido de que eu precisava sair disso muito em função da minha mãe. Teve um momento que foi definitivo, de ver ela chorar e eu acabei dialogando no sentido da minha saída desses processos. [Fiz um] acordo que eu não me envolveria em nenhum processo ou em outro tipo de relação. Eu fiz isso. Ao mesmo tempo surgiu essa questão que eu queria constituir uma família que é a única coisa que vai me livrar. Eu tava muito próximo de não seguir vivo. Eu quero constituir uma família e cuidar da minha vida. Aí a galera conseguiu um espaço na Ocupação São Borja. Aí fui pra lá e me ajudaram a organizar um barraco. A galera me curti muito porque eu sempre fui muito responsável com as coisas que eu fazia. A partir dali uns 2 meses depois a Dona Ana Godói, liderança histórica de Porto Alegre, eu conheci ela lá na ocupação e ela me ensinou a secretariar as ocupações, eu nunca me esqueço disso. E eu com 16 anos assumi a secretaria da ocupação com 680 famílias e a partir daí eu não saí mais desse processo.

2) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

Tem diversas formas. As que a gente organiza mesmo, desde o início, no último período a gente diminuiu bastante. A gente tem mais pego ocupações que já são existente, espontânea, acaba se somando lentamente e construindo um processo de organização. Mas a gente sempre planeja antes. Às vezes leva quase 1 ano de planejamento, avaliação, mapear o perfil das famílias que vão tá. Não é uma coisa aleatória. Tem essa questão de ficar avaliando as pessoas, quem tem o melhor perfil, quem realmente vai se somar. A questão também da viabilidade jurídica. Ver as estratégias, o que é melhor pra poder depois fazer a disputa. A gente aprendeu muito

depois de levar muita cabeçada que não basta só fazer ocupação, tem que ver de que forma se manter nela e cada vez fica mais difícil. Hoje a gente tem a facilidade, antes não tinham as assessorias técnicas, tanto jurídica, de arquitetura, de projeto. E essa questão de acumular como funciona a máquina pública. É um pouco da forma que a gente tem alguns eixos orientadores, algumas diretrizes orientadoras pra gente fazer um processo de ocupação. Óbvio que agora volta uma pauta muito forte da questão dos imóveis e prédios, mas também cada vez mais a periferia, a gente precisa dar uma atenção para o processo de organização da nossa galera que tá na periferia que tá precisando de ajuda porque tem toda uma dificuldade, até pra levar um documento, depende de ônibus, passagem. Existe também hoje isso.

3) Você pensa em sair da ocupação e quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?

Eu nunca pensei em ter a minha residência fixa. Eu não tenho isso definido pra mim. Eu me coloco enquanto militante. Me enxergo muito enquanto organizador de um processo e depois eu sei que vem outro então eu nunca fecho o ambiente. Minha tarefa na questão do debate do centro, ela é uma tarefa. Não me traz alegria da essência da vida. Não acho que isso tá no meio central, no meio urbano. Eu encaro o meio urbano como um trabalho. Eu curto mato, eu curto a água. Eu curto tá fora. É uma questão pessoal. É tá fora desse processo e tá em lugares mais periféricos. Isso é o que eu gosto. Mas aprendi, acumulei. Sei que tenho uma responsabilidade de executar essa tarefa com a questão urbana, dos grandes centros e entender essa questão do caos, da violência urbana. Não ficarei aqui. Tem o projeto, tô fazendo o exercício de tá aqui, de organizar, de pensar, teve todo um pensar sobre como iria ser então ainda tem 3, 4 anos de trabalho e muita coisa pra acontecer aqui [no Assentamento 20 de novembro]. Sobre os principais problemas, uma das coisas hoje é como a gente se relaciona com alto índice de violência nas relações. A gente teve um processo onde a gente conseguia dialogar, pactuar com as pessoas. As pessoas estavam menos armadas do ponto de vista de discussão, de conversa. Hoje não. A gente vive um momento em que as pessoas estão extremamente estressadas e o centro não deixa espaço nenhum para as pessoas terem uma certa tranquilidade mental. Beiro a dizer que a gente vive quase uma esquizofrenia dentro do centro urbano. Pra mim é fundamentalmente um grande desafio pra gente que lida com organização popular, de organizar outras pessoas. As pessoas hoje acham, mesmo tu estando ali, se colocando, elas não param pra medir se tu tá ali pra somar. Na realidade elas estão completamente cegas e qualquer coisa é motivo pra explosão. Essa questão da violência de convivência é um grande desafio. As questões físicas, concretas, acho que isso a gente avançou muito, a gente domina. Como disse, hoje trem técnicos. Tem coisas que não tinha anos atrás. Hoje o grande desafio é a relação emocional com as pessoas. Como a gente consegue ter uma sacada de conseguir

fazer as pessoas se enxergarem umas nas outras como aliadas, como parceiras. Como um processo de construção. Juntas elas são realmente aquilo que a galera diz “unidos somos mais fortes”. Mas falar é uma coisa. Ter esse sentimento coletivo é o mais difícil. Então, acho que é um grande desafio isso.

4) Você acha que existe solidariedade entre os movimentos sociais?

Já existiu mais. Acho que a gente teve um vácuo pela própria necessidade dos campos de entendimento de cada organização, de se autoafirmar e se achar nos últimos 15, 20 anos. Ao mesmo tempo que conseguia construir uma unidade pra pautar institucionalmente, as estruturas, mas fora das pactuações institucionais não havia uma relação de convívio e harmonia nas suas relações do dia a dia. Na cidade, no bairro de confraternização de fato entre as organizações. Acho que teve esse processo de fragmentação que auxiliou muita mais a estrutura institucional de certa forma do que a potencialização dessas organizações que se colocavam num processo de construção do poder popular, do conhecimento das comunidades. Acho que agora a galera tá vivendo um processo de choque em relação a isso. Mais do que nunca há uma necessidade extrema de estar junto pura e simplesmente por um acordo tático. Tá pra além do tático. A gente viveu o período do tático durante os últimos anos, de ter pactuações táticas e agora a gente começa a ter que discutir uma unidade mais estratégicas do ponto de vista de pra onde as organizações do campo, que organiza a população pra resistir contra o capitalismo, neoliberalismo, fascismo que tá colocado precisam construir uma plataforma que elas enxerguem mais a longo prazo, não necessariamente a curto prazo enquanto um movimento tático. Então, tenho percebido que tem rolado sinais de baixar um pouco a guarda, de se ouvir, procurar se entender e aprender um com o outro. Cada um tem muito conteúdo pra auxiliar, se é uma numa ou outra relação. Precisa essa flexibilização e o que tenho percebido esse ano isso começa a vir um pouco mais forte. Acho que os efeitos do que tem acontecido na América Latina e nos outros lugares do mundo tem mostrado isso. Ou as organizações se tornam um bloco ou elas vão ser trucidadas. E não vai ser trucidada pelo sistema. Vai ser pela própria descrença das comunidades, das pessoas. As pessoas não têm mais tempo de ouvir discursos. Querem ver isso na prática, as pessoas querem se movimentar, mas tem dificuldade do pra onde e com quem. Há uma desconfiança do com quem.

5) Qual o futuro do MNLM?

A gente tá entrando em período de congresso do MNLM. São 30 anos do MNLM e eu tenho uma boa caminhada nesse processo de 30 anos. A gente teve vários momentos, mas agora nesses 30 anos a gente optou por fazer nosso primeiro congresso porque tem algumas coisas que tão dentro da nossa estrutura que já estão defasadas e é necessário que a gente precise mudar, avançar.

Então a gente tá muito nessa questão do estudo do que a gente já passou, uma análise da conjuntura atual e ver como que a gente avança. Inclusive a gente tem estudado outras organizações, outras formas de organização. Tem um divisor de águas em relação a qual será o papel do MNLN daqui pra frente. Há um entendimento que o MNLN com toda sua trajetória, sua estrutura, é um movimento que se construiu a partir da ação direta, das ocupações, transitou por dentro das estruturas instrucionais, manteve o processo de bandeira de luta das ocupações, conseguiu manter isso, não perdeu isso do seu horizonte e agora, de novo, a gente se depara com a questão: ou a gente será o movimento da vanguarda que se coloca à disposição das novas organizações, novos movimentos, novos coletivos que tem surgido para potencializar as condições pra essa galera poder se fortalecer e compreender que o fortalecimento delas significa potencializar esse bloco de luta da construção de poder popular. Acha que a gente tem que reavaliar nossa relação com o papel do trânsito por dentro do estado, reavaliar as relações com partidos. A gente é uma organização que tem várias correntes partidárias que transitam por dentro da gente então a gente precisa também discutir melhor essa relação pra buscar cada vez mais autonomia e se colocar nessa posição de construtor do poder popular, da organização popular, das comunidades e da periferia. Óbvio que a gente percebe o próprio MST, no momento que ele se colocou como organização com potencial de conhecimento, de acumulo, inclusive colocou isso pra organizações urbanas, ele também se autofortaleceu enquanto referência de luta de resistência. Esse é o exercício pra gente que tá com 30 anos, a gente refletir sobre isso e não se colocar no papel de ficar disputando com outras organizações que isso não é saudável nem pra gente, nem pra nossa militância, nem pra quem acredita na gente.

- 6) Você gostaria de falar mais alguma coisa que não está contido nas perguntas do questionário?

Tem um marco que é essa questão do Congresso. Pra mim que tem 30 anos na organização tenho uma contribuição pra dar desse fechamento dos 30 anos, da minha parte. Ele [o MNLN] me tirou das ruas. Acredito muito nas organizações, nos movimentos, porque pra nós que somos da periferia, gurizada, é uma alternativa sim, é uma saída. Quando a gente diz que não sabe o que fazer com a questão da galera tá caindo, ter a “opção” de viver do crime é porque há uma necessidade de viver aí pra sobreviver. Os movimentos são atores que conseguem chegar nesses lugares, não ter uma rejeição por parte das outras organizações e sim reconhecer que é uma janela de oportunidade pra gurizada que quer sair, poder sair, caminhar, de uma outra forma, mas não perder uma identidade de classe, de lugar onde saiu. Tenho muito pra mim. Eu nunca tive a vontade de cair nos assédios, e isso eu devo muito às ruas. As ruas me ensinaram a não me vender fácil. E as organizações e o próprio movimento, as organizações que conheci, dialoguei, me ensinaram a importância

de compreender a sociedade, como funciona e de que lado a gente tem que escolher estar. A gente pode escolher não estar do lado da luta dos trabalhadores, é uma opção de classe que a pessoa faz. Mas quando a gente se reporta pra origem da gente, e a gente teve esses processos, a gente sabe como é valoroso fazer esse resgate dessas pessoas que não é uma coisa colocam, que as pessoas têm escolha. Nem todas as pessoas têm oportunidade de escolha. É extremamente difícil isso.

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Lira Lopes da Rosa (Mana)

Idade: 54

Filhos: 4

Bairro de origem: Lomba do Pinheiro

Escolaridade: Fundamental Completo

1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação? Eu fui pra ocupação pra dar uma força pro pessoal. Mais pro pessoal que tava com a Simone (moradora da Lomba do Pinheiro que cedia sua casa para a realização de reuniões de núcleo do MLB), que tava organizando. E foi um processo de aprendizado. Aprendi muita coisa. A conviver com um pessoal que eu nunca tinha visto. E aí no final eu fui pra dar força e no fim, fiquei. Elas saíram (referência à família da Simone) e eu fiquei de linha de frente ali, bem dizer né? Porque tomei conta da cozinha. Teve vários grupos, tanto cozinha, limpeza, creche, segurança. Então eu fiquei na cozinha. Eu me identifiquei com a cozinha. Fiquei 1 ano e meio, mais ou menos, nessas idas e vindas e gostei muito. E iria de novo, com certeza. Da luta do MLB, eu acho que é uma luta digna. Nós temos que lutar mesmo porque tem muita gente em estado crítico, em estado de rua, de abandono e nossos governadores não tão nem aí. Eles querem é botar dinheiro no bolso deles. E os pobres, periferia. Bairros onde tem violência, onde tem o descaso. Então eu lutaria com certeza de novo pra mim fazer uma outra ocupação.

2) Vivia de aluguel, em área pública [verde], de favor?

Aqui [na Lomba do Pinheiro] a gente, quando a gente ocupou, a gente pagou parcelas pra associação, só que acabou a associação. Não tem mais e ninguém ficou de linha de frente na associação. Tanto é que a gente não tem nada aqui. A gente não tem ninguém que lute por um esgoto, por um esgoto a céu aberto, por falta de água. Todos os verões a gente sofre com isso. É falta de água, é direito. Então a gente não tem, tanto aqui como na Quinta do Portal que eles também ficaram uma semana sem água, a gente não tem nada disso. E o pessoal também é muito “Ah, o fulano luta. Eu não preciso ir, eu não preciso lutar, eu não preciso nada.” Tanto é que os vizinhos são contra quando a gente vai lá pra frente e grita e pede [referente aos protestos realizados na Estrada João de Oliveira Remião]. Aí os vizinhos são tudo contra. Mas eles também tão sem água. Eles também ficam sem luz. Eles também têm [esgoto] a céu aberto na frente de casa. Se a gente luta, aí eles são privilegiados também. Aqui, ninguém tem escritura [dos terrenos] aqui no bairro.

Foi uma ocupação, entre aspas, uma ocupação. Porque a associação acabou. Fica elas por elas.

- 3) O que mudou em sua vida depois de ter vindo morar em uma ocupação?

A gente, no caso, acontecia as coisas e a gente ficava quieta. Não lutava por nada. E agora eu aprendi que a gente tem direito, sim. A gente vai à luta, sim. Vamos gritar, fazer alguma coisa pra gente ser escutada aqui na Lomba do Pinheiro. Fora isso, paciência. Muita paciência. Tem que ter paciência né? E, vamo atrás.

- 4) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

[Mana ficava na comissão da cozinha]. Era muito bom. Gritar bastante lá dentro: “Olha a comida!” Era bom porque a gente se reunia só o pessoal da cozinha e pensava o que nós vamos fazer de comida, o que tem de comida. O que a gente pode botar pra eles hoje. Então não era só uma pessoa que dizia “ah, vou fazer isso”. A gente se reunia e “vamos fazer tal coisa”. A louça, Meu Deus. Eu cozinhava bastante, mas virava minhas costinhas e “ó, vão lavar a louça, não sei quem, azar”. Tem outra coisa. Teve uma vez que jantaram e não lavaram a louça e cheguei pra cozinhar e fiquei enlouquecida. Aquele “paneiro” na cozinha. [Aí falei] “quem não lavar a louça, eu não vou fazer comida”. Em dois toques começou a brotar gente pra lavar a louça. Coisa bem boa.

- 5) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação? E as principais vantagens?

Coisas boas. Primeiramente é conhecer pessoas novas. É um espaço que tu vai ter que conviver com aquelas pessoas estranhas que tu nunca conviveu, mas tu tem que te desdobrar porque nem todo mundo pensa que nem tu pensa. As coisas ruins é que tem pessoas, claro né, que não pensam que nem tu e tu ter que rebolar pra poder conviver todo mundo junto, em harmonia. É um desafio.

As assembleias eram bom pra gente expor tudo que a gente tava pensando. O pessoal debater em cima daquilo ali. Como te falei, eram várias pessoas, cento e poucas pessoas ali dentro e uma pensa diferente da outra. Uma expõe uma coisa, outra expõe outra. E tu tem que debater em cima daquilo ali. Tu tem que ver qual o melhor caminho. “ó fulano, não é assim, é assim”. E vamos conviver todo mundo em harmonia. E era bom. E o pessoal por mais que, claro, todo mundo não pensa igual, mas o pessoal seguia. Todo mundo cumpria.

- 6) Essa é a primeira ocupação que você mora?

A primeira foi aqui. Na Lomba do Pinheiro. Depois fui pra Lanceiros Negros. Depois na Lanceiros Vivem. Mas eu fique mais tempo na primeira. Na Lanceiros Vivem eu fui mais pra apoiar. Não fui pra ficar. Eu acompanhei pela televisão [a reintegração da Lanceiros]. Nesse tempo, eu já não tava mais lá. Eu achei um horror aquilo ali. Não

precisava tudo aquilo ali. A gente construiu do zero e aí em questão de minutos... Aquilo ali. E o prédio segue vazio. Como que pode? E eu me lembro que passei por ali e tava os brigadiano na porta. Acho que ficou uns 2 meses os brigadianos na porta.

7) Você faz parte de algum movimento social?

Eu fazia parte do Conselho Tutelar, mas aí eu já saí também porque não é minha praia. Com certeza sou família do MLB.

Da UP [Unidade Popular pelo Socialismo, partido criado por movimentos sociais, inclusive o MLB] eu não posso dizer muita coisa porque eu to ingressando agora, mas quero tá presente. Quero participar. Vocês vindo aqui em casa, vamos chamar o pessoal, vamos fazer, vamos debater. Não sei se vou poder tá sempre com vocês, mas aqui em casa com certeza vão ser bem recebidos.

8) Quem foi contigo para a Ocupação?

Eu tenho 3 filhos. 4 com o Júnior. O Junior foi, o Wesley foi, a Alessandra fio também. A Lauren foi também que é minha neta. Nós fomos através da Simone. Lembro que foi no final do ano. Passamos natal e ano novo lá na nova casa.

ROTEIRO ENTREVISTAS PARA A TESE DE DOUTORADO “AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA”

MORADORES (AS) DE OCUPAÇÕES NO CENTRO DE PORTO ALEGRE

Nome completo: Nanci Terezinha de Araújo.

Idade: 56

Filhos: 1

Escolaridade: Curso superior. Pedagogia.

Bairro de origem: Meu bairro de origem é Partenon.

1) Como era sua casa antes de vir para a ocupação?

Nasci em 1963. A mãe era do lar, e o pai era brigadiano. Éramos seis irmãos, morávamos no bairro. Inicialmente, eu nasci na Ilhota. Morei na Ilhota dois anos. Dali eu fui pro Areal, aonde é o Beco do Areal, a Baronesa, que se chama Luiz Guaranha. Fico ali até uns quatro anos de idade, e vou pro Partenon. No Partenon fico até os seis. Dos seis aos doze eu moro em Viamão. Dos doze voltamos pra Porto Alegre e pro Partenon até quinze anos atrás.

Aos dezessete anos eu estudava o segundo grau no Júlio de Castilhos. Eu já cantava. Eu trabalhava numa loja chamada Incosul, em vendas de bazar e eletro. E começa a militância partidária de esquerda que o foco era a indústria e o comércio. Ela tá sendo formada. Eu nasci em 63... Com dezessete anos... Isso é o ano 82. E é também a primeira eleição mais de esquerda, no caso na época, o Partido dos Trabalhadores. E eu militando, cantando, estudando, trabalhando, vivendo, uma pujança muito grande, a gente querendo sair de uma ditadura. O ano 82 é isso, ainda não morreu o Tancredo, não entrou Sarney. Pra ti ter uma conjuntura de como era aquele processo todo, não se tinha internet, não se tinha celular, poucas pessoas tinham telefone na sua casa - era algo muito caro - tu tinha que te cuidar muito, sair sempre com documentos, tu tinha muitos receios, que não difere, infelizmente não deveria, isso que eu to te dizendo é contraditório até, mas não difere dos receios de hoje. Infelizmente a gente sai com medo. Tu sai com medo de apanhar na rua, Tu sai com medo de sair na noite. Principalmente nós mulheres. Então é uma realidade.

O debate sobre moradia ele começa bem depois. Por quê? Eu, como falei, eu sou cantora profissional, comecei a cantar com quinze anos de idade, eu começo a trabalhar dentro da estrutura da cultura do estado. E começo a viajar muito, fazer muitos projetos. Eu saí em alguns momentos como delegada do Orçamento Participativo (OP) de cultura na temática música. No ano 85 fundamos uma cooperativa de músicos, que durou quase dez anos, no Clube de Cultura, juntamente com Nelson, Bebeto, Gelson, toda essa turma toda da MPG - Música Popular Gaúcha. Então ali tu começa todo um

trabalho de movimentação e de luta, mas dentro da área da cultura, onde militei por muitos anos, trabalhei muito. Muitos projetos coletivos, pra sair a FAC, pra sair o Funproarte, tudo o que tu vê de melhorias que teve, de avanços dentro da cultura, com certeza eu estava lá. Em algum momento eu estava lá como a artista que era e que tinha um certo renome, porque vivi aqui, construí toda a minha carreira nessa cidade. Então estava a frente... estava a frente na inauguração da FM Cultura, porque era uma demanda nossa, dos artistas daqui. Estava a frente do Fundo de Apoio a Cultura, uma demanda do estado pros artistas daqui. Estava à frente do Funproarte, uma demanda também de financiamento coletivo pros artistas aqui do município. Estava a frente do Araújo Viana, de reformas, de projetos autorais e musicais dentro do Espaço Radamés Gnatalli. Dentro do Festival de Música de Porto Alegre, que fosse levado em todas as esferas de todas as regiões de OP, que depois se consolidou. Então quer dizer, dentro dessa área de militância da área da música, foi muito intenso, muito intenso.

2) Por que você foi para esta ocupação?

Aí eu conheço em 2000 o Eduardo Solari, que vem a ser o pai de meu filho, um uruguaio, que já tinha a luta pela moradia no Uruguai, na Argentina, músico também. Ele estava à frente de uma ocupação lá na Protásio Alves e é convidado pra participar aqui da ocupação em 2005. E daí viemos. Foi como eu vim parar em ocupações e dentro da luta pra moradia. Aí viemos em 2005 pra cá. Em 2005 foi durante o Fórum Social Mundial. 70% das pessoas que estavam não eram oriundas de Porto Alegre, 70% era ativistas sociais do mundo todo, jornalistas, pessoas que vieram pra debates durante o Fórum Social e ficaram fortalecendo a ocupação, com a possibilidade de através dessa ocupação cumprir a função social um prédio público. E foi uma pauta muito grande porque era jornalista de onde tu pode imaginar, de todos os continentes. 30% era o pessoal do movimento de luta pela moradia, que era de Rio Grande com o pessoal do Gilmar, Sapucaia o pessoal do Tita, Viamão o pessoal do Parreira e do Bica, Tramandaí o pessoal da Dona Célia, foram os que ocuparam. Porto Alegre, o movimento de luta pela moradia aqui em Porto Alegre não participou, porque naquele momento eles estavam rachados. Tinha uma briga interna e eles não participaram. O quê que acontece? Quando termina essa ocupação, ela durou vinte e um dias. A última pessoa a sair foi uma senhora de sessenta e nove anos, que é a Henriete. Henriete, sessenta e nove anos, que tinha um problema de uma perna. Uma senhora com uma idade bastante avançada. Ela era da ONG Novox. Me lembro ela indo embora, foi a última pessoa, durou vinte e um dias. Quando termina a ocupação o movimento que é do interior, eles vão todos embora, os ônibus voltam - foi uma ocupação muito longa - voltam. Porto Alegre, quem fica é o Eduardo Solari a frente, até então, na época, meu companheiro. Nós ficamos a frente. O prédio fica desocupado, as pessoas vão embora. Nós com medo de uma reocupação do prédio, com medo de que roubassem mais fição, o pouco que ainda tinha,

muito muito entulho ainda pra limpar. Não existia um projeto de lei, nada que garantisse o repasse de um prédio público pertencente à União, ao INSS, pra movimento social. Daí, Gilmar de Rio Grande, coordenador nacional do movimento pela moradia; Eduardo Solari, autônomo, Porto Alegre; os dois pegaram o projeto e foram realmente à luta. Gilmar com os contatos que tinha através de Brasília, por ser o coordenador nacional de um movimento. O Eduardo por ser um uruguaio ariano, três vezes, insistente, briguento. Foram atrás e colocaram um projeto de lei. Tá iniciando Ministério das Cidades. Existe uma boa vontade naquele momento. Tá sendo iniciado o Ministério das Cidades, o Olívio tava a frente, existia uma boa vontade. Mas só também de boa vontade não se faz nada. Aí é criado esse projeto de lei. Ela é viabilizada depois, a lei 11.481, que depois ela vai ser aprovada em maio de 2007. A ocupação se dá em janeiro de 2005. Vamos atrás de empreiteiras que queiram fazer um projeto social, um orçamento pra um projeto social. Fomos atrás do Sindicato das Arquitetas pra fazer um projeto social. Tudo o que se faz dentro do processo da luta pela moradia. E foi desgastante. Não tínhamos recurso nenhum, de nada. Muitas vezes nós não tinha recurso de comida, recurso de ônibus, que é uma realidade dentro das ocupações. Não é distante, se sabe como é essa dificuldade. Bom, há o projeto de lei, há a boa intenção do Ministério das Cidades. O projeto de lei ele é aprovado. Aí precisavam ser passado... o prédio público não pode ser passado pra movimento social. Não tem CNPJ, não pode. Tu não pode passar, tu tem que fazer um financiamento dentro de uma política habitacional governamental, vai pra Caixa Federal. O prédio público a gente pensava em ser uma escola de referência, vira moradia. A intenção no início era uma escola de referência que passassem famílias por aqui, mas à medida que fosse aumentando, e a tendência é aumentar uma família ao longo dos anos, tivesse como dentro do processo habitacional essas famílias seguirem pra outros bairros, outras casas maiores, e aqui ficasse um processo como uma escola mesmo. Mas não se teve como, por não ter como passar pra o território coletivo. Até hoje tu não tem. Tu pode passar acho que só os quilombolas e os indígenas podem. Os urbanos não têm como. Bom aí saiu o projeto de lei, a lei é aprovada. Faltava uma assina... é passado pro estado o prédio, que depois repassa... porque tu repassa união, estado, município, assim são as transferências né. E precisava de uma assinatura do Secretário de Habitação do Estado. Na época era o governo leda. Nós batendo no governo leda direto, com atividades no Marinha, atividade em tudo o que era canto. E precisávamos de uma assinatura. E o Secretário naquele momento era o Novato, e ele nem viu quem era, o quê que era e assinou. Daí nós tínhamos uma garantia de que tava sendo feito o repasse naquele momento. Tinha que ter o documento. Nessa esfera tudo tem que ter os documentos entre as legislações. Federal, estadual, municipal tudo é rubrica pra poder fazer os encaminhamentos legais. Aí foi um avanço. Se entrou com um projeto, a lei tá aprovado, nós somos o primeiro prédio público dentro do Programa de

Revitalização dos Centros Urbanos. Inauguração do primeiro prédio público revitalizado no Brasil através do crédito solidário. Esse crédito solidário era pra ser nove edifícios como esse, ia entrar São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nove. Só o nosso saiu. A lei não existe mais. O programa não existe mais. Era utilizado fundo garantidor pra te dar uma certeza de pagamentos, porque quando tu vai pagar a empreiteira tu não tem o dinheiro, e há uma defasagem. Uma ocupação faz um projeto arquitetônico e tu calcula com as empreiteiras, que são poucas que têm um cadastro na Caixa, e que podem fazer realmente a reforma ou a estrutura geral. São muito poucas empreiteiras dentro da esfera social. Aí tu conseguir uma empreiteira que queira fazer isso já é uma dificuldade muito maior. Eles não querem. Não querem porque eles colocam, tu sabe, 30, 40, 50 100% a mais, e quando tu trabalha com quem não tem, tu trabalha com o mínimo do recurso. Foi uma dificuldade conseguir, o projeto defasou, começou a faltar dinheiro. Quando a gente inaugurou os corredores ficaram sem lajotas, espaços coletivos ficaram sem fiações. Muita coisa a gente teve que inaugurar sem tá ainda, de fato, pronto. Fomos aprontar depois com alguns editais que se buscou e se correu atrás de projetos. Mas o projeto era tão bom, tão bom, que de nove prédio como esse - era dois no Rio, dois em Belo Horizonte, sei eu... quatro em São Paulo, um aqui - nós éramos o primeiro. A lei logo em seguida terminou, mas através dessa mesma lei, é tão importante isso aqui, é tão importante essa lei, porque através dela após essa lei, se tu for pesquisar, começa o Minha Casa, Minha Vida. Começa o Minha Casa, Minha Vida. Então nós fomos os precursores, Utopia e Luta. Utopia e Luta é precursor de um projeto em esfera nacional que tem dificuldades, tem, mas que não teve nenhum projeto melhor, ainda, de acesso à população vulnerável pra morar, que chame de seu. Então a importância, quando eu falo, as vezes a gente esquece, e é conversando assim que a gente relembra: a gente não valoriza as conquistas porque não dá tempo, a luta não te permite, tu tá sempre na jugular de algo porque tu tem que correr, tu tem que comer, tu tem a... a instituição em si pra pagar, que é a tua água, a tua luz, o teu gás, disso tu não foge, não tem como fugir. E tu tem que correr atrás de recurso. E nessa sociedade de hoje, tu ter garantido os teus recursos é muito difícil, é muito difícil. Com nível de escolaridade ou não. Tando no centro ou na periferia. É desumano essa luta. Então quando eu vejo isso eu me emociono, porque somos precursores. Quando... eu tava falando com algum ali que disse: "ah Nanci, tu tem experiência - como eu me formei em Pedagogia - tu tem experiência em Pedagogia, tem experiência com educação popular". E eu digo: "tenho". "Ah, me dá". Eu disse: "tá, vou ver minhas certificações". Eu sempre estudei, nunca deixei de estudar. Aí eu olhei e disse assim: "mas cara, só com a Amurt Amurtel nós botamos quatrocentos adolescentes a fazer oficina, de 2009 a 2012, de quatorze a dezessete anos, vindo da Cohab Cavalhada, Partenon, Restinga, Pinheiro. Oficinas de serigrafia, oficinas de padaria, oficinas de corte e costura, de hidroponia". Eu disse: "pô, se eu não tenho

experiência...”. Aí eu me lembrei: “e com população em vulnerabilidade, população em situação de rua. Tenho”. Aí em 2009 fizemos projetos aqui no nosso espaço cultural Quilombo das Artes com toda a população de rua, que na época era muito grande aqui no viaduto, e que a gente tinha um projeto aos sábados de tarde, de formação com eles, de direitos, cidadania, direitos humanos. Na época, eu não sei se era Cáritas ou os Maristas, nos mandavam um café, davam um sanduíche e um café com leite e tal, que dava o suporte mínimo pra passarem a tarde ali. E que alguns saíram, conseguiram. Poucos saíram. Mas quando tu faz algo que tu muda a vida de uma pessoa, aí tu diz “é uma só”, essa pessoa em algum momento ela vai multiplicar isso. Ela nunca vai ser uma. Isso nunca vai ser uma. Em algum momento essa pessoa vai multiplicar isso. E é por isso que a gente tá aqui. Então, daí quando começou a parte da reforma, porque se consegue a empreiteira, a reforma dura um ano e meio. Nesse processo se monta quem vai morar. Por quê? Porque as pessoas que ocuparam foram tudo embora. De um período de ocupação, Porto Alegre, que estava, era eu Nanci Araújo, Eduardo Solari, O Daniel Damiani pelo movimento estudantil e o Juliano Sá pelo movimento estudantil. Era umas quatro pessoas que depois viemos morar no Utopia e Luta. O restante tudo foi embora. Então, o quê que acontece, que é uma coisa difícil isso. Se fez formação no CPERS, fazia nas praças, até montar. E sempre vindo através do movimento de moradia as indicações. Eu vou te dizer uma coisa que aqui, tu não vai gostar, quem for ler isso não vai gostar. Movimento social nenhum tem que ta atrelado a partido político. Movimento social nenhum deve ter essa relação de comodismo, paternalismo, pra não dizer um nome pior. Por quê? Quando indicam, um movimento indica pessoas pra esse projeto que é de zero a três salários mínimos - são quarenta e dois JK's - indicaram pessoas partidárias, indicaram amigos, indicaram alguém de corrente. Isso não acrescenta nada a uma luta. Pessoas que tão vinculadas, que têm lá os seus salários, CC's, seja o que for, estejam atrelados a gabinetes, isso dentro da luta é um desavanço. É um desavanço social muito grande, porque essas pessoas não têm interesse em seguir. Hoje o Utopia e Luta, um projeto maravilhoso, imagina um projeto que previu uma horta hidropônica no terraço pra nós ter num centro urbano as nossas verduras e legumes, os nossos temperos, os nossos chás; uma lavanderia industrial - pra ti mulher pra nós, pensando em nós, que infelizmente quem mais lava roupa somos nós mulheres, tu ter o mínimo de conforto e não gastar um tempo lavando roupa - entre uma rotativa de escalas entre os moradores; tu ter uma lavanderia industrial; um atelier de costura industrial; serigrafia; uma padaria industrial; um teatro com oficinas pros teus filhos e formação; o mínimo, e as pessoas não valorizarem, e as pessoas desconstruírem. E por que desconstrói? A partir do momento que tu usa uma palavra pra esquerda, que eles odeiam - a direita não preciso nem dizer né, que a direita nós sabemos muito bem quem é há muito tempo - mas quando tu fala que tu é autônomo, que tu é autogestionário nesse país, tu está contra eles,

porque daí é eles. É nós e eles. Daí não temos mais o interesse. Mas o que deveria sim é ensinar a todo o povo desse país a ser autônomo e autogestionário, porque se soubesse o que é isso nada disso do que a gente vê hoje na rua, e que tu... que tá a cada cinco minutos sendo postado nas redes sociais, que não te dá nem tempo de tu aprofundar, eles me tiraram esse direito. Mas como? Me tiraram isso. Tu não tem direito a mais nada. Tu só tem deveres, deveres de ficar muda e não incomodar. Tu fica no teu canto, fica muda, não incomoda que tu pode seguir vivendo. Mas se tu começar a questionar não tem interesse nenhum, porque as igrejas tão aí, as pentecostais tão aí, as milícias estão aí, e esse governo - que é um governo de merda tá aí. Mas a esquerda não tem um olhar pra si. É autônomo? É autogestionário? Não, não temos interesse. Pelo contrário, deveria dar a mão e andar junto, porque não vai sobrar muito pra nenhum dos lados. Não tem mais o que sobrar. Não tem mais. Então quando os projetos se colocam dessa maneira os territórios têm que ser coletivos, os territórios têm que ser autônomos, os territórios têm que ser... ter... se autogerir, sem ganhar cem pila daqui, duzentos reais dali. Isso é vergonhoso. Passou o tempo da cesta básica, que o cara ia se candidatar lá, o sem vergonha, e dava uma cesta básica, um quilo de frango, um galeto. Isso não existe mais gente. Aí tu fica realimentando o próprio sistema quando há uma desconstrução de um projeto piloto, bala, como o do Utopia e Luta, eu fico envergonhada por essas pessoas. No Brasil o Partido dos Trabalhadores vem como, eu não gosto desse termo, o grande salvador da pátria. Teve avanços, muitos avanços. Mas perto do que podia fazer, a esquerda dominando toda a América do Sul, era Chaves, era o Lula, era o Evo Morales... então o que podia ter sido feito, não foi. Claro, que se sabe que pra ti governar tu vai ter que fazer algumas alianças, mas não tantas, não tantas como foi feito. 10% do que poderia ter sido feito talvez. Ou nem isso. Então ficou muito coisa assim a dever. A esquerda ficou devendo muito na América. E a América do Sul ta assim porque a esquerda permitiu.”

“Nós tava morando no bairro Alameda, nos fundos da casa da minha mãe. Lá no Partenon. O Eduardo tava com uma ocupação lá na Mário Quintana... acima da Mário... lá onde é a Mário Quintana, acima um pouco. Que eu não sei hoje o nome. Tava lá. E eu fui, porque a minha área, como eu te falei, sempre foi a música. Então, quando eu comecei a participar desse processo eu entrava com o cantar. Eu comecei a entrar com o cantar. Aqui quando foi o processo da ocupação eu vim com a apresentação artística dentro da programação da ocupação e oficina. Dentro da área de cultura. Tinham crianças que vieram de Rio Grande, bastante e tal. Que no fim eles que me ensinaram mais. Mas começa aí, daí. Eu não tinha experiência. Até já tinha pensado no passado, eu e a minha irmã mais velha tínhamos pensado de ocupar, na época tava sendo ocupado aquele espaço do Morro Santa Tereza, lá em cima, que é no interior aqui. E a gente, eu e a minha irmã tinha pensado, mas aí a gente disse: “nós duas mulher, ficar sozinha na ocupa assim é

ruim, não é legal”. Aí não fui. Mas já tava meio que enveredando. Então a partir daqui sim, e aprendi muito. Aprendi muito com o Eduardo com esse processo. É um cara que tem muita experiência. Não tem uma lajota daqui que ele não pensou. Meu maior respeito por ele. Hoje temos ocupações diferentes. Ele tá com um processo muito bacana, que é cinquenta casas da Orquídea Libertária em Gravataí, ele está a frente lá, pra catadores e recicladores. É um projeto muito grande no nosso CNPJ, na nossa cooperativa, que se chama Orquídea Libertária, cinquenta casas pra catadores e recicladores, que o que a gente fez aqui de dentro dos processos de espaços coletivos lá também vai ter: galpão de reciclagem, refeitório coletivo, horta comunitária, lavanderia. Tudo o que a gente fez aqui também tá sendo implementado lá, num processo já de finalização. Deve ser entregue acho que em mais um ano. Então, hoje quando a gente pensa que estamos fazendo quinze anos de uma ocupação, e eu sempre digo, ela é vitoriosa, ela é exitosa, ela é o que muitas ocupações querem: uma legalização. Mas essa legalização, ela é complexa. Porque enquanto tu trabalha com o território coletivo e é de todos, e nada tá garantido, tão tudo junto no projeto. Quando tu assina com uma Caixa Econômica Federal e tu vira mutuário, e tu tem vinte anos pra pagar, tu tá gerando uma propriedade privada. E aí, minha nega, o processo coletivo começa a degrading... degrading e tu vai perdendo militante. Aí tu não tem militante. Aí tu só tem um processo da moradia privada. No Utopia hoje nós temos esse problema. Então, aqui quando eu falo isso, eu sempre falo isso porque a pessoa entende. Muitos dizem “ah, a Utopia e Luta, pauta piloto”, “Utopia e Luta é referência, é referência”, “Legalizado, legalizado”, mas temos três nichos. Um nicho, um CNPJ muito forte, muito sério, muito íntegro, que estamos a frente de cinquenta casas pra catadores e recicladores em Gravataí, com o Eduardo Solari lá a frente. Um movimento social extremamente bem relacionado, parceiro e apoiador dos demais movimentos sociais autônomos e coletivos, extremamente, extremamente respeitado. Uma moradia vulnerável. Vulnerável por quê? A partir do momento que vier o seu espaço como propriedade privada estraga todo o projeto. É vulnerável. Quando vêm pessoas indicadas por movimento social partidário, e que muitos não ficam, mas deixam o amigo do amigo morando, que não contribui no processo social nenhum. Não contribui em nada. Entra com a sua chave, sai com a sua chave. Não passa uma vassoura. Não colabora com nada, não participa. Porque tu não pode fazer nada. O beneficiário pode botar quem ele quiser ali. Ele não pode alugar, ele não pode vender. Se é visualizado, se denuncia no Ministério Público. Já denunciemos dois aqui, que tentaram fazer isso. Então isso não pode, não pode alugar, não pode vender. Mas não pode impedir de botar quem quiser. E pessoas vêm muitas só pra desconstruir mais ainda, porque vêm só com a indicação “vai lá e ferra mais”, “desconstrói, vai lá e ferra mais”. Pessoas que, muitos que não têm nem necessidade de tá aqui. Aí tu tem lá o esgoto entupido, que tem que mandar limpar. Tu tem que tirar os lixos do subsolo, três, quatro moradores, porque os tubos

largam lá em baixo. Os canos, os tubos né. Porque comem e evacua. Esse tipo de pessoa tu não quer dentro da luta. Tu quer na tua trincheira, tu, cano? Come e evacua? Ninguém quer. Bah! Mas então é isso, o Utopia é forte como movimento, o Utopia é forte como CNPJ cooperativa, e ele, dentro da área de moradia do prédio Utopia e Luta, ele é vulnerável. Nos demais territórios dele, não. Hoje não. Ainda, ainda. Porque quando é legalizado os espaços, vira propriedade privada. E isso, as demais ocupações vão passar por isso também a partir do momento que for legalizado. Não tem como. Outra coisa que fica inviável: tu vai morar num centro urbano, hoje nós tamos num metro quadrado caríssimo. O nosso IPTU aqui é caríssimo, é caríssimo. Uma parte contribui e paga, outra parte não paga. O quê que retira um território? IPTU. Um condomínio hoje tá caro. Prestação da Caixa não segue dentro do normal estipulado. Mas condomínio sim, custo de água, de luz, de gás, manutenção de elevador. Então é um condomínio que pra nós hoje tá caro. A prestação da Caixa, mais a iluminação interna dos apartamentos. mais o gás, mais o IPTU, tu tem que ter no mínimo uns oitocentos reais por mês pra bancar um JK. De custo. Aí depois tem a tua roupa, tua alimentação. E isso do zero a três salários mínimos já fica meio inviável né. E isso que o nosso é crédito solidário. Os que são de agora, que tão saindo agora, as prestações vão ser três vezes mais, pra mais. Vai ser muito difícil esses beneficiários se manterem. É uma realidade.

3) Há quanto tempo você mora (ou morou) em uma ocupação?

15 anos.

4) Como vocês se organizam na ocupação para mantê-la?

Vou te dar números e chego aonde eu quero chegar. Utopia e Luta têm 42 JKs, sendo de 25 m² e 29m². Quando iniciamos fizemos com escalas de mutirões de recolhimento de lixo, de segurança preventiva, de lavagem de roupa. Dos 42, hoje eu lavava roupa, amanhã tu lavava, de manhã, de tarde ou de noite. Se tu não pudesse, trocava com teu vizinho e seguia uma escala de 42 dias. Não ficava cansativo para ninguém. Chegava do trabalho, da faculdade, tua roupa tava limpa, organizadinha nos sacos. Hoje, temos uma inadimplência muito grande com condomínio, que a gente ta sempre correndo atrás pra manter em dia as contas, é difícil. Pagam atrasados. Atrasam muito. Corremos também atrás da parte de IPTU. Isso é mais difícil de ter um controle. Beneficiários antigos, alguns nunca vieram morar aqui. Beneficiários antigos não moram aqui. Hoje, 60% das pessoas que moram são pessoas novas. Nenhum, com exceção de mim e meu filho que tem 17 anos, só nós estamos aqui desde 2005. A única pessoa que está há 15 anos aqui sou eu e meu filho. O resto não está porque não ocuparam em 2005, como eu expliquei anteriormente, eles vieram de outras cidades. E Juliano e Daniel Damiani, que estavam em 2005, também já não moram mais aqui. Essas pessoas vêm depois

morar aqui. A moradia, de fato, ela entra em maio de 2009. As famílias começam a se mudar a partir de maio de 2009. Essas pessoas vêm por indicação de movimento social. Alguns nunca vieram. Outros moraram alguns anos e saíram. Aí colocam o amigo do amigo. Amiga da amiga. Que não tem comprometimento com o processo. Hoje a organização tá assim. Dos moradores mais antigos, a gente faz assembleia eventualmente porque está sendo desgastante fazer assembleias e os moradores nem descem. Então a gente se reúne, faz uma reunião às vezes ampliada, às vezes menor. E vê quem pode ficar a frente de cobrar a água, a luz, as caixas da parte do condomínio. Aí ficam 3 a 4 moradores, apartamentos, responsáveis por recolher a grana da luz, da água, do gás e do elevador. Hoje nós temos um gasto de R\$7 a R\$8 mil reais dentro dessa parte. Depois tem teus gastos individuais. Então temos 4 moradores que se organizam para receber a parte da moradia. Eu fico a frente de toda a esfera dos espaços coletivos e do Utopia, e tem os apoios de alguns moradores que dentro dos seus tempos conseguem se organizar. Quando vão embora, alguns que pegam junto, é uma caída ruim. Não é legal. Mas, às vezes um [morador] que tu perdeu, tu consegue trazer depois de um tempo. Então agora nós estamos com o cine-debate, tem o Loro que está a frente do cine no Quilombo das Artes que é nosso espaço cultural. O Renan Leandro tem a parte de gravura, de organizar toda essa parte de desenhos da serigrafia, que é um morador valioso. Temos a Ana que é da cooperativa e ela fica mais a frente lá na Ocupação Orquídea Libertária, mas que é da parte administrativa, CNPJ, ela organiza. É uma coisa que eu não preciso me preocupar porque é da alçada dela dentro do processo da cooperativa. Tem um grupo de capoeira que todas as segundas e quartas se reúnem no espaço Quilombo das Artes que dá em torno de 15 a 20 pessoas com que eu posso contar. E aí vêm os demais coletivos. Hoje tem uma rede de produtores da economia solidária, anarquistas, e eles vem de várias cidades, de Maquiné, Rolante, Montenegro, Viamão, Porto Alegre, que estão organizando esse processo de rede dentro da produção deles de escoamento, aqui ser um ponto de escoamento. Então é um reforço. Organizamos uma vakinha virtual e compramos a lona, 100 metros de lona, para fazer toda a troca da horta e recomeçar um plantio na horta. Oficinas aqui da padaria, estamos organizando as gincanas a partir de março com alguns professores, colaboradores, parceiros que vem graciosamente multiplicar saber. Estamos com o EMVA da UFRGS, os arquitetos com um projeto de isolamento acústico do nosso teatro, com a UFRGS também estamos com a psicologia, oficinas de poesia com ênfase na temática psicológica que tão organizando, o professor Luciano da UFRGS, a partir de março. O corte e costura a partir de março volta toda sexta de manhã. Então a gente tem colaboradores de fora. Muitos. Internamente, a parte da moradia tem um caminho que dentro da loucura total se organiza, espaços coletivos, [têm] muito apoio de fora.

5) Você pensa em sair da ocupação?

Pra que? Nunca. Não penso e não tenho nem interesse em sair.

6) Quais são os principais problemas em morar em uma ocupação?

O ruído. Principal desvantagem de morar no centro histórico numa avenida como essa eu acho que é o ruído, porque ele é ensurdecedor, 24h e isso causa um estresse muito grande. Então tua saúde fica abalada. Isso é uma desvantagem.

7) E as principais vantagens?

A principal vantagem é saber que de alguma forma tu faz diferença e isso é importante. Tu podes tá onde tu estiver, em qualquer lugar, em qualquer parte do planeta. Se tu souber que tu faz a diferença, isso é uma vantagem extremamente valiosa, imensa. De que maneira tu faz a diferença? Quando o movimento social te liga e diz "eu preciso de um espaço pra reunir amanhã", e a gente diz "vem, a gente consegue". Aonde? No teatro, com a capoeira lotada, chega-se lá e diz "movimento social", sabem, tem que desocupar para o movimento vir. Alguém chega e tu faz uma exibição de um filme, e a pessoa diz "isso mudou meu pensamento", isso faz a diferença. Estar aqui, não tá ausente. Se um transeunte te pedir um copo de água, isso é tão simples, é tão bobo, e uma pessoa não consegue pedir um copo e água na lanchonete e não te dão. Tu pensa que isso é piegas demais, mas não é. Essa é a parte mais legal.

8) Você faz parte de algum movimento social? Se sim, há quanto tempo?

O Coletivo Utopia e Luta é um movimento social com várias comunidades que fazem uma rede. Entre as comunidades nós temos a Comuna Pachamama em São Gabriel, a casa 9 de Santa Maria, Marighella de Santa Maria e Orquídea Libertária, em Gravataí.

9) Você gostaria de falar mais alguma coisa que não está contido nas perguntas do questionário?

Sobre a minha infância foi maravilhosa, posso dizer isso. E tem a ver por ter irmão e irmãs, uma escadinha. Eu era uma menina negra magrinha e com olhos imensos. Eu era um menino. Eu tinha carrinho de rolimã, eu jogava taco na rua, eu jogava bola. Eu tinha uma coisa que eu vou dizer e não deveria. Eu tinha uma funda e correria os passarinhos de funda. Hoje seria errado, mas a criança não via isso. Eu tinha funda com galinho de goiabeira, estilingue. Eu jogava bolita, eu jogava taco, futebol. Eu ia tomar banho dos 6 aos 12 nos riachinhos e açudes de Viamão. Eu vivia quebrada. Arranhada. Quando via eu tava com aquelas pernas toda arranhada de areião, de andar de carrinho de rolimã. Eu tive uma infância maravilhosa. E

tu vê, que doido. Meu pai não teve estudo, não sabia escrever nem ler. Minha mãe não sabia escrever nem ler. Nunca faltou comida. Minha mãe é uma mulher indígena, uma mulher que perdeu uma perna muito cedo. Teve 6 filhos sem uma perna. Uma superação, uma resiliência imensa, muito afeto e meu pai, na ignorância dele, ele não sabia ler nem escrever, não tinha dinheiro, passava um vendedor de enciclopédia, meu pai comprava pra nós. Isso é bonito. E a mãe também, então assim, o pai plantava sempre nas casas. Sempre tinha um canteiro e ele plantava. Tinha aipim, chuchu, couve, beterraba, cenoura, tudo. Meu pai plantava as hortaliças e a minha mãe as flores. Então essa parte nunca nos faltou porque não era um período que tu ia na esquina e tinha um supermercado como hoje como tem. Não existia. E as comidas, a brigada era tão cretina que ela tinha um supermercado que teu salário ficava naquele supermercado. Aí eu me lembro que tinha uns dinheiro, uns papéis diferentes pós brizolões que a mãe pegava aqueles dinheiros próprios deles [da brigada] e compravam 5 quilos de açúcar, de arroz, mas comida nunca faltava. Era farto. Uma comida de verdade. A mãe fazia pão. Tudo era feito em casa. Então não passei fome, me alimentei muito bem. Tive acesso à educação. A mãe e o pai, por não terem tido acesso, nos colocaram na escola, nos levavam à escola. Minha mãe chegava de muleta. Eu era briguenta. Lembro de ser expulsas [da escola] porque brigava. Professora batia em mim. Me dava de régua na mão porque eu escrevia com a mão esquerda, era canhota. E eu chamei ela de tudo e fui expulsas. Aí chega aquela índia de muleta. Pô, chamar minha mãe. Minha mãe ia a pé lá naquela escola por um problema desses. Hoje é inconcebível. Tem que organizar isso dentro da própria escola e jamais bater numa criança. Mas a minha mãe era muito presente.

Algo da tua infância te levou pra luta?

Olha, eu acredito que antes de mais nada, ver as pessoas como são. Gente é gente. Ser humano é ser humano. É gente. Como isso, uma criança ver, tu aprender a te posicionar, aprender a falar. Eu sempre fui muito rebelde. Eu sempre fui eu. E de uma maneira ou de outra, meu pai e minha mãe me permitiram ser assim. Dentro da ignorância deles lá de não ter um acesso a um conhecimento maior, me permitiram e criaram os filhos para serem felizes, pra viver. Então, eu vejo assim. E muito também, a questão da música. Eu com 8 anos eu ouvia no radinho do pai, pegava muito as rádios da Argentina e do Uruguai. E o pai gostava de ouvir, a mãe também, adorava. Então eu ouvia Maria Bethânia, Dalva de Oliveira, eu pequenininha, com 8 anos de idade. E ali eu comecei a curtir o canto. Aí eu vou pra escola. Na escola comecei a estudar, comecei a cantar. Daí quando começam as aulas de técnicas artísticas, educação artística. Existia licenciatura de educação artística. Aí começa a trabalhar isso com professora. Eu com 12 anos lendo textos de compositores dentro da música e tentando entender o que queria dizer Chico, Caetano, da época. Isso tudo muito nova. E isso

tudo se reflete com certeza no que eu sou hoje. Tu reconhecer a tua raiz é tu ter consciência de classe. Só tu reconhecendo a tua raiz, tu vai ter a tua consciência de classe. Se tu te reconhece ali, sabe quem tu é e que dentro da pirâmide, onde ta (sic) tua classe social. Tu é operário ou tu é burgo? Eu sei de onde eu venho.

Anexo 7 - Termos de Consentimento Assinados



APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches**, nº de matrícula **00143792**, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A doutoranda possui como proposta de tese o tema **"AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA"** estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Para contribuirmos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações:

Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas.

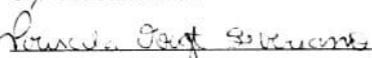
Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches
Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares
Contato: geoprrs@gmail.com



Assinatura do pesquisador
CPF 834.337.830-04



Assinatura do participante da pesquisa

CPF: 065.230.159-13

Local e Data: 19 de fevereiro de 2020



APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches, n° de matrícula 00143792, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).**

A doutoranda possui como proposta de tese o tema “**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA**” estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. Para contribuirmos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações: Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches

Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: geoprres@gmail.com

Assinatura do pesquisador CPF 834.337.830-04

Assinatura do participante da pesquisa

Local e Data:



**APRESENTAÇÃO DA
PESQUISA E TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches**, nº de matrícula 00143792, o qual se encontra regularmente matriculado no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A doutoranda possui como proposta de tese o tema **"AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA"** estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Para contribuirmos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações.

Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas.

Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches
Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares
Contato: geoprps@gmail.com


Assinatura do pesquisador
CPF 834.337.830-04


Assinatura do participante da pesquisa

CPF: _____

Local e Data: 23/2/2020

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches, n° de matrícula 00143792, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).**

A doutoranda possui como proposta de tese o tema “**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA**” estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. Para contribuirmos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações: Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches

Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: geoprres@gmail.com



Assinatura do pesquisador CPF 834.337.830-04



Assinatura do participante da pesquisa

Local e Data:

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches, nº de matrícula 00143792, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).**

A doutoranda possui como proposta de tese o tema “**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA**” estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares. Para contribuímos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações: Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas. Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches

Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares

Contato: geoprrs@gmail.com



Assinatura do pesquisador CPF 834.337.830-04



Assinatura do participante da pesquisa - CPF:

Local e Data: Porto Alegre – fevereiro de 2020.



APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E TERMO
DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches**, nº de matrícula 00143792, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A doutoranda possui como proposta de tese o tema "**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA**" estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre, sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

Para contribuímos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações.

Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, à pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas.

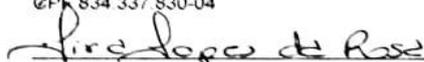
Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científicos decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches
Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares
Contato: geoprrs@gmail.com



Assinatura do pesquisador
CPF: 834.337.830-04



Assinatura do participante da pesquisa
CPF: 545 725 410-00

Local e Data: Lambe do Pinheiro Porto Alegre 15/01/2020



**APRESENTAÇÃO DA
PESQUISA E TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário, de uma pesquisa científica na área da Geografia.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela geógrafa **Nanashara D'Ávila Sanches**, nº de matrícula **00143792**, o qual se encontra regularmente matriculada no curso de doutorado do programa de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A doutoranda possui como proposta de tese o tema "**AS OCUPAÇÕES NO CENTRO PORTO ALEGRE E A FORMAÇÃO DE TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA**" estudando ocupações de moradia no centro de Porto Alegre sob a orientação do professor Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares.

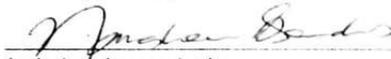
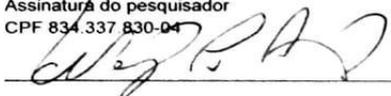
Para contribuirmos melhor com o debate sobre as ocupações no centro de Porto Alegre, faremos entrevistas com moradores (as) que residem ou residiram em ocupações.

Para o preenchimento do questionário o pesquisador pode se sentir a vontade de responder ou não qualquer questão, como pode deixar ou não suas considerações sobre o tema de pesquisa. Com a finalidade possibilitar discussões mais amplas, a pesquisa desenvolvida, propõe-se que os questionários possam ser anexados ao corpo de trabalho de tese, permitindo outras possibilidades de análise e reflexões possíveis além das alcançadas.

Os resultados das atividades de pesquisa serão apresentados na tese de doutorado, assim como, também, serão utilizados para publicações de caráter científico decorrentes como artigos, revistas, livros, entre outros.

Pesquisadora: Nanashara D'Ávila Sanches
Contato: nanasharasanches@gmail.com, (051) 98550-0660

Orientador: Paulo Roberto Rodrigues Soares
Contato: geoprps@gmail.com


Assinatura do pesquisador
CPF 834.337.830-04
 386476420-2

Assinatura do participante da pesquisa
CPF: _____

Local e Data: 13/12 - Porto Alegre